



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

BRUNO VINÍCIUS SANTOS VIEIRA

**POLÍTICA E PODER: INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA FRANCO NA (RE)PRODUÇÃO DO
ESPAÇO SERGIPANO**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

BRUNO VINÍCIUS SANTOS VIEIRA

POLÍTICA E PODER: INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA FRANCO NA (RE)PRODUÇÃO DO
ESPAÇO SERGIPANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Rocha dos Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V658p Vieira, Bruno Vinícius Santos
Política e poder: influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano / Bruno Vinícius Santos Vieira; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2023. 277 f.: il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Geografia política. 2. Poder (Ciências sociais) – Sergipe. 3. Propriedade territorial. 4. Política econômica. 5. Espaço em economia. 6. Liderança política – Sergipe. 7. Franco, Família – Sergipe. I. Franco, Augusto, 1912-2003. II. Franco, Albano, 1940-. III. Alves Filho, João, 1941-2020. IV. Santos, Ana Rocha dos, orient. V. Título.

CDU 911.3:32(813.7)

TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNO VINÍCIUS SANTOS VIEIRA

POLÍTICA E PODER: INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA FRANCO NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SERGIPANO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia – PPGeo,
da Universidade Federal de Sergipe –
UFS, para a obtenção do Título de Mestre
em Geografia

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Profa. Dra. Márcia da Silva
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos
Universidade Federal de Sergipe – UFS

**SÃO CRISTÓVÃO–SE
2023**

DEDICATÓRIA

À memória do meu irmão William Jonathas Santos de Jesus

Ao testemunhar desde cedo a minha dedicação e persistência em continuar os meus estudos, isso mesmo diante de tantas contrariedades e limitações de um filho da classe trabalhadora, Will dizia-me lhe ser inspiração!

AGRADECIMENTOS

Laroyê!

Agradeço à minha mãe, Maria Silvina de Jesus Santos, minha primeira e maior faculdade, meu porto seguro. Aos meus irmãos: Luiz, Washington, William (*in memoriam*), Djenal e Daveny, sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui. Às minhas avós (*in memoriam*) Jovelina de Jesus e Josefa Roque de Santana Vieira, minha eterna gratidão pelo incentivo aos meus estudos.

Às professoras e aos professores da Escola Municipal Alberto Santos Dumont (Ensino Fundamental); do Colégio Estadual Prof. Abelardo Romero Dantas (Ensino Médio); do Instituto Federal de Sergipe – IFS, Campus Lagarto (Ensino Técnico). Vocês foram responsáveis por erguer as bases fundamentais no processo da minha formação humana, social e acadêmica.

Às professoras e aos professores da graduação do Departamento de Geografia – DGEI da Universidade Federal de Sergipe – UFS, Campus Prof. Alberto Carvalho, pela formação de excelência. Gratidão a vocês que me ajudaram a compreender a importância do ser professor enquanto protagonista no processo da emancipação humana, enquanto figura substancial à construção de uma sociedade consciente, igualitária, onde a educação é prioridade social. Quero agradecer também, em especial, a professora Maria Jeane do Departamento de Educação DEDI-UFS, o meu muito obrigado por todo o carinho e atenção comigo durante esta caminhada.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, por me proporcionarem a realização de um feito ousado e ainda inédito em inúmeras famílias simples da massa expropriada brasileira.

Às/os colegas das turmas de mestrado e doutorado 2021.1 do PPGeo-UFS, especialmente à Ana Carolina e à Marília Farias que, mesmo à distância, construímos uma conexão incrível. Gratidão pela troca de conhecimentos, pelo carinho, acolhimento e apoio em momentos de cansaço e angústia. Desejo-lhes sucesso e realização em suas carreiras enquanto pesquisadoras/geógrafas e professoras.

Às/os colegas do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos-regionais, Política e Educação – GRUPE/UFS, pela cooperação e dedicação na produção do conhecimento científico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe – PPGEU/UFS pela oportunidade de cursar o mestrado e integrar o seu prestigiado quadro discente. Agradeço, também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – CAPES, pela fomentação desta pesquisa.

Por fim, quero agradecer à minha orientadora, à Prof^a Dr^a Ana Rocha dos Santos. Ana, sem a senhora este sonho jamais seria realizado, não há palavras que possam expressar toda a minha gratidão por sua dedicação, compreensão e carinho comigo desde o início da graduação em Geografia (2016) até este exato momento em que redijo estes agradecimentos. Obrigado por acreditar em mim, até mesmo quando eu já não acreditava. Obrigado por segurar a minha mão em momentos tão difíceis e dolorosos, por ouvir as minhas lamentações e sentimentos de angústias e, sobretudo, por não desistir de mim. Posso hoje lhe garantir que, aquele garoto “sibite” da graduação, é hoje um grande ser humano e profissional, competente, inteligente, dedicado e responsável, e grande parte disso tudo devo a senhora, professora Ana Rocha. Gratidão!

Okê Arô!

EPÍGRAFE

*Assim como Estrabão (63 a.C. – 24 d.C.),
tenho acreditado que ainda no presente
momento histórico, “a Geografia, mais que
qualquer outra ciência, é um trabalho de
filósofo.”*

*A produção do espaço, ao apontar, como consequência, sua reprodução, faz com
que nos deparemos com a necessidade de compreender o movimento em direção à
realização dessa sociedade, e isso expressa a linearidade, mas, fundamentalmente a
sua simultaneidade (CARLOS, 2018).*

RESUMO

O poder de dominação política e econômica de famílias tradicionais é sustentado pela inserção de seus membros em cargos representativos do legislativo ou do executivo, como também, pelas alianças políticas que se dão em torno de grupos que se perpetuam nos mandatos eletivos. Entre as características dessa dominação, estão as práticas patrimonialistas de uso privado da coisa pública, o que alimenta uma cultura do favor e torna refém a população. Em Sergipe, a família Franco é possuidora de vasta extensão de terras, controla meios de comunicação e atividades econômicas da indústria e do comércio. A concentração de terras, somada à hegemonia política e ao controle do Estado (máquina pública) outorgam à família Franco elevado poder econômico (domínio dos meios de produção), com repercussões espaciais no campo e na cidade. Esta pesquisa objetivou analisar a dimensão espacial da influência política e econômica da família Franco em Sergipe, notadamente nos municípios Riachuelo, Laranjeiras, Areia Branca, Itaporanga D' Ajuda, São Cristóvão, Aracaju, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, por se tratar de uma área sob forte intervenção dessa família, no que se refere ao domínio territorial e influência política e empresarial, fatores preponderantes na (re)produção do espaço. O método de interpretação foi o materialismo histórico-dialético por permitir que a realidade investigada em suas determinações evidenciasse o conteúdo das relações políticas e as materialidades que se inscrevem no espaço, revelando o poder e a dominação exercidos no estado de Sergipe. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa de campo foi importante recurso para prover os fundamentos empíricos da pesquisa através do levantamento de dados sobre a propriedade da terra, das atividades produtivas da família, entrevista com trabalhadores, lideranças políticas e comunidades dos municípios da área de estudo. Os dados secundários foram pesquisados em sites oficiais como INCRA, IBGE, assim como visita técnica à Junta Comercial para levantamento de empreendimentos da família. A pesquisa revelou que a propriedade da terra, dos meios de comunicação e o controle de atividades econômicas são constituintes da dominação política e do poder de grupos no comando político do executivo e do legislativo em diferentes escalas.

Palavras-chave: Terra, Dominação Política/Econômica, Estado, Família Franco, Espaço

ABSTRACT

The power of political and economic domination of traditional families is supported by the insertion of their members in representative positions in the legislative or executive, as well as by the political alliances that take place around groups that are perpetuated in the elective mandates. Among the characteristics of this domination are the patrimonialist practices of private use of public property, which feeds a culture of favor and makes the population hostage. In Sergipe, the Franco family owns a vast expanse of land, controls the means of communication and economic activities in industry and commerce. The concentration of land, added to the political hegemony and control of the State (public machine) grant the Franco family high economic power (mastery of the means of production), with spatial repercussions in the countryside and in the city. This research aimed to analyze the spatial dimension of the political and economic influence of the Franco family in Sergipe, notably in the cities Riachuelo, Laranjeiras, Areia Branca, Itaporanga D' Ajuda, São Cristóvão, Aracaju, Barra dos Coqueiros and Nossa Senhora do Socorro, as it is of an area under strong intervention by this family, in terms of territorial domain and political and business influence, preponderant factors in the (re)production of space. The method of interpretation was dialectical historical materialism, as it allowed the reality investigated in its determinations to show the content of political relations and the materialities that are inscribed in space, revealing the power and domination exercised in the state of Sergipe. As methodological procedures, field research was an important resource to provide the empirical foundations of the research through data collection on land ownership, family productive activities, interviews with workers, political leaders and communities in the municipalities of the study area. Secondary data were researched on official websites such as INCRA, IBGE, as well as a technical visit to the Board of Trade to survey family enterprises. The research revealed that the ownership of land, the means of communication and the control of economic activities are constituents of the political domination and power of groups in the political command of the executive and the legislative in different scales.

Keywords: Earth, Political/Economic Domination, State, Franco Family, Space

RESUMEN

El poder de dominación política y económica de familias tradicionales se sustenta en la inserción de sus miembros en cargos representativos del poder legislativo o del ejecutivo, como también en alianzas políticas que se dan en torno de grupos que se perpetúan en los mandatos electivos. Entre las características de esa dominación están las prácticas patrimonialistas de uso privado de la cosa pública, lo que alimenta una cultura del favor y deja a la población en situación de dependencia. En Sergipe, la familia Franco es propietaria de una gran cantidad de tierras, controla medios de comunicación y actividades económicas industriales y comerciales. La concentración de tierras, sumada a la hegemonía política y al control del Estado (máquina pública), otorga a la familia Franco un elevado poder económico (dominio de medios de producción), con repercusiones espaciales en el campo y en la ciudad. Esta investigación tuvo como objetivo analizar la dimensión espacial de la influencia política y económica de la familia Franco en Sergipe, especialmente en los municipios de Riachuelo, Laranjeiras, Areia Branca, Itaporanga D'Ajuda, São Cristóvão, Aracaju, Barra dos Coqueiros y Nossa Senhora do Socorro, por se tratar de un área con fuerte intervención de esa familia en lo referido al dominio territorial e influencia política y empresarial, factores preponderantes en (re)producción del espacio. El método de interpretación fue el materialismo histórico y dialéctico, que permite que la realidad sea investigada en sus determinaciones y evidencia el contenido de las relaciones políticas y las materialidades que se inscriben en el espacio, revelando el poder y la dominación ejercidos en el estado de Sergipe. Como procedimientos metodológicos, la investigación en campo fue importante para proveer los fundamentos empíricos, a partir del levantamiento de informaciones sobre la propiedad de la tierra, las actividades productivas de la familia, la visión de los trabajadores, líderes políticos y las comunidades de los municipios estudiados. Los datos secundarios fueron levantados de páginas oficiales como del INCRA y del IBGE, como también en la Junta Comercial. La investigación reveló que la propiedad de la tierra, de los medios de comunicación y el control de actividades económicas constituyen y determinan la dominación política y el poder de grupos en el control político del ejecutivo y del legislativo en diferentes escalas.

Palabras claves: Tierra, Dominación Política/Económica, Estado, Familia Franco, Espacio.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I Controle de meios de comunicação pelos Franco em Sergipe.....	72
QUADRO II Propriedades rurais da família Franco em Sergipe.....	77
QUADRO III Levantamento populacional de Sergipe em 1854 – comparação entre número de pessoas escravizadas e livres.....	80
QUADRO IV Núcleos produtores de açúcar em Sergipe 1903/1930.....	83
QUADRO V Número de usinas nos demais estados do Nordeste produtores de açúcar em relação a Sergipe 1910 – 1920.....	83
QUADRO VI Área coberta por lavouras de cana-de-açúcar (ha) em Sergipe entre 1980 a 2002.....	108
QUADRO VII Caracterização do ambiente e condições de trabalho das pessoas que lidam nos canaviais dos Franco.....	113
QUADRO VIII Membros da família Franco que ocuparam cargos políticos.....	124
QUADRO IX Eleições de 1994 em Sergipe – Resultado da votação para governador – 1º turno.....	155
QUADRO X Sergipe: candidatos eleitos para a Câmara Federal nas eleições de 1994.....	155
QUADRO XI Composição da bancada governista e de oposição na Assembleia legislativa de Sergipe em 1995.....	156
QUADRO XII História política de famílias tradicionais em Sergipe.....	158
QUADRO XIII Quociente dos resultados do segundo turno das eleições de 1994.....	165
QUADRO XIV Eleições de 1994 em Sergipe – Resultado da votação para governador – 2º turno.....	167
QUADRO XV Brasil – estímulos à implantação de novos chãos de fábrica (%).....	176
QUADRO XVI Tipos de subsídios concedidos pelos estados à iniciativa privada no ano 1997.....	181
QUADRO XVII Número de empresas distribuídas de forma heterogênea nas 13 microrregiões sergipanas conforme o tamanho entre 1996 e 2006.....	188
QUADRO XVIII Municípios abrangidos por empresas beneficiadas pelos subsídios do PSDI entre 1995 e 2002.....	189
QUADRO XIX Partidos dos prefeitos dos municípios sergipanos após o pleito de 1996.....	200
QUADRO XX Eleições de 1998 em Sergipe – resultado da votação para governador – 1º turno.....	204
QUADRO XXI Composição da bancada governista e de oposição na Assembleia Legislativa de Sergipe em 1999.....	205
QUADRO XXII Eleições de 1998 em Sergipe – Resultado da votação para governador – 2º turno.....	210
QUADRO XXIII Demonstração de poder e hegemonia: materialização do nome Franco.....	214

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 A tradicional família Franco.....	20
FIGURA 2 Área de Pesquisa.....	21
FIGURA 3 Usina São José do Pinheiro – matriz econômica da família Franco no município de Laranjeiras/SE.....	22
FIGURA 4 Principais Empreendimentos rurais dos Franco em 1940.....	86
FIGURAS 5 e 6 Vila operária em fazenda canavieira da família Franco.....	115
FIGURAS 7 e 8 Adesivos da campanha de Fábio Mitidieri ao Governo de Sergipe em 2022, encontrados fixados nas paredes, portas e janelas das casas de vila operária em fazenda canavieira da família Franco.....	117
FIGURAS 9, 10 e 11 (Localização) Alojamento de trabalhadores do corte da cana dos canaviais dos Franco improvisado em um antigo colégio.....	119
FIGURAS 12, 13, 14 e 15 As precárias condições enfrentadas pelos trabalhadores do corte da cana dos canaviais dos Franco em alojamento improvisado.....	122
FIGURA 16 Convite feito pelo Governo do estado (1982), convocando a população para a inauguração do conjunto habitacional Augusto Franco.....	131
FIGURA 17 Aracaju: evolução do número de construções licenciadas entre 1964-1981.....	142
FIGURA 18 Candidato ao Governo do Estado mais votado por município nas Eleições de 1982.....	145
FIGURA 19 Candidato ao Governo do Estado mais votado por município no 2º turno das Eleições de 1994.....	163
FIGURA 20 Empreendimentos apoiados pelo PSDI – 2002.....	184
FIGURA 21 Distribuição espacial dos recursos do PSDI – 2002.....	185
FIGURA 22 Microrregiões de Sergipe.....	187
FIGURAS 23 e 24 Membros da Família Franco junto com João Alves Filho.....	207
FIGURA 25 Candidato ao Governo do Estado mais votado por município nas Eleições de 1998.....	209
FIGURAS 26 e 27 Governador Jackson Barreto em entrega e obras públicas em Laranjeiras juntamente com Albano do Prado Franco e outros empresários membros da família Franco.....	222
FIGURA 28 Albano Franco e Michel Temer unidos pelos Ideais Neoliberais.....	240
FIGURAS 29, 30, 31 e 32 Manifestação contra o Governo Neoliberal de Michel Temer em desfile da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti em 2018.....	245
FIGURA 33 O empresário e ex-governador de Sergipe, Albano do Prado Franco com o então presidente Jair Messias Bolsonaro na Confederação Nacional da Indústria – CNI.....	250

LISTA DE SIGLAS

ALESE – Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNB – Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional da Habitação
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CC – Cargo Comissionado
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNA – Companhia Nacional de Álcalis
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
CODEVASF – Companhia De Desenvolvimento do Vale São Francisco
COHAB/SE – Companhia de Habitação de Sergipe
DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe
DETRAN/SE – Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe
EUA – Estados Unidos da América
FAI – Fundo de Apoio à Industrialização
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIES – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
FMI – Fundo Monetário Internacional
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDACE – Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ILUMINA – Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energéticos
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PIB – Produto Interno Bruto
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UDN – União Democrática Nacional

SEIC – Secretária de Estado da Indústria e do Comércio

STF – Supremo Tribunal Federal

SUPERPLAN – Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
SEÇÃO 1 – POLÍTICA E PODER: A TERRA E A DOMINAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA FRANCO EM SERGIPE.....	31
1.1 A atuação política da classe dominante e o controle do Estado.....	34
1.2 A terra no Brasil: cerne da dominação política e econômica.....	46
1.3 Das terras ao Palácio do Governo: a ascensão política e econômica dos Franco.....	77
SEÇÃO 2 – ALIANÇAS POLÍTICO-ECONÔMICAS E SUAS REPERCUSSÕES SOCIOESPACIAIS.....	98
2.1. Augusto do Prado Franco: as articulações políticas-econômicas do usineiro e governador.....	100
2.2 Albano Franco: os convenientes pactos políticos e agenda neoliberal.....	150
2.3 Albano Franco: repercussões socioespaciais da agenda neoliberal.....	171
2.4 A máquina pública paga a conta: a disputa dos empresários Albano Franco e João Alves Filho pelo poder.....	195
SEÇÃO 3 – ARTICULAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS: A MANUTENÇÃO DOS FRANCO NOS ESPAÇOS DE PODER.....	213
3.1 A influência política e econômica dos Franco.....	214
3.2 Direita volver, esquerda volver.....	220
3.3 Grupo de pressão: o lobby e suas implicações políticas e econômicas.....	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	254
REFERÊNCIAS.....	262
APÊNDICES.....	270

INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente a herança e a dominação de extensas faixas de terras (que é simultaneamente mercadoria e meio de produção), traduz um dos mais emblemáticos privilégios da classe dominante do país. Tendo em vista que, a prerrogativa do usufruto da posse e da propriedade da terra por poucos, desde o início da formação sócio-político-econômica brasileira é sinônimo de poder, de status social e de tradição, tal fato, torna-se primordial perante à problematização de que, os encadeamentos indissociáveis políticos e econômicos, estabelecidos pelos membros da família Franco, têm como base a dominação de terras. Em Sergipe, a família Franco é possuidora de vasta extensão de terras, controla meios de comunicação e atividades econômicas da indústria e do comércio. A concentração de terras, somada à hegemonia política e ao controle do Estado (máquina pública) outorgam à família Franco elevado poder econômico (domínio dos meios de produção), com repercussões espaciais no campo e na cidade. Trata-se de uma inter-relação de forças deliberativas, repercutidas na (re)produção socioespacial que, por sua vez, reflete as tensões e contradições inerentes à luta de classes.

Destarte, o poder político e econômico dos tradicionais ordenamentos familiares nunca deixou de ser uma realidade. Grande parte dessas famílias assenhoram forte e inabalável influência nos distintos campos do ordenamento social, sobretudo na política, na economia, na mídia corporativa e em outros setores de decisão.

Na seara política, boa parte dessas famílias renomadas, conserva significativa influência em função da longa tradição na vida pública, com seus integrantes preenchendo cargos eletivos em diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal), ou ainda operando sólida ingerência sobre partidos e grupos políticos. Neste sentido, ao se fazer uma rápida correlação de quem são as pessoas que compõem o quadro político brasileiro, não é difícil notar que são filhos, netos e bisnetos de antigos donos de engenhos, coronéis, fazendeiros, latifundiários. São esses descendentes diretos e indiretos que constituíram a política de parcerias, de sociedades e acordos vantajosos. Consequentemente, foram os criadores dos espaços e estruturas de poder que operam ativamente na manutenção dessas famílias no centro das decisões políticas e econômicas.

No campo econômico, essas famílias são donas de imponentes empreendimentos. Tratam-se de conglomerados corporativos com atuação nos mais diversos setores do mercado econômico-financeiro. Tal prerrogativa desfrutada por essas famílias, garante substancial poder de influência diante das políticas públicas e da agenda deliberativa daqueles que estão à frente do comando do aparato do Estado. Desta forma, direcionam maior atenção e investimentos públicos para suas empresas privadas.

Portanto, a conjunção de poderes político e econômico por um pequeno grupo de famílias, resultou na supressão da pluralidade e da representatividade nas searas políticas e econômicas, singularidade responsável por potencializar e oportunizar o interesse privado em prejuízo do bem-estar coletivo.

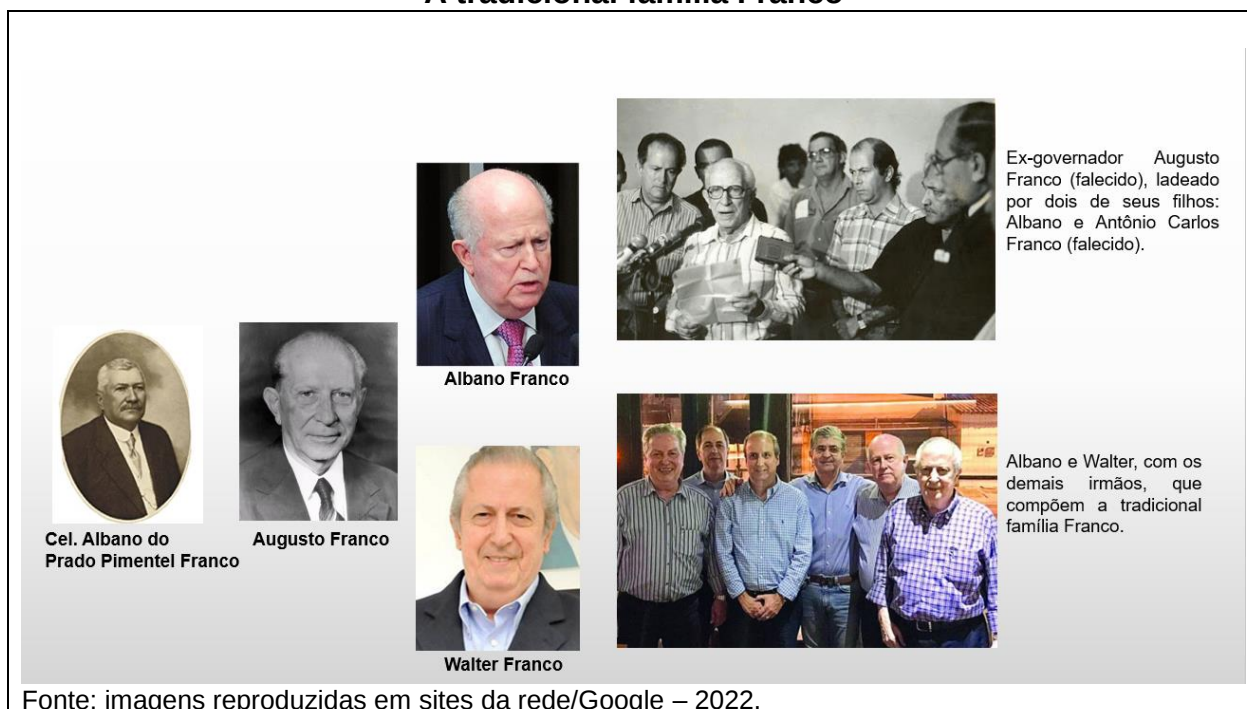
A valer, as famílias tradicionais latifundiárias têm a terra como um trunfo, associada, conjuntamente, às atividades da vida pública e às atividades do capital econômico industrial. Por esta ótica, pode-se dizer que, o presente estudo emergiu da inquietação, curiosidade e necessidade do geógrafo (crítico) de tentar responder, ou melhor, de analisar e compreender uma **questão tão recorrente** dentro do cenário político-social brasileiro. Quais são os meios que os políticos donos de terras utilizam para se perpetuar nos espaços de poder político-representativo (executivo e legislativo) ou em cargos do alto escalão do Estado? Portanto, **a problemática** deste estudo remete ao fato de que, a família Franco ao assenhorar extensas faixas de terras, estabelecer hegemonia política, controle do Estado e poder econômico (domínio dos meios de produção) direcionam o agrupamento de elementos preponderantes na configuração do espaço que, sob à lógica capitalista, se apresenta enquanto valor de troca em detrimento do valor de uso. Entretanto, contraditoriamente, reflete a realidade que é condição de sua (re)produção.

Logo, para a realização desta pesquisa, tornou-se indispensável a compreensão de conceitos e temas correspondentes às ciências afins da Geografia, como: a Ciência Política, a Comunicação Social, a Sociologia, a Economia, a Antropologia, a História, a Filosofia, entre outras. Sem o entrelaçamento destes saberes, não seria possível responder **as indagações suscitadas pela análise**: 1) De que forma, o parâmetro de dispor de expressivas faixas de terras promoveu/promove o acesso dos Franco à vida pública, e, quais as mudanças socioespaciais fulcrais resultantes da atuação desses

sujeitos nos espaços de poder (político e econômico) a partir de 1940? 2) Como o aparelho estatal beneficiou/beneficia os Franco e seus aliados do setor industrial/empresarial? 3) Como os membros da família Franco atuaram/atuam há quase um século no seio da política, no que tange às coalizões e polarizações e como isso propicia a continuidade dos Franco no controle da máquina pública? Portanto, o procedimento adotado foi substancial no processo de interpretação da lógica por trás da aparência do fenômeno analisado, ou seja, a influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano.

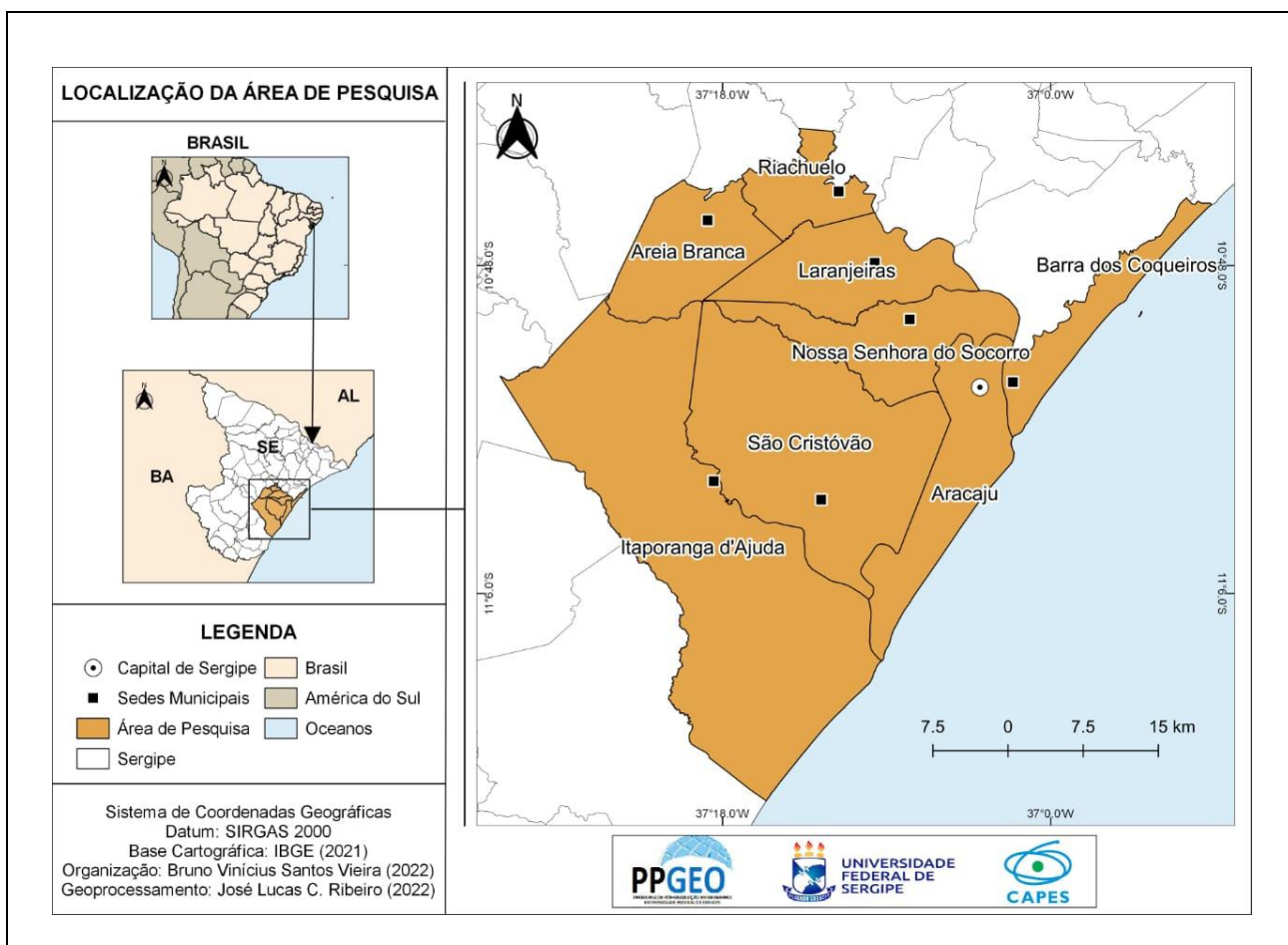
Diante disso, a pesquisa denominada **Política e poder: influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano**, teve como **objetivo geral**, analisar a produção do espaço sergipano pela atuação da (tradicional) família Franco (Figura 1), considerando sua atuação em setores estratégicos e as relações de poder econômico e político estabelecidas entre **1940 a 2020** (recorte temporal do estudo). **Os objetivos específicos** foram: a) identificar as mudanças espaciais decorrentes da atuação da família Franco nas atividades econômicas implementadas após 1940; b) investigar as alianças político-econômicas estabelecidas pelos Franco e suas consequências sobre a (re)produção do espaço sergipano; c) interpretar as estratégias político-econômicas dos Franco que lhes garantem a perpetuação no interior dos espaços deliberativos, de poder e de domínio social. Os objetivos destacados foram importantes norteadores do delineamento das discussões engendradas neste trabalho, sem os quais as interpretações alcançadas não seriam possíveis.

FIGURA 1
A tradicional família Franco



Por esta razão, para um exame mais preciso do fenômeno apresentado, o recorte espacial do estudo, trata-se de uma área específica do território sergipano que evencia pressupostos indispensáveis à pesquisa, notadamente: a concentração de terras, a proeminência econômica e a dominação política. Assim, os municípios sergipanos de: **Riachuelo, Laranjeiras, Areia Branca, Itaporanga D' Ajuda, São Cristóvão, Aracaju, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro**, constituem a **área (base) do estudo** (Figura 2). Isso por se tratar de uma área sob forte intervenção da família Franco, no que se refere ao controle de terras e ao domínio político e empresarial. Fatores preponderantes na (re)produção do espaço, no sentido de configurá-lo em territórios de dominação.

FIGURA 2
Área de Pesquisa



Os municípios de Laranjeiras e Riachuelo, por exemplo, são considerados os berços dos Franco, neles estão instalados os principais empreendimentos econômicos da Família, como: a secular Usina São José do Pinheiro (produtora de álcool, açúcar principalmente), e a fábrica de tecidos, Sergipe Industrial – SISA. Em levantamento realizado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, foram identificadas mais de 15 fazendas registradas no nome da matriz empresarial da família Franco, isto é, a Usina São José do Pinheiro (Figura 3). São extensas faixas de terras que estão sob domínio da família Franco há gerações. Este domínio de terras por família tradicionais no Brasil (como é o caso da referida) é fruto do processo histórico de formação territorial, social, política e econômica do nosso país, iniciado com a colonização portuguesa enquanto condição para acumulação primitiva do capital.

FIGURA 3
Usina São José do Pinheiro
matriz econômica da família Franco no município de Laranjeiras/SE



Fonte: site oficial da Usina São José do Pinheiro – 2021.

De fato, a terra no Brasil historicamente esteve concentrada nas mãos de poucas pessoas. Como o país jamais passou efetivamente por uma reforma agrária, sua estrutura fundiária perdura apresentando características intrínsecas ao período colonial, ou seja, extensas faixas de terras sob o domínio de um pequeno número de famílias ricas. Isso significa que, o privilégio da posse e propriedade da terra se mantém inalterado, passando de geração para geração. Desta forma, os herdeiros dos antigos donos de engenhos, dos coronéis, dos fazendeiros, dos latifundiários, ainda mantêm-se valendo-se do domínio de terras, enquanto arrimo para adentrar-se, estabelecer-se e permanecer na vida pública. Noutras palavras, ocupando de modo ininterrupto as vagas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados Federais e Senado), das assembleias legislativas, das câmaras municipais, dentre outros cargos do/de poder.

Castilho (2012, p. 133), destaca que, ao mesmo tempo que as terras são passadas de pai para filho, o poder político segue o mesmo procedimento. São vários os

casos de filhos, irmãos, sobrinhos que herdaram não só as terras, mas também o patrimônio eleitoral. Nesse bojo, vão juntas práticas antidemocráticas: a corrupção, as ilegalidades, o patrimonialismo. Os políticos multiplicam-se como facções nas prefeituras. Boa parte nem buscam cargos maiores. Outros buscam carreiras nas assembleias estaduais. Outras famílias ambicionam os status de Brasília: não é algo raro encontrar o pai no Senado e o filho na Câmara Federal, este que futuramente ocupará o lugar do patriarca, e, conseqüentemente deixará a sua vaga já reservada para seu descendente.

Castro (2010), reforça a discussão salientando que,

Na realidade, se em toda sociedade organizada há interesses diferenciados, se a vontade de os realizar gera conflitos e se a política é o modo de organizar esses conflitos de interesses para que, de modo solidário, todos possam alcançar seus projetos de vida, não é possível ignorar a política como uma instituição que faz das sociedades diferenciadas e complexas. E se as sociedades se territorializam, ou seja, organizam o território para melhor atender aos interesses e às formas de vida de todos os seus componentes, ou daqueles mais influentes, não é possível ignorar a relação entre geografia e política (p. 41).

Por isso, cabe à Geografia (Política), interpretar e revelar como o espaço é uma dimensão inescapável aos conflitos dos antagônicos (classe dominante x classe dominada); à subordinação dos interesses específicos da estirpe hegemônica; e como daí são constituídos territórios de domínio político (eleitoral) e econômico.

Por se tratar de uma análise geográfica, é indiscutível que para apreender a indagação é preciso, como destaca Lacoste, “pensar o espaço em sua complexidade” os agentes (terra, política, poder, sociedade, grupos, capital) que estão implicados, e dessa forma indagar sobre os resultados desse encadeamento dialético na (re)produção do espaço. Carlos salienta o seguinte entendimento,

o espaço é duração e simultaneidade de atos e ações, situando a possibilidade de compreensão do mundo no plano da práxis. O caminho da análise impõe o questionamento das transformações da realidade e a pertinência/necessidade de superar conceitos, na indissociabilidade de dois conjuntos de problemas: de um lado a dimensão real e concreta do espaço vivido em suas cisões como produto prático da produção do espaço abstrato que se transforma na velocidade das condições impostas pela técnica (como movimento necessário à realização da acumulação); e, de outro, a constituição de um pensamento sobre o espaço, desvendando seus conteúdos na complexidade e unidade da vida real (CARLOS, 2018, p. 23).

Terra – política – poder, tríade que torna representantes políticos privilegiados dentro da política (Estado), esta que é o trampolim e suporte imprescindível para criar e desenvolver alianças em prol de benefícios e interesses particulares. Isso revela que, aqueles que deveriam atuar enquanto representantes dos interesses do povo, encontram no exercício de seus mandatos, a escora da estruturação de seus empreendimentos econômicos. Desse modo, o Estado opera de maneira que a sua organização e interferência no setor econômico resguardem os benefícios exclusivos do grupo que o controla e institui. Assim, a utilização da máquina pública comprova que as práticas e intervenções políticas são particularizadas e aponta a ordenação do domínio. (FILHO et al., 2015, p. 223).

Para a investigação dessa realidade, o método configura-se como o meio de conduzir-se no decorrer de um caminho. Na esfera científica, os métodos configuram os mecanismos essenciais que regulam as concepções ou sistemas, delineiam de maneira ordenada a forma como o pesquisador deve atuar durante o seu roteiro para chegar ao seu objetivo. (SPOSITO, 2004, p. 26).

À vista disso, mediante o Materialismo Histórico Dialético, método que promove o conhecimento teórico, partindo da aparência a fim de alcançar a essência de determinado fenômeno/objeto (NETTO, 2011), foram interpretados fatos, conceitos e referências através de uma investigação de estrutura qualitativa e de análise crítica-reflexiva.

Neste sentido, para alcançar os escopos fixados, foram empregados procedimentos metodológicos indispensáveis à concretização da pesquisa. O levantamento bibliográfico (e documental) e o exame do mesmo, é substancial a qualquer estudo científico. Por esta razão, neste trabalho o procedimento referido revelou-se vital a todas as seções. As obras e escritos contemplados tiveram papel decisivo na elucidação dos questionamentos acerca: da conduta política da classe dominante e a natureza do do Estado capitalista; do comportamento político-econômico das famílias tradicionais brasileiras donas de terras; das relações de trabalho sob a lógica do capital; do processo de formação do territorial e econômica do Brasil e dos seus desdobramentos no que tange à posse e propriedade da terra; ao fenômeno do coronelismo, à dependência do país ao capital estrangeiro, à ação grupos de interesses e das diferentes conjunturas político-econômicas que o Brasil atravessou. Isso significa que, os

entendimentos assimilados nesta dialeticidade, tornaram possível a interpretação da racionalidade de uma (re)produção socioespacial que é resultado de múltiplos encadeamentos e desdobramentos encerrados no interior das searas política e econômicas de forma congruentes.

A respeito do levantamento documental, procedimento indispensável à análise, cabe tecer algumas explicações. Um primeiro ponto é a burocracia das repartições no tocante ao compartilhamento de dados pessoais, e até mesmo de empresas. Investigar a atuação político e econômica da família Franco, mostrou-se uma verdadeira “caça ao tesouro”, haja vista, dada a influência dos membros deste agrupamento dentro dos órgãos públicos e privados, seus títulos, registros e contratos são praticamente blindados a qualquer sondagem especulativa externa. O levantamento do número de fazendas dos Franco existentes dentro da área de estudo, por exemplo, é fruto de um levantamento realizado via ofício ao superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Apesar disso, foram identificados 15 empreendimentos rurais vinculados ao CNPJ da Usina São José do Pinheiro, desta forma não se sabe ao certo quantas outras propriedades podem estar registradas em nomes de pessoas físicas, ou seja, inscrita sob tutela dos próprios membros da família Franco. Foram levados em consideração ainda, os dados oficiais levantados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, no Tribunal Regional Eleitoral – TRE/SE e na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE.

As entrevistas (conversas) realizadas com públicos distintos: agentes políticos, jornalistas, geógrafos, historiadores, trabalhadores do corte da cana, líderes comunitários e pessoas comuns, ainda que carente do ajustamento aos rigores do universo de amostra, foi outro procedimento metodológico de extrema relevância à compreensão dos distintos encadeamentos inerentes ao fenômeno examinado. Os questionamentos levantados estiveram pautados em temáticas como: o domínio político e empresarial da família Franco em Sergipe, o monopólio de extensas faixas de terras, as relações e condições de trabalho existentes nos canaviais da Usina São José do Pinheiro, o controle dos principais meios de comunicação do estado, a natureza dos conchavos entre os Franco e os chefes políticos municipais, os transtornos das obras paralisadas durante

governos de Albano do Prado Franco, as condutas patrimonialistas, os convenientes e profícuos alinhamentos, dentre outras. Tais provocações, por seu turno, estimularam problematizações pertinentes, de onde emergiram autênticos retornos. A maior parte destes *feedbacks*, validados pelo consenso com a literatura (referencial teórico e documental) explorada e suscetíveis a comprovação empírica dos fatos. Os resultados destas discussões encontram-se arranjos por todas as seções (de modo mais explícito na seção II).

Vale destacar que, algumas das obras aplicadas à pesquisa, dado o relevo e a magnitude do conteúdo teórico, foram verdadeiras bússolas diante do labirinto que a análise se apresentou. Além da fundamentação, serviram de inspiração pois, tratam-se de produções instigantes que reforçam a importância da produção científica (das humanidades), enquanto ferramenta de compressão da realidade concreta em sua universalidade e, com isso, recurso de promoção do debate no combate à anticiência e ao negacionismo em ascensão nos últimos anos no Brasil. Neste sentido, são obras que outorgam notável relevância ao trabalho apresentado.

Vale as seguintes leituras: “A Condição Espacial”, da professora e geógrafa, Ana Fani Alessandri Carlos; “Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: Constituição e problemas de relação”, do professor e geógrafo, Ruy Moreira; “Estado e Política em Marx”, do professor e sociólogo, Emir Sader; “Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro”, do jornalista, Alceu Luís Castilho; “Sobre o Autoritarismo Brasileiro”, da antropóloga e historiadora, Lilia Moritz Schwarcz; “Formação Econômica do Brasil”, do economista, Celso Furtado; “História Econômica do Brasil”, do sociólogo e historiador, Caio Prado Júnior; “Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil”, do jurista, Victor Nunes Leal; “Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências”, da economista, Tânia Bacelar de Araújo; a coletânea de sete volumes de “História Política de Sergipe”, do professor e jornalista, Ariosvaldo Figueiredo; “Eleições em Sergipe (1985/2000)”, “História de Sergipe: República (1889-2000)”, “Coronelismo e Dominação”, do professor e historiador, Ibarê Dantas; “Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil”, organizado por: Ivana Jinkings, Kim Dória e Murilo Cleto; “O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil”, organizado pela Socióloga, Esther Solano Galego.

Ademais, juntam-se a este conjunto, obras de autores como: Marilena Chaui, Karl Marx, Norberto Bobbio, Wolfgang Leo Maar, István Mészáros, Boris Fausto, Maria Thetis Nunes, Raymundo Faoro, Iná Elias Castro, Milton Santos, David Harvey, José de Souza Martins, Vera França, Terezinha Oliva, Ricardo Costa de Oliveira, Silvo Luiz de Almeida, Antônio Carlos Robert Moraes, Virginia Maria Fontes e outros.

Isto posto, a **Seção I – Política e poder: a terra e a dominação política da família Franco em Sergipe**, foi organizada no sentido elucidar as questões que se inscrevem no fenômeno. Assim, na referida seção, foram realizadas discussões acerca da: atuação política da classe dominante e de como o Estado é configurado enquanto mecanismo de dominação da classe trabalhadora pela classe dominante, esta última representada aqui pelas famílias tradicionais oligárquicas, sendo a família Franco um eminente exemplo. Por conseguinte, as discussões posteriores dessa seção, nos levam a compreender os encadeamentos responsáveis pela estrutura fundiária existente em nosso país, ou seja, o monopólio de extensas faixas terras nas mãos de poucos sujeitos. Os latifúndios sob domínio de ricas famílias no Brasil são resultado do empreendimento colonial europeu escravagista. Esta prerrogativa conferiu aos donos de engenhos, fazendeiros e coronéis, além de poder econômico (uma vez que a terra mediante o advento do modo de produção capitalista tornou-se propriedade privada, em outras palavras, mercadoria), favoreceu a ascensão política destas figuras, sobretudo dos coronéis. Fato que explica a razão da nossa política ser traçada pelo espectro do coronelismo, tendo em vista que, hegemonicamente os nomes que constituem os quadros da política brasileira (nas esferas municipal, estadual e nacional) são compostos pelos rebentos dos antigos chefes políticos municipais. Por conseguinte, a Seção I é finalizada com discussões a respeito de como o domínio de terras foi substancial à ascensão política e econômica dos Franco, haja vista, com a inserção destes sujeitos na seara política, houve a ampliação de alianças e acordos profícuos; decorrentes sobretudo do ajuste com os distintos agentes que estiveram no comando direto da máquina pública.

A **Seção II – Alianças político-econômicas e suas repercussões socioespaciais**, por seu turno, se debruça sobre as relações de interesses políticos e econômicos dos Franco, isto é, das suas alianças e articulações perante as diferentes conjunturas político-econômicas nacionais, notadamente durante a Ditadura Militar

(1964-1985) e no decorrer dos governos neoliberais (de Fernando Collor, Itamar Franco e FHC) na década de 1990. Esta parte do texto, além de destacar o caráter e as especificidades dos referidos cenários históricos da política e do mercado econômico-financeiro, ressalta os encadeamentos propulsores da contínua ascensão político-partidária e empresarial da família em questão. A ênfase é dada aos dois membros de maior proeminência da família, Augusto do Prado Franco e Albano do Prado Franco, em especial às suas ações governistas, ou seja, práticas estritamente norteadas pelo exclusivismo, pelo favoritismo, nepotismo e, acima de tudo, por ações patrimonialistas. A cada subseção deste item (seção II), foram apresentados os principais aliados, correligionários e cúmplices dos Franco no decorrer dos supracitados ínterims, nomes que vão desde polêmicos chefes políticos municipais, a poderosos e influentes governadores do estado de Sergipe e de presidentes da República. Figuras políticas que foram indispensáveis ao engendramento e implementação de vantajosos projetos particulares, maior parte perpetrados via políticas públicas, a exemplo: o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA; o Programa Nacional do Alcool – Proálcool; o Banco Nacional da Habitação – BNH; e o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI; noutras palavras, por meio do aparato e anuência do Estado. Estes arranjos foram de grande monta no sentido de resguardar e fortalecer a influência, poderio e mando dos Franco no interior dos espaços de poder. Diante disso, as argumentações traçadas, permitem o entendimento (tanto de forma implícita quanto explícita) da dinâmica e (re)produção socioespacial enquanto produto da intercessão dos Franco nas esferas de mando social.

A Seção III – **Articulações político-econômicas: a manutenção dos Franco nos espaços de poder**, é dedicada aos anos mais recentes da atuação dos Franco nos espaços de poder. Desta forma, tem como propósito apontar e discutir as articulações empreendidas pelos Franco na seara política e no setor econômico após os Governos de Albano Franco (1995-2003). Trata-se de um caminho no sentido evidenciar a lógica por trás da continuidade dos Franco nos espaços de decisão social, ainda que tenham diminuído a participação direta deles no jogo político. Vale frisar que, nos últimos anos, mais especificamente após 2011, os Franco não mais disputaram eleições. A cada subseção, foram apontadas as estratégias executadas pelos Franco para manterem-se

ininterruptamente inseridos nos espaços de decisão política (Estado) e econômica. Condição que desde sempre lhes renderam inúmeros privilégios, tendo em vista o fato de terem ocupado (e permanecerem ocupando) cargos do alto escalão em distintas conjunturas político-econômicas. Por se tratar de um agrupamento familiar de renome, detentora de considerável cabedal político e empresarial, um dos procedimentos adotados pelos Franco como forma de manter o acesso à máquina pública, sobretudo após o término dos governos de Albano do Prado Franco (1995-2003), por exemplo, é o *tráfico de influência*. Os Franco, apesar de não mais participarem dos sufrágios diretamente, a influência destes empresários nos bastidores da política-eleitoral, tem nas últimas duas décadas (2003-2023), definido os resultados de boa parte das eleições sergipanas, em especial as de governo do estado. Outra estratégia perpetrada para atingir a perpetuação nas esferas de poder, é a destreza para estabelecer articulações profícuas com todo e qualquer tipo de agente público (no geral presidentes, governadores e prefeitos), independente de qual orientação político-ideológica pertença os seus potenciais aliados/cúmplices. Tal estratégia, lhes garante negociar com políticos que vão da esquerda à extrema-direita da representação política, isso abertamente e sem acanhamentos, o que também não causa nenhuma estranheza, haja vista, não é algo nada atípico à imoralidade capitalista. O que importa de fato, é a viabilização dos meios indispensáveis à ampliação dos seus lucros. E para isso, a ingerência sobre as políticas públicas no sentido de acessar os seus recursos, associado ao comando de instituições decisivas do Estado, continuam sendo o caminho mais viável para este feito. Por último, o *lobbysmo* é apontado e discutido como uma das estratégias mais emblemáticas usadas pelos Franco no processo de assiduidade nos espaços de poder, de forma a resguardar os privilégios dos membros da família. As colocações acerca da temática, revelam a magnitude do poder de intervenção de grupos de pressão (ou de interesses) ligados ao setor econômico frente aos (distintos) governos brasileiros. Para se ter uma noção da musculatura da atuação e influência do *lobby* industrial na esfera política do Brasil, grupos de pressão como a CNI e FIESP, foram capazes de dar sustentação a governos com baixos níveis de popularidade, como foi o Governo Temer (entre 3 a 8%). De modo contrário, esse mesmo círculo de poder econômico não mediu esforços para derrocar um governo popular, como foi o Governo Dilma (que chegou a quase 80% de aprovação no

seu primeiro mandato). Ou seja, atuam como arquitetos e patrocinadores do *impeachment* da presidenta em 2016. À vista da atuação do *lobby* industrial Brasil, as discussões perfazem-se deixando às claras as adversidades sofridas por governos progressistas e, por conseguinte, os infortúnios causados à democracia e à sociedade como um todo.

Destarte, as relações entre espaço, poder e política estão expressas materialmente e na construção de um conjunto de subjetividades, impressas pelos grupos dominantes para o controle da sociedade e permanência no poder. Essas relações não acontecem sem conflitos e disputas entre os diferentes grupos de poder e os que sofrem todo o tipo de carência. A estes últimos, para uma luta capaz de romper os grilhões que os aprisionam, é preciso compreender que a ordem hegemônica nada de benéfico tem a oferecer, e por mais que sua aparência lhe apresente enquanto uma realidade insuperável, desestabilizá-la é o movimento inicial para encaminhá-la ao declínio. Para isso, é indispensável seguir um antigo conselho de Florestan Fernandes, “os operários têm de lançar-se à arena política por suas próprias causas, libertando-se do patrocínio burguês e da relação de cauda política com os interesses e as forças da ordem existente” (2009, p. 24).

SEÇÃO I

I. POLÍTICA E PODER: A TERRA E A DOMINAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA FRANCO EM SERGIPE

A Geografia pode ser compreendida como a ciência que nos leva a refletir o espaço em sua produção social. Todavia, para assimilar os encadeamentos expressados no presente estudo, a importância de assinalar um entendimento mais elucidativo do pensamento geográfico e da sua significância enquanto campo de análise da realidade concreta, torna-se indispensável. De imediato, é interessante ter mente que,

as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial. A Geografia, ao apontar a inexorabilidade da relação espaço-tempo, inclui uma perspectiva nova para a elucidação do período atual. [...] A produção do espaço abre-se, portanto, como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que, sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria), a partir dos quais vão redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital (CARLOS, 2019, p. 13-15).

Neste sentido, cabe realçar a categoria investigativa “basilar” da Geografia, ou seja, **espaço**. Categoria analítica que por seu turno serviu de base para a interpretação do fenômeno examinado e pormenorizado nesta pesquisa. Deste modo, valendo-se das palavras de Carlos (2018), a respeito do **espaço geográfico**, pode-se afirmar que, enquanto “categoria do pensamento e realidade prática, traz em si a ideia de referência para o ser humano, uma vez que é sua condição de existência, assim como as transformações da sociedade trazem como consequência modificações espaciais” (p. 17). Conforme Milton Santos (2004), em sua obra “Por uma Nova Geografia: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica,

o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (p.153).

Destarte, na condição de categoria analítica da ciência geográfica, o espaço pode ser interpretado enquanto resultante dos liames sociais perpetrados no decorrer do processo histórico. E tratando-se especificamente do estágio atual da sociedade humana, isto é, da sociedade mercadológica capitalista, como resultado das relações políticas e econômicas norteadas pelos ditames e exigências do modo de produção correspondente (SANTOS, 2021). Ou seja, na sociedade impulsionada pela lógica capitalista, a configuração do tecido socioespacial é determinada “pelo ritmo de acumulação. Na verdade, esta representa uma dotação diferencial de instrumentos de trabalho, na superfície do planeta, uma fixação de capital no espaço, obedecendo a uma distribuição “desigual e combinada” (MORAES, 1981, p. 124). A esse respeito, cabe as seguintes considerações de Moreira (2009).

Numa sociedade estruturada em classes, a exemplo da sociedade capitalista, o espaço tem por conteúdo as relações entre essas classes. Espaço da existência dos homens, numa sociedade dividida em classes sociais, o espaço geográfico traz estampado esta estrutura em suas divisões e em seus arranjos. Um fato que a paisagem se encarrega de revelar, no visual de uma favela, de um bairro operário ou de classe média. Assim, a estrutura de classes da sociedade traduz-se como um espaço estruturado em classes, cada classe social se definindo por seu espaço próprio de existência. Mesmo onde os estratos entrecruzam-se, as diferenciações de classes são espacialmente visíveis. A corriqueira expressão “ponha-se no seu lugar” com que o dominante se refere ao dominado numa sociedade de classes tem clara significação espacial. Mas o próprio caráter de dominante-dominado contido na metáfora espacial “ponha-se no seu lugar” revela que antes de uma diferenciação, a estrutura de classes tem uma base mais profunda na economia política vigente, manifesta na economia política do espaço. Como as lutas entre as classes exprimem-se como correlação de forças, que pode evoluir na direção da transformação das estruturas vigentes ou no sentido de mais ainda reafirmá-la, as classes em luta tudo fazem para trazer para si o papel de força orgânica do espaço, num confronto de espaço e contra-espaço (p. 41).

Dentre os campos de atuação da Geografia, encontra-se um campo complexo, a Geografia Política, a qual define-se na estreita conexão dialética entre Estado, política, sociedade e espaço. Ou seja, elementos primordiais no movimento histórico-geográfico da constituição da dinâmica social. As acepções contempladas por este campo da ciência geográfica, são decorrentes de estudos e interpretações dos acontecimentos políticos, isto nas mais variadas escalas e períodos históricos, embasada nos critérios investigativos/interpretativos elaborados no interior da própria Geografia e das demais

ciências afins, como: a Ciência Política, a Comunicação Social, a Sociologia, Economia, a Antropologia, a História, a Filosofia e assim por diante. “A Geografia Política pode então ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa” (CASTRO, 2010, p. 17).

À Geografia, cabe de modo geral, a interpretação da indissociável relação sociedade e espaço, os estudos do campo da Geografia Política, por sua vez, como de imediato sugere a sua terminologia, inclinam-se à leitura e apreensão dos fenômenos políticos e suas repercussões socioespaciais. Dentre os temas de interesse: a dominação política; o planejamento do espaço pelo o Estado; os conflitos territoriais; as relações político-econômicas internacionais; as desigualdades socioespaciais, os processos de urbanização e as dinâmicas territoriais das políticas públicas de desenvolvimento produtivo-econômico, merecem destaque e atenção.

A apreciação desses fenômenos é vital ao entendimento dos encadeamentos políticos. E, por esta razão, indispensável ao planejamento de medidas de enfrentamento das contradições e adversidades crônicas do país, como por exemplo: desigualdades socioeconômicas; representação político-partidária; reforma agrária; gestão e políticas públicas de Estado; planejamento territorial e globalização. Neste sentido, compete à Geografia Política a elucidação dos problemas relacionados entre a política (exteriorização e mecanismo de contenção dos confrontos existentes no interior da sociedade) e o espaço (condição e produto das lutas sociais) onde este, por seu turno, é (re)produzido conforme a lógica capitalista, resultando na configuração de territórios de dominação e de poder.

Com esta premissa, pode-se afirmar que as problemáticas, bem como os choques entre antagônicos (dominantes e dominados) no seio dos encadeamentos sociais se espacializam, ou melhor, se materializam em forma de conflitos de interesses de classes, de grupos e de famílias na busca por (re)produzir e organizar o espaço de modo a concretizar seus anseios (CASTRO, 2010). O que para os atores da estirpe hegemônica, traduz-se numa (re)produção do espaço no sentido de estabelecer as condições indispensáveis à reprodução de suas riquezas, e para isso, manipulam as estruturas do Estado para concretizar tal objetivo; assegurando assim, amplos benefícios individuais (privilégios, regalias) em face da maioria da população, menos abastada.

O Estado é o agente de transformação, de difusão e de dotação. É o intermediário entre as forças internas e externas. Assim, não é passivo; ao contrário, orienta os estímulos e é o grande criador das “rugosidades”. O Estado manifesta o modo de produção nas várias porções da Terra e é por este determinado; logo, passa a sua lógica ao estabelecer e dirigir a ordem espacial (MORAES, 1981, p. 124).

Diante disso, para fazer-se compreender as especificidades do fenômeno estudado, **a influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano**, uma vez que se trata de uma análise dialética, torna-se imprescindível a leitura minuciosa e a problematização de referências acerca de temáticas elementares à pesquisa. Este procedimento é de suma importância no processo de atravessar as cortinas da aparência do fenômeno e com isso revelar a sua verdadeira essência e lógica.

1.1 A atuação política da classe dominante e o controle do Estado

Ao se compreender a política como sendo a um só tempo, ambiente e consequência do desenvolvimento das relações entre os diferentes sujeitos no devir histórico, em uma determinada sociedade, ou ainda, como o conjunto de procedimentos mediadores das articulações em que se objetiva concretizar interesses específicos, é apreendido aquilo que para a Geografia é irrefutável; as relações de forças encerradas no interior dos ordenamentos sociais pelos distintos atores, são antes de qualquer coisa relações espaciais. Como afirma Sader, “as relações políticas são então as que autenticamente têm o papel de organizar os indivíduos na sua existência social” (2014, p. 37).

Desde a Antiguidade, visto que foi lá que os seres humanos deram início ao desenvolvimento do exercício do raciocinar e refletir, dispomos das premissas básicas a respeito da política. O que se pode concluir é que, a (filosofia) política é o princípio das relações sociais entre os homens. Neste sentido, Carlos aponta acertadamente que,

as relações sociais têm uma existência real na condição de uma existência espacial concreta, nela se inscrevendo e se realizando. Isto é, a análise da prática sócio-espacial sinaliza que as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais, o que significa dizer que a vida cotidiana se realiza num espaço/tempo passível de ser apropriado, vivido, representado (2018, p. 57).

Wolfgang Leo Maar (1982) relata que são as práticas estabelecidas entre os homens que dão origem à política, isso durante todos os tempos. Nas palavras dele, “a política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação que continuamente se revela insuficiente e insatisfatória e que não é fruto do acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade” (1982, p. 08). E sendo assim, são homens os agentes ativos das mudanças realizadas eminentemente no percurso da história e da natureza.

A política efetivamente não surge do nada: já com suas características totalmente definidas, atreladas ao Estado, às instituições, ao poder, como meio representativo e participativo, com os discursos ideológicos, com as coerções, isto é, nas esferas jurídicas, acadêmicas, religiosas, nos lares ou numa manifestação popular.

O conflito de ideias é substancial à existência da política, o que por sua vez, as ideias que se sobressaem têm a capacidade de delinear os caminhos do processo histórico. Entretanto, como destaca Boito Jr. (2019), o descuido desta análise reside no apoiar-se absoluto no campo das ideias, deixando em segundo plano, as raízes sociais, numa ingênua compreensão de que os conflitos ocorrem entre sujeitos autônomos, lúcidos, e socialmente indeterminados.

Mesmo com os múltiplos conceitos e entendimentos sobre o que se refere à política (uma vez que, a política é estabelecida entre os mais diversos segmentos institucionais, bem como se faz presente em todas as relações humanas, como meio efetivo de se concretizar seus objetivos e interesses), é no senso comum da política eleitoral, partidária, representativa ou participativa, que o conceito de política é abstraído massivamente e ganha maior expressividade, ainda que de forma leiga.

Assim, é mediante esta ambientação da política (partidária/representativa): das relações de forças (trabalhador x patrão), do Estado como mediador dos antagonistas, que a sociedade se traduz nos ordenamentos socioespaciais como resultado das contradições e conflitos inerentes aos choques de interesses.

O Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravagista, feudal ou capitalista), é a organização especializada (o “poder especial de repressão”) na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe ou, por outra, o conjunto de instituições

(mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra (SAES, 1994, p. 16).

O corolário, em contrapartida, expressa-se no detrimento dos demais sujeitos da sociedade (em geral a maioria dominada, desprivilegiada). Porquanto, a política traduz as colisões de forças antagônicas das classes no interior do corpo social, e, é o Estado (na conduta das suas atribuições e instituições), que a classe hegemônica oportunamente vale-se de instrumento de dominação da classe trabalhadora, subjugando-a às suas diretrizes e convicções.

Uma vez que, a política traduz-se nos encadeamentos realizados entre os sujeitos de uma determinada sociedade, essas relações por seu turno, invocam os dogmas cultivados no interior deste ordenamento social. Neste sentido, a política representativa, ou seja, a que é do entendimento comum, corresponde aos liames sociais elevados ao plano institucional, o que nada mais é que a luta dos contrários pelo poder, tendo em vista a concretização de projetos específicos. Contudo, como destaca Sader, “o poder político vive para além da posse do Estado, encontrando suas raízes na própria forma de se organizar a sociedade, o que inclui a posse do Estado como momento importante, mas sem se limitar a ela, pois não a tem como fundamento” (2014, p. 92).

Perante o exposto, faz-se necessário ter a luz do conhecimento o caráter do Estado, uma vez que se trata do Estado organizado e configurado conforme os princípios burgueses, ou seja, capitalista. Por esta razão, o Estado desempenha papel decisivo na configuração das estruturas e dinâmicas socioespaciais empreendidas pelo modo produção hegemônico. Imediatamente, verifica-se que, “o Estado tem um papel fundamental para a reprodução do sistema e interfere produzindo infraestrutura e todo aparato necessário à reprodução ininterrupta do processo de acumulação do capital” (CARLOS, 2008, p. 83).

Diante disso, constata-se o Estado como um dos principais agentes responsáveis por transformar e reproduzir o espaço geográfico, este que tem caráter “intrinsecamente político, ou seja, ele é arena de conflitos e, conseqüentemente, de normas para a regulação que permite o seu controle” (CASTRO, 2005, p. 139).

De acordo com Marx e Engels (2007, p.75), o Estado moderno corresponde à propriedade moderna, distinta da propriedade tribal da Idade Média que se desenvolveu

como propriedade da terra, propriedade imobiliária corporativa, capital manufatureiro até chegar ao capital moderno que é condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal. Isto quer dizer que “até chegar à propriedade pura, que se despiu de toda a aparência de comunidade e suprimiu toda a influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade”. Assim, o Estado é a “forma na qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época” (ibid., p. 76).

Para Chauí, “Marx designa como superestrutura jurídica e política, correspondente à estrutura econômica da sociedade” (CHAUI, 1995, p. 415).

Os conflitos entre proprietários e as contradições entre proprietários e não proprietários aparecem para a consciência social sob a forma de conflitos e contradições entre interesses particulares e o interesse geral. Aparecem dessa maneira, mas não são como realmente aparecem. Em outras palavras, onde há propriedade privada, há interesse privado e não pode haver interesse coletivo ou geral.

Para mediação dos conflitos, o Estado aparece “acima das ambições individualistas”, dissimuladamente “defensor dos interesses sociais gerais”. Isso significa que, o Estado ao invés de promover o bem-estar social de forma universal, faz uso das leis e da violência (exército e polícia), para garantir a propriedade privada. Além disso, estabelece e executa medidas econômicas favoráveis à reprodução do capital privado.

pertence às funções do Estado a administração dos “bens públicos” ou, dito de outra maneira, a construção de uma infraestrutura material, pois o processo de valorização e mercantil capitalista necessita de uma instância que lhe seja exterior, apta a garantir condições gerais de produção que o próprio capital não pode criar (HIRSCH, 2010, p. 54).

É interessante frisar que, os grandes empresários (donos de importantes grupos e estruturas de produção capitalista) partilham das mesmas ambições. Há entre estes homens de poder, uma espécie de colaboração conjunta, ou melhor, existe um alinhamento conveniente devido à necessidade de preservar e expandir suas propriedades/riquezas. Dessa maneira, apesar da constante disputa, há um mútuo interesse entre os proprietários privados de se instituir leis e normas que venham assegurar a integridade das suas fortunas.

Canary (2018, p. 45) reforça que, “propriedade privada é diferente de propriedade pessoal. Propriedade privada é aquela que permite ao seu possuidor obter vantagens, lucro, renda e o mais importante: explorar a força de trabalho alheia”. Catani (1981, p. 9), por seu turno, destaca que, “para existir capitalismo faz-se necessária a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe social e a presença de outra classe para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência”.

Os conflitos decorrentes da relação capital X trabalho e as contradições dessa relação são acompanhados de resistência dos trabalhadores. Não há como a classe dominante estabelecer o controle total que gostaria. Há dentro desta lógica, a presença antagônica de grupos sociais (maiores ou menores) mais ou menos estruturados/organizados que se opõem à ordem social hodierna. E daí, a prontidão dos órgãos de repressão (exército, polícia, justiça). Além disso, é imprescindível que as propensões conjuntas dos detentores da propriedade privada e o esforço para sujeitar os trabalhadores possam ser internalizados de modo que seja instituída uma consciência de legalidade e coerência válida para toda a sociedade. Evidencia-se, desse modo, que a classe dominante, para legitimar as suas predileções e exploração da força de trabalho, vale-se do seu poder de dominação e hegemonia para conformar a consciência coletiva no sentido de legitimar suas concepções e princípios. Chauí (1984, p. 21) corrobora que, “essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como as relações sociais foram produzidas e as origens das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia”. István Mészáros argumenta que,

Compreensivelmente, a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicadas às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida (2012, p. 59).

Com tais características, é incontestável que a ordem social vigente é a ordem a qual são estabelecidos e aplicados os princípios basilares da classe dominante. Ideologicamente, esta classe conforma no todo social um sentimento de que esse

ordenamento é o melhor e legítimo para todos, e que não há outro possível. Com isso, concebe-se uma interpretação de mundo/realidade que atravessa todos os espaços da vida em sociedade, é refletida nas relações familiares, profissionais, afetivas. Visto que os indivíduos acabam incorporando as ideias da classe burguesa capitalista.

A forma que o Estado se apresenta, ou seja, a de estar numa condição em que o coloca como instituição acima, neutra e separada da sociedade (das classes sociais) como sendo a expressão máxima dos interesses coletivos e não como sendo um mecanismo de uso particular dos poderosos, cria-se uma falsa realidade sob um manto fictício de equidade, organização e harmonia. Neste sentido, Sader evidencia que,

O Estado revela, então, que só existe sob a forma de dissimulação, porque representa a unidade fictícia de uma multiplicidade. Representa a sociedade, a nação, os interesses gerais dos indivíduos, as abstrações intelectuais sem determinações reais. É o Estado de uma sociedade dividida em classes, isto é, ainda que não seja apropriado diretamente pela classe hegemônica na sociedade, sua própria existência introduz uma forma de unidade, de harmonia, de ordem, que dissimula as relações entre as classes no processo de produção (2014, 84).

Ao se ter o esclarecimento da natureza de dominação do Estado em um ordenamento social constituído por classes antagônicas, é evidente que não se trata de uma organização imparcial, equânime, mas sim, de um agente favorecedor de uma ordem que assegura a predominância de uma classe em detrimento das demais; determinando assim, o caráter do modo de produção capitalista. Porém, cabe esclarecer que, a hegemonia da classe dominante (a burguesia) se dá por meio da propriedade dos meios de produção e o Estado caracteriza-se por ser um instrumento para a sua dominação. “Vale dizer: seu domínio não precisa se dar pela posse direta do Estado; a própria forma de constituição das relações sociais de produção – da qual o Estado é a expressão – reserva-lhe o papel hegemônico” (SADER, 2014, p. 84). Sader acrescenta ainda o seguinte,

quando Marx diz que o Estado é instrumento das classes dominantes, não está afirmando que é a posse do Estado que lhe dá esse caráter, mas sim que, porque são classes dominantes, o Estado, enquanto preserva as relações sociais que lhes favorecem, funciona como instrumento seu. (2014, p. 90).

Isto posto, substanciando o que foi aludido, compreende-se que, o Estado capitalista é o Estado de classes e que sua pretensa imparcialidade e posicionamento acima das vontades de cada classe, trata-se do seu caráter dissimulado de existir. Dessa forma, assegura a concentração e acumulação de riquezas, e, conseqüentemente a manutenção do sistema mundialmente hegemônico.

Visto que, o Estado é um instrumento da classe dominante, verifica-se e confirma-se que, é neste modelo de Estado (liberal/capitalista), cenário das lutas dos antagônicos (trabalhador x patrão), em que se assenta e se estrutura o domínio da máquina pública por membros de famílias burguesas, oligárquicas, detentoras de grandes extensões de terras (compreendidas em empreendimentos dos mais variados gêneros: usinas, frigoríficos, indústrias de alimentos, armazéns, mineradoras, moinhos, madeireiras, serrarias, granjas e fazendas de gado e de monoculturas), em que estas propriedades desempenham papel fundamental no tocante à inserção dos membros destes grupos na carreira política. Ou seja, as terras são passaportes para os representantes políticos brasileiros terem acesso à coisa pública. Neste sentido, Castilho, em seu livro denominado, *Partido da Terra* destaca que, “os proprietários de terras no Brasil ocupam o Legislativo, invadem o Executivo e cultivam o Judiciário” (2012, p. 9).

Cabe frisar que a política tem no contexto sócio-histórico-cultural brasileiro, padrões e princípios específicos, singulares; resultado do complexo movimento de constituição da nossa sociedade, estruturada sob os ditames políticos e econômicos atrelados ao empreendimento colonial português. Este ordenamento foi direcionado pelo processo de acumulação primitiva do capitalismo que, ainda em sua fase mercantil, passava pela adaptação e subordinação das forças produtivas às suas exigências.

Durante todo o período colonial, o Brasil foi permeado por ações inerentes ao projeto de acumulação do capital, estas ações foram responsáveis pelo rumo e o caráter social, político e econômico que o país iria seguir: a escravidão do povo preto africano, o genocídio dos povos originários, a intensa exploração das riquezas naturais, a herança da estruturação latifundiária, a economia de base primária/agroexportadora e, sobretudo, a dependência ao capital estrangeiro.

Neste sentido, pode-se dizer que o passado colonial determinou, especialmente, o caráter e ordenamento crônico da economia e da política do nosso país. O que diretamente explica nossa posição e condição atual dentro da economia mundial capitalista, ou seja, a de país subdesenvolvido, ou ainda, em “desenvolvimento”. Como reforça Schwarcz,

O princípio dessa longa história pode ser localizado já no século XVI, quando a metrópole portuguesa, na impossibilidade de povoar tão vasto território, optou por governar seu domínio americano delegando vasto território a uma série de colonos, que se transformaram em senhores de extensos domínios. Esse foi o espírito da colonização do Brasil; poucos homens concentrando grandes latifúndios, em geral monocultores. [...] Fazia parte do “cabedal de um senhor”, ainda, cuidar de todos aqueles que o rodeavam e suprir-lhes. Era desse modo que os proprietários ampliavam seus deveres, mas também acumulavam direitos. Enrijecia-se, pois, uma sociedade marcada pela autoridade do senhor, que a exercia cobrando caro pelos “favores” feitos e assim naturalizava o seu domínio. Capital, autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante de vasta parentela, controle das populações livres e pobres, postos na Igreja e na administração pública, constituíram-se em metas fundamentais desse lustro de nobreza que encobria muita desigualdade e concentração de poderes (2019, p. 41-45).

A política brasileira tem em seu cerne os traços do autoritarismo, da escravidão, da exploração, da perseguição, do ódio às minorias em direitos (às mulheres, aos negros, aos favelados, aos indígenas, aos trabalhadores), da auto-xenofobia, do endeusamento dos colonizadores, dos bandeirantes, dos coronéis, dos ditadores, dos golpistas convertidos em heróis e, mais recentemente, em “mito”.

Não é à toa, termos uma história política marcada por golpes de Estado, fato observado já na implantação da República em 1889, sinalização clara da frágil democracia brasileira que se formaria, a qual já redigiu 8 constituições federais, sendo que a última, foi aprovada em 1988, como marco da redemocratização do país após a Ditadura Militar, instaurada entre 1964 a 1985 (considerado o período mais assustador da política até então, apesar do saudosismo dos entusiastas); a Carta Magna de 88 permanece em voga até os dias atuais, apesar das diversas brechas que favorecem o seu descumprimento, principalmente por parte dos agentes políticos.

Portanto, o que se compreende é que, o perpetrar da política à brasileira, ou seja, voltada aos princípios contraproducentes, herdados do nosso processo histórico de

formação territorial, econômica e sociocultural constituiu uma esfera de poder sob comando de homens poderosos (ricos, empresários, proprietários das estruturas produtivas), que fizeram da política partidária, atalho para o domínio das estruturas do Estado. Aparelho este que, (como já apontado, em virtude da sua conformação liberal burguesa) serve à classe dominante, oportunamente, como instrumento de dominação da classe expropriada, ou seja, a classe trabalhadora.

Uma vez inseridos na esfera política, os membros das tradicionais famílias hegemônicas não perdem tempo em recorrer aos meios de se concretizar os interesses particulares da sua estirpe. Isto é, fazer uso da máquina pública (como trampolim) para se fixarem, se ramificarem e assim ascenderem de forma ininterrupta dentro dos espaços de poder. Desta forma, facilitando cada vez mais a ampliação dos seus privilégios e riquezas.

O resultado desta ambientação política, enraizada em nossa sociedade extremamente desigual (nos mais diversos contextos), é a existência de uma democracia ineficiente, vulnerável a ataques golpistas, antidemocráticos, como os observados especialmente em momentos em que o país esteve governado por partidos e representantes políticos inclinados a projetos de atendimento aos mínimos anseios da classe trabalhadora, como por exemplo: os de reforma agrária, os de melhorias das condições e direitos trabalhistas, os de igualdade racial, os de demarcação de terras indígenas, os de preocupação com o meio ambiente, os de acesso à saúde, à alimentação, à moradia e à educação.

Fatos que demonstram a hegemonia do domínio da política, e, conseqüentemente do Estado por membros de famílias tradicionais brasileiras, estes que não toleram o povo no poder, não aceitam que o pobre usufrua do bem público, como se esta esfera os pertencesse por direito natural, e que para não perder espaço para os contrários, valem-se de articulações convenientes, como: o estabelecimento da manutenção dentro dos quadros políticos, o prolongamento do uso dos mandatos através de herança política (cargos passados de pai para filho, do filho para o neto e assim sucessivamente), os acordos vantajosos, a perseguição dos opositores, o uso do poder midiático (empregado na construção de imagem de sujeitos de caráter ilibado, formação da opinião pública e ataque dos adversários políticos) e as condutas clientelistas e patrimonialistas.

Uma vez inseridos na esfera política, os membros das tradicionais famílias hegemônicas não perdem tempo em recorrer aos meios de se concretizar os interesses particulares da sua estirpe. Isto é, fazer uso da máquina pública (como trampolim) para se fixarem, se ramificarem e assim ascenderem de forma ininterrupta dentro dos espaços de poder. Desta forma, facilitando cada vez mais a ampliação dos seus privilégios e riquezas.

Dentre os meios utilizados por estes políticos para concretizar os seus projetos particulares, destaca-se um conhecido e complexo hábito político de uso e abuso do poder, o Patrimonialismo. As práticas patrimonialistas ou apenas patrimonialismo, de acordo com Schwarcz (2019, p. 66), trata-se de uma “verdadeira colcha de arranjos pessoais que alimenta práticas de conchavo, de apadrinhamento, de mandonismo e de clientelismo, as quais se sobrepõem à regra pública”. Constituindo-se assim, nos meios mais eminentes de se alavancarem através das estruturas (instituições e demais patrimônios) do Estado. Tudo isso, em desfavor daqueles que os elegem como representantes. Ainda consoante com Schwarcz (2019), esta é uma prática que hodiernamente segue atuante no país, onde a ação política continua vinculada à associação entre a simpatia do público com o privado. E que, conseqüentemente, o elo entre esses dois âmbitos distintos, provoca o desequilíbrio das instituições públicas do Estado em benefício de setores sob o domínio do privado.

As práticas que constituem o Patrimonialismo (ou conceitos que remetem às ações similares) foi/é objeto de análise de diversos autores que elucidam os eventos pertinentes à história do Brasil. Sobre o patrimonialismo destaca-se, Raymundo Faoro que considera o patrimonialismo como constituinte da formação da sociedade brasileira.

Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder: Formação do patronato brasileiro* (1958), explorou o termo, recuando ao contexto do século XVI. Investiu, pois, na análise de nossa formação colonial, largamente pautada na grande propriedade latifundiária, no trabalho escravizado e na concentração política e econômica em torno dos senhores de terra. Era essa aristocracia rural que personalizava a lei e as próprias instituições da terra, e não tinha prurido algum em governar seus domínios a partir dos dividendos do próprio quintal. (SCHWARCZ, 2019, p. 67).

A Família Franco encaixa-se nesta ordem de políticos (empresários) proprietários de terras que se lançaram na carreira política, e que nesta esfera operaram/operam (por meio dos seus cargos/mandatos) a máquina pública como instrumento (através das práticas patrimonialistas) para ascenderem dentro dos espaços de poder. E, desta forma, contemplar os seus interesses particulares e dos seus aliados.

O Estado, portanto, atua de modo que o planejamento e a intervenção na economia asseguram os interesses particulares do grupo que o domina e constitui. Desse modo, o uso privado da coisa pública demonstra que as práticas e ações políticas são personificadas e revelam a estrutura do poder. (SANTOS, 2015, p. 223).

Santos enfatiza que

o Estado patrimonial, portanto, conjuga o capitalismo moderno com formas de relações políticas tradicionais, de cunho personalista, acostumado com o poder resultante de privilégio. Apesar de a urbanização ter sido acelerado no Brasil, incorporando nas práticas sociais impessoalidade e estranhamento, isso não ocorreu subvertendo a ordem estabelecida pelo clientelismo e o favoritismo. Ao contrário, a agudização das desigualdades sociais e a acirrada competitividade impostas pela reestruturação produtiva têm colocado o favor como meio e fim na política brasileira (2015, p. 223).

Como observado, este mecanismo político tem seus traços profundamente enraizados na formação social, política e econômica brasileira, e robustecidos dentro das estruturas de poder do Estado por aqueles que têm acesso e o conduz. Pode-se dizer que, o comportamento já enraizado no seio da sociedade brasileira revela as contradições pertinentes ao Estado liberal capitalista, expondo por si só, sua forma dissimulada de agir no processo de valorização de reprodução do capital através do seu mimético ar de democracia – governo do povo ou da maioria. Pode-se comprovar o pensamento aqui posto consoante às palavras de Bobbio, em quem diz, “um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras (1990, p. 7). Neste sentido, Rosenfield contribui à perspectiva afirmando que,

observa-se frequentemente que a democracia se tornou uma adjetivação do Estado em expressões como “Estado Democrático”. É como se a democracia tivesse perdido a sua significação prática de ser lugar do público do processo de identificação da sociedade consigo em proveito de uma nova forma de organização política. Com efeito, o Estado moderno vem a cumprir esse papel de estruturação da sociedade a partir de uma nova posição: o lugar onde se cria o mecanismo que, independentemente do espaço público dos cidadãos, ganha existência própria e controla a sociedade desde fora. O conceito de democracia sofre aqui um deslocamento que altera o seu sentido, pois, de “organização de *polis*”, ele se tornou uma forma de governo possível do Estado. O Estado moderno configura historicamente um fenômeno político desconhecido que termina por fazer da democracia uma forma de legitimação do seu próprio poder (2008, p. 13).

Os membros da família Franco ao se fixarem na carreira política (desde 1940), permanecem de forma contínua, ocorrendo deste modo, a manutenção no quadro de seus representantes no executivo e/ou legislativo. Com isso, suas ligações, relações, influências e ações dentro das esferas política e econômica são reverberadas na dinâmica territorial do estado de Sergipe (com destaque para os municípios de Riachuelo, Laranjeiras, Areia Branca, São Cristóvão, Itaporanga D’ Ajuda, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, que juntos constituem a área de estudo da pesquisa).

No decorrer da história, diversos pesquisadores/teóricos analisaram e analisam em seus estudos que, determinadas famílias (de sobrenomes iminentes) encontram-se progressivamente atuantes dentro da seara política, e consequentemente acessando as repartições deliberativas da sociedade (parlamentos, governos, agremiações partidárias e assim por diante). Sujeitos atrelados às abastadas famílias têm lotado, de maneira hegemônica e ininterrupta, postos e ofícios de indicação, indo desde o âmbito municipal (prefeitos, vereadores, secretários) até o nacional (deputados, senadores, presidentes, vice-presidentes, ministros). “A função pública congrega, reúne e domina a economia. Ela é o “instrumento regalista da classe dominante”, formando um “patriciado administrativo” (FAORO, 2012, p. 160).

Antônio Francisco Doria, em sua obra, “Os herdeiros do Poder” (1994) afirma que, as famílias hegemônicas brasileiras contêm, em suas expressões, a personificação do período colonial. Seus membros, desde a época mencionada, estiveram/estão inseridos nas instituições de poder e de mando: militares, administrativas e engenhos. “Ao fundo,

a estrutura ternária, tripartite, de nossa sociedade colonial” (1994, p. 67). Boris Fausto, por seu turno corrobora versando que,

as diferentes atividades eram desigualmente valorizadas. A de maior prestígio, sobretudo nos primeiros tempos, era não propriamente uma atividade, mas “o senhor de engenho” [...] no alto da pirâmide social da população livre ficavam os grandes proprietários rurais e comerciantes voltados para o comércio externo. Esse era um quadro típico do litoral do Nordeste e, mais tarde, do Rio de Janeiro (1995, p. 70-71).

Em Sergipe, os Franco são uma das famílias que se enquadra neste perfil de tradicional aristocrático, donas de amplas faixas de terras e elevados poderes políticos e econômicos, graças ao sólido vínculo dos seus membros às estruturas de poder do Estado (aparato de consolidação dos interesses individuais no intuito da multiplicação das suas riquezas).

Desta forma, é importante destacar que, a relação entre o poder econômico e o poder político no Brasil (e consequentemente em Sergipe), não é algo exclusivamente dos dias atuais, mas ao contrário, está intimamente ligada ao domínio de extensas faixas de terras, mais especificamente das propriedades monocultoras de cana-de-açúcar.

1.2 A terra no Brasil: cerne da dominação política e econômica

Para apreender o processo que concebeu à posse, propriedade domínio de extensas propriedades rurais às ricas famílias tradicionais sergipanas, como é o caso da família Franco, é indispensável o entendimento dos encadeamentos que resultaram na configuração socioespacial do Brasil-Colônia (e repercutem sobre o espaço geográfico brasileiro ainda nos dias atuais). Logo, as relações, estruturas e técnicas capitalistas de (re)produção, e, portanto, de valorização do espaço, empregadas durante a colonização portuguesa, repercutem categoricamente sobre a “*geografia histórica*” de Sergipe.

Não é a finalidade aqui, a de trazer uma narrativa linear dos fatores sócio-históricos da constituição da sociedade brasileira e sergipana, isso de forma historicizada, e sim, a de estabelecer uma contextualização em que expresse de forma elucidativa os meandros do processo histórico, o qual em seu devir, vigora relações de produção capitalistas e

não capitalistas, como por exemplo: a propriedade privada e o trabalho escravo (ainda que se encontre em contradição), aspectos que dialeticamente determinam a configuração do ordenamento espacial, onde neste movimento suas implicações determinam os condicionamentos dos encadeamentos sociais.

O processo de colonização, tal como o perpetrado nas terras brasileiras a partir do século XVI, mediante a usurpação do colonizador branco europeu, é compreendido como uma das mais elevadas formas de manifestação da valorização do espaço. De acordo com Antônio Carlos Robert Moraes, no que se refere ao processo de colonização, ele diz o seguinte,

é sempre uma expansão sobre uma nova terra, a constituição de novos territórios (contínuos ou não ao de origem) e a ampliação do horizonte geográfico de uma sociedade, ou mesmo de um modo de produção. Apesar das formas particulares que assumiu em diferentes modos de produção, o processo de colonização – forma particular de valorização do espaço – possui uma certa universalidade. Em primeiro lugar, porque ela implica agregação de uma dada quantidade de espaço e tudo ele contém, o que na prática significa uma adição de fatores de produção: força de trabalho, recursos naturais e terra em geral. A colonização possui, assim, grande poder de influência na dinâmica da sociedade que a engendra, já que, através dela, novos recursos são drenados ao circuito econômico mais geral. A ampliação do espaço afetado pelo circuito da produção não implica apenas anexação de terras e a drenagem de recursos, mas, igualmente, na dilatação do espaço produzido. Este por sua vez, se reproduz nas “novas terras” sob padrões espaciais dotados de características próprias. O objetivo da colonização (povoamento ou a exploração, por exemplo) materializa-se sob a forma de desenhos espaciais diferenciados. A própria alocação de meios de produção no novo espaço orienta-se por tais objetivos. Toda a sociedade que esteja engendrando esta ou aquela forma de colonização estará, ao mesmo tempo, valorizando espaços originais de seu desenvolvimento (os que contêm trabalho acumulado) e os novos espaços, em que se vê na contingência de transformar uma primeira natureza ou de recuperar e modificar as heranças espaciais porventura existentes. A colonização manifesta, assim, aquilo que poderíamos chamar de um movimento de valorização extensiva do espaço (MORAES, 1984, p. 139).

Diante disso, cabe sublinhar que, as relações capitalistas empreendidas neste momento do processo histórico da configuração socioespacial brasileira, ainda necessitavam das relações de trabalho não assalariado, haja vista tratava-se do momento originário do capital, da sua acumulação primitiva (séc. XVI-XVIII). A implantação do trabalho escravo negro (por volta de 1535 no Brasil) representou o principal meio de exploração da força do trabalho humano no sentido de promover este

processo. Deve-se levar em consideração que, praticamente toda a riqueza produzida aqui no Brasil, como nas demais colônias do “Novo Mundo”, foi enviada para as metrópoles europeias.

Sader, em concordância com Marx, destaca a magnitude da categoria do trabalho como importante fonte no desvelar da natureza dos diferentes modos de produção adotados em diferentes cenários do processo histórico. Nas palavras do professor, “cada maneira de combinação entre os trabalhadores diretos e os meios de produção configura uma nova forma de organização social, que por sua vez, instaura novas categorias e articulações na história dos homens” (2014, p. 21).

Portanto, levando em consideração sua seriedade como categoria de análise da construção social, e conseqüentemente da configuração espacial, cabe reforçar a compreensão da categoria trabalho, no sentido de expor a dinâmica do trabalho escravo (voltado ao contexto colonial americano) e o modo de produção capitalista. Neste sentido, valendo-se das palavras de Sader,

As diferentes combinações possíveis entre *força de trabalho* e os *meios de produção* são fonte última de onde surgem as categorias históricas que mais imediatamente compõem as relações sociais: senhor feudal, servo da gleba, escravo, capitalista, operário, todas são noções traduzíveis na linguagem das relações entre aqueles elementos. As análises históricas encontram assim seu objetivo, seu material, nas categorias geradas pelas relações de produção. Sua forma de respeitar a distinção entre os modos de produção é focalizar os indivíduos nas suas exatas determinações sociais, não tomando o escravo por servo da gleba, ou o artesão por operário. Pelo fato de se deparar com formas combinadas de modos de produção, esse respeito é único critério pelo qual se pode distinguir até que momento vale uma denominação, qual sua extensão temporal e conceitual. As formas de combinação dos modos de produção impedem que essa determinação se possa fazer a priori, já que, embora sempre um desses modos seja predominante, seu grau de desenvolvimento implica diferenças nas categorias que produz. Em uma economia colonial, por exemplo, o fato de ele existir em função da produção para o mercado externo não é suficiente para substituir necessariamente as relações feudais no setor da economia de subsistência. O caráter predominante da produção para o mercado é o ponto de referência mais geral; seu grau de desenvolvimento será o responsável pela precisão a respeito das condições de relação social entre os indivíduos no interior dessa estrutura social particular que é o mundo colonial (2014, p. 21).

No entendimento de Marx (1985), em sua obra, *Miséria da Filosofia*, o teórico deixa claro que, o trabalho escravo, assim como o maquinário fabril e as concessões de crédito,

são os alicerces da indústria burguesa. Acerca desta concepção, levando em consideração a colonização estadunidense, Marx descreve,

sem escravidão, não teríamos algodão, sem algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância” (p. 108).

Catani acompanha o entendimento de Marx a respeito do trabalho escravo estabelecido nos empreendimentos coloniais europeus da *Abya Yala*

Somente haveria produção colonial se houvesse trabalho compulsório, servil ou escravo. Como o objetivo primeiro da empresa colonial era o lucro, tratava-se de rebaixar ao máximo o custo de reprodução da força de trabalho. Havendo abundância de terras apropriáveis, os colonos contavam com a possibilidade de produzirem a própria subsistência, transformando-se em pequenos proprietários e, especialmente, em posseiros. Em tais condições, obter produção mercantil em larga escala significava assalariar sua força de trabalho, o que exigiria que os salários oferecidos fossem suficientemente elevados para compensar, aos olhos dos colonos, a alternativa da autossubsistência. Assim sendo, o trabalho compulsório era mais rentável que o emprego de trabalho assalariado. Além disso, o tráfico negreiro abriu um setor do comércio colonial altamente rentável e representou poderosa alavancada à acumulação de capitais (1981, p. 80).

Ao se fazer este movimento de compreensão da perspectiva do trabalho escravo no contexto colonial, confirma-se, que o trabalho é determinante no desenvolvimento dos encadeamentos capitalistas estabelecidos no processo histórico. Destarte, é seguramente (re)reprodução do espaço, mediante a força do trabalho humano, que se dá a geração e multiplicação de riquezas, sendo a terra a circunstância deste trabalho e ao mesmo tempo, seu resultado-produto-mercadoria. Essa concepção é refletida na interpretação de Carlos que destaca que as demandas do ordenamento social estão intimamente conectadas ao seu potencial produtivo, uma vez que, o liame constituído entre indivíduo e natureza é permeado pela ação do trabalho, por meio do qual, a sociedade transforma o espaço e simultaneamente, transforma a si mesma (2008, p. 31).

A terra carrega, em sua semântica, o status de riqueza ou de pobreza, de vida e de morte, de domínio político e nível social ou de segregação. A depender do sujeito, grupo ou classe social que a usufrua, a terra dispõe de valor específico. Como é o caso

dos povos originários, onde a terra é a base vital de sua existência (condição para sua morada, da produção do alimento e da conexão com suas divindades). Contrariamente, para os latifundiários, a terra é, antes de tudo, mecanismo de poder, ou seja, de exploração dos despossuídos (daqueles que não possuem terras), firmando assim o sustentáculo da ascensão e da multiplicação de riquezas.

Com o advento do capitalismo, as exigências deste modo de produção passaram a determinar (e continuam determinando) as condições que definem o valor mais elevado de uma fração de terra em relação às demais. Esses condicionantes do valor de uma propriedade podem ser identificados como sendo próprios ou externos à terra (GRANCHO, apud, 1994, p. 9).

Por esse ponto de vista, no tocante à terra no contexto histórico do Brasil, por se tratar de um patrimônio de grande prestígio, vários são os conflitos para se desfrutar da posse e/ou da propriedade, desde que os portugueses chegaram nas terras brasileiras. Da mesma forma, vários são os sujeitos envolvidos nos confrontos, os donos, proprietários legítimos (os povos originários, indígenas), os posseiros, os invasores, os grileiros (proprietários mediante documentos fraudados). Logo, encontram-se nos extremos deste campo de lutas antagônicas, de um lado, os hegemônicos senhores latifundiários e, do outro, os desprovidos de terras (ibid., 1994, p. 13).

Em conformidade com Oliveira (1986), no modo de produção capitalista, a concentração de terras não se configura da mesma forma que a concentração de riqueza. Essa distinção deve-se ao fato de que, a concentração de terra é o resultado do domínio da classe hegemônica sobre um espaço produtivo intrínseco, ou seja, a terra (OLIVEIRA, 1986). Por este ponto de vista, Oliveira acrescenta,

No capitalismo, a terra, transformada em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Isso ocorre devido ao fato de que uma classe detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização como meio de produção (arrenda ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho “gratuito” do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem nem mesmo ter sequer para poder auferi-la. Da mesma maneira, porém revelando o sentido oposto, a posse é o ato de quem não quer pagar a renda ou não aceita a condição de que

para produzir tenha que pagá-la. Portanto, a concentração da terra é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a irracionalidade do método que retira capital do processo produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra. Já a concentração do capital é o aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é aumento, portanto, da capacidade de extração do trabalho não pago, da mais-valia (OLIVEIRA, 1986, p. 80).

O que fica compreendido é que, a terra, sob o modo de produção em voga, é convertida em mercadoria, passando a ter valor. Logo, apesar da renda da terra ter se configurado de maneira distinta, proporcionalmente nos diferentes períodos do trabalho social, o que todas essas variedades apresentam de modo geral, é “o fato de que a apropriação da renda é a forma econômica na qual se realiza a propriedade da terra” (CARLOS, 2018, p. 93).

Portanto, “a renda é a forma econômica – na qual se realiza a propriedade da terra, quer dizer, a propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas porções do planeta como realização econômica da propriedade da terra –, e a ficção jurídica em virtude da qual diversos indivíduos possuem com exclusividade determinadas partes do planeta. Desse modo, toda renda da terra é mais-valia, produto do sobre-trabalho (ibid., 2018, p. 93).

Na marcha sobre novos espaços, o capitalismo consegue subjugar diferentes estruturas de produção encontradas em seu caminho, isso não significa que sejam eliminadas, ao menos não de antemão. Isso porque, o capitalismo durante todo o seu processo de acumulação revelou uma elevada habilidade de adequação e comunhão com formas aversas, conjugando-as ou estabelecendo subestruturas que a princípio contrapunham os traços integrantes da sua natureza. A escravidão colonial (“escravismo moderno”) rigidamente efetuado nas colônias do Novo Mundo é um pertinente espelho de quão heterogêneo conseguem ser os ordenamentos produtivos concatenados ao capitalismo (MORAES, 2011).

Este entendimento pode ser corroborado por Moreira em sua obra, *Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil*, onde ele destaca que,

A forma de organização geográfica da sociedade brasileira atual tem sua origem na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiária, territorial e política. Terra, território e senhorio político, num tripé, forma, desde então, a estrutura de espaço atual sobre a qual se ergue a sociedade no Brasil (2011, p.11).

Por esta lógica, tendo em vista que, as relações sociais são, antes de tudo, relações espaciais, “o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial. A Geografia, ao apontar a inexorabilidade da relação espaço-tempo, inclui uma perspectiva nova para a elucidação do período atual” (CARLOS, 2018, p. 13).

Diante do que já é comprovado em estudos de grandes teóricos acerca do processo de partilha do espaço autóctone brasileiro, sabe-se que, com chegada dos portugueses, em 1500, houve num primeiro momento, a intensa exploração dos recursos naturais aqui existentes (principalmente do pau-brasil), entretanto, só foi a partir de 1530 que a Coroa portuguesa decidiu dar início ao seu empreendimento colonizador. Portugal tinha como interesse, estabelecer mecanismos de estímulos capitalistas sobre espaço colonial, ou seja, com base na implantação da monocultura da cana-de-açúcar, devido à valorização do seu produto final (o açúcar), altamente lucrativo no mercado europeu.

Em conformidade com Moreira (2011), a monocultura da cana-de-açúcar foi durante todo o período colonial, a atividade responsável pela configuração, do ordenamento e dinâmica espacial. Com tal atributo, e associado ainda ao engenho, tornou-se a condição essencial para o estabelecimento da colônia entre os séculos XVI e XVII, por meio, principalmente, das povoações primárias de São Vicente, Bahia e Pernambuco.

A escolha pela monocultura da cana foi feita com o propósito de assegurar elevados volumes de capital ao centro econômico português (que neste momento, passava por instabilidades econômicas, entregando as despesas do empreendimento colonial à iniciativa privada.) “Isso porque é a *plantation* o objeto dos financiamentos de capital e do tráfico de força de trabalho escrava e da implantação do perfil de ocupação, que daí se difunde para o todo da colônia (MOREIRA, 2011, p. 46 apud GORENDER, 1978).

A Coroa Portuguesa, em 1534, deu início a seu projeto de colonização, criando o sistema administrativo de Capitanias Hereditárias. De acordo com Prado Júnior (2008, p. 32), o plano, de modo geral, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira em doze setores, com tamanhos que variavam entre 30 a 100 léguas. Estas áreas foram doadas

a titulares que usufruíram de vários benefícios e amplos poderes: escolhendo autoridades administrativas e judiciais para recolher tarifas e impostos, subdividir as terras, etc.

Entre os poderes dos donatários das capitanias estava como vimos o de dispor das terras, que se distribuíram entre os colonos por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam ao novo mundo, mas de grandes senhores latifundiários. Além disso, e, sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 33).

Os donatários, ao receberem as capitanias hereditárias, além dos vastos poderes que a medida lhes outorgava, também ficavam encarregados de fazer a distribuição das sesmarias entre outros colonizadores. A expressão “sesmarias” era atribuída para todo o território alusivo à Coroa Portuguesa, onde ainda não tinha sido estabelecida ocupação colonial e nem a implantação de atividades econômicas. Ao levar em consideração as enormes dimensões espaciais da colônia, a alternativa de efetuar doações de sesmarias era a estratégia para garantir a exploração dos extensos tratos de espaços. “A disponibilização do espaço se desdobra na regra que lhe dê nova forma de distribuição e uso. E esta vem em forma da lei das sesmarias. Trata-se de uma lei agrária transposta e modificada para adaptar-se às próprias condições da colônia” (MOREIRA, 2011, p. 16).

Conforme Agassiz Almeida (2004, p. 121), esses homens (donatários) conquistadores foram incumbidos da construção de engenhos e produção de açúcar destinados à Coroa. Diante da população cativa, tornavam-se sofisticados exibicionistas dos seus amplos poderes políticos e econômicos aos amigos, conhecidos, hóspedes, e, principalmente, visitantes vindos da Europa. Na vastidão de terras, na parte mais elevada do relevo, onde a vista se perdia no meio do nada, os senhores de engenho erguiam as casas-grandes, nas quais se elevavam como imponentes senhores soberanos de terras, mão de obra escrava e mulheres. Boris Fausto (1995, p. 80), destaca que, os primeiros senhores de engenho eram de famílias de origem nobre ou com altos cargos na administração portuguesa, imigrantes com posses, comerciantes que se dedicavam ao mesmo tempo à atividade comercial e à produção.

Sobre esta estruturação da sociedade brasileira, constituída sobre os moldes capitalista de valorização do espaço, via processo colonizador-escravagista, de domínio senhorial, Ruy Moreira ressalta,

Sobre a base da relação terra-território-senhorio, regente de uma nova estrutura de relação homem-espaço-natureza, ergue-se uma sociedade rural com as janelas da casa-grande abertas para a entrada dos traços culturais de um mundo em franco caminho de integração. Os laços agromercantis sobre os quais esta sociedade se estrutura fazem dela a um só tempo senhorial e burguesa. Senhorial nas relações para dentro. Burguesa nas relações para fora (2011, p. 45).

Com a distribuição de terras através do sistema de sesmarias, surgiram os engenhos e as fazendas, porém, com características distintas, tanto na sua estruturação fundiária, quanto nas suas funções político-econômica-social. A fazenda despontava como o segundo modelo de dominação latifundiária que, de imediato teve seu nome ligado simplesmente à pecuária e, em seguida, corresponderia a todas outras vastas posses destinadas à lavoura. De acordo com Furtado (2007, p. 97), os currais variavam de duzentas a mil cabeças, e havia fazendas de 20 mil cabeças de gado.

O engenho tratava-se de um sistema produtivo mais complexo que o da fazenda, com maiores investimentos, vantagens (privilégios) e lucros. Assim, Guimarães (1977, p. 63), enfatiza, “o engenho havia de ser muito mais que a fazenda, uma unidade produtora autônoma e forte. Sua força residia menos na sua riqueza econômica do que nos privilégios que lhe eram conferidos: as torres, o monopólio da terra, o domínio sobre as coisas e sobre os homens”.

Moreira (2011), corrobora para o entendimento das especificidades dos empreendimentos de valorização do capital (fazendas e engenhos) enquanto estruturas de reconfiguração espacial, na constituição de territórios de dominação política e econômica local, por parte das famílias tradicionais, herdeiras das concessões (posses) das terras coloniais. Para Moreira,

O espaço colonial é uma criação da fazenda. A fazenda de lavoura nas áreas do litoral e encostas serranas cobertas de mata atlântica e a fazenda de gado nas do interior cobertas de vegetação campestre. Tanto a fazenda de lavoura quanto a fazenda de gado ocupam o espaço que centraliza de forma nuclear e dispersa, distando e separando-se uma da outra, tanto na costa quanto na hinterlândia, por

largos tratos de espaço. [...] É a fazenda de lavoura, estruturada numa *plantation*, a base central do arranjo. Todas as demais frações da organização, inclusive a fazenda de gado, a ela se acoplam, num agregado estrutural global. Formada pela combinação da fazenda de lavoura e do engenho, a *plantation* açucareira tem, assim, antes e depois da mineração, a centralidade do todo do arranjo do espaço em todo o período colonial, agregando em seu movimento todas as demais frações do espaço (p. 46).

Neste seguimento, no que tange a configuração do arranjo espacial sergipano na conjuntura colonial, cabe destacar que as primeiras doações de terras foram, de antemão, entregues aos seus subordinados (soldados) que estiveram ao lado de Cristóvão de Barros nas batalhas pelo domínio das terras sergipanas, a princípio contra as tribos indígenas (dizimadas pelos brancos, e em seguida, contra a invasão holandesa. Parte considerável das terras tomadas foi entregue a membros da abastada família Garcia d' Ávila, latifundiários baianos operantes no setor pecuário (SANTOS; OLIVA 1998, p. 34).

Além disso, enquanto a maioria dos sesmeiros recebia pequenos lotes de terra, aqueles que demonstravam já possuir recursos eram contemplados com a posse de áreas maiores, às vezes tão grandes que o proprietário sequer chegava a ocupar toda a terra compreendida na sesmaria. Com a expansão da lavoura canavieira a partir do século XVIII, tal política de distribuição das terras sergipanas evoluiu de forma a assegurar o predomínio da grande propriedade na economia local.

Apesar do avanço produtivo da monocultura da cana-de-açúcar e da vanguarda do domínio dos senhores de engenhos sobre o espaço da então colônia portuguesa, principalmente no litoral nordestino, em Sergipe, a produção de açúcar só teve sua consolidação por volta das últimas décadas do século XVIII (até então o volume produzido era diminuto), a partir daquele momento, houve forte intensificação nos *plantations* de cana e o aperfeiçoamento técnico das estruturas produtivas do açúcar.

Segundo Nunes (1989), a produção da canavieira em Sergipe destacou-se graças às perfeitas condições climáticas e dos solos férteis encontrados por aqui, ou seja, condições pertinentes à conversão de capital em estruturas produtivas do açúcar. A monocultura da cana, com o tempo foi ocupando os vales dos rios Cotinguiba, Sergipe, Vaza-Barris e Japaratuba, ampliando, portanto, o volume de matéria-prima para o

abastecimento dos engenhos, os quais multiplicaram-se vigorosamente. Sendo que, em 1798, contabiliza-se cerca de 140 unidades, passado pouco mais de um século, ou seja, início do século XX, este número saltou para pouco mais de 700, quando passou a declinar (SANTOS; OLIVA, 1998).

Apesar do cultivo da cana-de-açúcar ter se espalhado, praticamente por toda a província, a área de maior produção se concentrava no vale do rio Cotinguiba. Ali, no ano de 1854, os municípios de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário do Catete eram responsáveis por $\frac{3}{4}$ do total da produção sergipana, com seus 306 engenhos (FRANÇA; CRUZ, 2007, p. 26).

Ainda que a implantação da monocultura da cana-de-açúcar tenha ocorrido em solo *serigy* tempos após a sua estruturação nas demais capitânicas, o açúcar produzido por aqui tornou-se o principal produto econômico do estado. À vista disso, com os avanços produtivos implementados neste setor, mediante à lógica produtiva do capital, houve mudanças substanciais no espaço e na sociedade sergipana. Dentre as transformações ocorridas, o uso do vapor caracterizou-se como uma das “mudanças que visavam modernizar a agroindústria açucareira, como foram também a criação do Engenho Central em Riachuelo, no vale do Japarutuba e a transformação dos engenhos bangues em usinas” (CRUZ; FRANÇA, 2007, p. 28).

Entretanto, cabe frisar que, apesar de todo o investimento no aperfeiçoamento da técnica produtiva do açúcar, bem como das diversas formas de benesses outorgadas pelo Estado, não foram suficientes para que a produção do principal produto econômico (até então) não passasse por declínios. Com a tomada da decisão de limitar a venda do açúcar no mercado europeu, voltando-se ao comércio nacional, o artigo sergipano foi perdendo espaço para os estados concorrentes no ramo. Consequentemente, as lavouras da cana-de-açúcar foram paulatinamente sendo limitadas aos vales do Cotinguiba, sendo que ainda nos dias atuais, este recorte espacial continua a ser o de maior destaque no setor açucareiro de Sergipe.

Em decorrência da concentração das lavouras da cana no arranjo espacial do vale do Cotinguiba, já por volta do final do século XIX, muitos foram os investimentos realizados no setor canavieiro por membros das abastadas famílias aristocratas: coronéis, fazendeiros donos de engenhos, os quais contaram com o efetivo apoio dos

governantes que, juntos firmaram acordos para implantar as primeiras bases da industrialização em Sergipe através da produção açucareira.

O século XIX é tido como o auge da produção do açúcar no Nordeste quanto em Sergipe, sendo testemunhado através da expansão da área de cultivo, do aumento do número de engenhos, da maior geração de recursos e do crescimento populacional urbano. Desse modo, o predomínio do açúcar imprimirá a concentração da riqueza em mãos de quem possui terras e escravos, e o empobrecimento da população livre que não têm acesso a terras propícias à cana-de-açúcar. (Shimada; Conceição, 2009, p. 7).

Em conformidade com Santos e Oliva, “muitas das inovações só chegaram à Sergipe no século XX, mas o crescimento da produção do açúcar, na zona da Cotinguiba, formou uma sociedade mais rica e cidades com comerciantes que traziam novidades e até produtos de luxo” (1998, p. 62). Com o progressivo avanço tecnológico das estruturas produtivas implementadas no processo de reprodução do espaço sob à lógica do mais-valor (o que por sua vez, aprofunda drasticamente as relações antagônicas, expropriadores X expropriados no tecido social), houve em Sergipe, assim como no contexto nacional, a formação de uma “elite canavieira”, constituída por pelos poderosos senhores de engenhos, tendo em seu domínio, número considerável de subordinados (trabalhadores dos engenhos e dos canaviais).

A política que promulgava o sistema de sesmarias já havia sido anulada desde a Independência do Brasil, em 1822, passados quase 30 anos, foi estabelecida a Lei de Terras (em 1850), a qual regula até os dias atuais o arranjo fundiário brasileiro. A lei estabeleceu que para ser dono da terra, a partir daquela data (18 de setembro de 1850), só seria possível por meio da compra, o que por sua vez, exclui e segrega a maior parte da população, desprovida de recursos financeiros.

Enquanto o trabalho era cativo, escravo, com a mão-de-obra fixada em um determinado lugar para servir aos interesses da produção, a terra podia ser livre. Porém, quando o fim da propriedade legal de uma pessoa sobre outra foi avistada no horizonte, preventivamente a terra se tornou cativa. Afinal, o que garantiria que houvesse mão-de-obra para 17 os latifúndios com trabalhadores desfrutando de liberdade para tentar vida nova em um terreno só seu? (VEZZALI, 2006, n.p.).

Essa reação esteve intimamente ligada às demandas decorrentes dos avanços das relações capitalistas (evolução do sistema fabril – Revolução Industrial), o que exigiu a criação de novas legislações de terras. Com isso, vários países passaram a estabelecer leis que regulam as propriedades, dando assim, um novo sentido à terra, agora como mercadoria, exigência do modo de produção hegemônico. Ou seja, “o modo de produção capitalista redefine a forma da propriedade e sua função na realização da acumulação do capital enquanto processo de valorização visando o lucro” (CARLOS, 2018, p. 95). Esta reação do mercado capitalista é explicada por Cavalcante, que diz o seguinte,

No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem. A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de gerar outros bens. Procurava-se atribuir à terra um caráter mais comercial e não apenas um status social, como era característico da economia dos engenhos do Brasil colonial. Esse assunto no Brasil seria alvo de inúmeros debates, pois o país havia herdado do período colonial uma situação extremamente confusa sobre a questão da terra, o que acarretaria a criação da Lei 601 de 1850, a chamada Lei de Terra de 1850 (2005, n.p.).

Neste ponto, no cenário brasileiro não foi diferente. Com a ascensão da produção do açúcar a partir de meados do século XIX, seguindo os ditames do mercado, novos encadeamentos de trabalho são instituídos no processo produtivo, graças a transição do trabalho escravo para o assalariamento. Após a revogação do estatuto regulador das sesmarias, em virtude da criação da Lei de Terras, o espaço agrário passa por intensas transformações, valorizando assim, a terra enquanto novo produto do mercado. Consequentemente emergiram novos liames de trabalho sobre ordenamento espacial do campo.

Para Nunes, a medida estabelecida que regulamentou a retenção das terras, a partir de 1850, tratou-se da ingerência “do Estado na economia brasileira ao proibir a cessão de terra por outro meio que não fosse por compra. Não buscava beneficiar os nacionais, mas utilizar as terras devolutas no estabelecimento de colônias estimulando a colonização estrangeira” (2006, p. 25).

Desta forma, se alguma pessoa tivesse a pretensão de ser proprietário, teria que dispor de capital acumulado para adquirir uma fração de terra. Assim, certifica-se que a

Lei de Terras nada mais fez do que converter a terra em um negócio bastante lucrativo, concomitantemente, assegurou o monopólio da mesma velha elite aristocrata, latifundiários, ou seja, os donos de engenhos, e fazendas.

Alceu Luís Castilho (2012) em seu estudo acerca da relação entre parlamentares e a posse de terras no Brasil, “Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro”, o jornalista reafirma os privilégios seculares dos políticos (membros de famílias latifundiárias tradicionais da política brasileira), e o encadeamento desses sujeitos com as instituições do Estado, o qual tem suas estruturas direcionadas a favorecê-los economicamente. Desta forma, concentrando progressivamente mais poder e riqueza. Nas próprias palavras do autor, “o levantamento mostra como os políticos latifundiários detêm uma parcela significativa do país; e como eles migram sistematicamente suas posses para as fronteiras agrícolas (p. 10).

Segundo Castilho, os dados levantados refletem como funciona o ordenamento político-partidário, ou seja, categoricamente dominado por latifundiários (donos do poder). Essa conjuntura da política nacional é alicerçada no contexto da política local, dos empreendimentos rurais, indo das fazendas de monocultura às prefeituras. “A teia coronelista dos votos é feita também de arame farpado. [...] a história do Brasil é uma história de violência no campo” (2012, p. 11).

Em um país que ignorou e ignora uma reforma agrária de fato, essa terra toda pertence a figuras muito especiais: executores das leis e normas que regem o próprio território. [...] a posse de terras por políticos faz parte da história do Brasil desde as sesmarias. O paulista João Ramalho, no século XVI, era sesmeiro além de caçador de índios – e foi alcaide e vereador. [...] com a Lei de Terras, a partir de 1850, o governo ganha mais poder sobre o território. Mas garante a concentração de terras e de poder político na mão de poucos. Em um país agrário, a própria família real tinha alto apreço por suas propriedades. Foi na fazenda de Santa Cruz (onde séculos antes os jesuítas tinham escravos e gado) que Dom Pedro I comemorou a independência, e onde a princesa Isabel assinou a Lei Áurea. Em 1888, o ministro da Agricultura era Antônio da Silva Prado. Primeiro prefeito de São Paulo, deputado, ministro, chegou a ter 24 milhões de pés de café no interior paulista. Hoje, com esse número, ele ainda seria o maior produtor do mundo. Durante a República Velha, fazendeiros paulistas e mineiros alternavam na presidência. Um deles, Prudente de Moraes, foi quem enviou tropas para o massacre de Canudos. Pouco mudaria no século XX. Getúlio Vargas era pecuarista. Nem com o Estatuto da Terra, de 1964, teoricamente aberto à reforma agrária. O próprio Golpe Militar de 1964 teve na rejeição à reforma agrária um dos principais motivos para a queda do presidente João Goulart. As reformas de base Jango, a começar da reforma agrária, não puderam ser feitas. Mas o fetiche da posse de terra atravessou políticos de regimes

autoritários e democráticos; dos governos Sarney a Lula, de Collor a Fernando Henrique Cardoso. O general João Figueiredo disse que preferia o cheiro do cavalo ao cheiro do povo. A família de José Sarney tem uma ilha inteira no Maranhão, a ilha de Curupu, 2,5 mil hectares, ou 38% do município de Raposa. Mesmo o intelectual FHC, (cujo o governo assistiu aos massacres de trabalhadores sem-terra em Corumbiara e Eldorado dos Carajás) tinha lá sua fazenda de 1.046 hectares em Buritis – MG. O sociólogo chegou a declará-la ao TSE, em 1998, como empresa. Depois passou-a para os filhos. Em 2002 ela foi ocupada por trabalhadores sem-terra e logo foi desocupada pela Polícia Federal e pelo Exército. Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff não possuem imóveis rurais, mas Lula abrigou ministros latifundiários, como os peemedebistas Geddel Vieira Lima (quase 10 mil hectares) e Eunício de Oliveira (outros 8 mil hectares). A presidenta Dilma governa sob a marcação cerrada do PMDB, um partido recheado de coronéis. Seu vice, Michel Temer, tem lá seus hectares em Goiás. Os famosos caciques adoram colocar o pé na terra (CASTILHO, 2012, p. 20-21).

Esta breve síntese do panorama da propriedade de terras por políticos latifundiários, trazida por Castilho, tem no coronelismo umas das suas fontes basilares. Nesta perspectiva, cabe detalhar alguns entendimentos a respeito desta complexa estrutura de poder. Dos coronéis, vieram os políticos donos de terras no Brasil, que não se resumem aos parlamentares, esse conjunto congrega sujeitos de todos os cargos eletivos: vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores, presidentes e os respectivos vices, como destaca Castilho (2012). Os políticos latifundiários dos dias atuais são os herdeiros: filhos, netos e bisnetos daqueles que dominaram a política durante a República Velha, perpassaram o tempo e se adequaram às novas regras do jogo político. Logo, são estes sujeitos que administram as estruturas do Estado, usadas por eles como instrumento de repressão e coação dos desapropriados, seus antagônicos (sem-terra), e, contrariamente como mecanismo de favorecimento político, social e econômico deles e dos seus aliados, clientes, correligionários.

De acordo com Lessa (2015), foi ainda durante o período regencial (1831-1840), com a criação da Guarda Nacional (uma releitura do que havia existido na Europa, uma espécie de soldado da sociedade, com atuação direta na defesa e na política), que surgiu a figura do coronel. Porém, aqui no Brasil, este fenômeno, constituiu-se de forma distinta do como havia acontecido no velho continente.

Para a professora e historiadora, Maria Thetis Nunes, em “Sergipe Provincial II (1840-1889)”, a autoridade conferida ao cargo de coronel foi, por muito tempo, uma estratégia usada pelo governo imperial de controlar as elites rurais. “Decorrente do poder

militar que, como coronel, o chefe político passou a acumular, surgiu a expressão *coronelismo*, encontrada ainda hoje nos sertões brasileiros” (2006, p. 52).

Segundo Ibarê Dantas, em “Coronelismo e Dominação” (2019), o coronelismo é um fenômeno estrutural na sociedade brasileira, e que as suas bases estão alicerçadas sobre três domínios: o econômico-social, o ideológico e o político. Seus fundamentos consolidaram-se durante o período da Primeira República, embora sua origem remonte do período imperial, atrelada às classes rurais hegemônicas, reverberadas nas relações de domínio sobre os seus subordinados.

A noção declarada tem na obra, “Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil” (1949), do professor e jurista, Victor Nunes Leal, o substrato da compreensão deste fenômeno denominado de Coronelismo, termo atingido por diversos teóricos brasileiros como um genuíno brasileirismo. No estudo citado, lê-se,

A Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia, em que a patente do Coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. De começo, a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a Regência reconhecia, para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico, que estava na origem das investidas anteriores (LEAL, 1976, p. 13).

Segundo Duarte, ao criar a Guarda Nacional, pelo então Regente Feijó “subordinada ao Ministério da Justiça, oposta ao Exército, nunca pensou haver criado uma coisa que tornaria decorativa, transformada, pela política e pelo tempo, em fábrica de coronéis em substituição à nobreza com seus títulos pomposos, extinta pela República” (1979, p. 58).

Esta corporação militar foi fortemente usada como instrumento de coerção, e essencialmente ligada aos grandes latifundiários da época e, aos demais agentes que comandaram a esfera política e os ordenamentos populacionais no decorrer do período imperial. Período este, marcado por uma ilusória aparência da centralização do poder do Estado, principalmente com a subida do jovem príncipe ao trono (Golpe da Maioridade),

Dom Pedro II. Dadas as condições e estruturas técnicas, essa centralização era inviável, principalmente por se tratar de um vasto território. Logo, o que era visto como uma centralização, significou na verdade, uma descentralização do poder do Estado, que passou a outorgar amplos poderes (policial e judicial) a influentes e abastados homens das regiões e províncias. Isso significa que, o coronel era um representante do poder do Estado nas suas localidades, o que ocorreu em muitos dos casos de modo informal. Entretanto, cabe ressaltar que essa autoridade ainda não exercia poderes de fato políticos, é só com a transição do Império para a República que isso ocorrerá. Ou seja, o período imperial levou para a nova concepção do poder, a república, uma estrutura social em que o domínio da população era exercido por um potentado local, os coronéis (LESSA, 2015).

Raymundo Faoro, em “Os Donos do Poder”, reforça o entendimento versando, “o vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação (2012, n.p.).

Em sua obra, Leal (1975) buscou compreender as bases do coronelismo, a começar do período colonial, no sentido de interpretar este domínio local em consonância com o Estado. No entendimento do teórico, trata-se de uma emaranhada teia de encadeamentos do poder privado, nutrido pelo poder do Estado, poder público. Cenário ainda mais aprofundado graças às emergências eleitorais (o controle do voto principalmente) pertinentes à república. Destarte, o coronelismo deve ser observado de maneira distinta dos traços secundários como o clientelismo, o mandonismo, o filhotismo dentre outros. Desta forma, o coronelismo é entendido como um ensejo intrínseco do mandonismo, uma vez que, este último trata-se de um perfil da velha política convencional.

O coronelismo demarca um período dentro do processo histórico brasileiro que significou o poderio privado dos senhores donos de terras e de escravos sobre as populações locais, mediante os encadeamentos políticos estabelecidos com o Estado durante a Primeira República. Ao ocupar tal autoridade, o coronel submetia todos ao seu redor ao seu domínio, estabelecia conexões com outros coronéis menos influentes, dentro das vilas e povoados do município, como médicos, padres, advogados,

comerciantes, servidores públicos, constituía-se assim os seus clientes. “Para fazer valer o seu poder regional, os coronéis dispunham de grande número de jagunços, trabalhadores de suas fazendas e das fazendas dos seus clientes e correligionários” (MARTINS, 1981, p. 48).

Estava legitimada a dominação dos grandes proprietários rurais que, agrupados em torno dos mais poderosos, encontraram condições para desenvolver seu poder extralegal. Em consequência, surgiram correntes nitidamente predominantes, bafejadas pelo apoio estadual. Quanto aos dissidentes, diante da inviabilidade de conseguir êxito nas lutas, juntavam-se à corrente oficial ou se acomodavam subordinadamente, sem comprometer o funcionamento da estrutura de dominação. Nascia assim o coronelismo e vicejava como elemento de intermediação entre as oligarquias estaduais e as classes subalternas do meio rural e, de alguma forma, urbano. Embora sempre representasse esse papel central e geral, suas fontes de poder e suas funções variavam, de conformidade com a expansão do sistema capitalista nos meios rurais (DANTAS, 2019, p. 29).

Com a instauração da República e consequentemente com a implementação dos sufrágios (ainda que dissimulados), o voto é tomado como o epicentro na definição do coronel representante do poder em nível local. Desta forma, mediante o seu poder de repressão, o coronel tem como principal incumbência a de angariar voto, o que ordinariamente era realizado sob o uso de ameaças, coações e mortes. Era através do uso do medo e do pânico da população que se constituíam os *currais eleitorais* (quanto maior o contingente de votos, maior era o seu poder de troca). Com isso, constitui-se a moeda de troca para a obtenção de privilégios (cargos públicos principalmente) com figuras políticas, indo da escala estadual à nacional: governadores, senadores, deputados e presidentes.

O coronelismo consagrou um sistema eficaz de exclusão política de todos os dissidentes que não pudessem movimentar uma clientela para com ela negociar posições políticas. Com frequência, mesas eleitorais eram instaladas na residência do próprio coronel. [...] Para impedir qualquer surpresa, havia ainda o sistema de verificação de poderes, mediante o qual a eleição de qualquer candidato no nível estadual ficava sujeita à confirmação da assembleia legislativa, que podia assim não reconhecer a eleição dos adversários do governo, como aconteceu com frequência em relação aos dissidentes. O mesmo ocorria no nível federal (MARTINS, 1981, p. 47-48).

O coronel foi uma figura de grande destaque na Primeira República ou República Velha, conhecida também por República das Oligarquias, comandada pelos mais

eminentes oligarcas. Essa estrutura proporcionava ao chefe do executivo, efetiva segurança política. Entretanto, em compensação, existia certa condescendência em relação às práticas abusivas aplicadas pelos chefes políticos locais, ou seja, os coronéis. Noutras palavras, o que existia era a negligência por parte das autoridades nacionais acerca das truculências exercidas por estes sujeitos no interior do país. A principal condição imposta era que essa manipulação dos votos nos municípios, assegurasse a maioria equivalente das cadeiras do congresso (senado, câmara federal) ao presidente. Assim podendo governar livremente para impor sua agenda pessoal (LESSA, 2015).

Por este entendimento, cabe destacar a observação de Dantas (2019) a respeito do controle dos votos, o qual afirma que, a princípio este não era o fator determinante da importância dos coronéis na arena política da recém implantada república. Não era apenas pela dominação dos votos, mas principalmente pelo seu poder coercitivo e impositivo sobre as populações rurais. “Esse papel próprio da sociedade política se transferiu para o poder privado, e os coronéis eram seus grandes detentores. O controle dos votantes foi, quando muito, uma decorrência da supremacia adquirida pelos coronéis através das milícias particulares” (p. 31).

O historiador traz ainda em sua obra, o entendimento de outros estudiosos acerca dos grupos armados (capangas) a serviço dos coronéis, “fonte de poder do coronelismo”, como: Edgar Carone, Carlos Alberto Dória e Amaury Souza e Antônio Cintra. Este último, por exemplo, depois de considerar a terra, distribuída de modo desigual, como primeira fonte de poder, afirmou: “uma segunda e crucial fonte de poder, controlada pelos proprietários de terra, eram as milícias particulares” (DANTAS, 2019, p. 31).

A autoridade dos senhores rurais fundava-se, em última análise, na capacidade de fazer cumprir suas decisões, ainda que pela força, ou seja, tinha por base o número de homens armados que eram capazes de mobilizar dentre suas clientelas. Suas milícias privadas eram, por este motivo, o recurso de poder mais visível (DANTAS, 2019, p. 31 apud SOUZA, 1973, p. 98).

Diante disso, deduz-se o caráter do voto neste período da República, definido pelos estudiosos do fenômeno de *voto de cabresto* (alusivo ao curral eleitoral, este que por sua vez, vem metaforicamente dos currais de gados, localizados na zona rural). Durante a República Velha, o voto não era secreto, logo era sabido em quem se votou, o

que facilitava o controle por parte dos coronéis. Para Martins, “desde o começo, o voto foi tratado como mercadoria. Em troca do voto e da fidelidade do eleitor, o coronel podia oferecer desde determinado presente, como um par de sapatos, até o crédito aberto, até um pedaço de terra para o morador” (MARTINS, 1986, p. 47).

Isso não era manifestação de riqueza e poder simplesmente. De fato, o coronel, o chefe político local, necessitava do voto, já que somente assim podia ter o controle da política municipal (assegurando para si mesmo e seus iguais e clientes a certeza de uma tributação moderada ou inexistente, a impunidade das fraudes e até mesmo de crimes violentos contra a pessoa quando isso fosse necessário). Como vários tributos eram estaduais, o tráfico de influências entre o coronel e o governo constituía uma garantia de impunidade fiscal e de impunidade com relação a outros delitos necessários à sustentação política do coronel, incluindo a fraude eleitoral sistemática (ibid. 1986, p. 47).

A respeito do voto de cabresto, Leal (1979, p. 23), traz a seguinte compreensão, “qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto.

A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregado e capangas (ibid. 1976, p. 23).

Para Lilia Moritz Schwarcz, em sua obra de título, “Sobre o Autoritarismo Brasileiro” (2019), o equilíbrio da esfera política durante a República Oligárquica esteve resguardado estrategicamente por três condutas: o descaso conveniente dos governantes estaduais, não interferindo nos confrontos políticos municipais; na liberdade dos estados no comando da sua política interna, tendo o aval absoluto do chefe do executivo federal; e da perpetuação de sufrágios, os quais apesar das fraudes e controle dos coronéis sobre as votações e resultados, continuaram sendo realizadas.

Dessa maneira, e como uma forma de ingerência dos interesses privados na lógica pública do Estado, fraudes acompanhavam todas as fases do processo eleitoral, sendo o voto entendido como moeda de troca. O “voto de cabresto”, por exemplo, converte-se numa prática política cultural – um ato de lealdade do votante ao chefe local. Por sua vez, o “curral eleitoral” aludia ao barracão onde os votantes eram mantidos sob vigilância e ganhavam uma boa refeição, dali só saindo na hora de depositar o voto – que recebiam num envelope fechado – diretamente na urna.

O certo é que as relações de poder se desenvolviam a partir do município e que na ponta desse relacionamento consolidado estava o fenômeno do coronelismo. Coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional, a instituição do Império que ligou os proprietários rurais ao governo. Com a República, porém, se a guarda perdeu sua natureza militar, os assim chamados coronéis deixaram de participar da corporação, mas conservaram o poder político nos municípios onde viviam, recriando em novas bases a mística dos grandes mandonismos locais. O coronelismo passou a significar então, um complexo sistema de negociação entre esses chefes e os governadores dos estados e destes com o presidente da República. O coronelismo corporificava um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros (SCHWARCZ, 2019, p. 54)

Com isso, pode-se dizer que, o equilíbrio da política durante a Primeira República, resultou, majoritariamente, dessa estrutura desmedida do coronelismo, ou seja, dos “donos dos votos” locais. “E assim se estabiliza a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismo e negociações” (ibid., 2019, p. 55).

Este fenômeno político-social, que é o coronelismo, reflete bem o caráter estrutural da política brasileira. Um ambiente que desde cedo (tendo como marco inicial a invasão portuguesa) esteve indissociavelmente ligado à disputa pelo território, à posse da terra (propriedade privada; condição primordial na reprodução de riquezas e na constituição de territórios dominação dos temíveis donos de terras, fazendeiros, latifundiários). Este período, definido como República das Oligarquias (1889-1930), é retratado pelo cantor Zé Ramalho, de modo poético e com extremo rigor em sua música, “Cavalos do Cão” (1981), a qual expõe a natureza da política brasileira local, sobretudo no Nordeste do início do século passado. Em um trecho ler-se,

Corriam os anos trinta
No nordeste brasileiro
Algumas sociedades lutavam pelo dinheiro
Que vendiam pelas terras
Coronéis em pés-de-guerra

Beatos e cangaceiros.

O poder e tirania dos coronéis durante a Primeira República é retratada também nas grandes obras da dramaturgia (como em outros gêneros da arte crítica) brasileira. A exemplo disso, o filme “O Auto da Compadecida” (2000), uma readaptação da versão da peça original (1955) escrita pelo saudoso Ariano Suassuna, a qual tem como cenário o sertão nordestino. A longa-metragem apresenta de modo satirizado o abandono do povo pobre desta região pelo Estado brasileiro que, relegado à sorte (fé), foi submetido à exploração e aos caprichos dos fazendeiros/latifundiários e da Igreja.

Nascido (em seu formato mais político) com a República Velha, o coronelismo perdurou até o Golpe de 1930, momento em que Getúlio Vargas centralizou o poder por meio de chefes políticos interventores nas unidades da federação. Estes sujeitos, por seu turno, eram os encarregados por designar os comandantes dos poderes locais, isto é, das prefeituras dos municípios. O ano 1939 pode ser considerado o marco conclusivo do coronelismo (ao menos neste formato), dado o fato da ultracentralização do poder, determinada por Vargas ainda durante o Estado Novo.

Nesta segunda fase (1930-1945), em razão das conjunturas políticas (Golpe de 1930 e Estado Novo), o coronelismo enfrentou instabilidade (diminuição da sua autoridade coercitiva, matriz do poder político na Primeira República), entretanto, mantendo parte dos seus princípios, suas práticas motivadoras. A autoridade de outrora parecia ameaçada, “urgia, então, explorar novas fontes de poder político, a fim de obter reconhecimento do governo estadual. E ela reapareceu a partir da tradição do mando” (DANTAS, 2019, p. 38). Na busca por reconhecimento do prestígio, a fim de prosseguirem com seus domínios sem impedimentos, os coronéis reúnem-se com os governantes da época, porém, agora, inteirados dos novos regimes.

Nesse cenário, o contingente eleitoral já começava a pesar em muito maior proporção do que na primeira República, sobretudo com os avanços democráticos, instauração do voto secreto e criação da justiça eleitoral, em 1932. Por esta perspectiva, Dantas, ao estabelecer análises a respeito de ações políticas de intervenção no estado (1930-1945), certificou-se de que os coronéis permaneciam fortes e atuantes, apesar do regime instaurado (Estado Novo em 1937). “Parecia-nos, então, que o coronelismo sofreu

certo impacto no início dos anos trinta, mas em 1932 já estava recomposto sem aquela arrogância do senhor absoluto de outrora, mas com influência adaptada aos novos tempos (ibid., 2019, p. 40).

Sem eleições ou com eleições, não devemos esquecer que o coronelismo representava o pivô da estrutura de dominação e não seria a instauração de um regime autoritário e fechado, sobretudo para as massas, que o coronelismo sofreria “alijamento acentuado”. Aliás, o autoritarismo no Brasil, longe de promover as classes populares, serviu, quase sempre, para abafar as manifestações e desorganizá-las. O Estado Novo não deve ter fugido à regra. Ademais, seria de estranhar que o coronelismo fosse alijado de forma acentuada se não trouxesse modificações na estrutura de dominação, pois sua presença não era irrelevante assim ao ponto de ser excluído e não operar consequência. Ao nosso ver, o que faltava na bibliografia que via no coronelismo fundado no voto era o reconhecimento do que era permanente e do que era mutável, era distinguir, entre seus traços, os invariantes e aqueles que se transformavam, acompanhando as mudanças na composição das forças que controlavam a sociedade política (ibid., 2019, p. 40).

O coronelismo persiste ao tempo, e a cada nova conjuntura política estabelecida no país vai adaptando-se oportunamente às novas regras e monopolizando novas ferramentas de dominação. Após Ditadura Militar (1964-1985), em decorrência da redemocratização, o Brasil encontra-se numa conjuntura política em que o coronelismo se adaptou a novos espaços. Os coronéis que outrora dominavam sobretudo as zonas rurais, passaram a atuar nos centros urbanos. Neste arranjo atual do coronelismo, os coronéis estão substancialmente ligados ao uso da mídia, principalmente os veículos de propagação de massa, ou seja, rádio e televisão como mecanismo apropriado ao momento hodierno da política brasileira. Pode-se dizer que o coronelismo em sua roupagem urbana reflete a nova configuração do sistema comunicacional brasileiro, fundamentado em acordos mútuos entre o poder local e nacional, constituindo uma densa teia de mediação entre os poderes público e privado, este último representado por líderes políticos municipais, detentores de concessões dos difusores.

No limiar da década de 80 um repórter da Rádio Rural, de Concórdia-SC, abria espaço para o depoimento do ex-senador Atílio Fontana: “Senador, o microfone é todo seu”; o Senador, ciente das suas posses, externava: “não só o microfone, meu rapaz, mas a rádio toda”. Este episódio foi narrado em matéria do Jornal do Brasil na qual denunciava-se o uso eleitoreiro de 104 estações de rádio e televisão, espalhadas por 16 estados, de propriedade de deputados, governadores, senadores ou ministros (Jornal do Brasil, 1980). Em 1980 o

processo de abertura política do regime militar estava dando os seus primeiros passos. Depois de quinze anos de bipartidarismo, a Reforma Partidária tinha sido aprovada em novembro de 1979. Os novos partidos começavam a ser articulados: a ARENA transformou-se em PDS e o MDB dividiu-se em PMDB, PP, PT, PDT e PTB. Também neste ano, foram liberadas as eleições diretas para governos estaduais. Durante todo o período militar os critérios de defesa e manutenção do regime tinham sido impressos nos mais variados aspectos da vida política nacional. A concentração partidária, através dos governadores, senadores e prefeitos 'biônicos' e da maioria do Congresso com representantes da Arena, deu o tom da distribuição das outorgas de radiodifusão para as elites políticas. Na reportagem do Jornal do Brasil supracitada, 81,73% das estações de rádio e televisão mencionadas eram controladas por afiliados do PDS (SANTOS, 2006, n.p.).

O monopólio dos transmissores de notícias (sobretudo o rádio) converte-se em predado primordial para o exercício político, e ao mesmo tempo na nova moeda de troca. As diretrizes brasileiras de concessões dos radiodifusores foram assentadas essencialmente nas predileções políticas das autoridades parlamentares locais. Desde os anos 80, as licenças de rádios e televisões vêm sendo efetivadas como prerrogativas, diretamente usadas de maneira vantajosa em barganhas dentro do jogo político.

A Carta Constitucional Brasileira (1988) determina a proibição da concessão de transmissores de massa sob o controle imediato de parlamentares (deputados e senadores), entretanto, isso não ocorre na prática. Valendo-se das brechas da Constituição, uma vez que, são os próprios parlamentares que legislam as normas que regem as concessões, a quantidade de rádios sob o controle de políticos e dos seus familiares tem crescido expressivamente a cada sufrágio. O que contraria os princípios determinados na Constituição Federal Brasileira, onde lê-se,

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão: I - desde a expedição do diploma: **a)** firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; **b)** aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior; II - desde a posse: **a)** ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada; **b)** ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, a; **c)** patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a; **d)** ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo (BRASIL, 1988, Art. 54).

Isso significa que, com nova ordem política, pós Ditadura Militar, a mídia, em especial o rádio, passa a desempenhar função equivalente a que a terra exerceu durante a República Velha, isso porque os meios de comunicações (rádio e tv) vieram a figurar uma poderosa ferramenta política, apta a expandir imensamente os personagens políticos locais. Cabe pontuar que o rádio (sempre foi e) é um poderoso meio de comunicação ideológico, hegemonicamente nas pequenas cidades, onde é monopolizado por parlamentares de famílias tradicionais da política.

De fato, em vários municípios do país, grande parte dos políticos (ou membros de famílias/grupos políticos) são donos dos principais meios de comunicação. Portanto, estabelecendo o controle e o monopólio dos difusores, o que por sua vez, assegura a estruturação e promoção dessas figuras públicas como agentes benevolentes, atuantes, de caráter ilibado, de respeito, que abdicam de suas vidas particulares para ajudar o povo. E, é o rádio o maior exemplo disso. Este, que, por meio dos seus radialistas (tidos como “a voz da razão”) tendenciosos e partidários, continua sendo um dos principais (quando não o único) e mais atuantes mecanismos de transmissão e de formação da opinião presente nas pequenas cidades.

Imbuídos de propósitos similares aos de partido, os órgãos difusores convertem-se em elementos de pressão a serviço de classes, grupos e instituições, aos quais se ligam por conveniências mútuas e convicções. Afiguram-se como centros de produção e distribuição de conteúdo, norteando-se por bússolas ideológicas para exercer o controle do que será veiculado. Esse tipo de seletividade traduz a forma pela qual determinados significados são enfatizados, enquanto outros acabam negligenciados (MORAES, 2019, p.44).

Esta conduta pode ser apropriadamente observada na teia das relações de conveniências que se realizam em torno da distribuição dos montantes referentes às emendas parlamentares¹. É nas rádios, principalmente das pequenas cidades dos municípios interioranos, onde esses agentes políticos, juntamente com seus clientes/aliados, chefes políticos locais (prefeitos, vereadores secretários municipais), montam seus palanques privados de autopromoção, onde são transmitidas ao público, persuasivamente, notícias a respeito do desempenho e dos trabalhos realizados pelos

¹ Ver: **VIEIRA, B. V. S.**; SANTOS, Ana Rocha. As Emendas Parlamentares Pela Mídia: Desvendando Discursos. Aracaju: Editora Criação, 2021 (Cartilha).

parlamentares durante os seus mandatos, e é o repasse dos valores das emendas às localidades onde conformam os seus redutos (currais) eleitorais, a pauta principal do noticiário.

O rádio tem a capacidade de elevar significativamente a propaganda pessoal dos que distribuem as emendas através de obras e serviços, por meio da divulgação das suas ações nos noticiários. Contrariamente, no mesmo rádio, também são difundidas informações referentes à distribuição das emendas que atribuem valores negativos às ações de outros agentes políticos (a depender da sua posição política, partido ou outra razão), o que tende a gerar uma avaliação negativa por parte do público que tem acesso aos conteúdos divulgados.

Ideologicamente, através do seu poder de influência sobre as pessoas, na defesa de interesses particulares, os veículos de comunicação têm sua capacidade de criar ou destruir ideais e moldar a opinião pública da maneira que lhe convém. Se vê, na prática, que a divulgação das informações costuma ser tendenciosa, levando à exposição de opiniões pessoais, ao invés de uma divulgação dos fatos de maneira imparcial. Assim, são assegurados e preservados os interesses de grandes grupos que realizam a divulgação de informações, sobretudo, via rádio e televisão. Uma das consequências dessa situação é a destruição da opinião pública, já que ocorre uma imposição de gostos e preferências pessoais, que são tomados pelas classes populares de maneira imperceptível aos olhos dos seus integrantes.

Assim, ocorre também a fragilização da democracia (vista como forma de governo onde o povo exerce sua soberania), pois ao destruir a opinião pública e impor as preferências pessoais das classes dominantes, também ocorre a perda do direito da isonomia e, com a absorção das ideias dominantes, a tendência é que haja a manutenção dos mesmos grupos e famílias dominantes no poder.

Por este prisma, é possível identificar na família Franco uma das maiores expressões do coronelismo em Sergipe. Desde antes da inserção dos seus membros na esfera política, os Franco já usufruíam de considerável poder de influência nas decisões econômicas e políticas do estado², uma vez que neste período já eram considerados figuras importantes: de família rica e tradicional, donos de engenhos de açúcar,

² Discussão pormenorizada na subseção posterior.

proprietários de terras (latifundiários), ou seja, da oligarquia sergipana. Mas foi dentro da política que o nome Franco ganhou maior expressividade e o seu domínio e poder se expandiram para além das fronteiras estaduais. Apesar dos Franco, no que diz respeito aos títulos de coronéis, na conjuntura de 1940, (marco da inserção na política) não mais se aplicava, ao menos não de modo formal, as estratégias e comportamentos do espectro do coronelismo, foram preservados pelos membros da família na conduta política, só que agora adaptados às novas deliberações do ambiente.

Influentes em diversos segmentos empresariais, é o monopólio das organizações de comunicação em Sergipe (rádios, televisões, portais de notícia, etc.), que os relevam como autênticos coronéis nos dias atuais. Todo o conglomerado midiático dos Franco constitui-se num mecanismo indispensável nas campanhas eleitorais (propagador de ideologias partidárias) e na valorização do grupo empresarial como um todo. Para substanciar este entendimento, no Quadro I estão elencadas as empresas de telecomunicações submetidas ao controle da família Franco.

QUADRO I
Controle de meios de comunicação pelos Franco em Sergipe

Difusor	Proprietário	Fundador	Fund.	Sede
TV Sergipe (afiliada à TV Globo)	Nairson Menezes (1971-1973); Nailton Nunes Tavares (1976-1983); Augusto César Franco (1983-2002); Albano Franco (1983-2017); Lourdes Franco e Carolina Franco Grupo Integração (atualmente)	Nairson Menezes; Francisco Pimentel Franco e Josias Passos	1971	Aracaju/SE
Rádio FM Sergipe	Lourdes Franco e Carolina Franco	Albano Franco e Augusto César Franco	1984	Aracaju/SE
Portal de notícias G1 Sergipe	Lourdes Franco e Carolina Franco	Albano Franco	2012	Aracaju/SE
TV Atalaia (afiliada à Record TV)	Augusto Franco (1975-2003);	Augusto Franco	1975	Aracaju/SE

	Walter Franco e Augusto do Prado Franco Neto (atualmente)			
Jornal da Cidade (impresso e digital)	Marcos Franco e Osvaldo Franco	Nazário Pimentel e Ivan Valença	1971	Aracaju/SE
Rádio Transamérica Aracaju (Rádio Atalaia AM entre 1968-2017)	Walter Franco, Augusto do Prado Franco Neto e Grace Franco	Augusto Franco	1968	Aracaju/SE
NovaBrasil FM Aracaju (Rádio Atalaia FM entre 1979-1996)	Walter Franco, Augusto do Prado Franco Neto e Grace Franco	Augusto Franco	1979	Aracaju/SE
Rádio Cidade 99 FM de Simão Dias (antiga Rádio Cidade AM de Simão Dias)	Walter Franco, Augusto do Prado Franco Neto e Grace Franco	Augusto Franco	1986	Simão Dias/SE
Portal de notícias Portal A8	Walter Franco, Augusto do Prado Franco Neto e Grace Franco	Walter Franco	-	Aracaju/SE

Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira; Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (2021).

Com efeito, não há dúvidas de que as empresas de comunicações dos Franco constituem um efetivo instrumento no processo de difusão das convicções partidárias, principalmente durante os anos de sufrágio³. Este aparato midiático impõe forte peso ideológico sobre o noticiário sergipano, tece críticas sobre antagonistas políticos, aponta as predileções partidárias do grupo, e define literalmente os quadros políticos-eleitorais do estado. Desta forma, é estabelecida sólida hegemonia, influência e credibilidade dos Franco perante ao público. De modo contrário, há o silenciamento e a distorção das convicções daqueles que se comprometem em fazer oposição aos Franco e aos seus correligionários.

Neste seguimento, Chaui (2019, p. 17) reforça que, o exercício do poder político pelas empresas de difusão massiva de informação centraliza-se sob dois parâmetros fundamentais: o econômico e o ideológico.

³ Discussão pormenorizada na seção II.

No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios [de comunicação] é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão concedidos a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é um poder político que se ergue contra os direitos democráticos essenciais: a isonomia (a igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito à palavra ou igual direito de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente, e isso lhes é roubado pelo poder econômico dos meios de comunicação (ibid., 2019, p. 18).

À face do exposto, compreende-se que, em virtude do domínio de expressivo ordenamento fundiário, os Franco compõem um dos grupos empresariais mais importantes do Nordeste. O império iniciado pelo Coronel Albano Pimentel Franco, por meio do Engenho São José, é composto hoje por diversas empresas dos mais variados setores.

Tratando-se de uma família tradicional oligárquica, detentora de extensas propriedades, centralizadas principalmente no Vale do Cotinguiba (o que por si só já explicaria a ascensão econômica em virtude do setor açucareiro), com o passar do tempo seus membros foram realizando novas aquisições corporativas dos mais variados setores: têxtil, agropecuário, transporte, alimentício, esportivo e de comunicação (tevês, rádios, portais de notícias, revistas e jornais), aumentando substancialmente a valorização/reprodução do capital. Tudo isso através de negociações e benefícios provindos da política.

Por conseguinte, a próxima subseção (Das terras ao palácio do governo: a ascensão política e econômica dos Franco), foi reservada às discussões acerca da ascensão política e econômica dos membros da família Franco mediante o usufruto da posse e propriedade da terra.

1.3 Das terras ao palácio do governo: a ascensão política e econômica dos Franco

Conforme a análise histórica apresentada de antemão, acerca das origens da posse e propriedade de terras no Brasil e, consequentemente os seus desdobramentos

(embora breve, e priorizando alguns fatos considerados mais pertinentes às discussões e noções pretendidas), compreende-se como alvoreceram as imponentes famílias detentores de grandes engenhos e imensas fazendas espalhadas por todo o país. Certifica-se ainda que, as famílias tradicionais oligárquicas assenhoram desde o início da atuação dessas no território brasileiro, amplos poderes e privilégios. Em síntese, isso quer dizer que, os aspectos inerentes ao processo de formação territorial, econômica e política brasileira, desencadeados mediante a invasão europeia, e caracterizado sobretudo por seu empreendimento colonizador, expropriador, escravagista voltado à acumulação primitiva do capital; culminou no domínio de amplas faixas de terras nas mãos de um pequeno número de senhores. Esta dinâmica do processo histórico brasileiro, ou seja, a concentração fundiária por famílias tradicionais oligárquicas, prossegue ainda nos dias atuais como um eficiente mecanismo de perpetuação dos rebentos dos senhores de engenhos e dos coronéis dentro dos espaços de poder político e econômico.

Ao tomar como base o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, o Índice de Gini da distribuição da propriedade no Brasil apontou o país como um dos mais desiguais do mundo, no que tange a concentração fundiária. O mapa do estudo destaca que 25% do total das terras agricultáveis brasileiras é compreendida pelos 15.686 imóveis de maior extensão do país, o que representa ínfimos 0,3% do total dos imóveis rurais. Por outro lado, para atingir os outros 25% dessa área total, é preciso condensar 3.847.937 imóveis menores, ou seja, 77% dos imóveis rurais de todo o país. Ainda conforme o estudo realizado, é destacado que o “estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área” (IDACE, 2020).

Em estudo similar ao do Índice de Gini, observando os resultados dos dados coletados pelos Censos Agropecuários locais, a Oxfam Brasil (2019) apontou o fato de que, 45% da área rural do país é de propriedade de apenas 1% do total dos imóveis rurais registrados pelo INCRA. A diretora executiva da Oxfam Brasil, Katia Maia, reforça a apuração destacando que,

o modelo de desenvolvimento que prevalece na América Latina está baseado na exploração extrema dos recursos naturais e favorece a concentração de terras

por poucas pessoas. Ou seja, temos de um lado poucos grupos que concentram a maior parte das terras, enquanto no outro estão muitas famílias com propriedades muito pequenas (OXFAM, 2019).

Para Silva, a história de Sergipe revela grandes iniquidades sociais, gestadas num primeiro momento, pela constituição do arranjo fundiário ajustado aos grandes latifúndios, e partir do século XX, pela inserção e avanço dos empreendimentos agroindustriais no campo, o que por seu turno resultou na ampliação da concentração de terras nas mãos de poucos. Como forma de enfrentamento da agudização do adensamento fundiário, indígenas, “negros, posseiros, trabalhadores de barragens e trabalhadores sem-terra tornaram-se, em tempos recentes, protagonistas das lutas contra esta injustiça” (SILVA, 2002, p. 14). Em conformidade com França e Cruz (2006, p. 154),

em Sergipe, como no Brasil, há uma concentração de terra nas mãos de poucos e um grande número de pequenos agricultores com áreas de reduzidas dimensões, havendo, portanto, uma má distribuição da terra no espaço rural. Essa alta concentração tem sido responsável por inúmeros conflitos na luta pela posse da terra, resultando em vários assentamentos rurais que têm minimizado as carências dos trabalhadores.

Destarte, é inegável que a origem do poderio político e econômico das famílias oligárquicas brasileiras está atrelada à posse, propriedade e concentração da terra, e de como estas se manifestam e atuam dentro da sociedade no devir histórico. Por conseguinte, não incorreria um equívoco afirmar que a família Franco é um notório exemplo desta privilegiada camada social; haja vista, as extensas faixas de terras submetidas ao monopólio dos Franco, constituiu-se em importante artifício de inserção e ascensão dos membros desta família na seara política. Noutras palavras, o usufruto do domínio de terras pelos Franco foi (e continua a ser) substancial à introdução e manutenção dos mesmos na vida pública. Posição e condição que, por sua vez, proporcionou a concatenação de alianças profícuas de extrema monta à concretização dos projetos particulares da família.

Neste sentido, é importante ter em mente que, a relação dialética: carreira política e empresarial engendrada pelos Franco, proporcionou rentáveis benefícios, sendo a ampliação dos imóveis rurais da família uma das benesses mais emblemáticas decorrentes desta relação indissociável entre vida pública e capital privado. Com isso,

para corroborar com este entendimento, foram listadas as principais propriedades rurais (localizadas em 5 dos 8 municípios que compõem o recorte espacial estudado) registradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em nome dos membros da família Franco. Contudo, cabe ressaltar que grande parte das propriedades rurais da Família Franco encontra-se em nome da Usina São José do Pinheiro, uma das maiores empresas do grupo. Como exposto no Quadro II, a indústria é responsável por extensas lavouras de monocultura da cana-de-açúcar em Laranjeiras, Riachuelo, Itaporanga d'Ajuda, São Cristóvão e Areia Branca.

QUADRO II

PROPRIEDADES RURAIS DA FAMÍLIA FRANCO EM SERGIPE 2020				
MUNICÍPIO	TITULAR	DENOMINAÇÃO	ÁREA EM HECTARES	% DO TOTAL DO MUNICÍPIO
Laranjeiras	Usina São José do Pinheiro	Fazenda São Vicente	236,3	1,4
Laranjeiras	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Campo Grande	432,8	2,6
Laranjeiras	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Conceição	271,5	1,6
Laranjeiras	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Porção	367,4	2,2
Laranjeiras	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Palmeira	211,7	1,2
Laranjeiras	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Rio do Ano	484,0	2,9
Riachuelo	Cachaça Engenho Lyra	Fazenda Lyra	228,5	2,9
Riachuelo	Sergipe Industrial (sociedade de economia mista)	Fazenda São Bento (Lotes: 86, 88, 90, 92, 93)	720,9	9,2
Riachuelo	Usina São José do Pinheiro	Sítio Areias	24,0	0,3
Riachuelo	Usina São José do Pinheiro	Fazenda São Gonçalo	261,5	3,3
Riachuelo	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Massapê	82,2	1,0
Riachuelo	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Tábua	46,8	0,5
Riachuelo	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Barcos do Vazaringui	44,3	0,5
Riachuelo	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Porto dos Barcos	133,8	1,7

Itaporanga D'ajuda	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Santa Aguiar	336,2	0,4
São Cristóvão	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Castelo Branco	164,2	0,3
São Cristóvão	Usina São José do Pinheiro	Tábua de Baixo	666,0	1,5
Areia Branca	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Guidinha	105,9	0,7
Areia Branca	Usina São José do Pinheiro	Fazenda Coqueiro	101,4	0,6
Total de hectares levantado: 4.919,4 ha – 49,19 km²				

Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁴

Para interpretar os encadeamentos e fatores que viabilizaram a concentração e expansão fundiária dos Franco, faz-se necessário ter em mente alguns entendimentos. De acordo com Araújo (2002), o nome Franco já era citado em registros oficiais do estado desde o século XVIII, “nome este que em dias atuais continua muito comum entre as “elites” sergipanas. A família Franco de parques recursos atravessou as intempéries do tempo, sempre em posições dominantes, como agentes protagonistas da história de Sergipe” (SANTOS; LEANDRO, 2010, p. 8).

Como reforça Doria (1994, p. 29), a classe dominante se estrutura em torno de complexos familiares. É pequena o suficiente para que possa conservar uma possibilidade de comunicação rápida entre seus membros.

Hoje, como no passado, o patrimônio é um complexo relacional mantido por uma família ou grupo. A família e a linhagem são tanto grupos patrimoniais como modelos para a formação de novos grupos dessa ordem, que podem estender-

-
- ⁴Laranjeiras tem 162,5 km² - 16250 ha. Desse total, 2.003,7 ha pertencem à Família Franco. O equivalente a 12,3% do território do município.
 - São Cristóvão tem 436,9 km² - 43690 ha. Desse total, 164,2 ha pertencem à Família Franco. O equivalente a 1,9% do território do município.
 - Areia Branca tem 148,1 km² - 14810 ha. Desse total, 105,9 ha pertencem à Família Franco. O equivalente a 1,3% do território do município.
 - Itaporanga D'ajuda tem 757,3 km² - 75730 ha. Desse total, 336,2 ha, pertencem à Família Franco. O equivalente a 0,4% do território do município.
 - Riachuelo tem 78 km² - 7800 ha. Desse total, 1.313,5 ha pertencem à Família Franco. O equivalente a 16,9% do território do município.
- A soma total do adensamento das propriedades rurais dos Francos, sobretudo as registradas em nome da Usina São José do Pinheiro, localizadas dentro do recorte espacial analisado, configura um território 49,19 km², valor superior ao de municípios sergipanos como: Telha (48,95 km²), Carmópolis (46,39 km²), Santana do São Francisco (45,10 km²), Amparo de São Francisco (35,33 km²), Pedrinhas (33,14 km²) e General Maynard (19,79 km²).

se ao coração das atividades econômicas e políticas pretensamente ultramodernas. (DORIA, 1994, n.p).

Isso explica o fato de historicamente encontrarmos nos estados brasileiros, principalmente os da região Nordeste, as estruturas do poder do Estado sob o comando de membros de famílias tradicionais hegemônicas, muitas das quais têm o sobrenome estreitamente ligado às doações das sesmarias. Ou seja, resultado da condensação de poder (político e econômico) durante décadas, em muitos casos até séculos. (OLIVEIRA, 2009, 2017). O Oliveira acrescenta ainda que, o liame supracitado é dirigido às regiões mais pobres, ou mesmo de um Brasil do passado (colonial, monárquico e da República Oligárquica), isto é, de uma sociedade agrária, marcada “por relações patriarcais, por instituições atrasadas e, especialmente, configuradas no poder político municipal” (2017, p. 3).

O que se verifica empiricamente a cada pleito, tanto do ponto de vista dos estados como das pequenas cidades do interior e até mesmo em capitais e no plano federal, é a continuidade da política como campo cada vez mais propício para atividades familiares. Podem-se encontrar hoje, e não raramente, netos ou bisnetos daqueles que nos tempos remotos já estavam presentes na ocupação dos espaços de poder, sustentados por relações e vínculos familiares que lhes permitiam o exercício político. [...] o tema família e política como objeto de reflexão não é atual e tão menos irrelevante. No que tange à capacidade de expressar a forma pela qual a política brasileira é permeada por relações familiares, percebe-se que a prática não está calcada no ideário político republicano preconizando a separação entre as esferas pública e privada, mas, ao contrário, está correlacionada a elementos do mundo privado, das formas de dominação, das relações e dos vínculos de parentesco, de compadrio, de cumplicidade e de amizade (ibid., 2017, p. 3-4).

Neste sentido, conforme aponta Cruz (2015), a influente família Franco é destaque quando se refere à manutenção dentro dos espaços de mando. Durante seu percurso histórico, diversos foram os investimentos realizados nos múltiplos setores do mercado. **Por volta do final do século XIX, até aquele momento suas riquezas eram alusivas ao domínio de terras e de engenhos, sobretudo, Pinheiro, em Laranjeiras e Central, em Riachuelo.** Mediante os desdobramentos (alianças, acordos e condutas patrimonialistas) encerrados dentro da seara política, por volta do final da década de 1930 a início de 1940, é que foram tomadas novas posturas em relação aos empreendimentos econômicos, expandindo-se no setor do comércio e avançando para os campos da

indústria e da comunicação. Conjugando amplos poderes, vantagens e privilégios, os Franco aprofundaram projetos particulares, mediante o uso das estruturas do Estado (máquina pública).

A família Franco tem seu gene “nobre” ligado aos ricos engenhos de açúcar, movidos pelo labor dos cativos. Como sabido, no encadeamento entre propriedade de terras e sistema escravista, este último foi substancialmente relevante para o andamento das relações produtivas mercantis, onde a cana-de-açúcar e o escravo negro eram produtos, com forte potencial na elevação do volume de capital dos senhores donos de engenhos. “Encontrava-se Sergipe, em 1888, no 8º lugar entre as províncias possuidoras de escravos” (NUNES, 2006, p. 45).

No mapa estatístico elaborado por Manoel Diniz Vilas Boas (1855), incumbido de fazer o levantamento populacional (livre e escrava) de Sergipe no ano de 1854 (Quadro III), destacado por Ariosvaldo Figueiredo em seu artigo, O negro escravo em Sergipe, uma Introdução ao seu Estudo (1988), constou uma população de 132.640 pessoas, sendo deste total, 100.192 livres e 32.448 escravos, um total de aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população, (isso excluindo alguns municípios não apurados). Cabe observar os números do município de Laranjeiras (na época considerado um dos principais centros político-econômico do estado), localizada no Vale do Cotinguiba, região onde até os dias atuais é dominada pelas das fazendas de monocultura canavieira da família Franco.

QUADRO III
Levantamento populacional de Sergipe em 1854 – comparação
entre o número de pessoas escravizadas e livres

MUNICÍPIO	População Total	População Escrava	População Livre
Laranjeiras	9.105	3.321	5.784
Estância	8.243	2.140	6.103
Capela	6.761	2.060	4.701
Nossa Senhora do Socorro	4.880	1.675	3.205
Itaporanga D' Ajuda	6.061	1.580	4.437
Itabaiana	7.879	1.560	6.319
Divina Pastora	3.256	1.490	1.766
Santo Amaro das Brotas	4.812	1.440	3.372
Santa Luzia do Itanhy	4.755	1.400	3.355

Lagarto	6.520	1.375	5.145
São Cristóvão	5.969	1.305	4.664
Maruim	4.149	1.265	2.884
Riachão	5.148	1.237	3.911
Santa Rosa de Lima	3.419	1.177	2.242
Rosário do Catete	2.928	1.154	1.774
Siriri	3.493	1.145	2.348
Propriá	8.518	1.016	7.502
Itabaianinha	5.638	976	4.662
Simão Dias	6.174	932	5.242
Japaratuba	1.557	890	667
Porto da Folha	5.835	769	5.141
Brejo Grande	1.835	556	1.279
Tobias Barreto	3.898	546	3.352
Boquim	1.875	443	1.455
Neópolis	3.676	351	3.325
Indiaroba	1.875	289	1.586
Cristinápolis	3.529	245	3.275
Tomar do Geru	797	102	695
TOTAL	132.640	32.439	100.191

Fonte: Mapa estatístico elaborado por Manoel Diniz Vilas Boas (1855).

Emmanuel Franco (2002), em “O Clã do Engenho Porteira”, ratifica o entendimento acerca do embrião oligárquico dos Franco, apontando que foi da união entre João Gonçalves Franco com a neta do Coronel Francisco de Barros Pimentel, Cecília Bibiana de Almeida, dois membros de famílias tradicionais, proprietárias de engenhos e lavouras de cana-de-açúcar que nasceu Albano do Prado Pimentel Franco. E foi a partir dos descendentes desse que surgiu a renomada família Franco.

Recorrendo à obra, “A vida patriarcal de Sergipe”, do jornalista e político, Orlando Dantas (1980, p. 125), comprova-se o vínculo dos Franco aos engenhos, visto que, em 1869, o nome do coronel João Gonçalves Franco, pai do coronel Albano Pimentel do Prado Franco, consta entre os 54 proprietários de engenhos de produção de açúcar no município de Laranjeiras, sendo dois sob o seu domínio, os engenhos São José e o Flor da Roda.

Laranjeiras fica a 15 quilômetros da capital Aracaju, e já foi um dos mais importantes municípios sergipanos, com destaque nos setores político e econômico do estado. Como constatado, a família Franco desde sempre esteve ligada à produção de cana-de-açúcar, no Vale do rio Cotinguiba, enraizada pela Usina São José do Pinheiro,

contudo proveniente da antiga estrutura do Engenho São José. O referido engenho era de propriedade do Coronel João Gonçalves Franco, herdado pelo coronel Albano Pimentel do Prado Franco, pai de Augusto do Prado Franco. Nesse sentido, Shimada e Conceição (2009, p. 06) afirmam o seguinte,

A produção canavieira está bastante relacionada com os interesses dos proprietários das melhores terras que lucravam enormemente com as culturas de exportação, consolidando a formação do latifúndio, isto é, a grande propriedade rural, a vinculação dependente do país em relação ao exterior, a monocultura de exportação, a escravidão e suas consequências. Surgindo a estrutura fundiária concentrada desde o período colonial e que irá permanecer com esta mesma face até os dias atuais.

De acordo com Ibarê Dantas (2004), o município de Laranjeiras por muito tempo logrou grande prestígio no estado, onde sua sede administrativa foi considerada um dos mais relevantes centros urbanos. Grande produtora de cana-de-açúcar (principalmente voltada para a produção de açúcar), chegou a possuir mais de 38 engenhos, portanto, dispondo de uma economia consolidada e de notável receita. E ainda, “centro irradiador das pregações republicanas e do movimento abolicionista, foi nos seus salões e em suas ruas que se destacaram muitas lideranças que iriam governar a República” (2004, p. 19).

No início dos anos noventa, a questão da mão de obra e a carência de lucratividade na produção açucareira resultaram em crise generalizada, afetando vários Estados. No caso específico de Sergipe, as dificuldades em encontrar pessoas para trabalhar na fabricação de açúcar e nas lavouras das fazendas não se limitaram à última década do século XIX. Nos anos seguintes, o problema continuou com variada intensidade, estimulado por alguns movimentos. As emigrações para outras regiões e o recrutamento para construir estrada de ferro foram alguns dos fatores responsáveis pelo aumento da escassez de mão-de-obra. Esses acontecimentos, associados com a elevação dos preços dos produtos de exportação estimularam os produtores a modernizarem seus centros industriais. Essa tendência persistiu até pelo menos 1930, alterando o perfil dos proprietários. Tornou-se sinal de prosperidade e prestígio passar de senhor de engenho para usineiro (ibid., 2004, p. 47).

Desta forma, houve queda considerável na cifra de engenhos banguês, contribuindo para o aumento do número de usinas, como pode ser observado no Quadro IV.

QUADRO IV
Núcleos produtores de açúcar em Sergipe – 1903/1930

ANOS	ENGENHOS BANGUÊS	USINAS
1903	643	14
1917	329	54
1927	220	86
1930	-	86

Fonte: DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

Mesmo com os problemas atrelados ao déficit de capitais, indispensáveis para o aperfeiçoamento do processo produtivo, do tacanho arranjo de carga e descarga do produto, da escassez de mão-de-obra, sobretudo com a soltura dos cativos, o setor produtivo do açúcar conseguiu superar parte destes obstáculos, e se foi adequando a outros, o que concedeu a Sergipe o status de segunda maior economia açucareira da região Nordeste, ainda no início da Primeira República (SANTOS; OLIVA, 1998, p. 77).

A conjuntura em que Sergipe é apontado como umas das maiores economias açucareira do Nordeste é destacada de forma comparativa entre os demais estados produtores do açúcar na obra Memória Histórica da Indústria Sergipana, como observado no Quadro V.

QUADRO V
Número de usinas nos demais estados do Nordeste produtores de açúcar em relação a Sergipe
1910 -1920

ESTADO	NÚMERO DE USINAS	
	1910	1920
Rio Grande do Norte	04	03
Paraíba	05	02
Pernambuco	46	54
Alagoas	06	15
Sergipe	62	70
Bahia	07	22

Fonte: BATISTA, Sônia Maria (Coord.) Memória Histórica da Indústria Sergipana. p. 58.

Todavia, as transformações atravessadas pelo setor econômico brasileiro no final do século XIX, em virtude das imposições do sistema capitalista e, com isso, continuar incorporado ao mercado mundial, reverberaram-se na reestruturação e progresso do setor açucareiro “de que são indícios os engenhos e as usinas” (ibid., 1998, p. 77).

Perante à queda do número dos banguês, o cenário parecia desfavorável aos senhores de engenhos, onde as possibilidades de enfrentar o problema encerrava-se em duas possibilidades: a modernização dos estabelecimentos ou o término por completo das suas funções produtivas e, com isso, tornarem-se abastecedores de matéria-prima, a cana-de-açúcar, dos empreendimentos de maior potencial produtivo (DANTAS, 2004, p. 48).

Embora a médio prazo essas opções terminassem predominando, de imediato ainda havia a possibilidade de resistência, mesmo porque a esmagadora maioria daquelas empresas, que passaram a ser chamadas de usinas, sofreu pequena transformação tecnológica, pois não tinha o porte das que existiam em Pernambuco e Alagoas. Como seus proprietários investiam pouco, passaram a ser qualificadas de “meias-usinas” e mais jocosamente de “banguês enfeitados”. Daí Sergipe ser considerado a “república das meias-usinas”, pois as “completas”, em 1917, não passavam de quatro, entre as quais a Usina Central, conhecida como umas das melhores do país (ibid., 2004, p. 48).

Em conformidade com Prado Júnior, sem recursos para competir na indústria, na maior parte dos casos, restou aos proprietários dos pequenos engenhos vender as suas propriedades aos donos de usinas. “O controle do negócio passava assim para os usineiros, que se aproveitarão dele para adquirir progressivamente as terras dos engenhos. Asseguravam assim a autonomia, e livravam-se dos fornecedores com os quais suas relações podiam não ser boas” (1994, p. 247).

Este modelo econômico em que o açúcar se tornou o produto epicentro, foi implementado durante o período de concentração do capital comercial europeu, onde os produtos das colônias eram encaminhados ao comércio do Velho Continente, intimamente incorporado à égide do capital de sujeição ao movimento de constituição da propriedade privada da terra e da supremacia econômica pactuada pelos latifundiários. Defasado o padrão agroexportador que teve sua ascensão com o estabelecimento do empreendimento colonial, este formato comercial passou por significativas transformações, sobretudo com o golpe de Estado (a Revolução de 1930), houve a

implementação de reformas política e estatal. Com a queda do então presidente do Brasil, Washington Luís e com o impedimento da posse de Júlio Prestes, eleito presidente pelo voto direto, assumiu em seu lugar Getúlio Vargas (anteriormente governador do estado do Rio Grande do Sul), em um período considerado complicado para o setor econômico brasileiro, devido à crise de 1929, que declinou os mercados no mundo inteiro, e, consequentemente atingindo fortemente o padrão agroexportador do país.

Com isso, no sentido de valorizar o produto/capital interno, o Governo Vargas implantou o seu projeto de desenvolvimento econômico industrial voltado ao mercado nacional. Com essa medida, o padrão até então aplicado, o agroexportador, passou por transformações para atender as demandas e os interesses do capital interno, assentado em um programa que objetivava a agregação e ampliação comercial interna, consequentemente diminuindo a hegemonia fundada no favoritismo das oligarquias regionais.

Com o fim da Primeira República, e, consequentemente com o Golpe de Estado (1930), o antigo modelo agroexportador passa por eminente desarranjo, entretanto, isso não significa dizer que o mesmo aconteceu com a velha oligarquia latifundiária e sua particular ligação política com o Estado.

Esta mudança mostra como repercutia no Brasil a grande crise econômica que o mundo capitalista começou a viver desde 1929. A agricultura foi a mais atingida pelos problemas criados com a crise, por isso o Governo Provisório tomou providências para acelerar a industrialização do país. Assim foram perdendo força os grupos políticos estaduais representantes dos interesses da agricultura em crise. Mas em Sergipe o poder continuou com os usineiros, acostumados a mandar na política e na sociedade (SANTOS; OLIVA, 1998, p. 92).

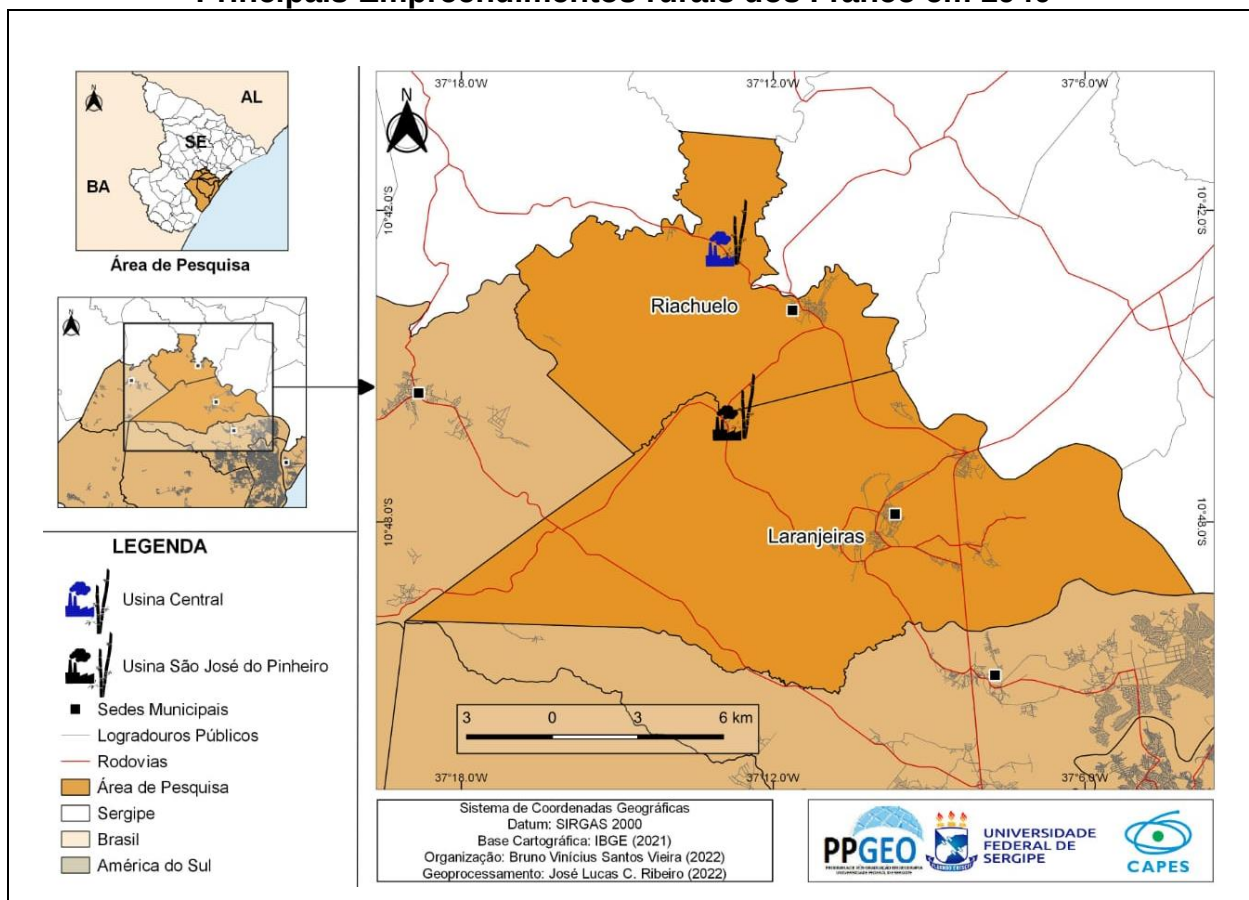
Neste sentido, a fim de mitigar os efeitos da acentuada crise superprodutiva capitalista, a queda do preço e a ambição dos empresários, produtores, processadores e comerciantes do açúcar, o Estado passou a intervir no processo através de medidas que visaram regular os encadeamentos estabelecidos entre os muitos sujeitos e ao mesmo tempo, os transtornos periodicamente existentes na produção do açúcar. Na época, de acordo com Figueiredo (1989, p. 359),

Sergipe exhibe numerosos problemas econômicos e sociais, especialmente no campo onde os Governos, federal e estadual, não ousam intervir. As 8.202

propriedades rurais existentes em 1920 são, em 1935, cerca de 20.477, divisão que se processa, principalmente, por herança e compra e venda.

Dentre as propriedades rurais existentes em Sergipe, levantadas pelo Departamento Estadual de Estatísticas (1937), as propriedades registradas em nomes de membros da família Franco, localizadas sobretudo em Laranjeiras e Riachuelo, correspondiam aos imóveis rurais de mais alto valor destes municípios (Figura 4). Figueiredo reforça o entendimento ao destacar que, “em Laranjeiras, a Usina de São José, de Albano Pimentel do Prado Franco valia 1:000:000\$000 [de réis], a fazenda Cafuz, do mesmo proprietário, 500:000\$000. [...] Em Riachuelo, a Usina Central, de [seu filho] Antônio do Prado Franco valia 2.050:000\$000” (ibid., 1989, p. 361).

FIGURA 4
Principais Empreendimentos rurais dos Franco em 1940



Em Sergipe, os Franco usufruíram de importantes benefícios concedidos pelas medidas político-econômicas do Estado, criadas pelo Governo Vargas. Na época (anos

1930), já desfrutavam de considerável influência dentro da seara política. Isso em virtude das atividades produtivas canavieiras enraizadas no Vale do Cotinguiba. Emmanuel Franco (2010) sublinha que a Usina São José do Pinheiro é a maior expressão (símbolo) de representatividade da força e poder da Família Franco. Foi através dessa empresa, quando ainda se chamava Engenho São José, produtor de açúcar e melaço (exportados para o resto do Brasil e Europa), onde se firmou a pedra angular dos negócios empresariais do grupo. Surgiu ali, há mais de um século, o que viria a se tornar o poderio corporativo dos Franco. Entende-se com este fato que, “a propriedade do Pinheiro atrela-se à tradição e ao poder político em Sergipe. Pertenceu ao Sr. Albano do Prado Pimentel Franco, sucedido pelos seus filhos Augusto e Manolito e pelos herdeiros José (Zé Franco), José Albano, Fernando e Adélia Maria” (LOUREIRO, 1999, p. 95).

[A Usina São José do Pinheiro] começou como um modesto engenho de açúcar, sem maiores proporções. Sua expansão vertiginosa se deu em meados deste século [XX], na oportunidade da política implementada pelo extinto Instituto do Açúcar e do Alcool-IAA, de incentivo à criação de usinas centrais, para ampliar a capacidade e a qualidade da produção do açúcar no país. Essa política logrou a centralização do beneficiamento do açúcar e também, infelizmente, a concentração de renda e o declínio de várias unidades açucareiras (ibid., 1999, p. 95).

Como pode ser observado, a principal empresa dos Franco, a Usina São José do Pinheiro, teve sua capacidade produtiva ampliada, mediante ação do Estado por meio de políticas públicas de desenvolvimento produtivo e econômico. Vale destacar que a implementação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, foi resultado do alinhamento do Governo de Getúlio Vargas (1933) com a elite industrial. O conchavo entre o Estado, ou seja, o Governo Vargas e o patronato da indústria, tinha como propósito promover a industrialização brasileira, proposta idealizada desde 1930, contudo só executada após o fracasso dos oligárquicas do café na Revolução Constitucionalista, em 1932. Contudo, este programa de industrialização, exigia a efetiva participação do Estado no que tange à viabilidade das condições necessárias para o almejado desenvolvimento do setor, em suma, a intervenção do Estado concretizou-se através de incentivos de diversas ordens, sobretudo de financiamentos mediante a concessão de créditos. De acordo com Diretório Brasil de Arquivos, ligado ao Arquivo Nacional,

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi criado pelo decreto n. 22.789, de 01/06/1933 e tinha como incumbência regular e fomentar a produção, o transporte e o comércio de cana de açúcar e álcool, sugerindo aos governos da União e dos estados todas as medidas que deles dependessem e fossem necessárias, inclusive as referentes a cotas de produção, impostos e taxas, fixando também os seus preços de compra e venda para a indústria e para o consumidor. Em 25 de julho de 1933, o decreto n. 22.981 aprovou um novo regulamento para o (IAA), que passou a ter como fim assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar, incrementando paralelamente a produção e o consumo do álcool-motor nacional. Em 10 de janeiro de 1951, o decreto n. 29118 aprova novo regimento interno para o (IAA), reestruturando o seu quadro de pessoal. A finalidade do instituto passa a ser a defesa e o fomento da lavoura canavieira e da indústria do açúcar e do álcool. Em 22 de julho de 1960, a lei n. 3762 criou os ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, transferindo o (IAA) para a órbita do primeiro. Em 24 de junho de 1975, a portaria n. 129 aprovou um novo regimento para o (IAA), que passa a ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a finalidade básica de executar a política agroindustrial açucareira do Brasil., O Instituto do Açúcar e do Alcool foi extinto pelo decreto n. 99.240, de 07/05/1990. (DIBRARQ, 2022).

Destarte, esse encadeamento público-privado, no intuito de atender as demandas do mercado na época, aumentaram substancialmente o aperfeiçoamento das estruturas produtivas, tanto sobre o espaço urbano, com as indústrias de bens duráveis, como no campo, com a modernização das usinas de açúcar, que com os incentivos outorgados pelo Estado, mediante o Governo de Getúlio Vargas, ampliaram suas estruturas para produzir novos produtos, especialmente o Alcool.

Neste sentido, o estreitamento político-econômico entre Estado e burguesia industrial que culminou no estabelecimento e execução de políticas públicas de desenvolvimento industrial, foi decisivo para o avanço técnico e reestruturação dos empreendimentos rurais. Isto significa que, os antigos engenhos e banguês, que outrora figuravam o complexo fabril de produção do açúcar, cachaça e melaço em Sergipe, evoluíram para modernas usinas/agroindústrias sucroalcooleira. Por seu turno, esta reestruturação produtiva corroborou para a agudização da monopolização de terras e, conseqüentemente, para o acúmulo e reprodução de riquezas de algumas famílias tradicionais do setor canavieiro, a exemplo, a Franco.

Com efeito, graças aos incrementos logrados com as medidas estabelecidas pelo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, a Usina São José do Pinheiro anexou ao seu

conjunto empresarial novas usinas, como a Oiteirinhos, Caraíbas, Pedras e o Engenho Central de Riachuelo. Logo, a Usina São José do Pinheiro desponta como a última da sua ordem, produtora de açúcar no estado. Porém, cabe esclarecer que, este fato está atrelado aos vários acordos encerrados nas esferas econômica e política, onde os Franco habilidosamente desempenharam e desempenham papéis de destaque e influência, resultando na efetivação dos projetos pessoais da família e dos seus aliados, correligionários.

Diante disso, Riachuelo, município vizinho a Laranjeiras e a 29 quilômetros da capital Aracaju, pode ser compreendido como o segundo berço dos Franco. O município tem dentre os filhos mais ilustres, Augusto César Leite, abastado e prestigiado médico, membro da clássica família Leite. César Leite, como era popularmente conhecido, era pai de Maria Virginia Leite Franco, esposa de Augusto do Prado Franco. Além disso, o município abrigava um dos maiores e mais importantes empreendimentos deste eixo familiar, o antigo Engenho e depois usina, a Central. Riachuelo já foi um dos mais importantes produtores de açúcar, de tecidos e de cachaça (aguardente) de Sergipe, tendo como uma das suas principais matrizes econômicas a referida usina. De acordo com Loureiro,

O Engenho Central foi criado em 1886, pela Cia. Açucareira da Paraíba e Sergipe, que obteve subvenção do governo para adquirir as terras. Começou a operar por volta de 1889. O maquinário aí instalado era de origem holandesa, destacando-se dos demais usualmente empregados no estado, de origem inglesa. Para facilitar o transporte da cana e o escoamento da produção, construiu-se uma estrada de ferro financiada por americanos e o Central logrou a melhor posição de uma das melhores usinas de açúcar da América Latina (1999, p. 93).

No início do século XX, mais propriamente na década de 1920, Antônio do Prado Franco (filho do primeiro casamento do Coronel Albano do Prado Pimentel Franco), sobressai-se como aclamado homem de negócios, principalmente “depois de arrecadar a Usina Central no Rio de Janeiro, através de leilão, e adquirir a parte dos sócios, progrediu e tomou parte ativa nos empreendimentos do Governo Graccho Cardoso (1922/1929)”.

Observa-se já naquela conjuntura (anterior à década de 1940), a estreita relação dos Franco com destacados representantes políticos, condutores da máquina pública,

definidores de políticas que resguardam e viabilizam os projetos dos grandes empresários. Este fato pode ser testemunhado ao se observar a condução do Governo Graccho Cardoso, que para atender os interesses dos seus aliados na época (usineiros e fazendeiros), implementou ações que os favorecessem, como por exemplo,

a criação do Banco do Estado de Sergipe para liberar crédito agrícola a juros módicos; estimula a imigração de colonos estrangeiros; instrumentos para a regularização dos contratos de trabalho; reestruturação do Centro Agrícola, visando atender as necessidades de controle científico e dos conhecimentos técnicos, assim como preparar mão-de-obra especializada para as lides agrícolas. [...] Foi criado o Departamento Estadual do Algodão com o objetivo de aperfeiçoar a produção no estado (MENEZES, 1999, p. 156).

Para realizar a compra da Usina Central, Antônio do Prado Franco estabeleceu parceria com os donos do Engenho Pedras, Coronel Gonçalo e João Cruz, vindo, adiante, a adquirir os dotes dos sócios, tornando-se o único titular. Porém, em 1939, com a sua morte, o patrimônio da Central foi herdado por seus filhos. No ano de 1951, a Central passou por abrangente reforma e ampliação da maquinaria, intensificando sobretudo a sua capacidade produtiva, tornando-se com isso, uma das mais produtivas da região do Nordeste, chegando a produzir mais de 100 quilos de açúcar a cada tonelada da matéria prima. “O engenho permaneceu sob a administração dos irmãos Silvio, Francisco e Antônio Franco até 1968, quando, produzindo 120 mil sacas de açúcar por safra, é vendido ao tio, Augusto Franco” (LOUREIRO, 1999, p. 93).

Conforme Emmanuel Franco (2010), o Coronel Albano do Prado Pimentel Franco foi casado por duas vezes, primeiro com Maria Rosa de São José, com quem teve quatro filhos (Cecília do Prado Franco, José Paes Franco, Albano do Prado Pimentel Franco e Antônio do Prado Franco). No seu segundo matrimônio, agora com Adélia Prado Franco, juntos tiveram vários filhos, se destacando: José do Prado Franco, Walter do Prado Franco, Augusto do Prado Franco, Manuel do Prado Franco, Flávio do Prado Franco, João do Prado Franco, todos nascidos em Laranjeiras, nas terras onde se encontra hoje a Usina Pinheiro, onde juntos se desenvolveram no setor empresarial. Com a morte do patriarca da família, a viúva e matriarca passou a comandar os empreendimentos, juntamente com os dois filhos mais velhos.

Foi neste seguimento de formação familiar (de arranjos matrimoniais entre membros de famílias tradicionais abastadas, donas de extensas faixas de terras) onde se constituíram os grupos políticos-empresariais hegemônicos do estado. Desta forma, não raro, haver a condensação dos mais diversos tipos de mecanismos à disposição de um mesmo grupo hegemônico, que os operam de maneira a favorecê-los, e assim, lograr novos recursos, ou ampliar os que já dispõem, visando, com isso, à manutenção dentro do círculo seletivo da alta sociedade (SANTOS; LEANDRO, 2010). Acerca desse padrão de relações matrimoniais estabelecidas pelos membros das tradicionais famílias oligárquicas brasileiras lê-se o seguinte,

Dentre as principais estratégias de reprodução familiar estão as alianças matrimoniais endógenas, com o objetivo de fortalecer os laços internos ou também as exógenas, entre descendentes de “grandes famílias” diferentes, alianças que buscavam a expansão das redes de relações entre ambas as famílias envolvidas, visando a multiplicação de seus recursos: bens, prestígio, notoriedade, sobretudo a perpetuação de uma nome “nobre”, este trunfo em dias atuais ainda é bastante acionado para a consagração das “grandes famílias”. (SEIDL, 2002, apud, SANTOS; LEANDRO, 2010, p.2).

No que se refere à importância dos recursos logrados e ampliados por membros de famílias dominantes, observa-se que, de tempos em tempos, parte desses mecanismos declinam, ou seja, não possuem mais a relevância dantes, perdendo assim espaço para novos. “Aqueles famílias que enveredam nas mais diversas áreas, e buscam se inovar têm mais predisposição de continuarem ao longo do tempo ocupando posições dominantes na estrutura da sociedade” (SAINT MARTIN, 1995, apud, SANTOS; LEANDRO, 2010, p. 3).

Graças às posses/riquezas da família, os Franco desde cedo foram conduzidos aos melhores ensinos. Todos estudaram em colégios e universidades considerados verdadeiros centros de excelência, não só em Sergipe, como também em outros estados. Augusto do Prado Franco, que se tornou o principal membro da família, por exemplo, estudou em Salvador, fazendo desde o ensino fundamental até o curso superior, formando-se pela Universidade de Medicina da Bahia e se especializou no Rio de Janeiro.

Dos engenhos saíram médicos, bacharéis, e elite letrada, começando a substituir, na representação política da Província, os pais ou parentes que os haviam encaminhado às escolas superiores da Europa, à Escola de Medicina da Bahia e de Direito de Recife e São Paulo. (NUNES, 2006, p. 51).

Dentre os principais membros da Família Franco, cabe destacar a atuação de Augusto do Prado Franco, nascido em 4 de setembro de 1912, filho do coronel Albano do Prado Pimentel Franco e Adélia do Prado Franco. Convertido em figura expoente e de expressiva representação do patriciado sergipano, em janeiro de 1940, Augusto do Prado Franco casou-se com Maria Virginia Leite Franco, filha de Augusto César Leite, e neta de Thomaz Cruz, da prestigiada Família Cruz. Com o matrimônio, o casal teve nove filhos: Albano, Walter, Amélia, César, Antônio Carlos, Clara, Marcos, Osvaldo e Ricardo do Prado Franco.

Desde os anos de 1950 e 1960, Augusto do Prado Franco já figurava entre os nomes mais importantes da seara política sergipana, e no final da década de 1970, era classificado como o maior homem de negócios de Sergipe. Detentor de grandes empreendimentos, suas posses estavam ligadas aos mais diversos setores econômicos: indústria, comércio, pecuária, agricultura e comunicação (como: rádios, jornais e um canal de televisão, bem conhecida TV Atalaia, que nos dias atuais está sob o comando do seu filho o empresário Walter Franco).

Augusto do Prado Franco é por muitos adeptos denominado como “um dos homens mais importantes e influentes da História de Sergipe”. Há de se concordar com a retórica, uma vez que, o empresário-político, graças ao domínio conferido pelo cabedal econômico, por todo o período em que conciliou as atividades políticas e empresariais, ostentou em seu rol de aliados (amigos, correligionários e apadrinhados) e por conseguinte opositores, os nomes dos líderes e articuladores de maior notoriedade dentro do cenário político-corporativo da sua época. Figuras que atuavam da escala local à nacional; como os chefes políticos municipais responsáveis por promover práticas clientelistas, a exemplo os “currais eleitorais”.

Cabe destacar que, o percurso histórico trilhado pela família Franco é pavimentado por complexos procedimentos defensivos que servem de base para a continuação dentro do ordenamento do poder do Estado. Com significativos e variados instrumentos de dominação, traduzidos em diferentes formas do capital, proporcionaram a manutenção

ininterrupta destes sujeitos dentro das esferas de decisões políticas e consequentemente econômicas desde 1940. Trata-se, portanto, de um grupo político-familiar que faz uso do nome para validar o capital político, em que o status dos membros aclamados neste meio (principalmente o de Augusto do Prado Franco) é usado como vantagem em competições políticas e econômicas (CRUZ, 2015).

Segundo Ibarê Dantas (2004), os membros da Família Franco se lançaram na vida política a partir de 1940, aliando-se a Leandro Maciel. Nesse período estava acontecendo a Redemocratização no Brasil, então, essa aliança ajudou a estruturar o partido União Democrática Nacional – UDN, que tinha como principal objetivo enfrentar o Governo de Getúlio Vargas (Estado Novo).

Naquele tempo, Sergipe era governado por Augusto Maynard, que juntamente com Francisco Leite Neto, seu secretário geral, constituem o Partido Social Democrático – PSD. Sociedade fundada por influência do Governo Vargas, esse período ficou marcado em Sergipe como o mais reacionário do interventor (DINIZ, 2013, p. 189). Na época ainda foram criadas outras agremiações, como por exemplo, o Partido Republicano de Sergipe. Alguns jornalistas e intelectuais buscaram criar também o Partido Trabalhista, mas o plano não foi adiante.

Os líderes de Leandro Maciel marcaram uma postura de questionamento do autoritarismo no decorrer do governo de Maynard, passando do apoio inicial ao oposicionismo. Com uma mensagem atraente para os estratos médios da população e com o apoio econômico fundamental da família Prado Franco, fundaram a União Democrática Nacional (UDN), aglutinando representações do patronato rural e urbano, de setores da classe média e de alguns setores das camadas populares. Desde o governo de Eronildes de Carvalho, o senador Leandro Maciel deixará de apoiar a bloco partidário dos usineiros, iniciando a trajetória que o colocaria no centro das decisões da política sergipana nos anos seguintes. (DINIZ, 2013, p.189).

Nessa ocasião, os Franco passaram a se difundir cada vez mais no cenário político, porém, sem se afastar do comando dos negócios da família. A propriedade do Pinheiro estava sob a chefia de José do Prado Franco, Walter do Prado Franco, envolvido com o Sindicato dos Usineiros e com o Banco Comércio e Indústria, concorrente do Banco Mercantil, da Família Leite. Augusto Franco ficou responsável por administrar um novo empreendimento, a indústria têxtil São Gonçalo, em São Cristóvão.

Dos Franco, Walter do Prado Franco (irmão de Augusto Franco), segundo filho do coronel Albano do Prado Pimentel Franco, foi o primeiro a conseguir um cargo na política. Eleito senador em 1945 pela UDN⁵. Teve como seus principais concorrentes o Coronel Augusto Maynard e o General Firmo Freire pelo PSD, ambos ainda no governo. Na conjuntura, auxiliou a formular a Carta Magna de 1946. Walter do Prado Franco esteve como senador por Sergipe até o ano de 1955, logo depois foi eleito deputado federal, exercendo o cargo até 1957, ano da sua morte.

A luta entre os partidos nos anos 40 e 50 foi muito violenta. Havia tiroteios, mortes, prisões, cortes de energia elétrica nas cidades e perseguição a quem não apoiava o partido que estivesse no poder. A oposição não era aceita, era vista como inimiga. A UDN e PSD, quase iguais em força política, só conseguiam ganhar as eleições quando tinham o reforço de algum dos partidos menores; isto tornava a disputa muito agressiva. A volta da democracia, com a Constituição de 1946, não garantiu para Sergipe um ambiente democrático. (SANTOS; OLIVA, 1998, p. 96).

Com o passar do tempo, as articulações políticas voltadas aos interesses econômicos foram materializando-se, os Franco continuavam expandindo seu poderio político e empresarial exponencialmente. Walter do Prado Franco, agora senador da república por Sergipe, expande suas empresas no Rio de Janeiro, Bahia e Alagoas. Seu

⁵ Nos registros da Fundação Getúlio Vargas – FGV descreve a União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário nas urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Na Câmara dos Deputados a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeu governadores, especialmente no Nordeste, e integrou vários ministérios, inclusive no governo Vargas. Perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros em 1960 e o movimento político-militar de 1964. Contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista. Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a “infiltração comunista” na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições. O partido ficou marcado pela vinculação com os militares e as aspirações das camadas médias urbanas, identificando-se, também extrapartidariamente, com o udenismo. Expressão de mentalidades e estilos de ver e fazer política, o udenismo caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e o horror aos vários “populismos”. Em termos de imagem pública, a UDN e o udenismo sempre provocaram polêmicas: o “partido dos cartolas” ou o “partido dos golpistas”, por um lado; o “partido dos lenços brancos” e o “partido da herança liberal”, por outro.

irmão José do Prado Franco aumenta gradativamente a produção de açúcar na Usina Pinheiro.

Luiz Antônio Barreto, em sua obra “Personalidades Sergipanas” (2007) destaca o contexto político-econômico-familiar dos Franco, apontando os fatos que impulsionaram a carreira empresarial de Augusto do Prado Franco.

Os negócios de família, que eram tocados pelos irmãos mais velhos – José do Prado Franco, o Zezé do Pinheiro, e por Walter do Prado Franco, que depois foi senador e deputado federal – requeriam sua presença e contribuição. Assim assumiu uma direção da fábrica de tecidos – Companhia Industrial São Gonçalo –, em São Cristóvão, seguindo-se uma diretoria do Banco Comércio e Indústria de Sergipe, com sede em Aracaju e com filiais em Propriá, e em Alagoinhas, na Bahia. As atividades empresariais cresceram ainda mais com as mortes de seu irmão José do Prado Franco, em 1949, da sua mãe Adélia, em 1954, e do irmão Walter do Prado Franco, em 1957 (BARRETO, 2007, p. 90).

Por conseguinte, Augusto do Prado Franco adquiriu novas usinas de açúcar em vários municípios do estado, como: Laranjeiras, Riachuelo, Maruim, Santo Amaro das Brotas e Japaratuba. Fez novas negociações e comprou a Sergipe Industrial, a Nortista e outras indústrias de sucos e refrigerantes sediadas no Recife, Pernambuco.

Além das usinas de açúcar, que cresceram em quantidade e produção, do Banco e da fábrica de São Cristóvão, Augusto Franco adquiriu a fábrica Sergipe Industrial, em Aracaju, a mais velha do estado, fundada em 1882 e instalada em 1884 e o Engenho Central, em Riachuelo, que pertenceu ao seu irmão Antônio Franco (do primeiro consórcio do coronel Albano do Prado Pimentel Franco), onde depois foi instalada uma central de acabamento de tecidos. E continuou investindo no estado, liderando os usineiros na Cooperativa e depois no Sindicato, enquanto participava de outras pequenas empresas, como a Agropastoril Caraíbas, Indústria e Comércio Franco, e participava, na Bahia, da gestão de um Banco (BARRETO, 2007, p. 90).

Augusto do Prado Franco passou a ter, além do poder econômico, o prestígio político. Esteve entre 1963-1969 na presidência do Sindicato dos Produtores de Açúcar de Sergipe. Como dono da maior usina de açúcar do estado e de outros negócios, foi eleito o delegado da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava suporte à Ditadura Militar, implantada no Brasil em 1964. Em 1966, foi eleito deputado federal com o maior número de votos,

nesta mesma eleição, seu aliado Lourival Baptista foi escolhido para governador de Sergipe. Na Câmara Federal Augusto Franco fez novas alianças.

Na década de 1970, o grupo político-econômico, constituído pelos membros da família Franco e apadrinhados, já era reconhecido dentro e fora de Sergipe, com atuação em diversos setores do mercado, onde os seus empreendimentos empresariais e propriedades rurais, ampliaram-se conforme suas bases e alianças foram aprofundando-se no interior das instituições deliberativas do Estado. Naquela conjuntura, o empresário Augusto do Prado Franco figurava como patriarca e principal nome deste ordenamento familiar-político-empresarial. Destarte, ao conjugar paralelamente carreira política e empresarial, Augusto do Prado Franco ficou conhecido pelo seu forte poder de decisão e influência no campo político, e ao mesmo tempo, pela habilidade que dispunha em promover os projetos particulares da família, tendo em vista que, durante o seu período áureo de vida pública (1967-1987), o empresário ampliou substancialmente o volume das empresas do seu grupo.

A relevância e prestígio oriundos do cabedal empresarial, ampliado através dos benefícios da vida pública, viabilizou em 1978, a escolha do nome Augusto do Prado Franco pelos membros do seu partido (ARENA), como candidato a governador biônico de Sergipe. Conforme Figueiredo, “a campanha de Augusto Franco para ser candidato a governador do estado é antiga, dura e penosa, houve críticas, censuras, resistências a seu nome” (2000, p. 211). Contudo, graças ao alinhamento engendrado entre elite industrial e governos militares, Augusto Franco chegou ao Palácio do Governo nomeado por Ernesto Geisel.

Em Sergipe, Augusto do Prado Franco tomou posse em 15/03/79, como sexto mandatário do período autoritário, tendo por vice o general Djenal Tavares de Queiroz, ativo militante nas políticas da época do ex-PSD. Desde, pelo menos 1965, que aquele empresário se empenhava em tornar-se governador enquanto seu patrimônio se ampliava ramificado no setor açucareiro, no têxtil e nas comunicações. Esse poderio, se por um lado despertava má vontade por parte de alguns generais, de outro lado facilitaria o controle do quadro interno e o fortalecimento do seu lobby em Brasília. (DANTAS, 2004, p. 198).

No período do seu governo, Augusto Franco efetivou diversos empréstimos em bancos públicos, para assim, aplicar o capital em negócios próprios e adquirir novas empresas, acumulando ainda mais riquezas. Envolveu-se em diversos acordos profícuos,

sobretudo, no que tange à viabilização de licitações de empresas privadas, beneficiando desta forma os seus aliados (o homem cordial). Através desses acordos com o empresariado, chegou a desenvolver alguns projetos em rodovias, na saúde, educação, moradia, no campo entre outros. Porém, tudo fundamentado em interesses pertinentemente vantajosos e lucrativos. (DANTAS, 2004, p. 199).

Os filhos dos políticos herdaram dos pais espaços já consolidados dentro da política, não sendo diferente com o primogênito de Augusto Franco. Albano Pimentel do Prado Franco (ou simplesmente Albano Franco) foi lançado na vida pública cedo, exercendo diversos cargos, foi deputado estadual, federal, senador e governador de Sergipe por dois mandatos consecutivos entre 1995 e 2003. À frente da administração do estado, utilizou a máquina pública em benefício da família, dando continuidade aos projetos ambiciosos do patriarca e dos seus aliados.

À frente do governo de Sergipe, Albano Franco não poupou esforços para estabelecer as transformações substanciais à reprodução do capital, especialmente por meio de políticas públicas de desenvolvimento produtivo e econômico, sendo às medidas do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, as ações mais emblemáticas dos governos neoliberais de Albano Franco. O PSDI foi/é responsável pelo delineamento de uma dinâmica territorial exclusivamente voltada ao atendimento dos interesses do setor industrial. Isso não apenas na região do recorte de estudo, mas em todo o estado.

À face do exposto até este momento da primeira seção: **POLÍTICA E PODER: A TERRA E A DOMINAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA FRANCO EM SERGIPE** (um esquema de discussões costuradas de modo a considerar os pressupostos, conceitos, temas e acontecimentos históricos que, em sua totalidade e simultaneidade enveredam, e, ao mesmo tempo, integram o fenômeno estudado: **A influência da família Franco na produção do espaço sergipano**), torna-se possível apreender os princípios, os agentes, as circunstâncias e os encadeamentos que promoveram a introdução e ascensão dos membros família Franco nos espaços de mando político e econômico. Decerto, o usufruto da posse e propriedade da terra (subordinada à sua condição capitalista de realização – produto e meio de produção), como enfatizado de antemão, realiza-se enquanto aparato

de escalada nos ambientes de controle e domínio social, ou seja, a complexa aparelhagem do Estado e as instituições corporativas do mercado econômico-financeiro.

SEÇÃO II

II. ALIANÇAS POLÍTICO-ECONÔMICAS E SUAS REPERCUSSÕES SOCIOESPACIAIS

Nesta parte do texto, foram fixados os apontamentos decorrentes das análises realizadas referentes às principais coalizões político-econômicas sucedidas pela família Franco entre o intervalo de 1940 e 2020, com destaque para períodos específicos. Trata-se de um caminho na busca da apreensão dos principais políticos, grupos, empresas, aliados, conchavos e acordos que favoreceram e favorecem o domínio político e empresarial (campos indissociáveis, já que as decisões econômicas são deliberadas grosso modo no âmbito político) dos Franco em Sergipe.

Ao inclinar-se à totalidade dos fatores histórico-materiais, resultados dos liames sociais, políticos e econômicos, indissociáveis dialeticamente, observa-se que em Sergipe, a família Franco configura-se dentro do cenário político e paralelamente no econômico por meio dos seus membros, com destaque para Augusto do Prado Franco, Albano do Prado (Pimentel) Franco e Walter do Prado Franco, um dos grupos mais influentes e hegemônicos desde 1940.

Ao dispor da posse e propriedade da terra, os Franco souberam aproveitar desta prerrogativa (típico das famílias tradicionais oligárquicas brasileiras) como ponte de acesso à esfera política, aos cargos públicos, às instituições de mando e arbítrio do Estado. Logo, ao ingressarem na vida pública, os membros da família Franco foram paulatinamente ganhando espaço, estabeleceram significativas alianças, ramificaram-se, e mantiveram-se de forma ininterrupta e hereditária dentro dos quadros de decisões políticas, tendo participação decisiva nos resultados dos processos eleitorais, até mesmo em pleitos em que não estão diretamente concorrendo.

Neste sentido, pode-se afirmar que, o processo de ampliação do poderio econômico da família Franco está intimamente ligado à trajetória de ascensão política, ao controle do aparelho do Estado, no uso do patrimônio público no favorecimento do capital privado familiar e dos seus aliados políticos e empresariais.

Este fato pode ser observado na dissimulação da natureza das políticas públicas implementadas pelo Estado durante os governos de Augusto do Prado Franco (1979-1982) e do seu filho, Albano do Prado Franco (1995-2003), contraditoriamente usadas como ferramenta para atender os interesses do capital empresarial da família e de correligionários, ou ainda, em casos em que, no uso das suas atribuições enquanto governadores do estado, decretaram e impuseram alterações convenientes no regulamento interno de repartições públicas no sentido de beneficiar velhos camaradas da política, principalmente dos seus partidos, em detrimento do bem comum e assim da sociedade.

Ou seja, a forma como os Franco atuaram e permanecem atuando dentro das estruturas da máquina pública, inclinadas às práticas patrimonialistas (estas furtivamente encobertas por retóricas indulgentes, difundidas oportunamente por eles em seus empreendimentos de comunicação de massa e reproduzidas continuamente por autores-jornalistas entusiastas), caracteriza o Estado como o principal instrumento responsável por viabilizar seus projetos particulares, os quais materializam-se sobre o espaço sergipano; configurado e dinamizado estruturalmente, no sentido expandir os empreendimentos da família e, com isso, realizar a reprodução do capital privado.

Segundo Santana (2001), o dinheiro dos Franco comprou o apoio político até mesmo dos seus mais orgulhosos adversários, isso por conveniência, e muitas das vezes, por puro orgulho e capricho.

Destarte, a seção II tem como objetivo, apontar os aliados de maior destaque que estiveram e estão inseridos no processo sincrônico de progressão de mando político-econômico da família Franco nos últimos oitenta anos (1940-2020) em Sergipe. Contudo, não cabe aqui, trazer os nomes de todos os aliados, correligionários, apoiadores (o mesmo vale para os inimigos, dissidentes ou opositores) compreendidos nos encadeamentos estabelecidos no interior das esferas política e econômica pelos Franco. Isso, dada a complexidade do estudo realizado, por se tratar de temas envoltos a contextos singulares da política, que fogem do objetivo da análise pretendida, o que, portanto, de imediato, não interessa a apreciação.

Entretanto, para compreender os bastidores da atuação dos Franco nas esferas de poder, foram elencados episódios da história política sergipana e ao mesmo tempo

brasileira, em que os Franco foram protagonistas de operações vantajosas. Os episódios, bem como os sujeitos políticos e empresários apontados, corroboram para a compreensão das articulações norteadas pela lógica da imoralidade política (coronelistas, autoritária, clientelista e patrimonialista), conjugada à ambição dos projetos econômicos empreendidos pelos Franco. Neste sentido, foram destacados três momentos específicos (não é objetivo atender genuinamente a uma linearidade dos fatos), onde os principais nomes da família Franco sobressaem-se: **1) governo de Augusto do Prado Franco - (1979-1982); 2) governo de Albano do Prado Franco - (1995-2003); 3) participação indireta dos Franco na seara política - (2003-2020).**

Este é um caminho para o entendimento do caráter político daqueles que fazem da política representativa, em interface com o domínio do Estado e da hegemonia econômica, aparato de beneficiamento dos seus iguais (parentes, amigos, correligionários e apadrinhados); contrariamente utilizado para controlar, manipular, perseguir e eliminar seus dissensos. O que, por seu turno, desvela o modo operante no perpetrar da política, no uso do público em vantagem do privado, das ações que, paulatinamente, resultaram no exponencial progresso coincidente, político e empresarial da parentada Franco.

2.1 Augusto do Prado Franco: as articulações políticas-econômicas do usineiro e governador

O período do governo Augusto do Prado Franco teve início em Sergipe em 15 de março de 1979, quando o empresário passou a administrar o estado como o sexto governador durante a Ditadura Militar (1964-1985), tendo como vice o militar Djenal Tavares Queiroz. De acordo com Santana, no período das eleições de 1978, “contou com o apoio de figuras como o ex-presidente Ernesto Geisel. Quando chegou ao poder executivo estadual, o patriarca da família Franco recebeu sustentação administrativa do presidente João Figueiredo, especialmente na área de saneamento básico e habitação popular” (SANTANA, 2001, p. 19).

Para um entendimento preciso e elucidativo das discussões aqui pretendidas, é importante destacar alguns pontos substanciais ao entendimento da conjuntura político-econômica do período em que Augusto do Prado Franco atuou como homem público,

isto é, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), sobretudo no íterim em que ele esteve na condição de governador (biônico) de Sergipe (1979-1982). É um esforço no sentido fazer-se compreender preliminarmente os encadeamentos encerrados nas esferas política e econômica que, de forma dialética estabeleceram as condições indispensáveis a uma dinâmica territorial favorável à paulatina ascensão da família Franco no mercado canavieiro/sucroalcooleiro. Desse modo, sendo possível a interpretação crítica (para além da aparência) dos entraves e contradições que se inscrevem no plano socioespacial enquanto produto da anunciada dinâmica.

Com a derrubada do Governo de João Goulart, a Ditadura Militar instaurada extinguiu gradativamente os direitos democráticos e estabeleceu um modelo econômico que promoveu a concentração de riquezas e o beneficiamento do capital privado estrangeiro. Durante o período de vigência da Ditadura (1964-1985), os governos militares proporcionaram a modernização da economia do país, contudo, perante forte austeridade contra a classe trabalhadora e do aprofundamento da dependência ao capital internacional (COSTA; MELLO, 1991, p. 281).

Neste íterim (1964-1985), as políticas públicas foram amplamente voltadas para o desenvolvimento econômico e modernização do país. Neste contexto, diversas medidas foram tomadas visando beneficiar os empresários e estimular o setor privado. Neste sentido, é interessante destacar as medidas de caráter político-econômico mais emblemáticas decorrentes do pacto engendrado por militares e a classe empresarial no decorrer da Ditadura Militar: a) Incentivos fiscais; b) Abertura econômica; c) Financiamento de megaempreendimentos; d) Acesso ao crédito; e) Intervenção estatal em setores estratégicos. De acordo com Mendonça e Fontes,

O golpe de 1964, significando a ruptura política com o populismo e o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes, forneceu a moldura para algumas transformações expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro. O período viria a caracterizar-se pela crescente participação do Estado na economia e pela ampliação das atribuições do Executivo em detrimento dos demais poderes e canais de representação política. Por seu papel na gestão da produção e do sistema financeiro, como elemento básico da articulação entre diversos setores, aprofundou-se a interdependência entre o político e o econômico. Daí um quadro crônico de instabilidade relativa, onde a crise de um se traduz em crise do outro, a despeito do aparato repressivo montado e sofisticado nessa época. As variadas tentativas de legitimação da ditadura, lançando mão de seus êxitos econômicos, exemplificaram este

processo. No entanto, a combinação de uma conjuntura recessiva internacional, com exaustão de uma classe trabalhadora vitimada por anos de arrocho e o acúmulo das contradições do modelo praticado, inaugurariam a crise brasileira por volta de 1974. Em meio às hesitações da política econômica ressurgiram as manifestações explícitas e massivas do descontentamento popular, bem como novas formas de organizá-lo (1991, p. 5-6).

A estreita relação entre os governos militares e os empresários foi baseada em interesses mútuos, com os empresários buscando apoio governamental para seus negócios e os militares recorrendo ao apoio financeiro e político para manter seu regime no poder. Os governos comandados por generais do exército adotaram uma série de políticas de caráter econômico que beneficiaram o empresariado. Dentre as medidas tomadas, destacam-se a abertura do país ao capital estrangeiro, a criação de incentivos fiscais para as empresas e a privatização de empresas estatais.

Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado declaravam, em 1963 que, o modelo econômico apoiado na substituição de importações apresentava-se esgotado, havia chegado ao seu limite. Para os economistas, a implementação de reformas estruturais consistiria na melhor alternativa para que a economia do país não entrasse em estado de inércia. Essencialmente essas reformas corresponderiam na expansão do mercado nacional através da redistribuição de renda para a população, sobretudo dos estratos da classe trabalhadora, e a indispensável reestruturação fundiária do país, isto é, uma efetiva reforma agrária. Não obstante, as figuras tecnocráticas que constituíram a equipe econômica dos governos militares pós-golpe de 1964, estabeleceram um modelo econômico que adequou o desenvolvimento da economia com uma acumulação de renda ainda maior. (COSTA; MELLO, 1991, p. 282).

Durante a década de 1970, o termo “milagre brasileiro” tornou-se uma expressão corriqueira no país. O fato é que, no decorrer dos anos 70, o Brasil elevou o seu potencial produtivo, isto é, houve o aumento significativo da produção de riquezas. Como resultado deste processo enérgico de reprodução do capital, ocorreu o alastramento das malhas urbanas, o avanço das indústrias e dos meios de comunicação. Contudo, apesar dos avanços econômicos do “período áureo do país”, o capital produzido ficou nas mãos dos empresários estrangeiros e de alguns patrões brasileiros. Contrariamente, a massa trabalhadora passou a ser cada vez mais explorada, por conseguinte ficou mais pobre. O Brasil aumentou de forma abrupta a sua dívida com o capital privado internacional, isso

porque os grandes empresários estrangeiros financiaram ávidos projetos de empresas estatais e da iniciativa privada. Para mais, aqueles mesmos agentes econômicos subsidiaram obras colossais (pontes, portos, aeroportos e rodovias) indispensáveis ao atendimento das exigências do próprio empresariado (SANTOS; OLIVA, 1998).

As forças sociais que assumiram o poder pelo golpe de 1964 tinham como prioridade econômica o crescimento acelerado. Para concretizar esse objetivo, optaram pelo modelo baseado na concentração de rendas, criação de amplo crédito ao consumidor e abertura da economia brasileira (incentivo às exportações e aos investimentos estrangeiros no país). Esse tripé gerou o chamado **milagre econômico**, que durou de 1969 a 1973. [...] O modelo econômico implantado logo após 1964 derivou da hegemonia exercida sobre os setores dominantes pelos representantes do capital internacional. A implementação de tal modelo econômico exigiria severa repressão dos setores desprestigiados. Assim, em poucos anos, os governos militares impuseram um regime político baseado na centralização do poder, fortalecimento do Executivo, controle da estrutura partidária, dos sindicatos e das entidades classistas, censura aos meios de comunicação e repressão sobre quaisquer formas de oposição (COSTA; MELLO, 1991, p. 282-286).

De fato, os governos militares reprimiram duramente os sindicatos e os movimentos operários, o que permitiu aos patrões manter salários baixos e condições de trabalho precárias. Por este entendimento, “do ponto de vista do financiamento interno da acumulação, a “fórmula mágica adotada” foi o *arrocho salarial*. Afinal, as formas clássicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração das empresas e do capital” (MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 22).

Boris Fausto corrobora afirmando que, “a lei de greve aprovada em julho de 1964 pelo Congresso criou exigências que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais”. Além disso, outra dura medida adotada contra os trabalhadores ainda nos primeiros anos da Ditadura Militar foi a liquidação de “um dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos – a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela CLT” (1995, p. 471). Ainda em conformidade com o historiador, a respeito do fim da estabilidade no emprego, ele declara o seguinte,

A fórmula não surgiu imediatamente, mas só em setembro de 1966, quando foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na prática em substituição à estabilidade. Ainda que a adesão ao fundo não fosse por lei

obrigatória, ele tomou de fato esse caráter. Sem opção pelo FGTS passou a ser impossível obter emprego. [...] A criação do fundo foi vantajosa para os empregadores que passaram a contratar e dispensar seus empregados mais livremente. Além disso, em muitos casos, o núcleo de trabalhadores estáveis representava um pesado ônus, dificultando a modernização das empresas. Entretanto, o FGTS trouxe para o trabalhador consequências negativas. Além de ser corroído pela correção monetária abaixo da inflação e pelo não-recolhimento de parcelas, o dinheiro do fundo não compensa a perda da garantia de estabilidade. Os períodos de recessão econômica iriam demonstrar a importância dessa garantia (ibid., 1995, 472).

A conduta adotada pelos governos militares ainda em 1967, isto é, o arbítrio sobre as decisões da Justiça do Trabalho, determinava que os reajustes salariais obedecessem aos índices oficiais decretados. Desta forma, o executivo converteu-se no responsável pelas revisões salariais, extinguindo assim, “o poder de barganha coletiva dos trabalhadores e as livres negociações entre patrões e empregados. Semelhante situação permaneceria inalterada até 1979” (MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 24).

Como resultado da nova política trabalhista, houve a perseguição e a expurgação dos líderes sindicais mais combativos, ao mesmo tempo que os sindicatos mais resistentes foram fechados ou ocupados pelos militares. Tratou-se de medidas de contenção de mobilizações e da extinção do direito de greve.

A esse respeito, Costa e Mello (1991), corroboram com a discussão ressaltando o seguinte,

A movimentação grevista e a organização dos sindicatos, antes de 1964, davam a impressão de uma expressiva liberdade sindical, que, no entanto, não era formalizada por lei. Mesmo na época do governo João Goulart, as leis controladoras dos sindicatos não foram anuladas, voltando, após o golpe de 1964, a ser utilizadas. Além disso, realizou-se intervenção em 425 sindicatos de trabalhadores, destituindo-se seus líderes e substituindo-os por interventores dóceis aos ditames governamentais. A Lei de Greve, criada em 1964, proibia as greves de natureza política, social ou religiosa, bem como as que prestam serviços essenciais. A interpretação do tipo de greve ficava a cargo dos que detinham o poder, e na prática quase todas as greves tornaram-se ilegais (p. 288).

Outra medida adotada pelo Estado no sentido de impossibilitar a luta sindical foi a reestruturação da previdência social. Decerto, o objetivo era evitar que os líderes dos sindicatos, tidos como malquistos, utilizassem suas receitas contra o novo sistema político-econômico instaurado. O resultado disso foi a burocratização das atividades

assistenciais, bem como a concentração do grande volume de receita gerada pelo imposto sindical. Mediante a conjuntura retratada, “a qualidade de vida do trabalhador brasileiro, como se não bastasse todo o resto, cairia sensivelmente” (MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 25).

Por conseguinte, os empresários tendo os seus interesses atendidos mediante parceria firmada com os governos militares, os apoiaram financeiramente e politicamente. Além disso, foram eles os financiadores das campanhas eleitorais de candidatos simpatizantes da ditadura, os quais atuavam efetivamente dentro de organizações corporativas (CNI por exemplo) que pressionavam os governos a estabelecerem políticas favoráveis ao capital privado. Em contrapartida, os empresários lograram contratos governamentais e acesso facilitado a financiamentos estatais. Diante disso, a compreensão é de que, essa relação de colaboração entre governos militares e empresários teve como consequência um aumento significativo das desigualdades sociais no país, com a concentração de riquezas nas mãos de poucos e a exclusão da maioria da população dos benefícios do desenvolvimento econômico e, acima de tudo, a extinção substancial dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Consoante aos fatos apresentados, no que se refere a aliança político-econômica entre militares e empresários, pode-se afirmar que os Franco formam o principal nome da classe empresarial sergipana a apoiar a ditadura implantada entre 1964 e 1985. Tal conjuntura proporcionou ao grupo empresarial comandado na época por Augusto do Prado Franco significativa expansão e modernização das estruturas produtivas. Tendo em vista que, os governos militares executaram prontamente políticas públicas de desenvolvimento econômico e produtivo inclinadas ao atendimento dos interesses da iniciativa privada (como compensação do apoio que promoveu a manutenção e legitimação do golpe), o Programa Nacional do Álcool – Proálcool (criado em 1975 durante o governo de Ernesto Geisel) foi um dos projetos adotados pelo Estado voltado às demandas da indústria automobilística e sucroalcooleira.

O Proálcool significou uma resposta à crise do petróleo (na década de 1970) e a busca de soluções para a dependência do país em combustíveis fósseis, ou seja, não-renováveis. A finalidade básica era promover a produção e o consumo do etanol oriundo da cana-de-açúcar como opção ao consumo do combustível primário, a gasolina. De fato,

o programa conseguiu impulsionar a geração do biodiesel no Brasil, projetando o país ao patamar de maior produtor mundial do etanol. O uso do produto como alternativa de substituição dos combustíveis fósseis apresenta benefícios significativos ao meio ambiente, por exemplo a diminuição da emissão de gases poluentes que provocam o efeito estufa. Contudo, por trás deste endosso das narrativas do capital privado de se buscar novas formas de preservação do planeta, se esconde sérias contradições socioeconômicas (re)produzidas pelo incessante processo de acumulação de riquezas do modo de produção hegemônico. De acordo com Filho,

O setor primário converteu-se em um importante eixo de acumulação capitalista. O capital buscando sua realização para além da exploração do trabalho converteu a terra em fator estratégico. A partir da internacionalização do modelo de agricultura produtivista do agrohidronegócio, sob o discurso do capitalismo verde e da necessidade de combater o aquecimento global, as corporações transnacionais têm expandido os cultivos voltados à produção de agrocombustíveis, sobretudo nos países do Sul, onde o estoque de terra e de água é vasto e os estímulos (creditícios, financeiros, tributários, jurídicos, infraestrutura, logísticos, mercados) promovidos pelos governos dos Estados nacionais são atrativos (2015, p. 18).

Destarte, mediante o Proálcool, importantes incentivos foram concedidos aos usineiros. De acordo com Dantas (2004), o estímulo proporcionou a manutenção das usinas de açúcar no processo de concentração de riquezas, haja vista os empreendimentos do setor passarem por significativo processo de aperfeiçoamento de suas técnicas, o que consequentemente assegurou a ampliação da capacidade produtiva. Em Sergipe, “das 18 unidades que produziam 668.012 sacos, por ocasião da safra 1963/64, haviam se reduzido a 03 na safra de 1981/82, mas, em compensação, fabricaram 1.922.085 sacos de açúcar. No período de 1965/82 a média anual foi de 1.071.437 sacos” (2004, p. 202).

O advento da agroindústria canavieira foi fator importante para o crescimento da sua capacidade econômica e emancipação política da província e **formação de uma oligarquia agrária**, cujo lócus tradicional foi o Vale do Rio Cotiguiaba. Até a década de 1950 o setor seguiu como o vetor central da economia sergipana, com destaque para as usinas: Santa Clara, Vassouras, Proveito e Pedras. As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas pelo fechamento de inúmeros engenhos e alambiques, que garantiram às grandes usinas saciarem sua fome de terras. **As crises do setor, na década de 1970 e 1980, foram suportadas pelos usineiros pelos incentivos governamentais do Proálcool que, em**

Sergipe, de certo modo, tiveram sua condução política pelas próprias famílias da oligarquia açucareira através de seus postos de comando nos três poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Os anos de 1990 foram marcados pelo fim desta política protecionista e, conseqüentemente, a falência e fechamento da maioria das grandes usinas (FILHO, 2015, p. 30).

Em conformidade com França e Cruz (2006), em Sergipe, a cana-de-açúcar, além de tradicionalmente ser empregada na produção do açúcar, mediante os estímulos concedidos pelo Estado ao setor, a matéria-prima passou a ser também, bastante utilizada na produção do álcool. Com a criação do Proálcool em 1975, as lavouras de cana-de-açúcar alcançaram vigoroso crescimento durante a década de 1980. Com o fim deste programa em 1990, houve um declínio considerável das plantações, restando somente aquelas ligadas à produção do açúcar, o maior exemplo são os canaviais da Usina Pinheiro, no vale do Cotinguiba. Este entendimento é aludido por Araújo (2000), quando ela expressa o seguinte,

A zona canavieira, enquanto prosseguem os subsídios, o Proálcool (programa governamental) introduz a possibilidade da produção do álcool (energético escolhido para enfrentar a crise do petróleo no Brasil), e entre 1970 e 1990 a produção de cana duplica, enquanto a área plantada também duplica, consolidando o monopólio da cana sobre áreas da Zona da Mata e até invadindo o agreste e adiando a diversificação proposta no relatório do GTDN (p. 161).

No Quadro VI, observa-se que no período em que vigorou as medidas de estímulos à produção de cana-de-açúcar através do Proálcool, Sergipe expandiu substancialmente as lavouras da matéria prima em seu território. Cabe destacar que no intervalo entre 1980 a 1986, isto é, em apenas 6 anos, a produção obteve um crescimento de mais de 50%. É importante evidenciar que, entre 1979 a 1987, corresponde ao íterim em que se desdobrou o governo do usineiro Augusto do Prado Franco e do seu aliado, o empresário da construção civil, João Alves Filho.

QUADRO VI

Área coberta por lavouras de cana-de-açúcar (ha) em Sergipe entre 1980 a 2002

Estado/Safra	1980	1986	1993	2002
Sergipe	22.001	32.202	27.775	17.584
Região Centro-Sul	1.725.728	2.823.911	2.845.756	4.049.749
Região Norte-Nordeste	1.042.786	1.308.964	1.107.291	1.156.907
Brasil	2.786.514	4.132.875	3.953.047	5.206.656

Fonte: FILHO, 2015, apud Unacadata, 2015.

As considerações de Filho (2015), acertadamente corroboram e robustece os argumentos supracitados, como também muito elucida e reforça as próximas reflexões. Conforme o professor, atualmente entre as indústrias em atividade no setor canavieiro em Sergipe,

três delas (Usinas Usina São José do Pinheiro, Usina Junco Novo e Usina Termo Elétrica Iolanda Leite) têm em sua composição, capitais originalmente locais, sendo seus integrantes seculares da oligarquia açucareira sergipana. dentre estas, destaca-se a Usina São José do Pinheiro por ser a que concentra maior quantidade de terras e maior volume de produção. Localizada no município de Laranjeiras, no Vale do Cotinguiba, sua origem é secular e remonta às ações do então Coronel Albano do Prado Pimentel Franco, segundo seu inventário de 1928, no tocante à centralização de pequenos engenhos da região, com o engenho São José. A família proprietária desta empresa destaca-se no cenário político-econômico como um dos agrupamentos com maior poder e, portanto, influenciando e controlando diversas instâncias da sociedade em Sergipe. Ressaltam-se os diferentes mandatos de senadores da República, governadores de Sergipe, prefeitos de municípios, deputados federais e estaduais que membros desta família ocupam e/ou ocuparam ao longo de um século; ademais da propriedade de negócios no ramo da indústria têxtil, controle dos dois complexos de telecomunicações (que inclui emissoras de TV, rádios, e jornal impresso) que operam em âmbito estadual. Esta usina foi praticamente a única que resistiu às crises do setor açucareiro em toda história econômica do setor. Foi no auge do Proálcool, na safra de 1980/81, que a Usina inaugurou a produção de álcool combustível, com produção total de 1.568.500 litros. Segundo o site da empresa, seu recorde de produção ocorreu no período recente, quando na safra de 2007/2008 moeu 974.106,78 toneladas de cana, produzindo 1.881.219 sacas de açúcar, 7.709.680 litros de álcool anidro e 8.808.710 de álcool hidratado. Atualmente produz para o mercado, além dos produtos relacionados, o melaço e, desde a safra de 2010/2011 comercializa, junto ao operador nacional de sistema elétrico brasileiro, eletricidade do processamento da cana-de-açúcar (p.32).

Em face do exposto, é possível apreender os desdobramentos encerrados no interior das searas política e econômica que condicionaram a posição de destaque da

Usina São José Pinheiro no setor sucroenergético. Ou seja, compelida pelos processos de reestruturação produtiva, prontamente dispôs do apoio do Estado por meio das políticas de desenvolvimento produtivo (a exemplo do IAA e o do Proálcool), implementadas em diferentes conjunturas político-econômicas, a matriz empresarial do grupo Franco adquiriu várias fazendas ao seu redor, ampliou e aperfeiçoou suas técnicas de produção, proporcionando assim a fabricação de novos produtos em ascensão no mercado, dentre eles os biocombustíveis.

Mediante os encadeamentos supracitados, os quais favoreceram substancialmente a ascensão da Usina São José do Pinheiro no mercado sucroalcooleiro, a indústria ampliou de modo considerável sua linha de produtos. Ainda outrora produzia-se apenas o açúcar, o melaço e a aguardente. Atualmente, além do melaço e do tradicional *Açúcar Cristal Pinheiro*, produz-se: álcool hidratado, álcool anidro, energia elétrica, torta e vinhaça (os dois últimos tratam-se de produtos de segunda linha; resíduos gerados a partir da fabricação do álcool e do açúcar e aplicados como fertilizante, inclusive nos próprios canaviais da usina). Conforme o site da Usina São José do Pinheiro, o seu capital social nos dias atuais gira em torno dos 245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais). Para se ter uma noção da capacidade produtiva do empreendimento, durante o período de produção dos derivados da cana-de-açúcar, o quadro de operacional da usina chega a ser composto por 3 mil trabalhadores. A empresa encontra-se sob a direção de Osvaldo Leite Franco, um dos filhos de Augusto do Prado Franco.

A Usina São José do Pinheiro ao usufruir do monopólio de amplas fazendas de cana-de-açúcar, indispensáveis para o seu abastecimento, configura uma dinâmica socioespacial que aprofunda paulatinamente as desigualdades socioeconômicas, tendo em consideração: a diminuição das terras destinadas à subsistência, incorporadas pouco a pouco aos latifúndios monocultores, a exploração do trabalho das camadas mais pobres da população e a intensificação da degradação da natureza, especialmente com a ascensão do uso dos agrotóxicos. São aspectos intrínsecos à uma dinâmica socioespacial, que de modo contrário, potencializa os lucros dos membros da família Franco. De acordo com Silva e Lopes em “Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe” (1996), “os latifúndios vêm se ampliando, pequenas propriedades outrora

produtoras de alimentos foram vendidas para serem ocupadas com cana-de-açúcar para a produção de álcool” (p. 59).

O complexo agroindustrial canavieiro é exemplo típico da expansão do capitalismo no campo. Seu impacto sobre a sociedade camponesa provoca sérios transtornos. Proletariza parte importante da população, transformando o camponês em assalariado permanente e temporário, sobretudo nesta última categoria, conhecida como cortador de cana e também por “boia-fria”. Altera a estrutura fundiária, geralmente aumentando o número e o tamanho dos latifúndios. Além desses problemas, o complexo agroindustrial canavieiro tem causado sérios danos à natureza, poluindo cursos d’água, provocando mortandade de peixes, deixando na miséria populações inteiras de pescadores artesanais de águas interiores (Ibid., 1996, p. 60).

Como já apontado, houve significativas transformações nas relações de trabalho, mediante às novas necessidades do mercado, isso sem esquecer da correspondente valorização fundiária. É importante destacar que, a saída para aumentar a produção da matéria-prima (a cana-de-açúcar) deu-se através do aperfeiçoamento e incremento tecnológico. Como resultado desta progressão no setor, isto é, o avanço das grandes lavouras de cana-de-açúcar sobre as pequenas propriedades, bem como a substituição da mão-de-obra humana por máquinas, ocorreu uma massiva expulsão dos trabalhadores do campo para as grandes cidades. Entre as décadas de 1960 a 1980, mais de 2,5 milhões de posseiros, arrendatários, colonos e proprietários de pequenas porções de terras, foram obrigados a sair de onde viviam para buscar trabalho nos centros urbanos (FERNANDES; LOURENÇO, 2010).

A década de 1980 experimentou a progressão das ações do Estado brasileiro para o aumento da produtividade da agricultura, porém os investimentos se deram de modo desiguais, com um verdadeiro prestígio para os grandes proprietários, podendo ser caracterizada como uma “agricultura de poucos” (ALVES, 1991). A agricultura tida como atrasada passa a ser foco de ação estatal, na concessão de créditos, subsídios e incentivos financeiros e legais (arcabouço jurídico que privilegiava os grandes proprietários). Este contexto associado à grave crise econômica mundial, dos anos de 1970, criou o ambiente favorável para a criação do Programa Nacional do Alcool – Proálcool (Ibid., 2010, p. 8).

Ademais, as ações das políticas de Estado voltadas ao crescimento produtivo e econômico, correspondentes ao Proálcool, agudizaram a problemática do trabalho

escravo no Brasil, o que resultou num grande volume de denúncias de condições insalubres de trabalho nas indústrias e nos canaviais espalhados por todo o país.

O fato é que as perspectivas de expansão do cultivo da lavoura de cana-de-açúcar tornam-se expressivas e intensas a partir do Programa Nacional do Álcool (PRÓALCOOL) territorializando ainda mais o agronegócio canavieiro. Esse programa não só fortaleceu o agronegócio canavieiro com incentivos fiscais e financeiros por parte do Estado, mas intensificou a exploração do trabalhador, além de promover a mobilidade dos indivíduos intensificando a desterritorialização. Nesse momento o trabalho escravo na cana-de-açúcar vai ganhando contornos mais acentuados, isso porque “[...] o aumento da produção e da produtividade da cana caminha lado a lado com a exploração da força de trabalho. Ademais, a degradação das condições de trabalho produz sofrimento físico e também sofrimento moral e psíquico” (SILVA, 2013, p. 360 apud SANTOS, 2015, p. 53).

A agência de notícias Repórter Brasil (2015) denunciou as condições nocivas à saúde dos trabalhadores no setor sucroalcooleiro, destacando as adversidades enfrentadas por homens e mulheres pobres que trabalharam/trabalham nas lavouras de cana-de-açúcar, inclusive, no período em que vigorou a política do Proálcool.

A história da cana-de-açúcar confunde-se com a do próprio Brasil. Fundamental para a colonização do nosso território pelos portugueses, ela ainda hoje desempenha um importante papel em nossa economia. Apesar de tanta riqueza, é impossível divorciar a produção nacional de cana-de-açúcar da intensa exploração de trabalhadores. No tempo em que éramos colônia, escravos negros moviam as propriedades dos senhores de engenho. Na década de 1970, foi a vez dos chamados “boias-frias” enfrentarem condições precárias com o Proálcool – programa do governo militar criado para incentivar a produção de etanol e reduzir nossa dependência do petróleo importado (REPÓRTER BRASIL, 2015, n.p.).

É importante reforçar que as notícias veiculadas pela mídia corporativa brasileira, na qual o agrobusiness é constantemente apregoado como “pop”, como “tudo”, em muitos casos, tendem a abordar o envolvimento de agentes políticos (sobretudo daqueles que defendem os interesses da camada empresarial) com trabalho escravo, de modo a atenuar as transgressões. Para Castilho, os roteiros desses difusores no tocante aos delitos do labor cativo, cometidos por político-empresários brasileiros são previsíveis: “eles não sabiam de nada, alegam responsabilidade das empresas “terceirizadas”; ao

contrário do que ocorre com outros proprietários de terra, eles logo têm seus nomes retirados da lista suja do trabalho escravo – ou nelas nem são incluídos “(2012, p. 183).

A situação encontrada na fazenda desses senhores [políticos] não difere daquela registrada em outros casos de trabalho escravo, ou escravidão por dívida ou peonagem. Um “gato”, o aliciador, é quem contrata a mão de obra. E é quem mantém os trabalhadores – sob ameaça – até que eles paguem todas as dívidas [acumuladas do transporte, da compra dos mantimentos e produtos de higiene pessoal, dos colchões, e até mesmo das ferramentas utilizadas no próprio trabalho, como botas, facões, facas e enxadas]. Um comércio organizado pelo próprio proprietário, a preços exorbitantes, o que ajuda a perpetuar a situação [ou seja, o velho sistema de barracão]. As condições de trabalho são degradantes: número excessivo de horas trabalhadas, condições de higiene sórdidas, dormitórios precários, alimentação indigna (Ibid., 2012, p. 183).

Os fatos narrados pelo jornalista Alceu Luís Castilho em sua obra, “Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro” (2012), não são fatos isolados. Ao contrário, trata-se do cotidiano de muitas fazendas espalhadas pelo interior do país. Esta realidade perversa e desumana é denunciada no filme “Pureza” (2019), roteirizado e dirigido por Renato Barbieri e protagonizado pela atriz Dira Paes, que retrata o esforço e sofrimento de uma mãe na busca pelo seu filho, cooptado pelo trabalho escravo nos sertões do Maranhão e Pará. A filmografia que é baseada em fatos reais, narra com fidelidade a estrutura secular escravocrata dos grandes latifúndios brasileiros, apontando que a escravidão nunca deixou de existir no Brasil. Apesar da contradição, o fenômeno do trabalho escravo apresenta-se enquanto componente intrínseco ao modo produção capitalista, responsável por favorecer a exploração cada vez maior dos lucros e, conseqüentemente, a ampliação do capital privado. É uma exposição de que, Capital, Estado e Trabalho são dialeticamente indissociáveis e, que por isso mesmo, configura-se num efetivo mecanismo de exploração, dominação e extermínio da massa pobre trabalhadora.

As reflexões e entendimentos supracitados com relação ao infortúnio social-econômico-material que é o trabalho escravo (fenômeno inerente e substancial à lógica exploratória do modo de produção hegemônico e com anuência do Estado), abrem caminhos para considerações pertinentes acerca do ambiente e condições de trabalho das pessoas que labutam nas lavouras de cana-de-açúcar dos Franco, sobretudo das fazendas localizadas nos municípios de Laranjeiras e Areia Branca.

Conjugadas à clássica infraestrutura de exploração do trabalho, isto é, a Usina São José do Pinheiro, as terras que compõem os canaviais da família Franco são um genuíno calvário da labuta diária de homens e mulheres. Devido ao fato da maioria dos trabalhadores locais não mais aceitarem se submeter às condições insalubres ofertadas pelos patrões durante o plantio e colheita da cana, isso por conhecer de perto a realidade oposta daquela que os empresários do setor pregam, um grande contingente de boias-frias é atraído por falsas promessas, não só apenas do interior sergipano, como também do interior de outros estados, principalmente, da Bahia e de Alagoas, maior parte deles, homens negros e nativos/indígenas.

Em conversa com diferentes trabalhadores dos canaviais, foram constatadas duas situações distintas para aliciá-los e aglomerá-los, para que assim, fracionados em duas etapas, executem os exaustivos e sub-remunerados serviços canavieiros. Observe o esquema do Quadro VII para acompanhar o raciocínio.

QUADRO VII
Caracterização do ambiente e condições de trabalho das pessoas que lidam nos canaviais dos Franco

GRUPOS DE TRABALHADORES	NATURALIDADE E FORMA DE ALICIAMENTO	FUNÇÕES	TIPO DE CONTRATO	CONDIÇÕES DE TRABALHO
GRUPO 1 TRABALHADORES GRUPADOS EM ANTIGAS VILAS OPERÁRIAS Especificidades: - Famílias completas; - Homens e mulheres; - De todas as faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos);	A maior parte é natural dos municípios do interior sergipano. São atraídos, sobretudo, por promessas de moradia e trabalho fixos (com menções duvidosas de os trabalhadores assinarem suas Carteiras de Trabalho “com o tempo”. O que raramente acontece).	(1ª Etapa) - Preparo da terra; - Vigilância das fazendas; - Aplicação de agrotóxicos; - Plantio da cana; - Transporte interno da matéria-prima; - Queima da cana.	- Informal – sem Carteira de Trabalho (CLT) assinada; - Jornadas de trabalho entre 8 a 10 horas; - Recebem em média, o valor equivalente a um salário mínimo mensal (R\$1.212,00 – em 2022).	- Não dispõem de terras para a subsistência; - Não dispõem de água tratada; - Não dispõem de ambulatório; - Não dispõem de assistência médica; - Não dispõem de auxílios ou assistência para alimentação.

- Escolaridade: ensino fundamental ou médio incompletos; - Pardos e negros.				
GRUPO 2 TRABALHADORES AGLOMERADOS EM ALOJAMENTOS IMPROVISADOS Especificidades: - Desacompanhados, pais com o/os filho/os, ou irmão com irmão; - Majoritariamente homens; - Com idades entre 18 e 65 anos; - Escolaridade: analfabetos; ensino fundamental e médio incompletos; - Pardos, negros e indígenas.	A maioria deles é oriunda dos interiores dos estados da Bahia e de Alagoas. Dada a condição de desempregados em seus locais de origem, são atraídos para os canaviais sergipanos sob o forte apelo dos “encarregados de turmas” (“gatos” ou empreiteiros) de que, terão grandes chances de levantarem altos rendimentos (o que é improvável) e que contarão com ajuda de custo para as suas despesas, incluindo a alimentação.	(2ª Etapa) São restritos aos trabalhos do corte das canas.	- Formal – com Carteira de Trabalho (CLT) assinada; - Jornadas de trabalho entre 8 a 12 horas; - Recebem por produção; - Muitos chegam a receber menos que o equivalente a um salário mínimo por mês (R\$1.212,00 – em 2022).	- Não dispõem de alojamentos adequados às necessidades dos trabalhadores; - Não dispõem de terras para a subsistência; - Não dispõem de água tratada; - Não dispõem de ambulatório; - Não dispõem de assistência médica; - Não dispõem de auxílios ou assistência para alimentação; - Os dormitórios são coletivos e sem ventilação; - Não têm acesso livre à internet, rádio ou televisão.

A exemplo do primário caso – Trabalhadores agrupados em antigas vilas operárias, pode ser considerada a situação em que se encontram 9 famílias (um total de 50 pessoas) que moram na vila da Fazenda Cafuz, às margens da BR-235, em Areia Branca. Neste agrupamento inclui-se também a família do encarregado (Figuras 5 e 6), que chegou na região há mais de duas décadas, vinda do interior sergipano. As pessoas que ali vivem e trabalham não têm suas carteiras de trabalho assinadas, com exceção do capataz. Esses trabalhadores executam a 1ª Etapa (a maior parte) dos serviços necessários à produção da matéria-prima, tarefas destinadas principalmente aos homens das famílias. Às mulheres, sobram-lhes os serviços domésticos.

Vila operária em fazenda canavieira da família Franco

FIGURA 5



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Casas da vila operária da Fazenda Cafuz – Areia Branca/SE.

FIGURA 6



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Vila operária composta por 20 casas. Foram identificadas 9 famílias vivendo neste local.

Parte deles argumentou que os canaviais são importantes, por considerar ser uma oportunidade de trabalho e de moradia fixos. Porém, não há trabalho para todos, sobretudo para as mulheres. Eles consideram a diminuição dos postos de trabalho nas fazendas como resultado da substituição da mão-de-obra humana por grandes máquinas agrícolas e pela permuta deles por outras pessoas durante o período da colheita da cana,

ou seja, os trabalhadores que participam do plantio não são absorvidos na temporada do corte. Além disso, os trabalhadores não dispõem de parte das terras dos canaviais para a produção de alimentos, a não ser as pequenas hortas nos quintais e terreiros das pequenas casas das vilas. As queixas acerca dos problemas de saúde decorrentes ao ambiente de trabalho são muitas, os casos mais emblemáticos são os de: complicações respiratórias, resultantes da fuligem gerada pela queima da cana; e de intoxicações devido ao manuseio e aplicação de agrotóxicos, mormente por aqueles lançados por aviões da Usina São José do Pinheiro, como destacou os operários do campo. A situação fica ainda mais crítica dada a inexistência de uma unidade básica de saúde (UBS) no local e da dificuldade de acesso a transportes. Ademais, apenas os trabalhadores “fichados” (com carteira de trabalho assinada) têm direito a atendimento médico no ambulatório da empresa.

A condição em que este grupo de trabalhadores se insere, ou seja, pessoas fixadas nas vilas operárias dos empreendimentos rurais da família em questão, oportuniza que essas pessoas sirvam convenientemente aos Franco e aliados enquanto “curral eleitoral”. Para se ter uma dimensão deste cenário que muito remete ao “voto de cabresto”, os trabalhadores logo quando chegam às vilas são aconselhados a transferirem seus títulos eleitorais para Laranjeiras – SE. Desta forma, quase todos votam neste município a pedido dos patrões. De acordo com um encarregado de fazenda, em períodos eleitorais, é costumeira a reunião de todos os trabalhadores para a orientação dos seus votos, sendo os candidatos apoiados pelos Franco os nomes indicados a serem votados. Conforme os trabalhadores, os membros da família Franco pedem votos para os seus correligionários, mas eles também afirmam que não há pressão, e que votam em quem quer. Todavia, contrariando esta afirmação, somente os adesivos de campanha dos candidatos “sugeridos” pelos empresários são encontrados fixados nas paredes, portas e janelas das casas das vilas operárias (Figuras 7 e 8). Para se ter uma noção da eficácia deste esquema de produção de votos guiados, aglutinados nos “currais eleitorais” (isso sem querer afirmar que este tenha sido o coeficiente único para tal feito), basta observar os resultados das eleições de 2022 em Sergipe, quando Fábio Mitidieri (PSD), candidato apoiado pelos Franco ao governo do estado, saiu vitorioso com 623.851 votos, mesmo tendo amargado a terceira posição com 294.936 votos no primeiro turno

do pleito. Dado ao fato do primeiro colocado, o ex-prefeito de Itabaiana, Valmir de Francisquinho (PL), ter os seus 457.922 votos anulados por decisão do TRE-SE, Fábio Mitidieri pode concorrer no segundo turno, enfrentando Rogério Carvalho (PT), este obteve 338.792 votos no primeiro turno, saiu do segundo turno derrotado com 582.940 votos, apesar de naquele momento contar com o apoio de Valmir de Francisquinho. Isso significa que Fábio Mitidieri conseguiu derrotar os dois principais candidatos do sufrágio de 2022 juntos. Uma gritante demonstração da magnitude do poder de dominação política e econômica dos Franco em face dos seus opositores. Ou seja, graças ao apoio e robusto patrocínio de campanha, os donos da Usina São José do Pinheiro ergueram mais uma vez um dos seus ao Poder Executivo de Sergipe.

Adesivos da campanha de Fábio Mitidieri ao Governo de Sergipe em 2022, encontrados fixados nas paredes, portas e janelas das casas de vila operária em fazenda canavieira da família Franco

FIGURA 7



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

FIGURA 8



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Adesivos de campanha eleitoral de Fábio Mitidieri (PSD), candidato apoiado pelos Franco ao governo de Sergipe nas eleições de 2022, fixados nas casas da vila operária da Fazenda Cafuz, em Areia Branca.

A respeito da segunda situação – Trabalhadores aglomerados em alojamentos improvisados, o caso dos trabalhadores amontoados em um antigo colégio (não se sabe a que rede de ensino pertence ou pertenceu) utilizado como alojamento improvisado, localizado a poucos quilômetros do centro de Areia Branca, no povoado Cafuz, às margens da SE-160 e da BR-235, sentido Aracaju, é um exímio e interessante exemplo da ação de cooptação de pessoas (no geral homens) de outros estados (maioria da

Bahia e de Alagoas), para trabalharem nas grandes fazendas de cana-de-açúcar durante a estação de colheita da matéria-prima (2ª Etapa da produção), ínterim com duração de 5 a 6 meses (ver as Figuras 9, 10 e 11). Esses trabalhadores são trazidos dos seus locais de origem ante promessas de altos rendimentos salariais, o que não se cumpre, uma vez que o serviço acaba sendo mensurado por produção, isso é, por quantidade de cana cortada, o que prejudica os menos experientes, que não conseguem cortar as 6 toneladas diárias estipuladas para cada trabalhador (soma atingida somente por alguns mais calejados). Em conversa com esses trabalhadores, ao questionar o posicionamento deles perante a condição de alojamento em um antigo colégio, e não em um espaço adequado às necessidades operárias, eles disseram considerar como algo errado, e que isso só ocorre por se tratar de uma situação que atende aos interesses de grandes empresários, e, “como são homens ricos, nada acontece”, caso fosse uma ocupação de trabalhadores sem terras eles já teriam sido retirados dali.

FIGURA 9 – (Localização) Alojamento de trabalhadores do corte da cana dos canaviais dos Franco improvisado em um antigo colégio (seta em amarelo)



Fonte: Google Maps – 2022.

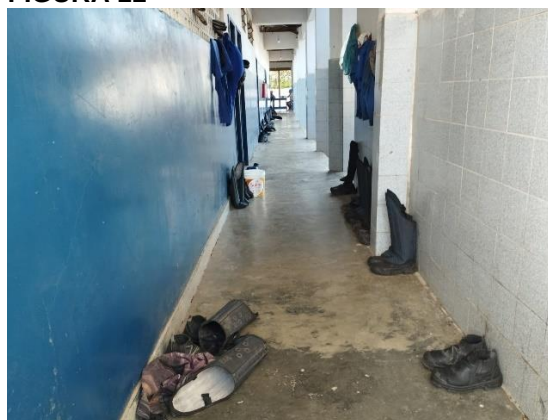
FIGURA 10



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Entrada do alojamento improvisado para os trabalhadores do corte da cana, localizado no povoado Cafuz, município de Areia Branca – SE.

FIGURA 11



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Vista parcial da parte interna do alojamento improvisado para os trabalhadores do corte da cana, localizado no povoado Cafuz, município de Areia Branca – SE.

Os 40 homens (há apenas uma mulher para cozinhar) que foram encontrados neste recinto, são responsáveis pelo corte da cana em cinco fazendas dos Franco: Fazenda Cafuz, Santa Maria, Rio Branco, Guidinha e Pinheiros. Alguns já fazem esse serviço há mais de 25 anos, eles são reunidos e trazidos pelos encarregados (os “gatos”, ou empreiteiros, como são conhecidos) e logo após o período da colheita são encaminhados de volta aos seus municípios natais.

As lamúrias frisadas por esse grupo de trabalhadores são inúmeras, a começar pela jornada de trabalho, a qual muita das vezes ultrapassa as 8 horas máximas estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. As negligências com relação aos acidentes de trabalho é outra adversidade destacada por eles, não há atendimento de primeiros socorros – “se alguém sentir algo aqui, morreu”, disse um dos operários ao reforçar a demora no atendimento aos acometidos em acidentes durante a lida nos canaviais pela equipe de atendimento móvel do ambulatório da Usina São José do Pinheiro. Além disso, os trabalhadores declararam ainda o fato de geralmente não realizarem as três refeições diárias. Atrelada a esta questão da alimentação insatisfatória dos trabalhadores, os mesmos expuseram que são lhes entregues apenas arroz e feijão como “o equivalente ao auxílio/vale refeição”. Os demais mantimentos são comprados por eles mesmos; ou adquirem diretamente com os encarregados (sistema de barracão), acumulando desta forma, dívidas que os tornam cada vez mais subordinados aos patrões.

Os trabalhadores canavieiros, nesse contexto, estão sob constante vulnerabilidade e em condições precárias, além de intensidade e frequência dos casos de desrespeito e violação dos direitos trabalhistas básicos, apresentando sérios problemas com relação aos tipos de contratos trabalhistas, as condições da jornada de trabalho, rendimento e remuneração do trabalho. Tais trabalhadores encontram-se na lógica perversa do capital mascarada pela ideia de pleno emprego realizado com a carteira de trabalho, mas na realidade a mesma é assinada por produção, evidenciando a precarização e barbárie do trabalho para a reprodução ampliada do capital (SHIMADA; 2014, apud SANTOS; BATISTA, 2018, p. 9).

Cabe algumas considerações da obra “Racismo Estrutural” do professor e advogado Sílvio Almeida que substancia a compreensão das circunstâncias e contradições apontadas.

A existência de escravidão ou formas cruéis de exploração do trabalho não é algo estranho ao capitalismo, mesmo nos ditos países desenvolvidos, onde predomina o trabalho assalariado. No capitalismo dividem espaço e concorrem entre si trabalhadores assalariados bem pagos, mal pagos, muitíssimo mal pagos, escravizados, grandes, médios e pequenos empresários, profissionais liberais etc. Ao tratar dos debates historiográficos sobre a formação da economia brasileira, Rafael Bivar Marques reafirma a necessidade de que “as relações entre trabalho assalariado e trabalho escravo sejam vistas não como externas umas às outras, mas como estrutural e dialeticamente integradas”. E completa afirmando que “a escravidão deve ser apreendida por meio de uma relação, via

mercado mundial, como as outras formas de trabalho que o constituem, sejam assalariadas ou não” (ALMEIDA, p. 108, 2019).

As cenas (Figuras 12, 13, 14 e 15) registradas durante a visita à estalagem improvisada no povoado Cafuz, manifesta à agudeza das condições de trabalho em que muitos operários são submetidos todos os anos nos canaviais da família Franco, bem como nas demais fazendas monocultoras da matéria-prima espalhadas pelo estado. Condições que por seu turno, são negligenciadas por órgãos responsáveis pela defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, como por exemplo o Ministério Público do Trabalho/SE⁶; entidade que em muitos casos, mostra-se omissa e ineficiente em face dos inúmeros casos de denúncia de trabalho escravo em Sergipe. Não se deve esquecer que, por se tratar de um agrupamento que dispõe de grande poder de influência dentro das diversas repartições públicas, a família Franco é “blindada” de acusações, investigações ou de qualquer tipo de alegação que venha manifestar as adversidades e contradições trabalhistas encontradas nos seus correspondentes canaviais.

⁶ De acordo com o site da instituição (2014), o Ministério Público do Trabalho (MPT) é o ramo do MPU que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Também pode manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, quando entender existente interesse público que justifique. O MPT pode ser árbitro ou mediador em dissídios coletivos e pode fiscalizar o direito de greve nas atividades essenciais.

As precárias condições enfrentadas pelos trabalhadores do corte da cana dos canaviais dos Franco em alojamento improvisado

FIGURA 12



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Trabalhador do corte da cana preparando refeição (arroz com feijão) em cozinha precária do alojamento improvisado no povoado Cafuz, município de Areia Branca – SE.

FIGURA 13



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Um dos dormitórios improvisados em salas do antigo colégio que serve de alojamento improvisado para os trabalhadores do corte da cana, localizado no povoado Cafuz, município de Areia Branca – SE.

FIGURA 14



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Banheiro utilizado pelos trabalhadores do corte da cana no alojamento improvisado.

FIGURA 15



Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

Panelas com alimentos guardadas inadequadamente dentro dos dormitórios. Isso ocorre por não existir refeitório, desta forma, os trabalhadores são obrigados a preparar individualmente suas próprias refeições e acomodar junto aos seus pertences.

Destarte, à vista das discussões e considerações apresentadas, observa-se que, diante das oportunas prerrogativas ajustadas às políticas públicas de desenvolvimento produtivo e econômico, o Estado viabilizou o avanço do setor canavieiro e da industrialização sucroalcooleira no país, o que por sua vez, beneficiou diretamente a família de maior destaque no setor em Sergipe, ou seja, a parentada Franco. De modo contrário, pode-se afirmar que esta industrialização não trouxe melhorias para a população local. O progresso deste mercado representou a modernização das usinas e a ampliação da produção, contudo, sem a indispensável distribuição de renda e melhorias das condições de trabalho dos operários, sobretudo dos que lidam diretamente nos canaviais, expressou-se enquanto uma “modernização conservadora”, favorável à manutenção das disparidades sociais, da concentração fundiária, do aumento dos lucros dos patrões, da anulação dos direitos democráticos e da cidadania e ocultação das lutas de classes. Portanto, como lê-se em Almeida, “as particularidades históricas brasileiras permitiram construir um processo de modernização capitalista mantendo estruturas arcaicas, que não são anomalias, mas sim integrantes dessa lógica de desenvolvimento histórico específica” (OLIVEIRA, 2017, apud ALMEIDA, 2019, p. 118).

O progresso econômico dos Franco, como evidencia-se, deveu-se sem sombra de dúvidas pela conjugação do usufruto da posse e propriedade da terra e a ininterrupta assiduidade destes sujeitos na seara política. Por décadas asseguraram diversos cargos, indo de deputados estaduais a governadores do estado. No agrupamento familiar a vida pública tornou-se o principal meio de estruturação e de ampliação de riquezas da parentada. Neste íterim, o nome Franco foi transformado em dispositivo de influência e vantagem nos pleitos eleitorais.

Ao alargar as influências econômicas nas capitais, e utilizando-se da “máquina comunicativa”, essa linhagem faz ecoar pelos jornais e pelas reuniões e clubes empresariais, o nome de sua estirpe. Outra forma dessa família, e das outras, ecoarem seus nomes, agora na esfera política, é a abdicação do poder político dos seus chefes em favor dos seus filhos bacharéis e letrados, possuidores de uma maior receptividade, onde eles considerados “prodígios”, lançavam-se na política eleitoral, saindo vitoriosos em várias campanhas, devido basicamente à força de seu clã e da capacidade de obter uma vasta rede de relações que teria, principalmente com outros membros da oligarquia local (LEANDRO; SANTOS, 2010, p. 7).

Dentre os membros da família Franco, ocuparam cargos públicos eletivos, os nomes fixados no Quadro VIII, onde consta ainda, os respectivos períodos dos seus mandatos, os cargos que ocuparam e suas atuações profissionais, predominantemente voltadas à esfera empresarial.

QUADRO VIII
Membros da família Franco que ocuparam cargos políticos

Nome	Data de Nascimento	Cargo	Formação/profissão
Walter do Prado Franco	1908	Dep. Federal (1955-1957); Senador (1946-1955)	Comerciante/ Banqueiro/Industrial/Pecuarista
Manoel do Prado Franco	1911	Prefeito de Laranjeiras (em dois mandatos)	Empresário
Augusto do Prado Franco	1912	Dep. Federal (1967- 1971, 1983 -1987); Senador (1971- 1979); Governador de Sergipe (1979- 1982)	Medicina/Empresário-Açúcar, Tecidos e Comunicações
Fernando Franco	1939	Dep. Estadual (1962); (1966)	Desembargador/Sócio da Usina Pinheiro/ Pecuarista
Albano do Prado Pimentel Franco	1940	Dep. Estadual (1967-1971); Dep. Federal (2007-2011); Governador (1995-2003); Senador (1983-1995)	Bacharel em Direito/Empresário
Walter do Prado Franco Sobrinho	1942	Dep. Estadual (1982)	Bacharel em Direito/Empresário
Antônio Carlos Franco	1952	Dep. Federal (1986) Prefeito de Laranjeiras (1988)	Economista/Diretor da Usina São José do Pinheiro
José do Prado Franco Sobrinho ⁷	1953	Prefeito de Areia Branca (1982-1986); Dep. Estadual (1990, 2010); Prefeito de Nossa Senhora do Socorro (por três mandatos: 1992, 2000, 2004)	Empresário
Walter Prado Franco	-	Prefeito de Siriri (2008)	Engenheiro Agrônomo/Empresário
Augusto do Prado Franco Neto	1971	Dep. Federal (2003-2007)	Empresário
Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho	1981	Prefeito de Riachuelo (2005-2008, 2009-2012)	Bacharel em Administração/Empresário
Celinha Franco	-	Dep. Estadual (2003-2007)	Empresária/Agropecuária

⁷ José do Prado Franco Sobrinho é, até então, o único político a ocupar o cargo de prefeito de dois municípios sergipanos. Além disso, o seu mandato como prefeito de Areia Branca durou excepcionalmente por seis anos. Isso graças à medida que unificou as eleições para prefeitos com as presidenciais.

Marcos Leite Franco Sobrinho	1976	Dep. Estadual (1999-2002, 2007-2010)	Bacharel em Administração/Empresário
---------------------------------	------	---	---

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE; Senado Federal do Brasil; Câmara Federal – 2022.

Como destacado no Quadro VIII, vários membros da parentada Franco seguiram os mesmos rumos dos seus pais e tios, ou seja, constituíram suas carreiras, atrelando as atuações políticas com as práticas empresariais. “São empresários bem-sucedidos e alguns com presença destacada na vida pública, como Albano, governador, Antônio Carlos, ex-deputado federal e ex-prefeito de Laranjeiras; e Walter, ex-deputado estadual” e, atualmente, o principal nome do conglomerado midiático da família Franco (SANTOS, 2002, p. 149).

O oligarca, usineiro e latifundiário, antes de ser governador de Sergipe, tinha sido eleito pela primeira vez como deputado federal (1966-1971), em seguida foi senador (1971-1979). Neste ínterim, fez diversas alianças, firmou pactos com figuras importantes do cenário estadual e nacional, encadeamentos complexos e cheios de contradições, onde para favorecer as bases dos seus partidos, sobretudo do ARENA, antigo UDN, e, paralelamente, para alavancar seu protagonismo político e empresarial, esteve envolvido em diversas contendas, as quais iam de denúncias por abuso de poder econômico, perseguição de opositores e até mesmo em casos de assassinatos. Para corroborar este entendimento, Ariosvaldo Figueiredo versa a respeito do caráter político complacente de Augusto do Prado Franco com os seus aliados políticos, fato que revela a lógica do seu ideário como homem público. Para este autor,

Augusto Franco não tem espírito público, não pensa no bem-estar do povo, não tem compromisso com a multiplicação de empregos, e aumento dos salários. Sua preocupação é usar o Estado, fazer eleitores e negociar favores, proteger correligionários e amigos. O tempo passa, Augusto Franco, udenista histórico, doente, não esquece companheiros e amigos que em 1958, servem à UDN e ao crime. Ele só estava esperando ser empossado Governador para premiar os udenistas que estiveram envolvidos nos acontecimentos que levaram ao assassinato, em 24/04/1958, do médico Carlos Firmo, entre eles, Antônio Machado, Seixas Dória e José Nolasco de Carvalho. Carlos Firmo, nos anos 50, integra a reacionária e golpista União Democrática Nacional (UDN) (2000, p. 249).

Diante disso, cabe destacar a estreita relação de Augusto do Prado Franco com um dos mais poderosos e influentes chefes políticos do interior sergipano, o temido e

controverso (tido por muitos como coronel) Francisco Teles de Mendonça. Este, durante sua longa carreira política, ficou conhecido como “a lei e a ordem de Itabaiana”, isso em decorrência do caráter policialesco estabelecido por ele através dos seus jagunços e pistoleiros dentro de município. A polêmica figura de codinome Chico de Miguel, durante toda sua trajetória de homem público (1964-2007), esteve atrelada a diversos crimes, principalmente ligados à morte de opositores políticos, a exemplo, o caso do assassinato do deputado Manoel Teles, ocorrido em 1967. A esse respeito, Ibarê Dantas destaca que,

Horas depois do crime, o então secretário de segurança foi a Itabaiana com forte aparato policial e teria prendido várias pessoas aliadas ao deputado Chico de Miguel para averiguações. [...] Dando prosseguimento às investigações, policiais fizeram incursões em locais do Nordeste onde viviam conhecidos pistoleiros. Meses depois, prenderam alguns supostos implicados que, com maior ou menor dose de violência, confessaram sua participação e teriam revelado os contratantes do crime de Itabaiana. O nome de Chico de Miguel apareceu então na imprensa com insistência, como um dos principais articuladores da trama. A Gazeta de Sergipe deu muita publicidade a comentários de autoridades e de populares a ponto de publicar como principal cabeçalho: “50 milhões custou a eliminação de Manoel Teles. [...] A Secretaria de Segurança concluiu o inquérito e imputou Floro Guedes como matador e Francisco Teles de Mendonça, o Chico de Miguel, como possível mandante (2019, p. 206-207).

O poder político de Chico de Miguel em Itabaiana era vigoroso, tinha base eleitoral forte e apoio dos seus correlegionários partidários, mesmo preso, após acusado pelo assassinato de Manoel Teles, articulou de dentro da penitenciária juntamente com um dos seus maiores aliados, José Carlos Teixeira, a candidatura e eleição de José Filadelfo de Araújo pelo MDB, em 1970. Sobre este episódio, Chico de Miguel em entrevista ao jornalista Osmário Santos, disse o seguinte,

Eu tinha que lutar. Mandeí, por José Carlos, um bilhete para entregar aos meus meninos dizendo que eles viessem, no outro dia à penitenciária. Isto, porém, não foi possível, pois, na penitenciária, ninguém podia falar comigo para eu não fazer campanha. Mandeí chamar o Dr. Gilton Garcia, meu advogado. Ele foi na penitenciária, com os meus filhos. Eu, então, mandava bilhetes para os povoados, pedindo às professoras e aos meus amigos para votarem no meu candidato. Aí eu elegi o candidato do MDB e fiz oito vereadores da ARENA. Não fiz um vereador do MDB, pois não gostava de nenhum candidato. Eu disse que iria eleger o candidato do MDB e os vereadores da ARENA e o fiz. Aí, eles conheceram minha força política (2002, p. 271-278).

Augusto do Prado Franco, amigo e correligionário de Chico de Miguel, ambos do ARENA, compartilhavam das mesmas convicções, tanto que foi um dos principais apoiadores da sua forma de dominação política em Itabaiana, evidenciada através da prática coronelista. Augusto do Prado Franco, como destaca Figueiredo (2000), expressou seu contentamento pela absolvição de Chico de Miguel, acusado de assassinato naquela época.

A alegria maior do Governo Augusto Franco é absolvição, dia 09/06/1979, por 7x0, em Aracaju do Deputado Estadual Francisco Teles de Mendonça, Chico de Miguel, responsável pelo assassinato, em Itabaiana, de “Pernambuco”, motorista profissional. O Deputado Chico de Miguel é beneficiado pela legítima defesa e, principalmente, por ser o maior chefe político do interior. O promotor Público Laurentino Alves Campos explica que o Deputado Francisco Teles de Mendonça, o Chico de Miguel com o apoio do Governador Augusto Franco, continua a política do falecido Euclides Paes Mendonça (UDN), a política de contrabando, da sonegação, do trabuco, da surra e outras violências (2000, p. 249)

Ao se levar em consideração os fatos já apontados e discutidos até este momento do texto, já dá para perceber que, o período em que transcorreu a Ditadura Militar (1964-1985), corresponde ao momento ápice da ampliação das riquezas dos membros da família Franco, sobretudo de Augusto do Prado Franco. Ao conciliar as carreiras pública e empresarial, o usineiro soube explorar de forma categórica as vantagens (econômicas e políticas) do pacto estabelecido entre classe empresarial e governos militares. Conforme Figueiredo (2000), Augusto do Prado Franco, chegou ao cargo de governo por meio de eleição na Assembleia Legislativa, entretanto, seu nome foi escolhido e indicado para governar Sergipe pelo então presidente do Brasil, o general Ernesto Geisel, por encontrar em Augusto do Prado Franco, o perfil de homem político de seu agrado. Todavia, cabe ressaltar que, apesar de ter sido indicado por Geisel, sua indicação teve o peso do prestígio do general Golbery do Couto e Silva, que atuava na época como chefe do gabinete civil.

O general Golbery do Couto e Silva, elitista e golpista, é intermediário entre o Exército e os empresários, através do IBAD e IPES a partir, principalmente, de 1962, levanta recursos financeiros, nacionais e estrangeiros, para o movimento que visa derrubar o presidente João Goulart. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) é o mais forte e mais atuante. Golbery do Couto e Silva foi o

grande articulador nacional do Golpe de 31/03/1964, tinha em Augusto Franco seu homem de confiança em Sergipe. Confiança para levantar recursos financeiros, comprar armas e distribuir aos fazendeiros, agitar a sociedade para facilitar em 31/03/1964, o sucesso do Golpe planejado no eixo Rio/São Paulo (Ibid., 2000, p. 205).

Já eleito, porém ainda sem assumir o cargo de governador, Augusto do Prado Franco, continuou estabelecendo contato com o presidente Figueiredo e com o general Golbery, pleiteando a atuação de figuras sergipanas em cargos ligeiramente abaixo aos do primeiro escalão do Governo Federal. Dentre os postos reclamados, destacam-se, a título de exemplo, os de chefias do Banco Nacional da Habitação – BNH, da Companhia de Desenvolvimento Francisco dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, da Companhia Nacional Álcalis (CNA), e da Petrobrás Mineração. Vagas que Augusto do Prado Franco já tinha indicação de pessoas para ocupá-las. Indicou Augusto Dantas para a CNA, e Marx Ribeiro, o coronel reformado do Exército para a Petrobrás Mineração (FIGUEIREDO, 2000). Conforme Dantas,

Desde, pelo menos 1965, que aquele empresário se empenhava em tornar-se governador enquanto seu patrimônio se ampliava ramificado no setor açucareiro, no têxtil e nas comunicações. Esse poderio, se por um lado despertava má vontade por parte de alguns generais, de outro facilitava o controle do quadro interno e facilitava o seu lobby em Brasília. No período após 1964, nenhum governante assumiu tal cargo em meio a tantos prognósticos otimistas, anunciando nova era desenvolvimentista. (DANTAS, 2004, p. 198).

A esse respeito, ainda de acordo com Dantas (2004), uma das primeiras ações do governo Augusto Franco foi a reestruturação da Secretaria de Planejamento – CONDESE (órgão identificado atualmente como Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos – SUPERPLAN⁸), onde suas atribuições foram limitadas. Medida estabelecida conforme as estratégias de centralização do poder

⁸ Conforme o site oficial da Secretaria de Estado Geral do Governo de Sergipe, a Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos – SUPERPLAN cabe: I - elaborar, coordenar, controlar e avaliar planos, programas e projetos governamentais e seus resultados; II - coordenar política de investimentos do Estado; III - coordenar e elaborar projetos e ações para captação de recursos visando ao financiamento de políticas públicas em áreas estratégicas do Estado; IV - elaborar estudos, pesquisas, estatísticas e levantamentos geográficos e cartográficos; V - elaborar o relatório anual das atividades do Governo do Estado; VI - executar outras tarefas correlatas à sua área de atuação.

político, tendo como principal objetivo, o fortalecimento e sustentação das alianças políticas municipais (promotoras e articuladoras dos “currais eleitorais”), impedindo as possíveis dissidências e consequentemente alinhamento dos correligionários a outros partidos (de oposição ao PDS, sucessor do ARENA⁹).

A política clientelista foi então cultivada como em nenhum governo depois de 1964. O funcionalismo estadual expandiu-se, admissões ocorreram sem concurso [ressalva-se que houve concurso realizado pela Secretaria de Educação], tendo por principal condição o pertencimento ao grupo político dominante, e/ou à conivência com suas políticas. A exemplo dessas práticas foi a aprovação pela Assembleia da emenda constitucional 14/81, autorizando o governo a promover contratações. Enquanto isso, o espaço de crítica encolhia com o grande controle governamental dos meios de comunicação (ibid., 2004, p. 199).

Em 06 de março de 1979, foram anunciados os nomes que integraram a equipe de secretários do Governo de Augusto do Prado Franco. Todos homens, hegemonicamente parentes, amigos e correligionários de sua confiança. A regra geral era contemplar e agradar os seus, sobretudo entregando-lhes os postos do alto escalão do governo. O secretariado de Augusto do Prado Franco foi composto, de acordo com Figueiredo (2000), pelos seguintes nomes,

O primeiro foi o nome de Fernando Franco [ex-deputado estadual, sobrinho de Augusto Franco], chefe do Gabinete Civil, seguem-se Antônio Carlos Valadares, secretário da Educação e Cultura; major Miguel Silva Santana, chefe do Gabinete Militar; José Bonifácio Fortes Neto, Procurador do Estado; Francisco Rosa Santos, Secretário do Governo; Antônio Fernando Campos, Secretário de Administração; Murilo Menezes Dantas, Secretário de Agricultura; Marcos Antônio Melo, Secretário de Indústria e Comércio; Helber Ribeiro, Secretário de Obras, Energia e Transportes; José Machado de Souza, Secretário de Saúde; Antônio Souza Ramos, Secretário de Segurança Pública; Elisário Silveira Sobral, Secretário de Justiça e Ação Social; Luciano Andrade Prado, Secretário Extraordinário de Assistência aos Municípios; Gilson Cajueiro de Holanda,

⁹ De acordo com os registros da Fundação Getúlio Vargas – FGV, o Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político de extrema direita de âmbito nacional, de apoio ao governo, fundado em 4 de abril de 1966 dentro do sistema de bipartidarismo (implantado no Brasil após 1964, que se constituiu da ARENA e do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Foi implantado como instrumento político de dominação autoritário-militar, visando sobretudo concentrar prerrogativas de controle político-militar no Executivo sobre o qual as forças armadas possuíam completo poder.), instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos. Sua extinção ocorreu em 29 de novembro de 1979 (sucedido pelo PDS, fundado em 31 de janeiro de 1980), quando o Congresso decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário.

Secretário do Planejamento e José Gilton Pinto Garcia, Chefe do Ministério Público (p. 206).

O período em que Augusto do Prado Franco conciliou os negócios da família com as atividades de figura pública, o usineiro executou, incentivou e apoiou ambiciosos projetos mediante a implementação de políticas públicas (particularmente de desenvolvimento econômico e produtivo), as quais promoveram as condições indispensáveis à reprodução do capital privado.

Durante o seu governo (1979-1982), o patriarca da família Franco recebeu sustentação administrativa do presidente João Figueiredo, especificamente, na área de saneamento básico e habitação popular (SANTANA, 2000, p. 19). Na época, de acordo com Dantas, “alguns conjuntos foram criados com a construção na capital e no interior, de cerca de 15 mil unidades residenciais, distribuídas sob controle do governador, exceto as cotas destinadas aos deputados” (2004, p. 199). O conjunto localizado na capital Aracaju, o qual leva o nome do ex-governador, ou seja, o Conjunto Habitacional Augusto Franco (Figura 16), por exemplo, teve seu projeto criado e executado através de convenientes acordos entre o presidente João Figueiredo e o então governador Augusto do Prado Franco. Cabe esclarecer que, sob o manto de política pública habitacional, o Estado atua enquanto agente responsável pelo planejamento do espaço urbano, além de criar as infraestruturas e os serviços indispensáveis (distribuição de água, pavimentação e canalização de esgotos, por exemplo), é o Estado que determina as diretrizes da urbanização (SANTOS, 2021, p. 17).

Desse modo, o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção da racionalidade) produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, *um meio* e um nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regular fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como o ato de planejar”. Nessa condição, o espaço que se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como produto, evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma de construção de um espaço estratégico. O Estado através da política urbana, reorganiza as relações sociais e de produção. A socialização da sociedade, que tem por essência a urbanização, revela-se na planificação racional do espaço, na organização do território, no processo de industrialização global. Assim, o Estado desenvolve estratégias que orientam e

asseguram a reprodução, ao passo que, enquanto instrumento político, sua intervenção aprofunda as desigualdades como decorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais (CARLOS, 2019, p. 76-77).

FIGURA 16
Convite feito pelo Governo do estado (1982), convocando a população para a inauguração do conjunto habitacional Augusto Franco



Fonte: Aracaju Saudades – 2012.

Figueiredo (2002) relembra a inauguração do Conjunto Habitacional Augusto Franco ressaltando que,

A imprensa é oficial e oficiosa, exalta a próxima inauguração do Conjunto Habitacional Augusto Franco, realização da ditadura com dinheiro do Banco Nacional da Habitação (BNH). Mas a “Gazeta de Sergipe” destoa da louvação artificiosa, de encomenda, o jornal está convencido de que “a construção de 5 mil casas em Aracaju, atraindo gente do interior, irá aumentar o número dos marginais, o foco de protestos contra as injustiças, alimentando os assaltos, os crimes, o uso de drogas” (Gazeta de Sergipe, 31/12/1981). Muita gente vai ter casa e não salário para pagá-las. É a

delirante e criminosa política de urbanização da ditadura, que esvazia o campo e multiplica a violência e a marginalidade nas cidades (p. 458).

Santos (2021), em seu trabalho denominado, “Segregação socioespacial e a política habitacional na região metropolitana de Aracaju/SE”, traz importantes contribuições à discussão. Cabe destacar as seguintes compreensões do geógrafo,

O papel do Estado como agente na formação socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju é fundamentalmente marcado pela atuação através da COHAB (Companhia de Habitação de Sergipe). A ação da COHAB/SE em Sergipe iniciou-se em 1968 e resultou na política criada pelo Governo Federal mediante implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), refletindo a necessidade de criação do órgão que seria responsável na escala local (estadual) pela captação [dos recursos], construção e entrega das unidades habitacionais em todo o estado de Sergipe. Sua competência era construir casas, edifícios ou conjuntos habitacionais destinados à eliminação das condições subumanas de moradia, realizando operações de compra e venda de residências construídas diretamente ou não. Sua função era atender à população de baixa renda. [...] Segundo Filho (2006), o SFH/BNH teria sido o desenho institucional responsável por toda a política de habitação do país a partir de então. Apesar de todos os percalços, teria sido a experiência de maior amplitude do mundo capitalista em matéria de produção habitacional. Essa experiência, no entanto, como aponta Martins (2016), é um potente mecanismo de adaptação do país a formas de reprodução do capital e da força de trabalho, juntando os fundos públicos a capitais ociosos, usando o trabalhador para o consumo de novas mercadorias e novas necessidades de consumo e remuneração, entre elas, a habitação. [...] o Sistema de Financeiro de Habitação/Banco Nacional de Habitação funcionavam por intermédio de órgãos públicos, no âmbito estadual, com as Companhias de Habitação (COHABs), que eram responsáveis desde a construção até a entrega da habitação às famílias selecionadas, com renda entre 01 e 05 salários mínimos. As demais famílias, com renda superior a essa, eram atendidas por meio de Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOPs), que construíram casas ou apartamentos mediante empreiteiras (CAMPOS, 2006). [...] Em Aracaju/SE, a COHAB construiu, entre as décadas de 1968 a 2002, um total de 21.045 unidades habitacionais, distribuídas em conjuntos habitacionais (2021, p. 32-33-34).

Para Figueiredo (2000), o ex-governador fez do projeto da construção do Conjunto Habitacional Augusto do Prado Franco, um projeto pessoal, o empreendimento foi para ele a sua marca enquanto homem público. Todavia, para a realização da obra (cerca de 4.400 unidades habitacionais), os recursos foram integralmente destinados pelo governo federal, especificamente do Banco Nacional de Habitação – BNH, criado com o golpe

militar em 1964 e extinto um ano após a redemocratização, em 1986. De acordo com Ribeiro, a fundação do Banco Nacional da Habitação, em 1964, teve em nível local, grande influência no comportamento dos agentes urbanos; sua presença direta através da COHAB-SE¹⁰ desempenhou um papel decisivo na configuração espacial de Aracaju (1989, p. 54). A geógrafa afirma ainda que,

Com o rápido crescimento da população da capital, a carência de habitação tornou-se aguda, repercutindo no alto preço dos aluguéis. Isso representou um estímulo ao empresariado local que passou a investir no mercado de habitações. Verificou-se dinamização crescente do setor da construção civil e do setor imobiliário, decorrente não só da implantação dos projetos industriais e da construção de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH, como também da própria conjuntura econômica nacional (inflação crescente), fazendo com que crescessem os investimentos em imóveis, pois representavam investimentos seguro e compensador (RIBEIRO, 1989, p. 55).

No final da década de 1980, após o expurgo dos militares do poder, isto é, com a redemocratização do país, a política habitacional passou a integrar à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, “instituinte atribuições e competências entre os três níveis de governo, após a promulgação da Constituição de 1988 que definiu a distribuição da Política de Desenvolvimento Urbano de acordo com os níveis de Governo (União, Estados e municípios)” (ibid., 2015, p. 234).

¹⁰ De acordo com o site da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEDURBI, A habitação em Sergipe historicamente se iniciou com o Estado, por meio da Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB), criada por meio da Resolução nº 24/1965, do antigo CONDESE, e foi o órgão responsável pela implementação dos projetos de infraestrutura e construção de unidades habitacionais e executor estadual das diretrizes da Política Nacional de Habitação, construindo no período de 1960 a 2000 cerca de 20.580 unidades habitacionais. A lei federal 11.124/05 constitui o marco legal para a área de habitação no Brasil, pela instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, comprometendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com a questão da moradia social. O Governo de Sergipe adere ao SNHS e cria o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (Lei nº 6.365/2008) e a Unidade Gestora dos Programas de Habitação de Interesse Social (Decreto nº 25.337/2008, alterado pelo Decreto nº 27.850/2011). Por meio da Lei 6.501/2008 foi criado o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – (FEHIS) e instituído Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (CGFEHIS). A Constituição Estadual, em seu Art. 166, preconiza que incumbe ao Estado e aos Municípios a construção de moradias populares e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Para a efetivação da função constitucional, o Governo do Estado criou a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – SEDURBS. A SEDURBS tem entre suas competências: a política estadual de desenvolvimento urbano; as políticas setoriais de habitação e saneamento básico e ambiental; a política de incentivo à habitação popular e saneamento; o planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental.

Isso significa que a obra do Conjunto Habitacional Augusto Franco foi subsidiada pelo governo federal, como resultado do projeto de políticas habitacionais adotado na época. Entretanto, os fatos comprovam que os recursos públicos investidos, não significaram estritamente um esforço dos gestores públicos (governos federal e estadual) de promover o bem-estar social. Antes sim, uma contrapartida do apoio prestado pelos empresários da construção civil (empreiteiros) em consonância com os operadores do mercado financeiro-imobiliário. Na tese de Campos (2012), é evidenciada como se organizavam as associações de empreiteiros (grupos de interesses e de pressão) no sentido de estabelecer profícuas relações com os agentes do Estado durante a Ditadura Militar.

Além das organizações permanentes das empreiteiras no âmbito na sociedade civil, outro mecanismo de aproximação e definição de estratégias/objetivos comuns das construtoras se deu nos eventos do setor. Os congressos, seminários, encontros e simpósios ajudavam a reunir empresários do ramo em torno de certas questões, serviam também para o fortalecimento de seu contato com órgãos estatais contratantes, ministros, secretários, dentre outros representantes e agências da sociedade política. A presença de figuras do alto escalão do aparelho do Estado era comum nesses eventos, que, devido ao seu caráter numeroso, ajudava a manter um contato entre empresários do setor e representantes das instâncias do poder público. [...] Durante a ditadura, essas conexões dos empreiteiros além do seu setor produtivo foram importantes para implementar certos projetos e para o fortalecimento de suas empresas em âmbito nacional. Os construtores estabeleceram vínculos com outras frações do empresariado, no que sobressaíram as alianças com outros representantes do setor industrial e também as alianças de cunho regional. Suas atuações junto à sociedade política tiveram como espaço privilegiado, em especial no período da transição política, o parlamento e os partidos políticos, havendo empresários do setor que se engajaram em carreiras nesse âmbito. [...] As relações entre empresários do setor e figuras da sociedade civil e política ajudavam a abrir portas para empreiteiras específicas. Muitos construtores tinham relações familiares ou de amizade com prefeitos, governadores e altos funcionários do aparelho do Estado, o que era às vezes usado pela empresa para atingir certos objetivos (CAMPOS, 2012, p. 245, 337).

A execução da “maior área residencial do Estado na prefeitura de Aracaju” (comandada na época pelo amigo e correligionário, Heráclito Rollemberg), serviu como importante mecanismo de promoção política (e eleitoral), sobretudo para Augusto do Prado Franco (enaltecido e lembrado pelos familiares e entusiastas pela “realização” do projeto), que deu o seu nome ao conjunto habitacional. De acordo com Figueiredo, o governo de Augusto do Prado Franco não gerou empregos, mas entregou casas aos

desempregados. “O Estado assim, não é desenvolvimentista, é eleitoreiro e clientelista” (2000, p. 454).

Destarte, o fato apontado, além de evidenciar a racionalidade dos encadeamentos político-econômicos entre os governos militares e os patrões, isso é, da estreita relação do Estado com o capital privado, especialmente por meio das políticas habitacionais (neste caso em específico, com os empresários/empreiteiros da construção civil), revela ainda um ponto pertinente, o uso das prerrogativas da vida pública, por partes dos agentes políticos, para alcinhar obras, instituições, patrimônios e logradouros públicos com nomes específicos de suas famílias (via de regra, tradicionais e abastadas). Desta forma, realiza-se a materialização e imortalização do epíteto, atributo de grande importância para a manutenção da parentada nos ambientes de decisões, de poder e de dominação social.

Ainda no seu primeiro ano de governo, 1979, tendo como objetivo contemplar seus aliados, articuladores locais de sua campanha ao governo, através do programa “Pró-Municípios”, valendo-se dos poderes conferidos pela administração da máquina pública, por meio da Secretaria de Cultura, efetivou acordos com cerca de 45 governos municipais para promover e aperfeiçoar o ensino nos distintos níveis. Para Figueiredo, o projeto foi na contramão do que se propunha, o de valorizar a carreira dos professores e melhor qualificar os alunos, ou seja, atender a população sergipana. De fato, a iniciativa foi, antes de tudo, um esquema para favorecer “prefeitos e “cabos eleitorais” da ARENA e amigos do governador Augusto Franco e do seu Secretário Antônio Carlos Valadares” (2000, p. 245).

O governo de Augusto do Prado Franco foi um emblemático modelo de patrimonialismo, especialmente na condição de favoritismo, prática com o objetivo de privilegiar de forma vantajosa amigos, aliados e correligionários através da concessão de cargos e vantagens econômicas sobre o patrimônio público. Isso em troca de apoio político, configurando-se assim, em mais uma espécie de “moeda de troca” nos balcões de negócios da política. Pode-se dizer, que essas práticas se tornaram características inerentes ao caráter (do) político brasileiro. Neste sentido, entende-se que, as relações estabelecidas por Augusto do Prado Franco com os seus favorecidos, via de regra, foram

permeadas pelas condutas destacadas. Fato evidenciado nos acordos efetuados com Antônio Carlos Valadares.

Secretário de Educação do governo de Augusto do Prado Franco, Valadares foi considerado um dos maiores aliados dos Franco, sobretudo do então comandante do poder executivo, Augusto Franco. Amizade de longa data, herdada do pai, Pedro Almeida Valadares, um congênere de Chico de Miguel em Simão Dias.

Na obra do jornalista Osmário Santos (ainda que efusiva, contém importantes declarações que merecem destaque), “Memórias de Políticos de Sergipe no século XX” (2002), Valadares descreve entusiasmado sobre a sua aproximação e alinhamento político com Augusto Franco, ao passo que indica os reais interesses do usineiro para com o atual chefe político local de Simão Dias, herdeiro de Pedro Almeida Valadares, Antônio Carlos Valadares, ou seja, o seu cabedal eleitoral, seu eleitorado, ou ainda, o seu “curral eleitoral”, que na época, era constituído para além do território simão-diense.

Doutor Augusto Franco, como eu o chamava, começou a sua militância política já em idade madura, no ponto em que muitos políticos de sua idade já haviam percorrido mais da metade do caminho, mas quando resolveu ingressar na carreira, o fez com muito equilíbrio, aplicação e grande dedicação. Só depois que eu vim morar em Aracaju para exceder o cargo de deputado estadual, passei a ter com ele uma convivência mais próxima. Antes eu preferia cuidar de Simão Dias, e penetrar politicamente nos municípios vizinhos, como Tobias Barreto, Lagarto, Poço Verde, Pinhão e Pedra Mole, preparando a minha eleição para a Assembleia (SANTOS, 2002, p. 94).

Após dois anos do falecimento de Pedro Almeida Valadares, em 1957, imediatamente Augusto Franco esteve em Simão Dias para realizar possíveis conchavos com a família Valadares. O interesse do usineiro na época era atrair apoio para concorrer a uma vaga na Câmara Federal. Sobre o ocorrido, Valadares na entrevista frisou que, “os Valadares estavam então no auge do seu prestígio político. O povo desejava ardentemente que nós continuássemos a obra deixada por nosso falecido pai. Além disso, nós representávamos o novo naquela velha estrutura política tradicional” (SANTOS, 2002, p. 97).

O fato é que os Valadares e os Franco há anos já estabeleciam relações econômicas. Foram/são homens de negócios que fizeram/fazem da arena política cúpula de negociações e de acordos, norteados por interesses comuns, ou seja, voltados a

estruturar e ampliar seus empreendimentos empresariais. É na esteira da política que as deliberações econômicas são determinadas, assim, os interesses políticos e econômicos são indissociáveis, dialeticamente imbricados. O que significa que a aproximação dos dois grupos de nada teve a ver com os desejos do povo, ao contrário, foi para atender as predileções exclusivas deles.

Valadares corrobora com este entendimento, ao argumentar durante a entrevista o seguinte,

Foi a minha mãe quem deu logo a resposta sem demora. Lembrou a amizade que Pedro Valadares tinha por ele [Augusto Franco]. Existiam também as relações comerciais: toda a produção de algodão em pluma da fábrica de beneficiamento era vendida à Fábrica Sergipe Industrial. Então, se era do desejo do doutor Augusto ser federal, desde já contava como nosso apoio. A vida política de Augusto Franco estava, portanto, ligada a Simão Dias e aos Valadares que apoiaram desde a primeira hora em que decidira disputar o mandato de deputado federal, e ingressar na política. Registro o fato, que muitas vezes, na política estadual e municipal, sofríamos discriminações, represálias e perseguições pelo fato de sermos amigos de Augusto Franco. Por isso, eu não compreendia aquela situação esquisita de que meu nome só fora aceito para vice-governador como sobra de uma divergência pessoal, e não nascera da iniciativa, como deveria ter acontecido, do próprio governador Augusto Franco em face da velha amizade que nos unira por tantos anos. Além disso, eu tinha sido insistentemente convidado para fazer parte da chapa como candidato a vice-governador (SANTOS, 2002, p. 97).

Valadares, assim como os seus aliados, os Franco, fez carreira na política, foi eleito em 1966, prefeito de Simão Dias, em 1971, tornou-se deputado estadual, cargo que ocupou até 1979, quando foi eleito deputado federal, licenciando-se para ocupar a chefia da Secretaria de Educação e Cultura até 1982, durante o governo Augusto Franco. A contragosto (porque queria disputar o cargo de titular), foi eleito vice-governador do estado, ao lado de João Alves Filho, tendo a campanha articulada e patrocinada pelos Franco. Logo após a gestão de João Alves Filho, foi governador entre 1987 e 1991. O seu último cargo político foi de senador, ocupando-o por três mandatos consecutivos, ou seja, 24 anos, entre 1995 e 2019. Em 2022, Valadares tentou eleger-se à uma cadeira da Assembleia Legislativa de Sergipe - ALESE, contudo o antigo líder político não obteve êxito.

O poderio do chefe político simão-diense foi de grande interesse para Augusto do Prado Franco, sobretudo para eleger os deputados da base aliada do seu futuro governo.

Além da influência que detinha sobre o eleitorado de Simão Dias e dos municípios circunvizinhos, Valadares usufruía ainda da presidência da Assembleia Legislativa – ALESE (no final do governo de José Rollemberg Leite, em 1978), cenários favoráveis para a concretização das articulações engendradas por Augusto do Prado Franco. Destarte, aliado com o usineiro, Valadares ensejou efetivo apoio às campanhas dos amigos/correligionários de Augusto do Prado Franco em seu território de domínio político. Desse conchavo, saíram eleitos os deputados estaduais Augusto Ribeiro (Ribeirinho, um dos principais chefes políticos municipais da época) de Lagarto e Antônio Néri de Tobias Barreto (SANTOS, 2002).

No pleito de 1978, Antônio Carlos Valadares foi eleito para ocupar uma vaga na Câmara Federal, porém, em mais uma empreitada com Augusto Franco, esteve de licença do cargo de deputado para chefiar a Secretaria de Estado da Educação e Cultura no governo do usineiro. Assim, além de compensar os favores prestados por Valadares, essa articulação possibilitou o favorecimento de outros correligionários da ARENA. Cabe destacar as palavras de Figueiredo acerca dessa aliança, em que diz,

O Governador Augusto Franco não está preocupado em modernizar o ensino, servir à cultura, prestigiar a educação. Seu interesse é multiplicar os eleitores. Assim, para montar, na educação, com a ajuda dos prefeitos da ARENA, forte máquina político-eleitoral, o Governador nomeia o Deputado Federal Antônio Carlos Valadares (ARENA) para Secretário de Educação e Cultura. O Governador Augusto Franco, no começo, tem dúvidas na escolha, não por ser contra Antônio Carlos Valadares, mas porque com seu afastamento para assumir a Secretaria da Educação e Cultura, o suplente Adroaldo Campos Filho irá substituir [de 15 de março de 1979 a 15 de dezembro de 1981] Antônio Carlos Valadares na Câmara dos Deputados, coisa que o Governador não deseja. Mas Augusto Franco supera a indecisão, termina por nomear Antônio Carlos Valadares, Chefe Político no município de Simão Dias, novo Secretário de Educação e Cultura. O novo Secretário não vai fazer cultura nem, tampouco, educação, tal como o Governador Augusto Franco quer. Antônio Carlos Valadares faz eleitores, serve às urnas, não às aulas, fortalece a ARENA (2000, p. 206).

Por este entendimento, Dantas (2004) ratifica que, durante o Governo de Augusto do Prado Franco, a Secretaria de Educação e Cultura, chefiada por Valadares, foi administrada como um balcão de negociações políticas, noutras palavras, como “instrumento de barganha eleitoral, comportando favoritismo, alterando a estrutura preexistente, afetando bastante o seu funcionalismo” (p. 199).

Todavia, ainda que o compadrio político entre o usineiro e o chefe político de Simão Dias, Antônio Carlos Valadares, trata-se de uma excelente demonstração da lógica por trás dos acordos estabelecidos por Augusto do Prado Franco. É a aliança firmada com empresário do ramo da construção civil, João Alves Filho, a mais emblemática no que se refere ao termo “conveniência política”. Ao analisar a atuação do governo Augusto do Prado Franco, a “Gazeta de Sergipe” apresenta ao público os nomes dos prováveis candidatos a disputarem a vaga do governo no pleito de 1982, foram listados: José Passo Porto, Antônio Carlos Valadares, João Alves Filho, José Rollemberg Leite, Djenal Tavares Queiroz, Camilo Calazans. Segundo Figueiredo, “a opção de Augusto Franco aponta para João Alves Filho, que em matéria de dinheiro e cargo, faz qualquer negócio” (2000, p. 462).

O escritor destaca ainda, fatos anteriores à conjuntura de 1982, chamando atenção para as contradições da aliança entre os dois líderes políticos, que até o momento eram grandes rivais. Todavia, devido às ambições empresariais e partidárias de ambos, e a relevância que o cabedal político-econômico de Augusto do Prado Franco traria para a sua campanha eleitoral, João Alves Filho aceitou o apoio do usineiro. Conforme a opinião de Figueiredo,

João Alves Filho, porque sem nenhum escrúpulo, é o candidato ideal do Governador Augusto Franco. Augusto Franco em outros tempos, persegue João Alves Filho, empresário do setor imobiliário, cria obstáculos às suas pretensões na Caixa Econômica Federal, está na hora do Governador Augusto Franco se redimir, ele entrega o cargo e o Palácio Olímpio Campos, de mão beijada, a João Alves Filho. Augusto Franco faz de João Alves Filho, candidato a governador e financia as eleições de 15 de março de 1982 (2000, p. 462).

Alguns anos antes do pleito de 1982, João Alves Filho havia sido prefeito biônico de Aracaju (1975-1979), foi o último a ocupar o cargo neste formato estabelecido em 1965, pelo AI-2, durante a Ditadura Militar, em que os prefeitos das capitais eram indicados pelos governadores dos estados, ou seja, não havia eleições diretas, assim como não havia para os governadores, estes eram indicados pelos generais que ocupavam o cargo de presidente. “José Rollemberg Leite foi responsável pelo ingresso de João Alves Filho na vida pública, nomeando-o, em 1975, prefeito de Aracaju” (BARRETO, 2007, 59).

Em 15/03/1975 a classe dominante está em festa em Aracaju. É a posse do Governador José Rollemberg Leite, novo hóspede do Palácio Olímpio Campos por obra da graça do Golpe Militar de 31/03/1964. [...] Sem povo. Longe dele. José Rollemberg Leite, em mensagem à Assembleia Legislativa, propõe o nome do engenheiro-civil João Alves Filho para prefeito “biônico” da Capital sergipana, nome, segundo ele, merecedor de confiança “por seus atributos de moralidade, formação profissional e vocação política” (FIGUEIREDO, 2000, p. 11).

João Alves Filho, assim como Augusto do Prado Franco, foi um homem de negócios. João, já nos primeiros meses da sua gestão como prefeito de Aracaju, a transformou num imenso canteiro de obras, o que aos olhos dos seus correligionários, bajuladores e massa apoiadora, foi visto como um período de desenvolvimento e modernização da capital. A estratégia era “vender” a ideia de humanização da cidade, na época uma inovação” (SANTOS, 2002, p. 364).

Importante não esquecer que, os empresários: Augusto Franco (usineiro) e João Alves Filho (dono de construtora) integraram as bases de apoio da Ditadura Militar e que ambos se promoveram (enquanto políticos e patrões) mediante os benefícios e incentivos intrínsecos às políticas públicas de habitação executadas pelos governos militares, sobretudo Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). A família de João Alves Filho atua no campo da construção civil desde a década de 1940. O seu pai (João Alves), foi o fundador do primeiro empreendimento dos Alves, denominado a partir de 1953 de CAL – Construtora Alves Ltda, a qual teve participação significativa no processo de ampliação da malha urbana de Aracaju (BARRETO, 2007).

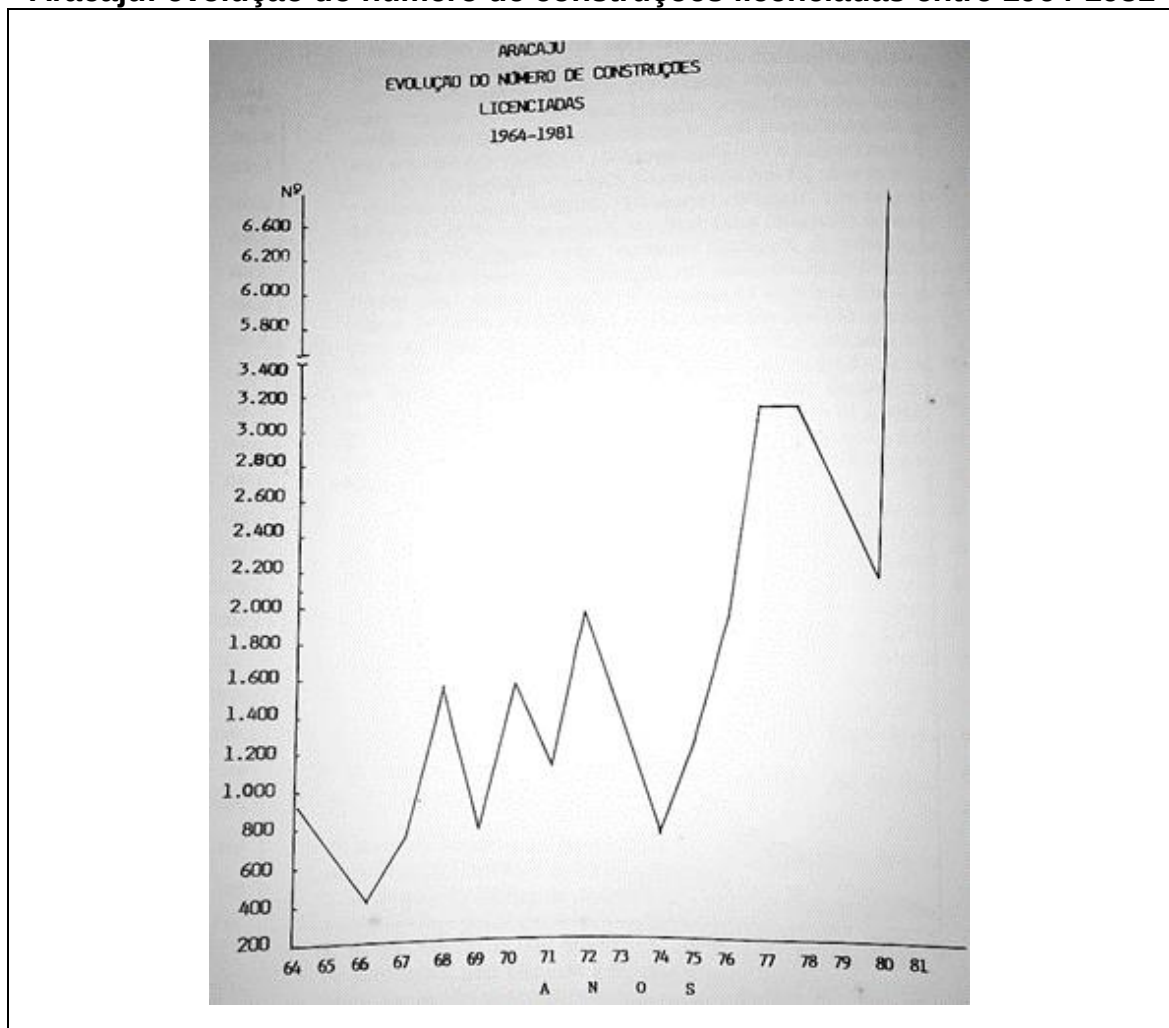
É daquela época [década de 1950] a construção do Conjunto Agamenon Magalhães, obra contratada pelo então governador Arnaldo Rollemberg Garcez, para erradicar favelas do centro da cidade, num programa que contava com a participação da Igreja Católica, sob liderança do bispo Dom Fernando Gomes. A magnitude da obra, o primeiro conjunto residencial de Aracaju, promoveu o status empresarial do construtor João Alves. [...] Surgiram outras obras, todas elas grandiosas, algumas públicas como o Conjunto Habitacional Castelo Branco I, na década seguinte, com 381 unidades, contratado pela Companhia de Habitação Popular de Sergipe – COHAB. [...] **Financiando a venda das casas que construía, João Alves se antecipava ao sistema financeiro de habitação.** [...] Conforme João Alves, “nos primeiros anos da Construtora Alves (a empresa foi formalmente fundada em 29 de dezembro de 1953) meu filho mais velho, **João Alves Filho**, estava estudando Engenharia Civil em Salvador. Passados alguns anos, ele voltou formado e ficou como o meu sócio. Depois, com o meu apoio, **ele fundou a Habitacional** e eu continuei com a Construtora Alves. **As duas firmas sempre se ajudaram**, até hoje [1990] quando nós da Construtora Alves

estamos nos retirando do mercado, paulatinamente” (BARRETO, 2007, p. 153-154).

No período em que João Alves Filho esteve no comando da prefeitura da capital (1975-1979), identificou-se que neste íterim o número de construções licenciadas aumentou de forma considerável em Aracaju (Figura 17). Com efeito, essa “coincidência” tem em seus pormenores, muito a esclarecer a respeito da ascensão do empresário (dono de construtora) no setor da construção civil. Além disso, é capaz de elucidar a lógica por trás do desempenho de João Alves Filho no que tange à grande cifra de obras executadas por ele enquanto figura pública (seja enquanto prefeito da capital, seja na condição de governador do estado). O que se compreende com isso é que, a máquina pública serviu como efetivo suporte de promoção econômica de João Alves Filho, e de forma simultânea lhe rendeu o status e prestígio de político “tocador de obras”. Uma demonstração de que as corriqueiras práticas patrimonialistas brasileiras, são responsáveis dialeticamente pela ampliação das riquezas, bem como do cabedal eleitoral dos que detêm o poder do Estado.

Prefeito nomeado, “biônico”, não eleito, de Aracaju, João Alves Filho, com a ajuda da empresa doméstica [majoritariamente monopolizada pelo grupo Franco], serviu, criou e trabalhou a imagem de “tocador de obras”, expressão que oculta, frequentemente, negociações e outras corrupções. A realização de obras é o começo da corrupção, elas motivavam empreiteiras, explicam contratos e aditivos, justificam comissões e preços superfaturados. Quanto mais o administrador é “tocador de obras”, mas ele é ladrão. É a regra (FIGUEIREDO, 2000, p. 477).

FIGURA 17
Aracaju: evolução do número de construções licenciadas entre 1964-1981



Fonte: RIBEIRO (1989, p. 58).

Aracaju, dia 26/04/1975, está alagada, mas João Alves Filho, prefeito de Aracaju, é empossado no Instituto Histórico Geográfico. Empossado, João Alves Filho escolhe o secretariado. [...] O nome maior do secretariado é José Carlos Machado, diretor de obras e urbanismo, intermediário entre o prefeito João Alves Filho e as empreiteiras, manipulador das grandes verbas e aplicações financeiras da prefeitura de Aracaju. A partir de agora José Carlos Machado, tal como João Alves Filho, não para de crescer política e financeiramente. [...] O prefeito João Alves Filho não está preocupado com a situação orçamentária e fiscal da prefeitura de Aracaju. [...] não briga na defesa do aproveitamento dos recursos minerais sergipanos nem denuncia, tampouco, o endividamento externo do país, instrumento de exploração estrangeira ARENA (FIGUEIREDO, 2000, p. 15-16).

Até então inimigos, antes de concluir o mandato de governador, Augusto do Prado Franco renunciou ao cargo para disputar estrategicamente uma vaga como deputado federal nas eleições de 1982. Devido à baixa popularidade nas camadas mais pobres da

população sergipana, o usineiro receava uma derrota vexaminosa para o empresário da construção civil em provável disputa à reeleição ao governo (desta vez por eleições diretas). Todavia, o impasse mostrou-se favorável a Augusto Franco e família, resultando na cooptação de João Alves Filho, nome que lhe foi aconselhado a apoiar, isso porque o empresário, durante o período em que esteve à frente da prefeitura da capital, mostrou-se um grande articulador, constituindo importantes de alianças em seu entorno, o que chamou a atenção da parentada Franco.

Apesar do respaldo político, Augusto Franco não conseguiu indicar o candidato à sua sucessão. Por imposição do filho, o senador Albano Franco, Augusto apoia o adversário João Alves Filho, com quem não falava há anos, entra na disputa por uma vaga “Albano impôs a candidatura de João sob argumento de que, entre os líderes que compunham a equipe política da época, ele era a figura mais popular” recorda José Carlos Teixeira. A pretensão do governador era apresentar o seu secretário de Educação, Antônio Carlos Valadares, durante a convenção do partido, como candidato para lhe suceder, mas acabou o indicando como vice. O fato indignou de tal forma Valadares que ele se recusou a participar da festa de lançamento das candidaturas, realizada na sede da ARENA/PDS, na rua Pacatuba, centro de Aracaju (SANTANA, 2001, p. 22).

O vice-governador indicado, deputado federal Antônio Carlos Valadares (PDS) é escolhido por Albano Franco, derrota Idalito de Oliveira, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), o nome inicialmente pensado para ser vice-governador, Antônio Carlos Valadares está tenso, nervoso, não gosta da indicação não comparece à reunião do PDS, partido oficial, que o indicou, em 18/04/1982, vice-governador do Estado. Antônio Carlos Valadares está com raiva, ele queria ser candidato de qualquer jeito. Sente-se enganado por Albano Franco, sente-se traído por Augusto Franco (FIGUEIREDO, 2000, p. 475).

Para Figueiredo (2000), é interesse último para Augusto do Prado Franco, o de alterar os ordenamentos político-partidários de Sergipe, apontar sujeitos responsáveis, capazes de honrar as atividades competentes ao cargo público. Augusto do Prado Franco e, conseqüentemente os seus herdeiros, com destaque para Albano do Prado Franco, foram/são articuladores políticos, isso, em virtude do seu poder econômico e do *tráfico de influência*. Não foram raras as vezes em que aliados e correligionários tiveram que se submeter aos ditames e caprichos dos Franco para se manter dentro dos espaços de poder.

João Alves Filho, empresário com dificuldades financeiras, endividado, é, para Augusto Franco, candidato ideal a Governador do Estado. Não são poucos os que dizem que João Alves Filho é sem escrúpulos, desleal, ora com títulos em

Cartório, a caminho do protesto. Augusto Franco sabe de tudo há muito tempo, está convencido que isso faz João Alves Filho mais dependente dele, do seu cofre, do seu poder, do seu prestígio. João Alves Filho, segundo Augusto Franco, pode servi-lo em sua política, beneficiá-lo em seus negócios, ajudá-lo em possíveis sonegações. Augusto Franco não está preocupado com Sergipe, mas com suas empresas. Muitos empresários ganham dinheiro com o contrabando que passam, os impostos deixam de pagar, as contribuições de Previdência que eles descontam dos operários, porém não recolhem aos cofres públicos (FIGUEIREDO, 2000, p. 476).

A inserção de João Alves Filho no governo de Sergipe significa a continuidade e a manutenção da hegemonia política de Augusto do Prado Franco no poder. A escolha de um homem que partilhe dos mesmos princípios, no que diz respeito à gestão da máquina pública, é substancial para Augusto do Prado Franco dar continuidade aos seus projetos econômicos particulares.

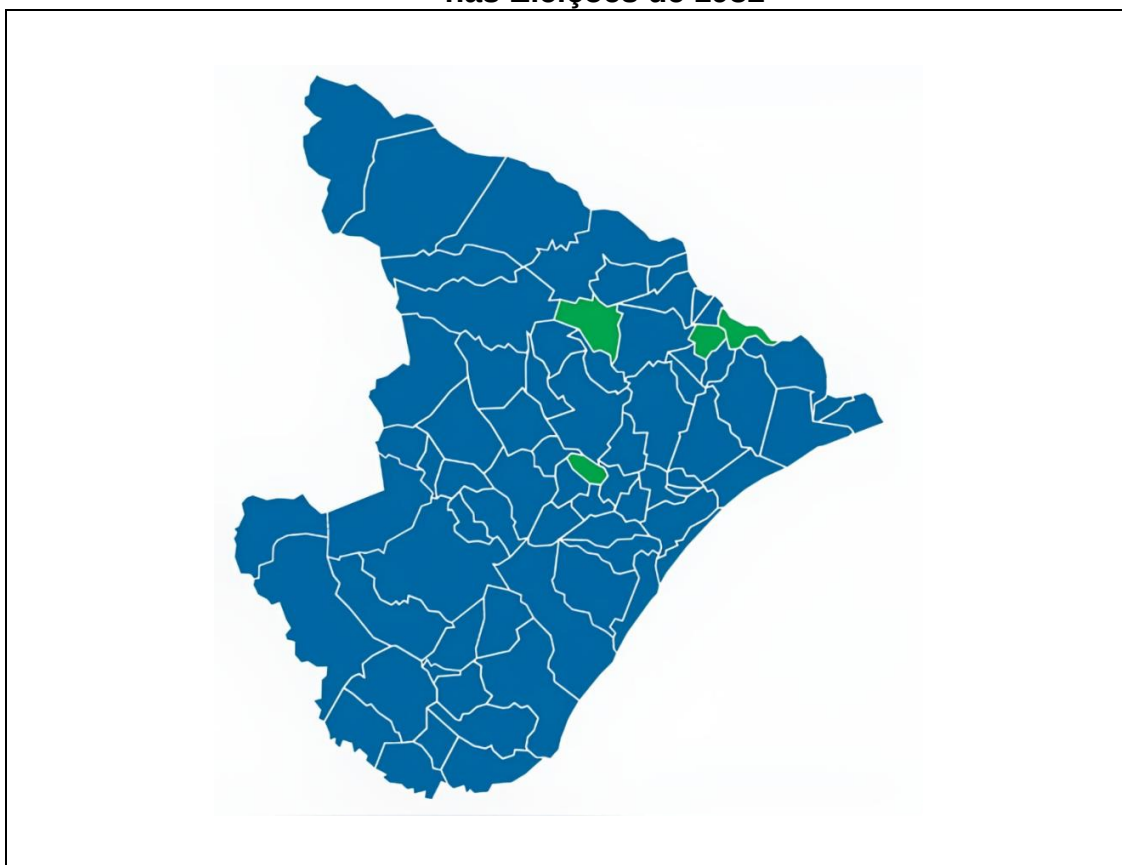
O Governador Augusto Franco, com polícia, coação e dinheiro, não tem dúvida que o PDS elegerá o seu sucessor em 15/11/1982. Por isso mesmo ele não quer um homem honesto, independente, livre, no Palácio Olímpio Campos, homem capaz de prejudicar os seus negócios e eleitores. A escolha de João Alves Filho, para Augusto Franco, é um negócio como outro qualquer. João Alves Filho é mais um Heráclito Rollemberg na praça. Percebe-se o mal que o Presidente Ernesto Geisel fez ao povo ao indicar Augusto Franco para governador de Sergipe (FIGUEIREDO, 2000, p. 477).

Em disputa pelo poder, os Franco fizeram das estruturas do Estado, suporte da campanha situacionista de João Alves Filho (PDS), juntamente com o vice Antônio Carlos Valadares (PDS), contra Gilvan Rocha (PMDB), João tornou-se o primeiro governador eleito por eleições diretas após 1962, quando Seixas Dória foi eleito para o cargo. De acordo com Figueiredo (2000, p. 504), com folga, “em 15/11/1982 com os votos e os cheques de Augusto do Prado Franco”, venceu o Senador Gilvan Rocha com o equivalente a $\frac{3}{4}$ dos votos válidos, um total de 256.385 votos, contra 77.965 de Gilvan. João Venceu em 70/74¹¹ municípios sergipanos, enquanto o seu adversário ganhou em apenas 4/74 (como aponta a Figura 18). No sufrágio de 1982 também, Albano do Prado Franco para ocupar uma vaga no Senado e com 103 mil votos (correspondente a 31%

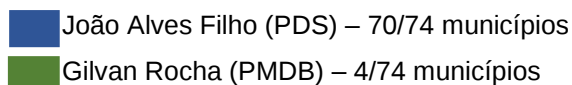
¹¹ O município de Santana do São Francisco ainda não havia sido criado em 1982, somente em 1993 é que isso ocorreu. Assim, Sergipe passou de 74 para 75 municípios.

do total), Augusto do Prado Franco foi eleito para o segundo mandato de deputado federal.

FIGURA 18
Candidato ao Governo do Estado mais votado por município
nas Eleições de 1982



Fonte: Banco de Dados do TERVSE (1982); TSE – Dados estatísticos: Eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982.



A chegada de João Alves Filho ao poder, como observado, não significou nenhuma mudança estrutural, ao contrário, tratou-se da manutenção dos projetos político-econômicos de Augusto do Prado Franco e da sua parentada, noutras palavras, preservaram-se os artifícios impulsionadores dos encadeamentos entre a máquina pública e os agentes da iniciativa privada. João Alves Filho representava a classe empresarial da construção civil, “uma oligarquia urbana, vertical do cimento-armado, nascida à sombra do Banco Nacional de Habitação (BNH), da Caixa Econômica Federal

e do Banco do Brasil” (FIGUEIREDO, 2000, p. 477). O empresário foi um político defensor dos ideais da sua estirpe (liberais e neoliberais), inclinados à redução da ação do Estado na seara social, todavia, como notado, contraditoriamente viveu dos proventos absorvidos dos cofres públicos.

Durante a administração de João Alves Filho, o empreguismo foi um dos principais meios de favorecimento de correligionários e de manutenção e ampliação do eleitorado, sendo a Secretaria de Educação um exemplo; a repartição contratou sem processo seletivo/concurso público quase 20 mil funcionários (FIGUEIREDO, 2000).

Acerca disso, Dantas (2001), em sua leitura, frisa o contexto de descaso e sucateamento da educação pública durante a gestão de João Alves Filho e Augusto do Prado Franco, onde a Secretaria de Educação foi entregue a vários secretários, especialmente aos aliados dos Franco. De acordo com o historiador, a pasta da educação foi comercializada com os Franco e,

durante os primeiros anos, cerca de oito titulares sucederam-se, alguns dos quais sem qualquer identificação com a área, degradando a máquina burocrática e sobretudo o ensino. Somente em março de 1985, um novo secretário conseguiu proporcionar um mínimo de racionalidade ao seu funcionamento. Enquanto isso, a parte pedagógica permanecia caótica e sem controle (2001, 232).

O seu conjunto de secretários, sobretudo o do primeiro escalão, agregou o ex-vice-governador Djenal Tavares Queiroz, que ficou à frente da pasta de Habitação e Previdência Social, o ex-governador José Rollemberg Leite (evidente retribuição à indicação a prefeito biônico da capital em 1975), na condição de chefe da pasta de Transportes, e Carlos Ayres Britto, o jurista ocupou o cargo de Procurador Geral de Justiça. O grupo Franco, financiador maior da campanha, recebeu duas importantes secretarias: Educação e Fazenda (as maiores receitas).

Como responsável pela administração econômica do estado, Augusto do Prado Franco aprofundou os transtornos enfrentados pela população, agravados pela alta inflação no país que, de acordo com a Folha de São Paulo (1985), a inflação acumulada do ano de 1984 foi de 223,90%. Os servidores tiveram direitos trabalhistas cortados, e enfrentaram forte arrocho salarial. Momento oportuno para os dissidentes acusarem o governador João Alves Filho e o seu padrinho político, Augusto do Prado Franco de

usarem o patrimônio público, ou seja, o aparelho do Estado para promover os empreendimentos da dupla, como os veículos de comunicação e construtoras. (SANTANA, 2001).

João Alves Filho nomeou aliados próximos a ele, a quem depositava total credibilidade e os nomes sugeridos por Augusto do Prado Franco. Satisfeito, Albano do Prado Franco reporta à imprensa seu contentamento com as escolhas feitas por João, “estou plenamente satisfeito com os nomes escolhidos” (Gazeta de Sergipe, 12/03/1983). “João Alves Filho é instrumento da Igreja Católica, fiel à burguesia, porém não é administrador dos melhores” (FIGUEIREDO, 2000, p. 509).

Destarte, autores comungam do mesmo entendimento de que, o aparato do Estado, bem como o cabedal empresarial dos Franco determinaram os resultados das eleições de 1982, que rendeu a João Alves Filho, o seu primeiro mandato de governador de Sergipe de um total de três (1983-1987; 1991-1994; 2003-2006). Acerca disso, lê-se em Santana que,

Durante toda a campanha de Gilvan Rocha, Augusto é denunciado por suborno e compra de lideranças com o dinheiro público. O secretário do PMDB, Nelson Araújo, o acusou de ter subornado o líder Horácio Góes, oferecendo emprego aos filhos, [...] em troca de apoio ao seu candidato. A denúncia é veiculada, em primeira página, na Gazeta de Sergipe. No dia seguinte, o proprietário do Jornal, Orlando Dantas, repara a notícia no mesmo paço, afirmando que Horácio “era um amigo leal que merecia respeito e consideração” (2001, p. 24).

Segundo Dantas, pouco tempo depois de assumir o cargo como governador de Sergipe em 15/03/1983, João Alves Filho se mostrava seguro de suas ações, “afastando-se do grupo Franco, mas resistia a abrir a sociedade política à participação de novos atores sociais. Alheios às demandas do processo democrático, os situacionistas provenientes da ARENA continuavam fechados e predominantes” (2004, p. 229).

Em entrevista concedida à TV Aperipê em meados de 1983, em Aracaju, João Alves Filho acusou seu aliado e antecessor no governo do estado, Augusto do Prado Franco, de cometer diversos crimes administrativos enquanto esteve à frente do poder executivo estadual; além das inúmeras violências praticadas contra os seus opositores, acrescentou os “contrabandos e as sonegações do proprietário da Usina Pinheiro e da

Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial. Esta é a elite que governa Sergipe, elite leviana, cínica, mercenária, corrupta” (FIGUEIREDO, 2000, 512).

Santana (2001), por sua vez, reforça este entendimento, destacando os embates e trocas de farpas entre o apoiador e patrocinador da campanha vitoriosa, Augusto do Prado Franco e seu apadrinhado, João Alves Filho, que protagonizaram discussões regadas por acusações e xingamentos mútuos.

A partir do resultado da eleição, os ânimos ficam acirrados, entre os líderes políticos. O tempo é marcado por enfrentamentos, até então, nunca presenciados na política de Sergipe. Os ataques e agressões verbais promovidas por João e Augusto se tornaram comuns. O racha político foi decretado depois que João assumiu e exonerou vários secretários ligados ao seu antecessor [Augusto do Prado Franco]. José Carlos Teixeira atribui a dificuldade na relação, ao temperamento ríspido de ambos. “Cada um queria impor sua liderança pessoal e acabava havendo choque”, avalia. (ibid., 2001, p. 25).

Com os avanços dos movimentos direcionados à restauração da democracia brasileira, “organizaram-se novos partidos e outras lideranças foram aparecendo na política sergipana, mas o controle do poder local continuava com os políticos que apoiavam o Regime Militar”. (SANTOS; OLIVA, 1998, p. 113).

O desgaste da relação entre João Alves Filho e Augusto do Prado Franco foi aprofundado à medida que os acontecimentos em nível nacional, decorrentes do processo de redemocratização do país, foram se desenrolando, haja vista, os líderes políticos tinham afinidades e interesses distintos entre os projetos e os nomes apresentados nos quadros políticos para última eleição indireta à presidência durante o período do Golpe Militar (1964-1985). Conforme Dantas,

Diante dos movimentos nacionais, visando à reconstrução da democracia, o novo governante resistiu o quanto pode para formar a *Aliança Democrática*. Permaneceu no PDS, não se engajou na campanha das Diretas e estimulou seus aliados a votarem contra. Com o fortalecimento da *Frente Liberal*, tornar-se-ia o último governador a assinar o seu manifesto, assim como fora o derradeiro a aderir à candidatura de Tancredo Neves, concorrente ao Colégio Eleitoral. Somente em dezembro de 1984, anunciou que iria deixar o PDS e passou a organizar o PFL em março de 1985, já nos tempos da Nova República. Essas opções demoradas em parte são explicadas pela força que gozava o ex-governador e deputado federal Augusto do Prado Franco, influente chefe do partido situacionista e responsável por sua vitória. [...] as divergências com o chefe do PDS estadual foram se sucedendo no decorrer de 1983-1984. Com o movimento em torno de Tancredo Neves, João Alves recebeu-o e participou

do grande comício de 15 de dezembro. Parecia que o rompimento com Augusto Franco estava em eminência de concretizar-se, mas o chefe do executivo dissimulava: avançava, recuava e assim ia coexistindo numa ambiguidade exasperante para peemedebistas que de muito esperavam pela sua saída do PDS (2000, p. 29-30).

Tomadas suas decisões, João Alves Filho aliançou-se com outros chefes políticos, principalmente do PMDB, e aderiu ao processo de retomada da democracia brasileira, encabeçada pelas “Diretas Já”. Com isso, declarou apoio ao então governador das Minas Gerais, Tancredo Neves, no sufrágio à presidência; Augusto do Prado Franco, por seu turno, reiterando a rixa com João Alves, declarou apoio à candidatura do ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf. “João sabe capitalizar a euforia da redemocratização e se torna um administrador politicamente bem equilibrado, embora, administrativamente, seu governo esteja em fase caótica” (SANTANA, 2001, p. 28).

João Alves Filho, já naquela época, passou a ser conhecido entre os quadros políticos, mídia e população em geral, como “tocador de obras” (epíteto sugestivo para um político-empresário do setor imobiliário), ou ainda, mais recentemente, “o homem que construiu Sergipe”. Isso porque, com já destacado, durante as suas gestões, como prefeito de Aracaju (1975-1979) e governador do estado (nas três ocasiões), teve como carro chefe da sua agenda de governo, o planejamento e execução de diversas obras que foram viabilizadas por sua construtora, ou empreiteiras dos seus aliados, financiados com o dinheiro público.

João Alves Filho foi “cria” da Ditadura Militar. Chegou à prefeitura de Aracaju apadrinhado por José Rollemberg Leite, seguindo o mesmo caminho (porém por meio de eleições direta), ascendeu ao governo do estado que, patrocinado vigorosamente pelo dinheiro e poder dos donos da Usina São José do Pinheiro, angariou votos/eleitorado e prestígio político para usar nos próximos pleitos em que foi novamente eleito governador (por mais duas ocasiões em 1990 e 2002) e prefeito da capital (por mais uma vez em 2012). João Alves Filho, como destacado, mesmo inimigo de longa data dos Franco, aceitou a proposta do usineiro. Os Franco, “com a indicação, eleição e posse de João Alves Filho, eles impedem a ascensão política, em Sergipe, de homens sérios, responsáveis, honestos, dignos” (Ibid., 2000, 511).

Conforme Dantas e Figueiredo, em 1987, Augusto do Prado Franco saiu do PSD e filiou-se ao PFL, daí então, não concorreu mais a cargos políticos. Alguns anos depois, em 1999, assumiu a presidência da Fundação que carrega o seu nome, criada por sua família e seu grupo empresarial. Após afastamento das disputas eleitorais, resguardou-se a apoiar e orientar as articulações dos seus herdeiros: filhos, netos, sobrinhos e “afilhados”, tanto na política como nos negócios financeiros. Augusto do Prado Franco, faleceu em 16 de dezembro de 2003, em Aracaju aos 91 anos. Atualmente, Albano do Prado Franco figura como um dos principais administradores dos negócios econômicos e considerado o patriarca da família, como um genuíno herdeiro do pai, Augusto do Prado Franco.

2.2 Albano Franco: os convenientes pactos políticos e agenda neoliberal

Através do apadrinhamento (proteção e patrocínio) de Augusto Franco, vários membros da sua família adentraram na política. Seus filhos são grandes exemplos disso, Albano Franco, seu primogênito, é o mais evidente deles dentro do campo político; já exerceu diversos cargos, foi deputado estadual, deputado federal, senador e governador de Sergipe por dois mandatos consecutivos (1995-2003). Walter Franco foi eleito deputado estadual em 1982. Já Antônio Carlos Franco foi deputado federal e prefeito de Laranjeiras.

Há um ditado popular apropriado em que diz, “quem sai aos seus não degenera”. Assim é Albano do Prado Pimentel Franco, o mais genuíno herdeiro de Augusto do Prado Franco. Fato é que a entrada de Albano Franco (aos 26 anos) para a esfera política deu-se juntamente com a inserção do seu pai, Augusto Franco, em 1966, o primeiro foi eleito deputado estadual e o segundo deputado federal, ambos pelo ARENA.

[Albano Franco] foi Presidente da Executiva Estadual da ARENA (1972 -1975); presidente do PDS em Sergipe, depois veio a ser Vice-Presidente de Honra do PSDB, Sergipe. (SANTOS, 2002). Desta sua militância partidária teve contatos e formou alianças com lideranças políticas de peso, expandindo sua rede de relações políticas, e reconvertendo estes recursos de volta para a esfera política eletiva. Nas eleições de 1982, Albano Franco se elege para o senado, sendo reeleito e permanecendo no posto de 1983 a 1994. Detentor de uma visão privilegiada para os processos políticos procurou sempre apoiar a política situacionista, transitou por vários partidos, ARENA/PDS (até 1979), PFL (1980-

1985), PMDB (1990-1992), PRN. (DANTAS, 2002). Pelo PSDB, partido de FHC, e por meio de uma coligação confusa com o PFL em 1994, Albano Franco repete o feito de seu pai, e se elege Governador do estado de Sergipe, consegue a reeleição, disputando com o seu antigo correligionário João Alves Filho, fica à frente do executivo estadual de Sergipe de 1995 a 2003, em 2006, como prova de sua expressividade na vida política do Estado elegeu-se deputado federal (SANTOS; LEANDRO, 2010).

Os episódios destacados de antemão evidenciam o caráter flexível dos Franco, no que tange às estratégias de manutenção deles dentro dos espaços de mando social; manutenção esta que se realiza num contínuo processo de ampliação do poder, sendo a articulação indissolúvel entre a seara política e a econômica, a base de sustentação do domínio da família (CRUZ, 2015).

Em consonância com a carreira de político, Albano Franco mantinha, juntamente com a parentada, propícia vida empresarial, administrando importantes empreendimentos comerciais do grupo, dentre os quais: a Usina São José do Pinheiro, a Fábrica Têxtil Sergipe Industrial -SISA, a Refresco Guararapes (franqueamento da Coca-Cola), e a TV e FM Sergipe (SANTOS; LEANDRO, 2010).

De acordo com Santos (2002, p. 68), “no período de 1970 a 1982, Albano Franco ficou afastado dos cargos, mas não se ausentou da política sergipana por um acerto com o pai, já que ele saiu, neste período, como candidato majoritário”, ou seja, a governador. Episódio confirmado pelo próprio Albano Franco em entrevista em que disse, “fiquei trabalhando na Usina, mas não me desliguei da política” (ibid., 2002, p. 69).

Destacando-se no setor corporativo e, em virtude das articulações e influências políticas-empresariais de Augusto Franco, dentro e fora do estado, Albano Franco foi indicado para presidir a Federação das Indústrias do Estado de Sergipe – FIES, logo depois alçado à presidência da Confederação Nacional das Indústrias – CNI (SANTOS, 2002). Cabe destacar, que até os dias atuais, estas repartições permanecem sendo espaços sob forte influência do grupo empresarial dos Franco, configura-se em artifícios de valorização do capital privado da família.

[Albano Franco] tem lugar obrigatoriamente em todas as mesas de agenda pública das quais se aproxime - ainda que nelas cochila de dar gosto. Tem inserção nacional, como se ainda hoje presidisse a Confederação Nacional da Indústria – CNI -, comandada por ele por longos 14 anos, tendo chegado lá aos

39, em 1980. Este é Albano do Prado Pimentel Franco - ou simplesmente Albano Franco. Hoje [2018], aos 77 anos, ele pode se gabar de ter sido quase de um tudo na vida pública por Sergipe (JLPOLÍTICA E NEGÓCIO, 2018).

Movido pelos interesses particulares do grupo empresarial da família, Albano Franco atuou/atua diretamente (e indiretamente) dentro do campo político há mais de 50 anos. Neste ínterim, Augusto Franco foi o principal cabo eleitoral, mentor das articulações e decisões políticas do filho, habitualmente permeadas pelas velhas tradições e costumes da política clientelista (dos conchavos, das negociações e acordos, da compra de voto e de pessoas, do apadrinhamento), das práticas patrimonialistas, das perseguições e conveniências políticas.

Em 1994, planejadamente, Albano Franco filiou-se ao PSDB, partido do correligionário e amigo, Fernando Henrique Cardoso, apesar de algumas seções do partido serem contrárias à inserção aos quadros da *Social Democracia Brasileira*. Com o objetivo de comandar o poder executivo estadual, abdicou do cargo no senado (com isso beneficiou o suplente, José Alves do Nascimento, cunhado de João Alves filho, irmão de Maria do Carmo do Nascimento Alves) e lançou candidatura juntamente com José Carlos Machado (seu vice) ao governo de Sergipe.

Em disputa acirrada, enfrentou Jackson Barreto (PDT), considerado na época o maior líder político da capital sergipana. Natural de Santa Rosa de Lima – SE, o adversário de Albano Franco militou pelo PCB durante o período da faculdade, quando cursava Ciências Jurídicas e Sociais pela UFS. Em 1972 filiou-se ao PMDB, sendo eleito vereador por Aracaju naquele mesmo ano. Elegeu-se em 1974 deputado estadual, deputado federal em 1978 e reeleito em 1982. Nas eleições do ano de 1985, com o apoio de João Alves Filho (na condição de governador do estado), foi eleito prefeito da capital com 71,8% dos votos, porém, foi afastado do exercício do cargo em 1988, após intervenção do governo do estado, durante a gestão do seu aliado, Antônio Carlos Valadares. Seis anos depois, em 1992, Jackson Barreto reassumiu a prefeitura de Aracaju, renunciando em 1994 (quando desligou-se do cargo em favor do seu primo, Almeida Lima) para disputar o governo contra Albano Franco.

Todavia, Albano Franco contou com o esteio do grupo situacionista, encabeçado pelo então governador João Alves Filho. Dispôs ainda, cabe destacar, da complacência

da candidatura de José Araújo Filho (terceiro colocado no pleito) do *Partido Verde* que, embora concorrendo ao governo do estado, “na verdade estava a serviço da Coalizão *Sergipe tem Futuro*”, coligação comandada por Albano Franco. Na época, José Araújo era o líder do PV em Sergipe, e durante toda a campanha, preocupou-se apenas em atacar o candidato Jackson Barreto, “mostrando nítida inclinação pela chapa situacionista, gerando insatisfações e crise interna ainda no primeiro turno” (DANTAS, 2002, p. 169).

De acordo com Dantas (2002), o respaldo dado à campanha de Albano Franco por João Alves filho, tratou-se de um velho acordo firmado entre os dois ainda em 1990, quando Albano Franco abdicou “de sua candidatura [ao governo do estado] para seguir a de João Alves Filho, de conformidade com conveniências do presidente Collor, tudo indica que foi o compromisso do governador de Sergipe apoiá-lo em 1994” (p. 164).

Estávamos em janeiro/94 e já se podia prever que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tenderia a candidatar-se a Presidente. Diante da aliança PSDB e com o PFL, na esfera nacional, tornou-se fácil ao PFL local, sob o comando de João Alves, manter o seu decidido apoio a Albano Franco, apesar de alguns descontentamentos, gerando defecções. Uma das saídas mais sentidas foi a do ex-senador Francisco Rollemberg que deixou o partido contrariado com aquela decisão prévia, já que, conforme dissera, pretendia “bater chapa com Albano [Franco] na convenção”. Posteriormente, já no PMN, afirmou que Albano representava o conservadorismo, a manutenção do *status quo* em Sergipe (Ibid., 2002, p. 165).

Ainda com relação ao apoio firmado por João Alves Filho à candidatura de Albano Franco, destaca-se o “pacote de bondade” cedido aos empreiteiros da construção civil de Sergipe, que vinham exigindo o pagamento dos elevados montantes atrasados, referentes a contratos de obras empreendidas durante o governo de Antônio Carlos Valadares (1987-1991). Em escancarada demonstração do uso da coisa pública no beneficiamento privado/pessoal, “João, para eleger o seu sucessor, o senador Albano Franco, faz um acerto de contas e paga todos eles. A contrapartida seria garantir o suporte financeiro para o segundo turno da eleição de Albano, ameaçada por Jackson Barreto” (SANTANA, 2001, p. 38).

Em um cenário de disputa extremamente polarizado, Jackson Barreto, enquanto ex-funcionário público (carteiro), buscou durante toda a sua campanha expor a vida de

Albano Franco ao eleitorado sergipano, especialmente a camada correspondente às classes mais pobres, chamando a atenção para a vida aristocrata do empresário, inclusive, no tocante a sua aversão aos trabalhadores. Albano Franco, por sua vez, usufruindo dos privilégios da candidatura situacionista, dispondo de considerável tempo nas transmissões de rádio e televisão, buscou apresentar-se ao público como sendo um homem afável, trabalhador, atencioso, experiente, dando ênfase a sua atuação na presidência da CNI (DANTAS, 2002).

A eleição para governador ameaçou quebrar o controle dos grupos que de muito vinham dominando o Estado. Jackson Barreto, ainda na prefeitura, passou a liderar um bloco oposicionista, através do estabelecimento de alianças com fortes alianças do interior do estado, formou uma frente partidária PDT, PT, PMN, PP e PCdoB, e concorreu contra Albano Franco apoiado pela coalizão PPR, PMDB, PFL, PSDB sob o slogan *Sergipe tem Futuro*. No primeiro turno Jackson Barreto venceu, mas, diante da operação avassaladora dos grupos dominantes, envolvendo a participação de instituições públicas, foi derrotado no segundo escrutínio. No plano nacional Fernando Henrique Cardoso era eleito no primeiro turno com a contribuição, inclusive, do eleitorado de Sergipe que lhe deu a maioria dos votos, apesar da derrota na capital (idem, 2004, p. 248).

Os candidatos foram para o segundo turno das eleições, com Jackson Barreto à frente, garantindo uma ínfima vantagem, com pouco mais de mil votos (1.288). O cenário, apesar de difícil, parecia favorável para Jackson Barreto, isso porque o mesmo detinha a seu favor a maior parte do eleitorado da capital sergipana e continuava mantendo-se na liderança das intenções de votos. O seu rival, Albano Franco, “no entanto, era favorecido pelas articulações, embora tivesse contra si o fato de ter sido senador por 12 anos e presidente da CNI sem nunca trazer um benefício para o Estado. Toda a riqueza de Albano, inclusive, sempre foi cultivada fora de Sergipe” (SANTANA, 2001, p.39).

Em sua obra, *Eleições em Sergipe (1985/2000)*, o Professor e Historiador, Ibarê Dantas traz os resultados do primeiro turno das eleições de 1994, conforme o TRE/SE, em que Jackson Barreto desponta em primeiro lugar, praticamente empatado com Albano Franco, conforme aponta os números em destaque no Quadro IX.

QUADRO IX
ELEIÇÕES DE 1994 EM SERGIPE
Resultado da votação para governador – 1º turno

Candidato/Partido	Coligação	Votação	Perc. de v. válidos
Jackson Barreto – PDT	PMN/PP/PT/PSB/PcdoB	282.214	47,61%
Albano Franco – PSDB	PFL/PMDB/PPR/PTB/PPS/PL/PSD/PSC/PRP/PTdoB	280.926	47,39%
José Araújo Filho – PV	PSTU/PCB	20.751	3,50%
Vera Lúcia Tourinho – PSTU	PRN/PRTB	8.852	1,49%
Total		590.743	100%
Votos Nominais		592.743	76,13%
Votos Brancos		96.034	12,33%
Votos Nulos		89.850	11,54%
Votos Apurados		778.627	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (Repositório de Dados Eletrônicos) – 2023.

É importante destacar que a coligação *Povo na Frente*, representada por Jackson Barreto, elegeu os dois candidatos a senadores, José Eduardo Dutra (PT) e Antônio Carlos Valadares (PP), episódio nunca antes testemunhado pelos sergipanos. O grupo hegemônico, liderado por Albano Franco, após décadas perde as duas cadeiras no Senado. Entretanto, a coalizão situacionista, *Sergipe Tem Futuro*, do “acordão” entre João Alves e Albano Franco, elegeu 5 dos 8 deputados federais (ver Quadro X) e 17 dos 24 estaduais, o que por sua vez, lhe garantiu ampla base para o Governo de Albano Franco na Assembleia Legislativa de Sergipe – ALESE, primordial para a implantação das políticas neoliberais no âmbito estadual.

QUADRO X
Sergipe
Candidatos eleitos para a Câmara Federal nas eleições de 1994

Candidatos/Partido	Grupo Político	Profissão	Votação
José Cleonânio da Fonseca – PPR	Franco	Pecuarista	41.953
Jerônimo de Oliveira Reis – PMN	Jackson Barreto	Pecuarista	39.259
José Teles de Mendonça – PPR	Franco	Pecuarista	33.805
João Bosco França Cruz – PMN	Independente	Empresário	32.104
Carlos Magno Costa Garcia – PFL	João Alves	Médico	28.222
Adelson Rosendo L. Ribeiro – PMDB	Franco	Pecuarista	27.914
José Wilson Cunha – PMDB	João Alves	Empresário	27.808
Marcelo Déda Chagas – PT	Independente	Advogado	26.463
Voto de Legenda		12.871	1,65%
Votos Brancos		140.706	18,07%
Votos Nulos		168.658	21,66%
Total Apurado		778.547	100%

DANTAS, Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985/2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – 2002.

No Quadro XI, estão destacados os nomes dos deputados estaduais que integraram a base do Governo Albano Franco, os seus respectivos partidos e os votos obtidos nas eleições daquele ano de 1994.

QUADRO XI
Composição da bancada governista e de oposição na Assembleia Legislativa de Sergipe em 1995

SITUAÇÃO			
Deputado/a	Partido	Profissão	Votos obtidos
1- Antônio Passos Sobrinho	PFL	Funcionário Público	11.096
2- José Rivaldo Santos	PTB	Juiz aposentado	4.765
3- Eduardo M. de Oliveira	PFL	Ruralista	13.397
4- Ivan Santos Leite	PPR	Engenheiro	10.385
5- João Bosco da Costa	PPR	Empresário	12.492
6- Raimundo Lima Vieira	PMDB	Comerciante	9.363
7- Rosendo Ribeiro Filho	PMDB	Ruralista	9.016
8- Reinaldo Moura Ferreira	PFL	Político	11.188
9- Venúzia de C. R. Filha	PMDB	Técnica em Administração	8.850
10- Venâncio Fonseca Filho	PPR	Ruralista	19.127
11- José Luciano do N. Lima	PFL	Comerciante	13.975
12- José Ilzo Silveira Martins	PFL	Empresário	11.795
13- Nicodemos Correa Falcão	PFL	Pastor	12.236
14- Ulisses de Andrade Filho	PFL	Empresário	13.283
15- Maria Vieira de Mendonça	PPR	Pedagoga	12.395
16- José Milton A. dos Santos	PSDB	Comerciante	10.603
17- Jorge Alberto T. Prado	PMDB	Médico e Empresário	8.511
OPOSIÇÃO			
Deputado/a	Partido	Profissão	Votos obtidos
1- Joaldo Vieira Barbosa	PMN	Comerciante	9.367
2- Luciano Bispo de Lima	PDT	Comerciante	16.480
3- José Renato V. Brandão	PT	Advogado	11.604
4- Ismael Silva Santos	PT	Engenheiro	9.890
5- Arthur de Oliveira Reis	PMN	Empresário	10.528
6- Suzana M ^a Fontes Azevedo	PP	Advogada	10.196
7- Belivaldo Chagas	PP	Defensor Público	8.063

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (Repositório de Dados Eletrônicos), 2023.

Dentre os nomes dos parlamentares que integraram o quadro governista, cabe frisar que, boa parte deles é oriunda de importantes famílias tradicionais do interior do estado, geralmente empresários ligados aos mais diferentes ramos comerciais, que por sua vez, comandam a política local por gerações, geralmente alternando no poder com membros de outros ordenamentos familiares similares. São políticos que, assim como os Franco, fizeram dos seus berços municipais, as bases da sustentação política da parentada, esquema indispensável para projeção no âmbito da política estadual e nacional. Desta forma, alcançando novas alianças e parcerias dentro dos círculos

políticos, portando, promovendo paulatinamente viabilidade dos projetos particulares de ampliação dos empreendimentos empresariais das famílias.

O número de votos acumulados em seus redutos eleitorais (em um município ou em um conjunto deles, geralmente circunvizinhos) é um interessante elemento de manifestação do nível do poder político e econômico assenhoreado pelas tradicionais famílias de políticos do interior do estado. Esse conjunto de votos, sob domínio dos grupos hegemônicos, constitui-se em valiosa moeda de troca nos balcões de negociações da política como um todo. Uma dessas convenções realiza-se, particularmente, através da troca de apoio durante as eleições, quando grande parte dos candidatos trivialmente trocam de partidos para alinharem-se às candidaturas situacionistas, as quais, por estarem no comando do poder, gozam de maiores recursos para financiarem suas campanhas eleitorais (o que explica, o fato das bancadas governistas geralmente serem maiores que as de oposição), tudo isso graças os proveitos da máquina pública.

Com base nos nomes dos parlamentares que integraram a base aliada do governo de Albano Franco, eleitos em 1994, ao menos 5 deles são de famílias cujo os sobrenomes estão inseridos na política sergipana há décadas: Antônio Passos Sobrinho (da família Passos de Ribeirópolis); João Bosco da Costa (da família Costa de Moita Bonita); Rosendo Ribeiro Filho (da família Ribeiro de Lagarto); Venâncio Fonseca Filho (da família Fonseca de Boquim) e Maria Vieira de Mendonça (da família Mendonça de Itabaiana). Vale destacar o nome de Arthur de Oliveira Reis (da família Reis de Lagarto) que, apesar de compor a bancada de oposição ao governo de Albano Franco na conjuntura de 1995, pertence a outra clássica família que merece destaque, em virtude do poder político que possui, além do mais, em outras circunstâncias seus membros já estiveram alinhados aos Franco.

Isto posto, no sentido de reforçar o entendimento supracitado, no esquema, em destaque no Quadro XII, foram elaboradas breves exposições da história política de algumas das famílias tradicionais referidas anteriormente, tomando como pressuposto os parlamentares que integraram a bancada situacionista durante o governo de Albano Franco (1995-1999).

QUADRO XII
História política de famílias tradicionais em Sergipe

PARLAMENTARES	CONTEXTO FAMILIAR	PRINCIPAIS NOMES
Rosendo Ribeiro Filho	Família Ribeiro de Lagarto	Representantes Políticos
Conhecido por Ribeirinho (1928-2019), foi vereador e prefeito de Lagarto (1963-1966) e deputado estadual por 5 vezes. Atuou na política entre 1954 a 1998 pelos partidos: UDN, PRT, ARENA, PMDB e PTB. É considerado até os dias atuais, o principal nome da família Ribeiro, sendo os seus descendentes (filhos e netos), os membros que mais se destacaram dentro da esfera política.	O patriarca da família, Rosendo Ribeiro de Souza (pai de Ribeirinho), era fazendeiro, com atividades voltadas à pecuária, foi filiado à UDN, tinha grande influência sobre as decisões políticas de Lagarto nos anos de 1950. Seus filhos, Rosendo Ribeiro Filho e José Raimundo Ribeiro (Cabo Zé) foram os primeiros a ingressar diretamente na política, isso em 1962. A família Ribeiro é dona de uma das principais rádios do interior do estado, a Eldorado FM. O grupo conhecido como Bole-Bole, rivalizava o domínio político municipal com os membros da família Reis, grupo conhecido por Saramandaia, comando por décadas por Arthur de Oliveira Reis. A família Ribeiro mantém-se dentro dos quadros da política sergipana, ininterruptamente, por mais de 70 anos, neste íterim, mantém alinhamento com o grupo Franco desde 1980. De acordo com Cabo Zé, sua amizade com Albano Franco era inabalável, tanto que o apoiaria em uma possível chapa com o seu inimigo (José Augusto Vieira, cunhado de Jerônimo Reis), porém o empresário, dono da Maratá, não aceitou o convite. “Eu tive por ele uma amizade canina, e ele sabe disso. Eu sempre tenho dito que Albano tem muitos amigos, mas ele não é amigo de ninguém” (SANTOS, 2002, p. 493). Municípios sob influência da família Ribeiro Lagarto (base do reduto eleitoral); Riachão do Dantas; Pedrinhas; Arauá; Salgado; Itabaianinha; Umbaúba; Tobias Barreto; Cristinápolis; Tomar do Geru.	Rosendo Ribeiro Filho (Foi vereador, prefeito e deputado estadual por 5x); José Raimundo Ribeiro (Irmão de Ribeirinho, foi deputado estadual por 2x e prefeito de Lagarto); Luiza Ribeiro (Filha de Ribeirinho, foi deputada estadual); Acácia Ribeiro (Filha de Ribeirinho, foi vereadora por Lagarto); Júnior Ribeiro (Filho de Cabo Zé, foi vice-prefeito de Lagarto); Gustinho Ribeiro (Neto de Ribeirinho, foi vereador, deputado estadual atualmente, é deputado federal); Hilda Ribeiro (Esposa de Gustinho Ribeiro, foi vice-prefeita e é atualmente prefeita de Lagarto); Aurea Ribeiro (Nora de Ribeirinho, mãe de Gustinho Ribeiro e sogra de Hilda

		Ribeiro, é atualmente deputada estadual).
Venâncio Fonseca Filho	Família Fonseca de Boquim	Representantes Políticos
Natural de Boquim, Venâncio (1956) foi Procurador do Estado de Sergipe, deputado estadual por 6 mandatos (1990,1994, 2002, 2006, 2010, 2014). No de Governo de João Alves Filho, foi Secretário da Indústria, Comércio e Turismo (1986). No Governo de Antônio Carlos Valadares, foi Secretário de Justiça (1987). Desde 2018 Venâncio Fonseca não atua em cargos eletivos. Sua atuação na política sergipana vem desde 1978, quando auxiliava o seu irmão, Cleonânio Fonseca em suas campanhas eleitorais. Atualmente é filiado ao PSC.	Os Fonseca de Boquim, apesar de ter outros nomes no cenário político local e estadual, os nomes que mais se destacaram foram os de Venâncio e o do seu irmão, Cleonânio Fonseca (1936-2021), este foi agropecuarista e citricultor (produtor de Laranja) com extensa atuação dentro da política e economia sergipana, seus pais foram Venâncio Fernandes da Fonseca e Cleonice Soares Fonseca. Em Boquim, Cleonânio entrou para a política em 1961, integrando os quadros da UDN, passou pelo ARENA, PDS, PFL, PRN, PPR, PSDB, PPB, PMDB e PP. Em entrevista a um portal de notícias do estado, o irmão de Cleonânio e Venâncio Fonseca, Luiz Fonseca, ressalta a influência política de Boquim, destacando a participação dos irmãos para isso. “Mais do que trazer a família Fonseca de volta à ribalta da política, o ex-prefeito de Boquim [...] está disposto a botar o município de Boquim e sua microrregião [Centro-Sul de Sergipe] de novo no mapa da representação política da ALESE. [...] Veja que Boquim já chegou a ter nas duas Casas cinco deputados numa só legislatura: Venâncio, Luiz Mitidieri e Joaldo Barbosa estaduais, e Cleonânio Fonseca e João Fonte, federais. Não ter nada hoje nas duas Casas é injusto, de modo que é necessário que a nossa região tenha essa representação que toda uma vida ela teve”. (JLPOLÍTICA&NEGÓCIO, 2022). Boquim já foi considerado o maior produtor de laranja do estado, sendo os Fonseca os pioneiros no cultivo da monocultura. “Tudo começou em 1920, quando chegaram mudas de laranjas “baía”. Naquela época predominava na região o plantio do algodão e a criação de gado. [...] Germiniano Fernandes da Fonseca foi um dos pioneiros da citricultura no município. [...] Em 1966, laranja dava a Boquim a liderança da cultura no Nordeste” (CINFORM, 2002, p. 35). Municípios sob influência da família Fonseca Boquim (base do reduto eleitoral); Pedrinhas; Arauá; Salgado, Estância, Indiaroba; Itabaianinha; Santa Luzia do Itanhhy; Cristinápolis e Tomar do Geru	Cleonânio Fonseca (Irmão de Venâncio Fonseca, foi vereador e prefeito de Boquim, deputado estadual por 4x e deputado federal por 2x); Venâncio Fonseca (Foi deputado estadual por 6x); Luiz Fonseca (Irmão de Venâncio Fonseca, foi prefeito de Boquim por 2x); Kleber Fonseca (Filho de Cleonânio Fonseca, foi prefeito de Pedrinhas por 2x); Honorina Fonseca (Filha de Cleonânio Fonseca, está como vereadora de Boquim desde 1996. Está atualmente no sétimo mandato).
Maria Vieira de Mendonça	Família Mendonça de Itabaiana	Representantes Políticos
Maria Mendonça, como é popularmente conhecida em Itabaiana e no restante do estado, é filha do antigo	Com as mortes de Euclides Paes Mendonça e do seu filho, Antônio de Oliveira Mendonça, “os grupos do ex-PSD e da ex-UDN convergiram para a ARENA. Do lado do antigo PSD, permanecia a liderança de Manoel Francisco Teles, enquanto na velha UDN aparecia como principal herdeiro Francisco Teles de Mendonça, um comerciante com	Francisco Teles de Mendonça (Pai de M ^a Mendonça, foi deputado estadual por 3x);

chefe político daquele município, Francisco Teles de Mendonça, vulgo Chico de Miguel. Com a herança política do patriarca, que quando vivo assenhorou grande percentual de votos, estes para além do território de Itabaiana, Maria conseguiu eleger-se 6x como deputada estadual, a primeira vez no pleito de 1994. Foi ainda, prefeita de Itabaiana. Entregou os seguintes partidos: PPR, PSDB, PSB, PP e PDT.	sobrenome dos dois antigos caciques políticos do populismo, mas sem parentesco qualquer com eles. (DANTAS, 2019, p. 203). Em 1966, Chico de Miguel é eleito pela primeira vez deputado estadual, sendo o segundo mais votado, atuou por dois anos, tendo o seu mandato cassado pelo AI-5 em 1969. Foi eleito pela segunda vez em 1986 e se reelegeu em 1990. Em 1994 se aposentou. Anos depois, quando questionado se pretendia continuar concorrendo em novas eleições, disse o seguinte, “agora não sou mais candidato, tenho os meus filhos” (SANTOS, 2002, p. 273), a exemplo, Maria Mendonça e Antônio Teles de Mendonça. Francisco Teles de Mendonça era considerado a lei e a ordem, “Deus e o Diabo em Itabaiana” mandava e desmandava. Itabaiana é reduto eleitoral dos Mendonça, o município que por décadas foi dominado por Chico de Miguel, onde foi considerado “o mais conhecido coronel de Sergipe”, isso por “manter sob controle os eleitores do município”. Foi preso por duas vezes, em 1969, acusado por assinar o deputado Manoel Teles, seu rival dentro da política, a outra vez em 1976, por matar um pistoleiro (conhecido por Pernambuco). “O deputado admite ter sido o autor do crime. Matei o Pernambuco no meio da praça porque ele andava contando vantagens e pretendia me apagar. Isso o povo entendeu e se manteve fiel a mim”. Foi absolvido sob alegação de legítima defesa após um ano na prisão (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994). Mesmo durante os dois períodos em que esteve em regime fechado, Chico de Miguel conseguiu eleger dois prefeitos de Itabaiana, por meio de visitas e bilhetes enviados pelos correligionários e familiares a população Itabaianense, José Filadelfo Araújo (1970), o seu irmão, Antônio Teles de Mendonça (1976). Municípios sob influência da família Mendonça Itabaiana (base do reduto eleitoral); Areia Branca; Malhador; Campo do Brito; São Domingos; Macambira; São Miguel do Aleixo; Frei Paulo; Pinhão; Pedra Mole; Carira e Nossa Senhora Aparecida.	Antônio Teles de Mendonça (Tio de M^a Mendonça, foi prefeito de Itabaiana); José Teles de Mendonça (Irmão de M^a Mendonça, foi igualmente por 3x, deputado estadual e federal); Maria Vieira de Mendonça (Foi deputada estadual por 6x e prefeita de Itabaiana); Maria do Carmo de Mendonça (Irmã de M^a Mendonça, foi vice-prefeita de Itabaiana).
Arthur de Oliveira Reis	Família Reis de Lagarto	Representes Políticos
Ficou conhecido em todo o estado pelo vulgo Arthur Gavião (1926-2021). O chefe político lagartense fundou e comandou por décadas o tradicional grupo político da família, popularmente conhecido por Saramandaia.	De acordo com Santos (2002), Arthur de Oliveira Reis teve papel de destaque no setor agrícola de Lagarto, tanto no cultivo de monoculturas (fumo e mandioca principalmente) como na venda, com loja de insumos agrícolas. Foi proprietário também de uma outra loja de calçados por um longo período. Ingressou na esfera política em 1966, onde atuou por mais de 40 anos. Alinhado a outra antiga liderança local, o ex-prefeito João de Almeida Rocha (1973-1977), foi eleito prefeito de Lagarto em 1983 pelo PDS. Jerônimo de Oliveira Reis (herdeiro do comando do grupo Saramandaia), filho mais velho de Arthur, seguindo os passos do pai, acessou à esfera política em 1986, candidatando-se a deputado estadual pelo PFL. Realizou	Arthur de Oliveira Reis (Foi deputado estadual por 3x e prefeito de Lagarto); Jerônimo de Oliveira Reis (Filho de Arthur Reis, foi deputado estadual, deputado federal por 3x, prefeito de

Arthur Reis, além de político influente, era um importante empresário, atuando em diversos segmentos do setor econômico (agricultura, pecuária, comércio e comunicação, mais especificamente do rádio). Durante o período em que atuou dentro do campo político, foi deputado estadual por 3 mandatos, e prefeito de Lagarto entre 1982 a 1988.	sua campanha eleitoral em Lagarto e em outros municípios adjacentes: Simão Dias, Boquim, Tobias Barreto e Riachão do Dantas. Em entrevista ele disse, “Na minha primeira eleição, eu tive, em Lagarto, 8.600 votos e, no total em Sergipe, nove mil, o que representou muito poucos votos de Lagarto. Já na segunda eleição, em 1990, quando saí a deputado federal, foram dezenove mil votos. Nesse período eu saí com toda a raça. Rodei todo o Sergipe” (SANTOS, 2002, p. 356). Neste pleito, houve o rompimento com o candidato situacionista ao governo do estado, Antônio Carlos Valadares que, segundo Jerônimo Reis, Valadares era aliado com os membros da família Ribeiro (do grupo Bole-Bole), antagonistas dos Reis (do grupo Saramandaia), tinha com proposta unir os dois grupos a ele. Para Jerônimo, isso significaria “o fim da rivalidade das duas facções políticas na cidade”. Caso interessante é que, aproveitando-se das brechas do Código eleitoral, Jerônimo Reis, ainda como deputado estadual, foi eleito a vice-prefeito de Lagarto tendo como titular, o empresário Zezé Rocha, do grupo empresarial Rocha. “fiquei exercendo os dois mandatos: Zezé viajava, eu pedia permissão na Assembleia Legislativa e assumia a Prefeitura de Lagarto. Com a saída do pai do ramo comercial do tabaco, “assumiu o seu lugar. Fez sociedade com José Augusto Vieira (Grupo Maratá) e partiu para comprar uma fazenda no Maranhão” (SANTOS, 2002, p. 357). Estabeleceu sociedade ainda com Zezé Rocha, tornando-se um dos titulares da concessão da rádio Aparecida FM, aparelho ideológico do grupo Saramandaia, concorrente da rádio Eldorado FM, sendo que durante os períodos eletivos, principalmente, convertem-se em palanques de ataques políticos entre os dois grupos. Desde a segunda metade da década de 1970, quando os dois grupos foram criados (Bole-Bole e Saramandaia), que as duas famílias tradicionais se confrontam pela tomada do poder municipal, que de forma idêntica aos Franco, quando não estão diretamente concorrendo, ou seja, com os próprios membros na disputa, estão apoiando outras figuras políticas locais: correligionários, aliados e amigos, principalmente de outras integrantes de ramificações familiares congêneres. Municípios sob influência da família Reis Lagarto (base do reduto eleitoral); Riachão do Dantas; Simão Dias; Boquim; Tobias Barreto e Poço Verde.	Lagarto por 2x e vice prefeito); Sérgio de Almeida Reis (Filho de Jerônimo Reis, foi deputado federal); Goretti de Oliveira Reis (Filha de Arthur Reis, está no 3º mandato como deputada estadual); Fábio de Almeida Reis (filho de Jerônimo Reis, está atualmente no 2º mandato como deputado federal).
--	--	---

Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2022.

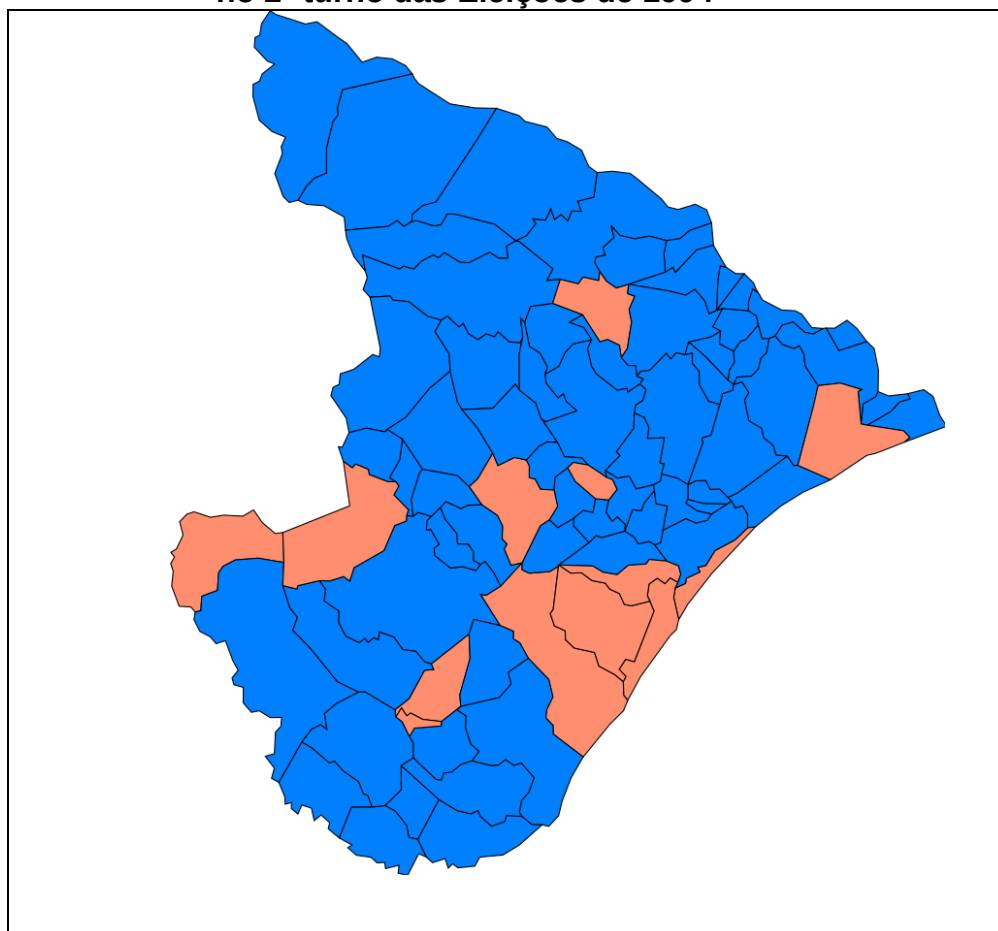
Com interpretação dos episódios supracitados, estes interpretados consoante o entrecruzamento dialético entre teoria e prática, compreende-se a racionalidade por trás das articulações e encadeamentos político-econômicos dos Franco no estado, sobretudo

os realizados com os grupos políticos hegemônicos locais, constituídos via de regra, por membros de famílias tradicionais de municípios do interior sergipano. Além das evidências até o momento colocadas, no que tange as alianças dos Franco com os chefes políticos municipais, promotores de amplas bases eleitorais, ou seja, “currais eleitorais”, é viável apreensão da dimensão do poder e influência dos Franco nos municípios do interior, mediante o exame detalhado dos resultados das eleições de 1994 em Sergipe. O resultado individual das eleições em cada município sergipano é um importante indicador de quais municípios são redutos eleitorais dos Franco, ou aqueles que na conjuntura do sufrágio de 1994, a maior parte do eleitorado foi convenientemente colocado à disposição da candidatura de Albano Franco.

Fato é que, no primeiro turno das eleições de 1994, dos 75 municípios sergipanos, Jackson Barreto venceu em apenas 18 deles (incluindo Aracaju, seu principal reduto eleitoral), enquanto Albano Franco saiu à frente em 57. No segundo turno, com a redução de candidatos na corrida eleitoral e com a ampliação da base aliada, Albano Franco expandiu a diferença, terminou a disputa vencendo em 62 municípios, enquanto Jackson Barreto sobrelevou-se exclusivamente na capital e em mais 12 municípios (boa parte deles na Região Metropolitana de Aracaju), o que reafirma a supremacia de Albano Franco e do seu grupo nos municípios do interior de Sergipe (Figura 19¹²).

¹² No esquema fixado no Apêndice I, foram destacados individualmente os votos obtidos por Albano Franco em face dos votos auferidos por Jackson Barreto nos 75 municípios sergipanos.

FIGURA 19
Candidato ao Governo do Estado mais votado por município
no 2º turno das Eleições de 1994



Fonte: Banco de Dados do TRE/SE (1982); TSE – Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1994.

- Albano do Prado Franco (PSDB) – 62/75 municípios
- Jackson Barreto de Lima (PDT) – 13/75 municípios

Cabe aqui destacar algumas observações a respeito dos dados apresentados no Quadro XIII. Uma primeira atenção é com os municípios de Laranjeiras, Riachuelo (berço dos Franco) e Areia Branca (recorte parcial relevante da área estudada), os três municípios conjugam importantes estruturas econômicas da família Franco: Usina São José do Pinheiro e Sergipe Industrial principalmente, titulares de quatorze (14) fazendas identificadas no INCRA, onde maior parte delas tem a terra aplicada ao cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, que por sua vez abastece a Usina São José do Pinheiro, produtora de álcool e açúcar.

Os Franco determinam e comandam parte considerável da dinâmica econômica destes municípios, o que significa que influi diretamente no cotidiano da população. Haja vista, assenhoram grande parte das terras agricultáveis, ou seja, definem o uso da terra e, conseqüentemente, todo o arranjo produtivo; são os donos das principais empresas, postos de trabalhos que, de modo deliberado ou não, findam como a única opção de fonte de renda da massa trabalhadora local.

Por este entendimento, confere-se de modo inequívoco que, o usufruto da prerrogativa da posse e propriedade da terra, em face dos interesses econômicos particulares, transfigura-se em instrumento de reprodução e ampliação de riquezas, circunstância a qual, realiza-se arbitrariamente subjugando a população à exploração do trabalho. Isso no contexto apresentado, no caso do grupo empresarial da família Franco, mais especificamente nos três municípios em questão (Laranjeiras, Riachuelo e Areia Branca), efetiva-se seja através do trato da terra para o cultivo da cana-de-açúcar, seja nas esteiras de produção do chão das indústrias.

Assim, os municípios supracitados, compreendidos em seu conjunto como um território de domínios econômico e político indissociáveis; constituem redutos, celeiros ou simplesmente, “currais eleitorais” que, interferem de modo significativo nos resultados eleitorais, basta ver os números expressivos de votos alcançadas pelos Franco nos três municípios abordados.

Com isso, para uma melhor interpretação do domínio eleitoral estabelecido pelos Franco em Laranjeiras, Riachuelo e Areia Branca, no Quadro XIII, estão discriminados de maneira pormenorizada os quocientes dos resultados do segundo turno das eleições de 1994, de modo a comparar a preponderância política (paralelamente com a econômica) de Albano Franco, diante a do seu adversário, Jackson Barreto.

QUADRO XIII
Quociente dos resultados do segundo turno das eleições de 1994

Municípios/População	Total dos votos obtidos entre os dois candidatos – %	Votos: Albano Franco	Equiv. do total de votos – %	Equiv. Pop. – %	Votos: Jackson Barreto	Equiv. do total de votos – %	Equiv. Pop. – %
Areia Branca – 7.591	5.710	3.587	62, 79	47,20	2.123	37,21	27,96
Laranjeiras – 18.944	10.291	7.191	69,86	38,00	3.100	30,14	16,38
Riachuelo – 10.542	4.632	3.007	64, 94	28,51	1.625	35,06	15,42

Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira – 2023; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo 1991.

Isso, entretanto, não significa que os demais municípios que tiveram resultados ligeiramente semelhantes aos três considerados, como exemplo: Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora das Dores, Pedrinhas, Santo Amaro das Brotas, São Domingos, São Francisco, São Miguel do Aleixo, Tobias Barreto, Umbaúba e/ou até mesmo casos extremos como o de Tomar Geru, onde Albano Franco obteve 80,32% do total dos votos apurados no segundo turno das eleições de 1994 (tirando os votos brancos e nulos), não merecem maiores atenções.

Leve-se em consideração que, dentre o conjunto das famílias tradicionais da política sergipana, a família dos Franco é, seguramente (isso é um fato testemunhado desde a década de 1970, período de considerável ascensão política e econômica de Augusto do Prado Franco e de sua parentada), é a que detém sob o guarda-chuva da dominação política do estado, a maior soma de aliados. E como já foi destacado anteriormente, não se trata de meras alianças. São relações de longas datas, com antigos e novos chefes políticos locais, membros de antigas famílias que comandam as máquinas públicas municipais por gerações. São políticos unidos pelos mesmos princípios, em especial, os de caráter patrimonialista. Por este entendimento, o resultado expressivo das eleições de 1994, em que Albano Franco venceu em 82,67% dos municípios (62-75), é uma demonstração da amplitude dos poderes articulados: político e empresarial dos Franco, refletidos sobre o espaço sergipano enquanto território de poder.

Assim, “pode-se afirmar que a família Franco foi uma das que mais resistiram às intempéries do tempo, sempre fazendo parte da elite política e econômica de Sergipe, é

o exemplo mais fiel de “grande família” constitutiva do espaço do poder em Sergipe” (SANTOS; LEANDRO, 2010, p. 8).

Além disso, o resultado do segundo turno, favorável a Albano Franco, deve-se ao conveniente investimento em pesquisas de intenção de votos, realizadas por influentes institutos de pesquisas nacionais, a exemplo, o IBOPE e o Datafolha, e a massiva reprodução e repercussão nos principais meios de comunicação do estado, ou seja, nos canais de rádio e televisão do grupo Franco, mais especificamente TV e FM Sergipe, TV Atalaia, Rádio Atalaia AM, Jornal da Cidade (formato impresso) e ainda, nas rádios do interior do estado sob domínio dos grupos políticos hegemônicos aliados de sua candidatura. “Como as pesquisas realizadas no primeiro turno erraram de forma cabal, na medida em que davam preferência a Albano Franco, no segundo turno apareceram indicando situação de equilíbrio” (DANTAS, 2002, p. 179).

Ao final do segundo turno, Albano Franco foi eleito com folga governador de Sergipe, somando à frente do seu rival, Jackson Barreto, mais de 24 mil votos. Fruto da efetiva injeção do dinheiro público em sua campanha situacionista, apadrinhada pelo seu antecessor, João Alves Filho. Santana (2002), afirma que o governador João Alves Filho, para reverter o quadro do primeiro turno, “gastou fortunas e vendeu, inclusive, as Letras do Tesouro do Estado” (p. 39). Dantas, corrobora ratificando que,

com a ajuda de João Alves, os Franco retornavam ao governo do Estado. Depois de afastar-se do patriarca Augusto Franco e concorrer decisivamente para derrotá-lo em 1985 e 1986, o governador mostrava-se a maior liderança eleitoral do fim do século em Sergipe. Resta saber até que ponto essa aliança entre Franco e Alves tenderia a persistir (2002, p. 185).

Abaixo, no Quadro XIV, estão destacados os números do resultado do segundo turno das eleições para governador em Sergipe em 1994; sufrágio que se encerrou com o retorno dos Franco ao comando direto do Estado.

QUADRO XIV
ELEIÇÕES DE 1994 EM SERGIPE
Resultado da votação para governador – 2º turno

Candidato	Partido/Coligação	Votação	Percentual
Albano Franco	PSDB/PFL/PMDB/PPR/PTB/PPS/PL/PSD/PSC/PRP/PTdoB	371.784	51,68%
Jackson Barreto	PDT/PMN/PP/PT/PSB/PcdoB	347.639	48,32%
Eleitorado		942.246	100%
Comparecimento		760.633	80,73%
Branços		6.982	0,92%
Nulos		34.231	4,50%
Abstenção		181.613	19,27%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (Repositório de Dados Eletrônicos).

Em primeiro de janeiro de 1995, graças ao cabedal político rendido e deixado por seu pai, Augusto Franco, aos acordos vantajosos prévios realizados com o capital empresarial, ao uso do arsenal midiático sob domínio da família, aos privilégios da candidatura situacionista (apoiada pelo seu antecessor, João Alves Filho e financiada pelos cofres públicos do estado), Albano Franco assumiu o comando do poder executivo estadual, no plano nacional, seu correligionário e amigo, Fernando Henrique Cardoso, tomou posse como o 34º Presidente da República; unidos pelos mesmos interesses no PSDB, ou seja, movidos pelos mesmos ideais político-econômicos do neoliberalismo.

É indispensável ressaltar que, os governos de FHC, como presidente do Brasil e os governos de Albano Franco como governador de Sergipe ocorreram um momento denominado de “onda neoliberal”, cenário de intensa atuação de atores econômicos e, por consequência políticos, defensores de princípios que reivindicam a diminuição substancial do Estado no campo social e maior liberdade de operação do mercado capitalista, ou “abertura econômica”. Trata-se da supremacia das convicções neoliberais. Acerca disso, Milton Santos (2008), ratifica registrando a seguinte percepção,

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para a ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõem-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa. [...] Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. [...] O capitalismo concorrencial buscou a unificação do planeta, mas apenas obteve a unificação relativa, aprofundada sob o capitalismo monopolista graças aos progressos técnicos alcançados nos últimos dois séculos e possibilitando uma transição para

a situação atual do neoliberalismo. Agora se pode, de alguma forma, falar numa vontade de unificação absoluta alicerçada na tirania do dinheiro e da informação produzindo em toda parte situações nas quais tudo, isto é, coisas, homens, ideias, comportamentos, relações, lugares é atingido (2000, p. 37-38-51).

Em conformidade com o professor e sociólogo Octávio Ianni, em Teorias da globalização (1995),

O neoliberalismo dos tempos da globalização do capitalismo retoma e desenvolve os princípios que haviam formulado e posto em prática com o liberalismo ou a doutrina da mão invisível, a partir do século XVIII. Mas o que distingue o neoliberalismo pode ser o fato de que ele diz respeito à generalização das forças do mercado capitalista em âmbito global (IANNI, 1995, n.p.).

A economista Tânia Bacelar (2000), ilustra a visão hegemônica neoliberal afirmando que,

Essas tendências favorecem a consolidação de uma visão ideológica e política: a visão de “quanto menos Estado e quanto mais mercado, melhor; quanto mais o indivíduo e quanto menos coletividade, melhor”. Essa é uma visão muito presente para os dirigentes mundiais. E está impregnando todas as sociedades, neste final de século [XX]. Essa é uma abordagem que favorece as mudanças que estão acontecendo no mundo real, para que o capital globalizado circule no mundo inteiro. Quanto menos estado nacional houver, melhor para que essa tendência se realize (p. 269).

O geógrafo David Harvey, em sua obra, Breve História do Neoliberalismo (2008), por sua vez, reforça a compreensão expondo o seguinte entendimento,

Os defensores da teoria neoliberal são particularmente constantes em sua busca pela privatização de ativos. [...] Os setores econômicos antes dirigidos ou regulados pelo Estado devem ser transferidos para a esfera privada e desregulamentado (livre de todas as formas de interferência do Estado). [...] Os defensores do neoliberalismo afirmam que a privatização e a desregulamentação, junto com a concorrência, eliminam a burocracia, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade dos bens e reduzem custos, tanto diretamente para o consumidor pelo fornecimento de bens e serviços mais baratos, quanto indiretamente pela redução de encargos fiscais. O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos acordos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade em relação a outros Estados no mercado global (p. 72).

Isso no âmago das políticas públicas, sobretudo sociais (saúde, educação, moradia, distribuição de renda, entre outras), significa reduzir ao máximo possível a atuação e poder do Estado no que tange a essas deliberações. O Estado, que é portador e provedor do serviço público, diminui estas funções, em favor da iniciativa privada, restando ao Estado a ordinária tarefa de regulação. Noutras palavras, é o extermínio dos serviços públicos desempenhados pelo Estado, substituídos por serviços privados regulados. É como ratifica Araújo (2000), ao testificar que,

Redefine-se o papel dos Estados nacionais. [...] Há menos Estado na produção; menos Estado na regulamentação, e, portanto, mais mercado. Isso é ótimo para viabilizar o projeto neoliberal. Portanto, menos políticas públicas e mais mercadorias e serviços. Por exemplo, educação é uma mercadoria. Tem acesso a ela quem pode ter. Então, nós contrapomos com a visão de que a educação é um bem público e, portanto, é dever do Estado. Quem não tem acesso à educação pelo mercado, tem que ter acesso via políticas públicas que garantam esse direito. Quando se diz: educação é uma mercadoria, pode-se desonerar o Estado desse papel, e quem não tiver competência, fica fora. Então é uma visão que está crescendo muito. Geralmente o Estado se afasta dessa responsabilidade, mostrando que isso pode ser oferecido pelo mercado (p. 270).

Em vista disso, pode-se dizer que a tendência neoliberal foi engendrada no cenário político e econômico brasileiro a partir do Governo Collor (1990), com a diminuição de tarifas sobre produtos importados. Além dos incentivos fiscais, a privatização de estatais foi outra adversa medida para atrair o capital externo.

As elites brasileiras montam pacto poderoso, articulado com os interesses externos, e com o Plano Real conquistam apoio das camadas mais pobres das cidades, que hoje são a maior parte do país (fim da inflação melhora o poder de compra, o crediário dá acesso a bens duráveis, e os preços agrícolas caem no mundo e aqui, mantendo baixo o crescimento dos preços da cesta básica). Mas a pequena produção agrícola sofre impacto negativo para “patrocinar” a queda dos preços, e muitos se tornam “sem-terra”. O Plano Real deixa a economia garroteada (não pode crescer, e o desemprego vai ampliando, sobretudo por isso e pela mudança tecnológica). E torna o Brasil vulnerável ao que há de mais volátil no mundo: o movimento de globalização do capital financeiro. O Plano Real nos obriga a precisar dele para fechar as contas externas do país, porque ficamos mais devedores, que antes, do exterior. O Estado faliu. Endividou-se na era Geisel, recebeu de frente o “choque dos juros” dado pelos EUA e hoje não consegue “pagar suas contas”. Aumenta cada vez mais a dívida. Só FHC passou a dívida em títulos, de R\$60 bilhões para mais de R\$360 bilhões (multiplicou por seis, em menos de cinco anos). Falido, e refém de sua dívida, o Estado não pode financiar saúde (que se privatiza), a educação (que também cresce mais no setor privado), o ensino, [a extensão] e a pesquisa nas universidades. [...] Paralelamente, o governo [FHC] busca realizar “reformas” que favorecem, por

exemplo, os grandes grupos, tornando-os mais fortes ainda (como o Programa de Privatização): os grandes bancos (que vão gerenciar os Fundos de Pensão que devem crescer com a reforma da Previdência), e as empresas produtoras de serviços de educação [principalmente no formato EAD] e saúde que crescem a cada dia no país (ARAÚJO, 2000, p. 299-300).

Dantas (2004), corrobora com as colocações manifestadas, sublinhando que, a gestão de Albano Franco

ocorreu no mesmo período da Presidência de Fernando Henrique Cardoso, que retomou as reformas liberalizantes, iniciadas por Fernando Collor, assumiu um governo com duas propostas explícitas: consolidar a estabilidade monetária e mudar o padrão de acumulação provenientes da era Vargas, ou seja, reduzir o papel do Estado no processo de industrialização e no controle dos meios de produção. Num momento de expansão do processo de globalização, sob a predominância do capital financeiro, fomentando o aumento da competitividade, Cardoso seguiu uma orientação liberalizante, propondo reformas voltadas para o mercado, sob o influxo de ideias do *Banco Mundial* e do *Fundo Monetário Internacional* (FMI). Numa economia de baixa poupança interna, o governo empenhou-se em atrair capital externo e obter o equilíbrio das contas públicas. Mas a abertura comercial e a valorização do real, consideradas necessárias para o controle inflacionário, trouxeram dificuldades ao setor produtivo e déficits recorrentes nas contas públicas, além de outros custos. Alguns bancos entraram em crise e sofreram intervenções custosas. Tentando completar sua obra modernizadora, o presidente conseguiu aprovar a emenda da reeleição que lhe facultou novo mandato. Entretanto, maiores dificuldades se estabeleceram. Diante das crises externas: “Tigres Asiáticos” (2º semestre/1997), Japão e Rússia (2º semestre 1998), os capitais migraram, a especulação assentou-se e o governo mudou o regime cambial, recorreu ao FMI (1999 e 2000) e elevou enormemente os juros, aumentando a dívida pública. Tais medidas comprometeram o desenvolvimento do PIB, que persistiu baixo. As restrições nos investimentos afetaram a expansão da geração de energia e dificultaram o atendimento das demandas sociais (p. 249).

A breve contextualização do cenário político-econômico (mundial) apresentado, ainda que de forma genérica, é substancial para a compreensão da racionalidade inerente aos procedimentos adotados por Albano Franco no trato da máquina pública durante seus governos (1995-2003). Albano Franco atuou com “mãos de ferro”, no que tange à defesa e à valorização do setor privado, como é de se esperar de um político-empresário. O momento em que se desenrolaram suas gestões, o da “onda neoliberal”, favoreceu os avanços dos oportunos projetos de beneficiamento direto do capital privado: privatização de estatais; livre circulação do capital internacional; abertura econômica para atrair as multinacionais; redução do Estado e assim por diante. Tem-se, assim, como

consequência desta ideologia político-econômica hegemônica, a ampliação das contradições que, reforçam e expandem as desigualdades sociais, atingindo com maior vigor a classe trabalhadora. Neste sentido, pode-se dizer que, o atual momento do modo de produção capitalista, fortalece o processo de redução dos direitos básicos do povo (alcançados ao custo de árduas lutas). Em conformidade com a agenda do presidente FHC, Albano Franco implementou ações político-financeiras polêmicas e adversas, nitidamente custosas aos cofres públicos, e mais ainda ao bem-estar social. Todavia, medidas efetivamente defendidas no campo neoliberal, ou seja, o mercado financeiro comandado pelo capital privado.

2.3 Albano Franco: repercussões socioespaciais da agenda neoliberal

Em face das considerações prefaciais acerca dos encadeamentos político-empresariais estabelecidos por Albano Franco e do cenário político-econômico mundial (onda neoliberal), ou seja, da conjuntura em que se insere os seus Governos (1995-2003), são precípuas as discussões posteriores, concernentes às contradições imanentes ao programa neoliberal de governo de Albano Franco, em especial, aquelas mais emblemáticas em face do momento vigente do capitalismo e, com isso, suas repercussões sobre o arranjo socioespacial sergipano.

Albano Franco deu início a sua administração garantindo que geraria mais de 100 mil novos empregos, ampliaria o número de casas populares em conjuntos habitacionais e ainda, não realizaria a privatização de nenhuma estatal. Todavia, o que se viu durante os três primeiros anos do seu governo, foi uma gestão displicente, conduta que resultou praticamente na falência do Estado. Destarte, um dos efeitos de grande relevo da administração de Albano Franco foi a tomada de empréstimos bancários realizados durante este triênio para financiar o pagamento da folha salarial dos quase 55 mil funcionários públicos (efetivos e contratados). Com isso, pôs em prática medidas de “contenção de gastos”, uma delas foi o “Plano de Demissões Voluntárias (PDV), financiado pela Caixa Econômica e terceirização de alguns serviços” (DANTAS, 2004, p. 52). Contudo, cabe frisar, que indo em contramão a essas ações de redução de custos, o conjunto de secretarias do Governo Albano Franco foi montado no sentido de ampliar o número de pastas, para com isso, poder melhor atender as predileções e exigências

dos seus aliados (correligionários e financiadores da campanha), além disso, admitiu “centenas de pessoas na Casa Civil, através do uso de cargos em comissão, como sinecuras, próprias de estruturas clientelistas” (Ibid., 2004, p. 251).

A venda de umas das principais estatais de Sergipe, a Energipe – Empresa Energética de Sergipe, ao grupo mineiro Cataguazes-Leopoldina. Foi uma efetiva demonstração do caráter da política neoliberal do Governo de Albano Franco, o fato até o presente momento é envolto em controvérsias, sobretudo no tocante ao destino dado ao valor recebido pelo Estado em virtude da privatização. De acordo com Santana,

O governo copia o projeto político adotado pelo amigo e correligionário, presidente Fernando Henrique Cardoso e faz uma gestão classificada pela própria bancada de “melancólica”. Todas as promessas de campanha foram jogadas num lugar qualquer. O desmonte do Estado começa com a privatização da Energipe. Agoniado pela polaridade com Jackson, Albano enviou carta aos funcionários da Energipe, em 28 de outubro de 1994, garantindo não vender sob o pretexto de que a iniciativa privada não seria capaz de cumprir o papel social exercido pela empresa. Mas a assinatura, de próprio punho, não valeu para selar o compromisso. Com a Energipe vendida, o dinheiro, segundo Albano, seria para investimentos em obras, embora a oposição insistisse em dizer que tudo seria para aplicar na campanha eleitoral de 1998 quando disputaria a reeleição. Descontado os exageros, os opositores tinham razão. Com as verbas da empresa, uma quantidade exorbitante de obras foi contratada em todos os 75 municípios, muitas iniciadas, mas poucas concluídas, apesar do dinheiro não mais existir (2001, p. 40).

Dantas, por sua vez, destaca com maior rigor os detalhes da venda da Energipe, ressaltando as circunstâncias em que ocorreu a privatização da estatal pelo Governo de Albano Franco. Os fatos narrados pelo historiador revelam os interesses por trás da transferência da empresa para a iniciativa privada e, ainda, os desdobramentos que se sucederam após esta medida neoliberal.

Quando o Estado se encontrava no limite do seu endividamento, com o Banese [Banco do Estado de Sergipe] ameaçado de intervenção pelo Banco Central, e com os recursos fiscais limitados por normas de âmbito federal, o governo Albano Franco, contrariando suas promessas eleitorais, decidiu vender a Energipe, fato que se concretizou em início de dezembro de 1997, à Cataguazes-Leopoldina por R\$577.101.775,00, com ágio de 96,05% [sobre o preço mínimo, que foi de 293,3 milhões]. Com os recursos, liquidou o débito com o BNDES, proveniente do saneamento daquela empresa e dispôs de amplo raio de ação para investir e/ou distribuir entre prefeitos no ano da campanha eleitoral. Até então, nenhum governador de Sergipe havia desfrutado de tantos recursos para investimentos (DANTAS, 2004, p. 252).

O Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético – ILUMINA (órgão do Estado, criado durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, para realizar estudos mais aprofundados neste setor), corrobora com a discussão, destacando em matéria assinada por Sônia Araripe (2004), disponível no site da instituição, a substancial participação do BNDES (ou seja, a atuação e ingerência do Estado), no que se refere ao processo de financiamento do trâmite que resultou na aquisição da Energipe pelo setor privado. Destaca ainda, a presença de outras organizações econômicas, ligadas ao capital privado (nacional e estrangeiro) que, direta ou indiretamente estiveram envolvidos e foram beneficiados com o processo de privatização da empresa de energia pública de Sergipe.

Vale destacar aqui, alguns trechos da matéria em que é possível compreender com mais clareza a lógica dos bastidores da privatização da Energipe.

O grupo Cataguazes-Leopoldina, que já atua na área de energia elétrica na região da Zona da Mata, no sudeste de Minas Gerais, dirigido pelo empresário Ivan Botelho, arrematou, ontem, por R\$577,1 milhões, a Energipe, distribuidora de energia de Sergipe. O leilão pelo sistema de envelopes fechados foi realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro: durou 10 minutos, e foi disputado por apenas mais um consórcio, reunindo a Coelba (distribuidora de energia da Bahia, privatizada esse ano [1997] para a operadora espanhola Iberdrola e para o fundo de pensão Previ, dos funcionários do Banco do Brasil) e a Companhia Vale do Rio Doce. O envelope com a proposta dos perdedores apresentou um valor bem mais baixo, de R\$359 milhões. O resultado final foi comemorado com abraços e muito entusiasmo pelos representantes do governo de Sergipe, assim como pelos consultores e técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Não é para menos. O ágio chegou a 96,06%, o maior de todas as privatizações de empresas elétricas. O preço mínimo da Energipe era de R\$294,3 milhões. Sócios estrangeiros também participaram indiretamente do leilão. É que investidores internacionais, reunidos em um fundo de participações chamado FondElec (Fundo Latino-Americano de Energia e Eletricidade), de capital de US\$140 milhões, compraram, em outubro, 23% do Grupo Cataguazes. O grupo mineiro fatura por ano R\$130 milhões e com a Energipe passou a ter um universo de 600 mil consumidores de energia. Também a operadora de energia americana CMS, que já participa do FondElec, pretende tornar-se sócia da Energipe.

[...] “O resultado da Energipe é um ótimo sinal de que a empresa está bem e o Brasil continua atraindo investidores estrangeiros”, disse José Pio Borges, vice-presidente do BNDES. O BNDES vai financiar a metade do preço mínimo da Energipe, ou R\$147 milhões, e a BNDESPar, o braço de participações do banco, entrará ainda financiando uma operação de debêntures conversíveis em ações no valor de R\$173 milhões. Maurício Botelho acrescentou que o grupo tinha uma sobra de caixa de R\$17 milhões, e o restante, R\$240 milhões, será captado através de um aumento de capital da Cataguazes. “O mercado comemorou o resultado”. O presidente da Coelba, o espanhol Bonifácio Alvarez de Paz, ficou

decepcionado por ter perdido a Energipe. “Tentaremos a Cosern (distribuidora do Rio Grande do Norte) no próximo dia 12”, revelou. A Cataguazes também estará lá. “Vamos tentar também”, anunciou Ivan (ILUMINA, 2004).

Para se ter a compreensão do porte estrutural da Energisa, cabe destacar aqui, em dados atualizados, seus números dentro do mercado financeiro. O Grupo empresarial Energisa (sociedade anônima), de acordo com o site da própria corporação, foi inaugurada em 1905, registrada como Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina. Com sede em Cataguazes, interior de Minas Gerais, é constituída por 18 empresas, 13 delas responsáveis por distribuir energia elétrica para 862 municípios, distribuídos por 11 estados da federação (Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins), e conta com mais de 8,2 milhões de clientes (titulares dos imóveis), cobrindo um universo de mais de 20 milhões de consumidores, o equivalente a 10% da população brasileira. Atualmente o presidente do Grupo é Ricardo Perez Botelho. Seu quadro de funcionários tem aproximadamente 17 mil trabalhadores. Seu valor no mercado financeiro gira em torno de 18 bilhões de reais e com ativos na casa dos 60 bilhões. O lucro anual do conglomerado chega próximo dos 2,5 bilhões. É a maior empresa privada do setor elétrico do/no Brasil.

Ao levar-se em consideração os aspectos determinantes e as mediações dialeticamente intrínsecos à privatização da Energipe; em tese, tudo indica que, não se tratou de uma medida imediata do Governo Albano Franco (apesar do afinco da retórica de que, a venda à iniciativa privada era questão de urgência para “salvar o Estado da falência” anunciada), tão pouco, tratou-se de uma deliberação sem um planejamento prévio, sobretudo no que tange aos agentes e organizações empresarias que se favoreceriam com a transação. Isso significa que, foi uma pauta reservada à conjuntura política e econômica mais auspiciosa para os interessados pela privatização: Albano Franco e os seus pares, os grandes empresários do setor energético.

Além da privatização da Energipe, o desdobramento de alguns episódios (ainda que aparentem desconexos com fato referido) resultado das políticas neoliberalizantes implementadas durante os Governos de FHC, no plano nacional, e imitadas por Albano Franco em Sergipe, tendo como exemplo, a atração de diversos empreendimentos

empresariais privados para atuarem em solo sergipano. Por este entendimento, a menção seguinte expressa o caráter das gestões de Albano Franco, de um governo em que atuou efetivamente no sentido de atender os interesses do capital privado.

O Governo Albano Franco, ocorreu em um grande movimento [neoliberal] de grande atração de indústrias para Sergipe, possivelmente pelo fato dele ser empresário oriundo do setor industrial, inclusive ocupando cargos no nível estadual e nacional ligados ao segmento (Presidência da FIES e CNI), isto facilitou a interlocução com vários empresários nacionais para a chegada de novos empreendimentos a Sergipe (AJN1, 2021).

O fato de Albano Franco pertencer à classe empresarial e de ter considerável participação dentro dos espaços de decisões do setor econômico industrial é um significativo aspecto a ser considerado no que diz respeito à chegada de diferentes corporações ao território sergipano durante os seus Governos; isso já é um importante indicador das tendências e finalidades que direcionaram as pautas político-econômicas do empresário enquanto governador. Entretanto, este aspecto por si só não basta, é substancial levar em consideração os fatores concretizados mediante às ações deliberativas, ou seja, as ações político-econômicas executadas pelo Governo Albano Franco, responsáveis por despertar tão grande interesse do capital privado por Sergipe.

O motor propulsor responsável por despertar o interesse de grandes indústrias para atuarem em Sergipe tratou-se das convenientes e já conhecidas políticas de isenções fiscais. Ou seja, políticas de caráter político-jurídico-econômico que se caracteriza pelo oferecimento de grandes vantagens e privilégios, principalmente a isenção de impostos, concedidas pelo Estado (administração pública) a organizações empresariais para desenvolverem suas atividades produtivas em seu território. Esse tipo de política, resguardada pela Constituição Federal, revela vários paradoxos, tomando como exemplo, o acirramento competitivo entre os estados da federação que, para atrair cada vez mais a iniciativa privada, amplia o leque das ofertas profícuas, gerando no país uma verdadeira guerra fiscal.

Guerra fiscal é um termo utilizado para políticas de atração de investimentos via isenção fiscal. No Brasil, esse tema ganhou grande importância na década de 1990, período de acirramento do evento. Esse mecanismo suscitou opiniões divergentes, entre críticas e defesas, tendo como referências principais para a sua efetiva ocorrência as desigualdades regionais, o sistema tributário brasileiro,

a estrutura federativa, a questão do emprego, as contas públicas, entre outras. Em que pese o aspecto polêmico, na realidade suas implicações se mostraram desastrosas (IBAÑEZ, 2006, p. 50).

Para corroborar com este entendimento, no Quadro XV, em conformidade com a Confederação Nacional da Indústria – CNI, foram elencadas as principais razões que levaram à instauração de novas plantas industriais distribuídas nos territórios das unidades federativas no ano de 1997.

QUADRO XV
Brasil – estímulos à implantação de novos chãos de fábricas (%)

Proximidade do mercado	57,3
Benefícios Fiscais	57,3
Custo de mão-de-obra	41,5
Vantagens específicas das localidades	39,0
Sindicato atuante	24,4
Saturação especial	4,6

Fonte: CNI/CEPAL – 1997.

É válido enfatizar que, o item “vantagens específicas das localidades”, aludido no quadro anterior, refere-se aos privilégios extrafiscais outorgados por estados e municípios aos mais distintos segmentos empresariais. O que significa que, as benesses não se limitam apenas a isenção de impostos, isto é, a não arrecadação de receitas imprescindíveis ao desenvolvimento de políticas públicas (prestações de serviços de saúde, educação e moradia, por exemplo); havendo ainda vantagens de outras ordens, como: concessão de terrenos, empréstimos, prestações de serviços de manutenção de infraestruturas e de coleta de lixo, recursos hídricos, dentre outros.

Ainda em conformidade com o editorial subscrito por Sônia Araripe, noticiado pelo Instituto ILUMINA (2004), Albano Franco ao ser questionado sobre quais seriam os estímulos que atraíram a Cataguazes-Leopoldina a comprar a distribuidora de energia de Sergipe, o governador prontamente destacou: o maior consumo per capita de energia do Nordeste; o favorável período de abertura econômica (comercial e financeira) e “um povo trabalhador”, ou seja, o elevado contingente ocioso de mão-de-obra barata existente no estado que muito interessa ao empresariado. Todavia, o artigo destaca que, além dos

atributos mencionados, Albano Franco teria prometido ao grupo arrematador que, Sergipe juntamente com o governo federal, por meio da Petrobras, asseguraria o elevado abastecimento de gás natural, uma cifra de 600 mil m³ diários do combustível fóssil, caso a empresa (a Energipe) tivesse o interesse de construir uma usina termoeleétrica em solo sergipano. “Segundo fontes do mercado, esse teria sido o combustível que faltava para trazer de volta a americana CMS para novo consórcio controlador da Energipe. A CMS chegou a desistir de participar junto a Cataguazes-Leopoldina” (ARARIPE, 2004, n.p). Todavia, com a compra da estatal pelos mineiros, o grupo empresarial estadunidense voltou à sociedade.

Ainda no que se refere ao cenário vantajoso em que a Cataguazes-Leopoldina encontraria em Sergipe mediante a compra da Energipe, Albano Franco frisou também que, com chegada dos novos empreendimentos privados ao estado, haveria um grande aumento no consumo de energia elétrica, usando como exemplo, a Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV), que na época (1997), implantava uma de suas fábricas no município de Estância, cujo o capital aplicado girou em torno dos 185 milhões de reais.

Com o entendimento esboçado, o que fica claro é que o governo de Albano Franco mediante a estrutura do Estado, reproduziu no âmbito estadual significativas políticas neoliberais, o propósito não foi diferente do que se via no plano nacional com FHC: atender as demandas empresariais e reduzir o poder de operação do Estado, especialmente no tocante às questões sociais. A privatização da Energipe, apesar de ser algo de conhecimento público, é um fato discutido sem o rigor merecido, haja vista, o destino dado ao montante recebido pela venda da estatal ser um enigma, isso significa que, não foram dados os devidos esclarecimentos para a população sobre o destino do dinheiro. Todavia, ao debruçar-se de modo mais criterioso acerca da questão, é possível interpretar e atestar os reais interesses que estiveram por trás da entrega da empresa à iniciativa privada (como já enfatizados anteriormente). Além disso, é viável a leitura de outros desdobramentos, vistos como resultado da agenda neoliberal do governo Albano Franco, como é caso do aperfeiçoamento e ampliação do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, projeto executado pelo Governo através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, criado durante o segundo governo de João Alves Filho (1991-1995), como reflexo das políticas de descentralização econômica

industrial, onde o Nordeste passou a ter um maior potencial produtivo. Junta-se a isso, as pautas neoliberais de abertura econômica iniciadas por Fernando Collor de Mello e intensificadas nos Governos de FHC que, fizeram com que houvesse a diminuição significativa das barreiras econômicas de importação e a adesão a acordos comerciais internacionais, fazendo com que diversos grupos empresariais se instalassem em regiões menos desenvolvidas, onde o custo de produção é menor, graças ao avolumamento da mão-de-obra ociosa, refletidos nos baixos salários, ao acesso fácil à matéria prima e às vantagens fiscais.

Dentre os processos que influenciariam o recorte territorial da economia brasileira e as estruturas regionais produtivas a partir da década de 1990, caberia citar: (I) avanço do neoliberalismo e redução do papel do Estado; (II) “Guerra Fiscal” e aumento das disputas federativas para atração de investimentos; (III) maior internacionalização da economia brasileira, inclusive uma abertura não planejada que debilitou elos de importantes cadeias produtivas; (IV) aumento da participação do capital privado transnacional nas esferas financeira e produtiva, aumentando-lhe a influência na distribuição espacial da atividade econômica; (V) reestruturação produtiva e ajuste patrimonial das empresas, especialmente as de capital nacional; (VI) política macroeconômica restritiva; (VII) política econômica com forte viés para a orientação externa das atividades econômicas; (VIII) avanço do agronegócio moderno e competitivo internacionalmente; (IX) processo de privatizações, especialmente de empresas como a CVRD que têm papel importante na distribuição regional das atividades produtivas no país (MATOS; SILVA; SANTOS, 2013, p. 6, apud CANO, 2008).

Constata-se, portanto, o uso do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial durante os governos de Albano Franco, sob o véu da política pública de desenvolvimento econômico de Sergipe e da geração de emprego e renda, para atender aos interesses particulares do empresariado nacional e internacional. Assim, pode-se afirmar que o PSDI foi uma das principais ferramentas do estado, utilizada pelo Governo Albano Franco (e continua sendo por outros governadores) para conceder substanciais incentivos à iniciativa privada do setor industrial em Sergipe.

Neste sentido, o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial proporcionou a inserção de Sergipe no contexto da guerra fiscal. Com um considerável arcabouço de artifícios para atrair o capital privado, criou-se o cenário oportuno para a ampliação do setor industrial em Sergipe.

Ao considerar que a década de 1980 marcara a mais profunda transformação da estrutura industrial de Sergipe, novas atividades foram criadas, e setores tradicionais passaram por importantes transformações. Notadamente, os investimentos da implantação da Unidade de Produção da Petrobras e de Gás Natural no estado na década anterior, mas cujos frutos somente se concretizaram quando os anos oitenta já estavam em andamento. O reflexo dessas transformações no percentual avançado do PIB na década de 1980 foi decorrente do peso da atividade de petróleo na economia sergipana. O processo de desconcentração econômica em direção ao Nordeste foi motivado pelo Governo Federal. Essa participação foi e ainda é de suma importância para tentar diminuir os desequilíbrios regionais e as desigualdades. Baseado nessa concepção, o estado de Sergipe tomou algumas medidas políticas de incentivo à industrialização diante da parceria do governo estadual com o objetivo de apoiar os investimentos dos empreendimentos que compreendem as treze microrregiões sergipanas. Essa medida diante da industrialização sergipana apoia-se na Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), cujo objetivo é incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, crédito, locacional e/ou fiscal a empreendimentos de iniciativa privada. Nesse sentido, os empreendimentos deveriam proporcionar ou contribuir para elevação do nível de emprego e renda; a descentralização econômica espacial das atividades produtivas e a modernização tecnológica do parque industrial. É notória a prática dos estados e municípios brasileiros durante a década de 1990 de concessão de incentivos fiscais e outros benefícios para atrair novos investimentos. Em Sergipe, verificou-se a implantação de novas empresas, sobretudo de pequeno e médio porte, atraídas pelo programa estadual de benefícios ao setor industrial, PSDI. Dessa forma, para obter os incentivos previstos na Lei nº 3.140/91, as empresas deveriam apresentar projeto de viabilidade técnico-econômico-financeira do empreendimento à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio de Sergipe (SEIC/SE) e ao Conselho de Desenvolvimento Industrial, bem como relatório técnico solicitando à Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), licença prévia para implantação do projeto industrial (FEITOSA, 2007). Nesse contexto, da década de 1990 até os dias atuais, o estado de Sergipe amparou-se no Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial- PSDI, instituído pela Lei nº. 3.140/91, de 23 de dezembro de 1991. (SANTOS, 2015, p. 53).

Por meio da Lei nº 3. 140/91, foi criado juntamente com o Programa de Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, o Fundo de Apoio à Industrialização – FAI que, de acordo com o art. 11 da lei supracitada, os recursos da FAI devem ser destinados de modo exclusivo:

na concessão de Apoio Financeiro, do Apoio Creditício, do Apoio Locacional, do Apoio Fiscal e do Apoio de Infra-Estrutura, como também na aquisição de imóveis para implantação de áreas industriais, na realização infraestrutura e em ações de apoio e suporte a atividades de desenvolvimento no âmbito da Secretaria de estado da Indústria e do Comércio – SEIC, e da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe – CODISE. (ALESE, 2017).

Esse tipo de projeto de desenvolvimento industrial, pautado nos interesses do mercado econômico e financeiro, tornou-se comum em todo o Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1990, como consequência da guerra fiscal entre os estados e municípios que, devido ao aumento da competitividade econômica industrial, passaram a criar mecanismo de “incentivos fiscais” com o intuito de atrair empresas privadas para desenvolver atividades produtivas em seus territórios. Todavia,

mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares, e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra dos lugares e, em muitos casos, de sua atitude chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexo das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil, ainda que sua dimensão não tenha sido adequadamente avaliada. À medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfraquecidos, com o abandono da noção e da prática, da solidariedade, estamos, pelos menos a médio prazo, produzindo as condições da fragmentação e da desordem, claramente visíveis no país, por meio do comportamento de territórios, isto é, da crise geral dos estados e municípios (SANTOS, 2008, p. 68).

Pelo que foi colocado, vale destacar que, por meio de programas de desenvolvimento do setor industrial criados pelo governo federal, um grande conjunto de subsídios foi concedido à iniciativa privada mediante parcerias entre União, estados e municípios. Acerca disso, no Quadro XVI foram destacados os subsídios de maior relevo dispostos pelos estados brasileiros aos empreendimentos privados no final da década de 1990.

QUADRO XVI

Tipos de subsídios concedidos pelos estados à iniciativa privada no ano 1997

Tipo do Apoio
Benefícios Fiscais
1. Redução de alíquotas de ICMS (para situações e produtos específicos) 2. Mecanismo de “diferimento” (recolhimento postergado do ICMS) 3. Utilização do Crédito Presumido (por estimativa do ICMS) 4. Isenção ou redução do ICMS para micro e pequenas empresas. 5. Prorrogação de prazos para recolhimento do ICMS 6. Isenção ou redução do ICMS sobre produtos específicos destinados ao exterior 7. Isenção do ICMS para novas empresas sem produto similar no estado
Concessões Financeiras Diferenciadas
1. Aquisição de ativos fixos 2. Pagamento do ICMS 3. Formação e/ou recomposição do capital de giro 4. Financiamento para avanço tecnológico 5. Composição acionária e debêntures conversíveis 6. Financiamento específicos para empresas voltadas para o turismo
Estímulos para Infraestrutura
1. Venda de lotes e galpões industriais a preços reduzidos 2. Implantação de áreas, centros e/ou distritos industriais 3. Doação de áreas e lotes industriais 4. Locação de lotes e galpões industriais por prazo determinado 5. Permuta de terrenos para realocação de empresas 6. Locação de máquinas e equipamentos
Suporte Logístico-Operacional
1. Assistência técnica na elaboração de projetos 2. Simplificação do processo de registro de empresas 3. Simplificação do processo de licitação facilitando o acesso de Pequenas empresas 4. Programas de formação e capacitação de pessoal

Fonte: BRITO; CASSIOLATTO – 2000.

Casos de improbidade administrativa, correspondes aos **Estímulos para Infraestrutura**, foram frequentes durante os governos de Albano Franco, muitas vezes denunciado pela oposição por favoritismo¹³ com grupos empresariais específicos. Fato emblemático e de grande repercussão foi o Celigate; que de acordo com Santana (2001), tratou-se de

¹³ Na cultura política do Antigo Regime, em que inexistia a separação entre as esferas pública e privada, o papel das relações interpessoais era determinante em qualquer projeto ascensional. Numa sociedade regulada pela lógica do favorecimento pessoal, a amizade torna-se elemento essencial. Nesse quadro emergem as personalidades marcantes dos 'válidos' ou 'privados' que se atrelam umbilicalmente ao centro do poder, chegando em muitos casos a desfrutar da centralidade da graça régia, o que lhes permitiu atuar decisivamente como instância de poder decisório. O Cardeal Richelieu, o Duque de Olivares e o próprio Marquês de Pombal podem ser classificados como válidos (Resumo do artigo: Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime, de Ricardo Oliveira (2005), onde aborda as origens das relações de favoritismo e clientelismo. Vale a leitura).

um acordo firmado entre a construtora Celi e o Governo do Estado, no qual Albano Franco se compromete em pagar a construção de galpões no Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, licitados pela CODISE (Companhia de Desenvolvimento de Sergipe) a preço superfaturados. O Caso foi investigado, e o Ministério Público após analisar as denúncias emite relatório pedindo uma auditoria para apurar minúcias do esquema. A Promotoria revela que a dívida não estava prescrita, como afirmavam os adversários políticos do governo. A OAB/SE contesta o parecer e põe em xeque a imparcialidade do Ministério Público (p. 42).

No editorial assinado pelo jornalista e professor Leandro Boavista Fortes, cujo título, “Cacique sob fogo cruzado”, publicado pela revista Época (2010) há maiores detalhes a respeito do esquema arquitetado por Albano Franco em parceria com empreiteiros. O autor destaca ainda outros procedimentos em que o bem público (o Estado) esteve à disposição e voltado ao beneficiamento de grupos empresariais privados durante os governos de Albano Franco. Lê-se no artigo o seguinte,

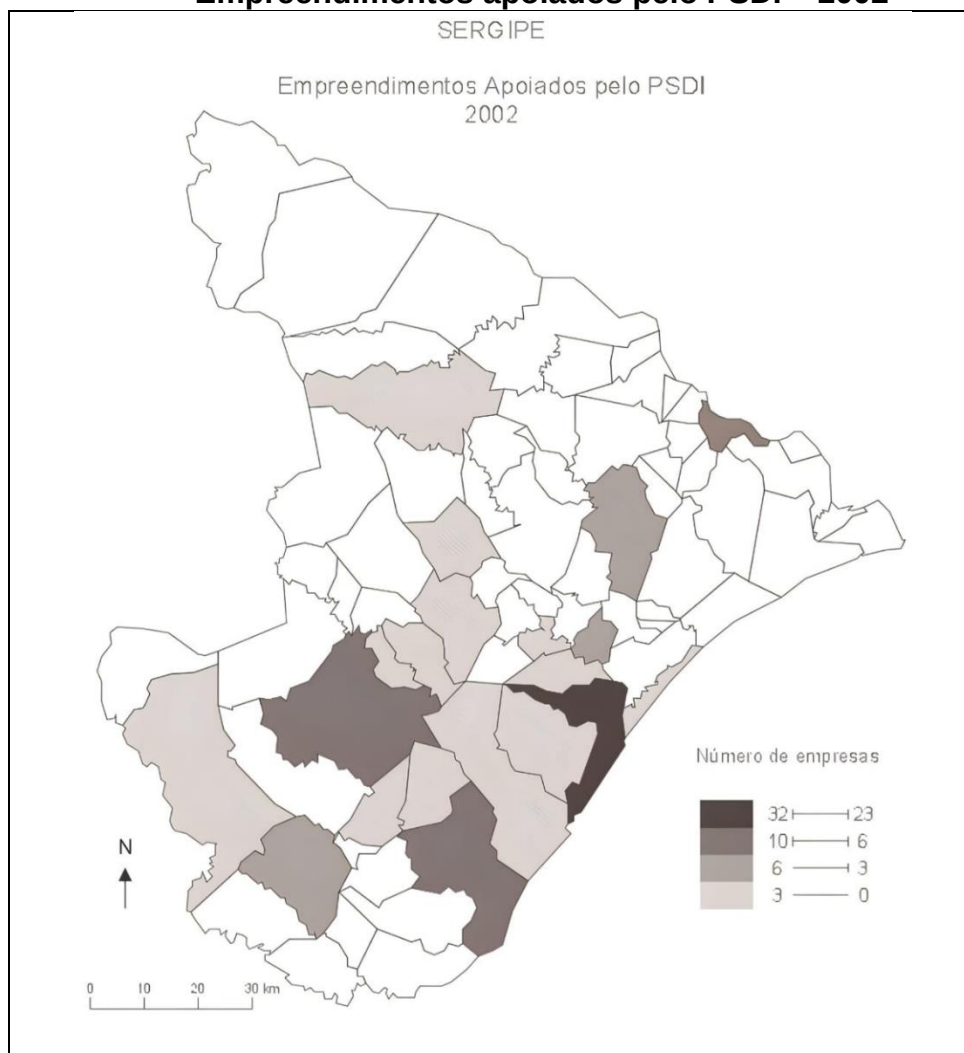
Um dos negócios contestados por Sampaio [ex-procurador do Estado, único integrante do Ministério Público a contestar a legalidade dos atos patrimonialistas do governador] é o pagamento da obra de 61 galpões no distrito industrial próximo a Aracaju: foi executada pela Construtora Celi, pertencente a Luciano Barreto, amigo de Albano. O governo havia reconhecido uma dívida superior a R\$40 milhões, mas suspendeu o pagamento depois que o valor foi divulgado por Sampaio. Duas semanas antes da eleição de 1998 o governador fez um acordo com a empreiteira e acertou a redução do valor para R\$24,2 milhões, pagáveis em duas parcelas. A primeira foi quitada um dia depois. A segunda terminou embargada por uma ação impetrada pelo Sindicato dos Auditores Tributários de Sergipe (Sindat). “Desconfiamos de um caixa dois de campanha”, diz Marcos Lima, presidente do Sindat. O governador entrou na Justiça para pagar a Celi, mas voltou atrás. “Agora só pago quando o caso for resolvido”, diz. Uma perícia determinada pela 3ª Vara da Fazenda Pública calculou o valor da obra em no máximo R\$6,4 milhões. [...] Da quantia paga pela compra da Energipe, saíram R\$308,4 mil para o Celi Praia Hotel, do mesmo Luciano Barreto. Em 1998, o secretário da Fazenda de Sergipe, José Figueiredo, vendeu um terreno particular para a Secretaria de Educação. O próprio secretário avalizou o negócio, que lhe rendeu R\$991,2 mil à vista. Outra ação do Sindat com mais seis sindicatos acabou anulando a transação. Figueiredo foi demitido, está com os bens indisponíveis, mas não perdeu a confiança do governador. É diretor-geral da Fundação Augusto Franco, entidade familiar escolhida pela Secretaria de Educação – sem concorrência – para um programa de capacitação de recursos humanos ao custo de R\$526,7 mil. [...] O trabalho do ex-procurador José Renato Sampaio pôs fim à tolerância do Ministério Público em relação ao governo local. Albano Franco aliou-se ao procurador-geral da Justiça, Moacyr Soares da Motta, e conseguiu afastar Sampaio do cargo de corregedor-geral da instituição em dezembro de 1999. O irmão do procurador-geral, Fernando Motta, é secretário da Fazenda do Estado. Sampaio foi acusado de conduta incompatível e abuso de poder. Afastado do Ministério Público, foi proibido até de tirar fotocópias. “A presença de José Renato no Ministério Público é inviável”, diz Motta. “Ele faz denúncias sem elegância.” José Renato Sampaio faltaria ao decoro. (FORTES, 2010, n.p).

De acordo com França e Cruz (2007), o PSDI foi engendrado como forma de estender a produção industrial sergipana, medida que se intensificou devido ao encerramento das atividades de algumas empresas e de outras que modernizaram suas técnicas de produção, exigindo a inserção de mão-de-obra qualificada/especializada, aumentando assim, o desemprego e demais problemáticas de natureza social. O fato é que, as medidas tomadas via PSDI, ou seja, as de incentivos fiscais voltadas à ampliação da malha industrial, corroboraram para a implantação de diversos chãos de fábricas em muitos dos municípios sergipanos. Entretanto,

Embora um dos objetivos desse programa fosse a desconcentração da atividade industrial, ainda ocorreu uma concentração de empresas entre Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, enquanto os recursos foram em maior volume para Laranjeiras, Estância, Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, ficando com o maior número de empregos nesse último município. Assim, novas indústrias [foram] instaladas, a exemplo a BRAHMA e da fábrica de Cosméticos Nova, em Estância, da fábrica de Biscoitos MABEL e do Café Maratá, em Itaporanga d'Ajuda, de fiação, em Ribeirópolis, das confecções em Itabaianinha e Nossa Senhora do Socorro, de chuveiros elétricos, em Aracaju, de calçados em Itaporanga e Frei Paulo, além de outras, em fase de implantação [povoado Brasília/Lagarto, Carira e Ribeirópolis], criando novos postos de trabalho e contribuindo para a imigração de uma mão-de-obra mais especializada. (FRANÇA; CRUZ, 2007, p. 169).

Ao levar-se em consideração os dados da CODISE, acerca dos empreendimentos aprovados e apoiados pelo PSDI durante o período de 1995 e 2002 (Apêndice I), constata-se a concentração dos investimentos realizados por meio do programa, como observa-se na Figura 20. Do total dos empreendimentos implantados em Sergipe no íterim destacado, mais de 30% encontravam-se em Nossa Senhora do Socorro, 22% na capital Aracaju e 9,5% no município de Estância (RIBEIRO, 2005, p. 88).

FIGURA 20
Empreendimentos apoiados pelo PSDI – 2002



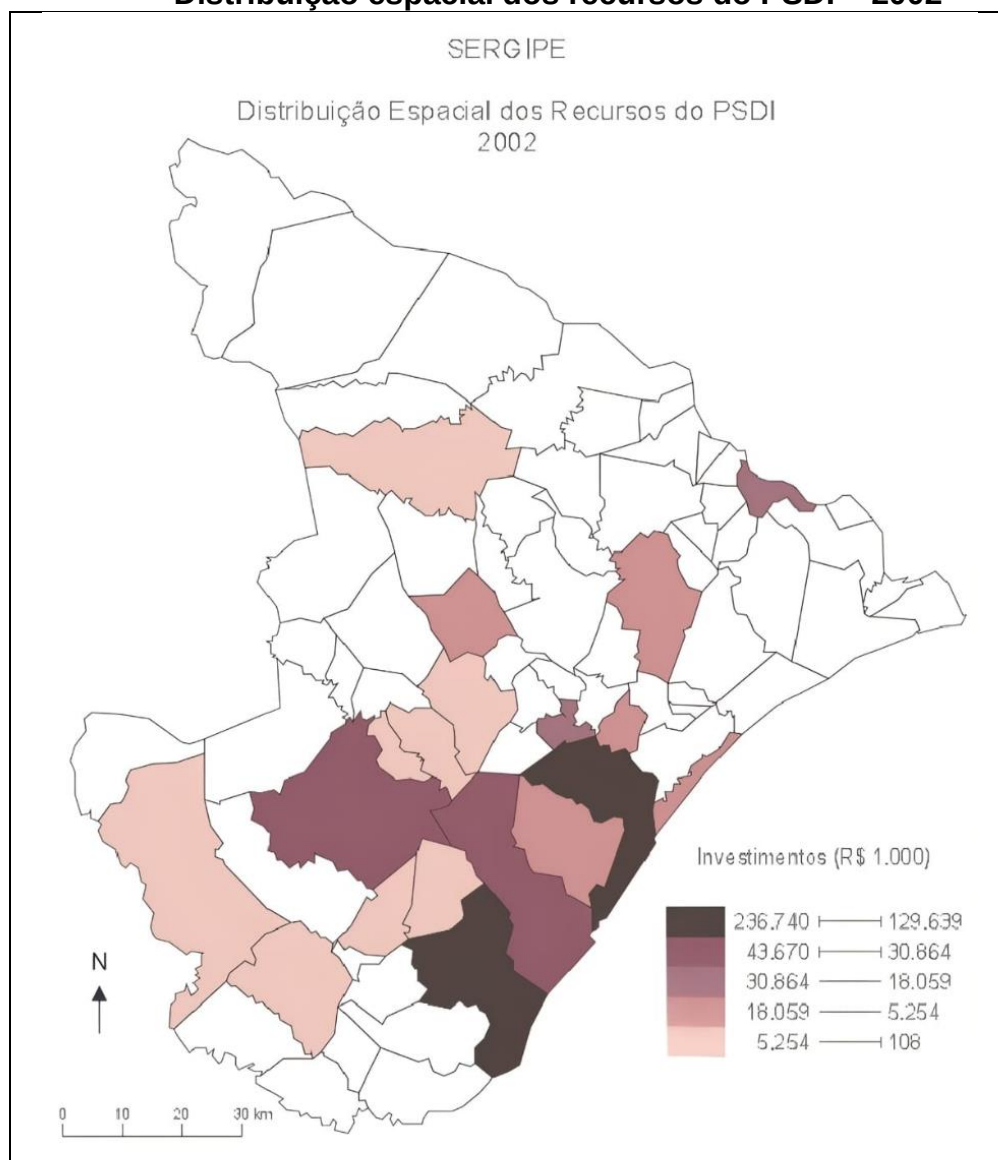
Fonte: CODISE, PSDI – 2002.

Contudo, dentre os dados analisados, um aspecto que se destaca é

a distribuição espacial dos recursos do PSDI/FAI. O município de Estância, sozinho, concentra 24,4%, destes. São R\$238.535.623,84 distribuídos em 10 projetos. Nossa Senhora do Socorro (24,2%), Laranjeiras (15,7%) e Aracaju (13,25%) também concentram consideráveis montantes – R\$236.739.890,55, R\$153.364.000,00 e R\$129.639.109,23, respectivamente (figura 5). No entanto, no município de Laranjeiras apenas um empreendimento recebeu incentivo, que foi a CIMESA (fábrica de cimento) para a ampliação de suas instalações. Os quatro municípios juntos concentraram, aproximadamente, 77,55% do total de recursos do Programa (RIBEIRO, 2005, p. 90).

Diante disso, a Figura 21 exibe a espacialização da distribuição dos recursos do PSDI/FAI, onde os municípios de Estância, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Aracaju, distinguem-se em relação aos demais, por absorverem os maiores investimentos na capital.

FIGURA 21
Distribuição espacial dos recursos do PSDI – 2002



Fonte: CODISE, PSDI – 2002.

Por este entendimento, observa-se o engendramento de uma dinâmica territorial intrínseca a este movimento de atração de empresas privadas. Vale destacar aqui que,

a implantação e ampliação de alguns grupos empresariais em território sergipano, contou exclusivamente com apoio de Albano Franco enquanto esteve à frente do comando do poder executivo do Estado, logo responsável pelo andamento das ações do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI. Deve-se ser levado em consideração, o fato de Albano Franco ser um político intimamente ligado ao setor industrial, como já asseverado, ele ocupou importantes cargos de mando dentro deste campo empresarial, a exemplo os de presidente da FIES e da CNI.

Isto facilitou a interlocução com vários empresários nacionais para a chegada de novos empreendimentos a Sergipe. [...] Nesta movimentação de atração de empresas, os destaques são os seguintes: a chegada da então Fábrica da Brahma, atual AMBEV no município de Estância, o maior empreendimento industrial privado até então chegado a Sergipe e que atraiu outras indústrias, a exemplo da Crown Embalagens que é uma das mais importantes fabricantes de latas de alumínio para cerveja e outras bebidas; a ampliação da Fábrica de Cimentos da Votorantim no município de Laranjeiras [...] na época era uma das maiores fábricas de cimentos do país, sendo que Sergipe se tornou o maior exportador de cimentos do Brasil, vendendo especialmente para os Estados Unidos. Ainda como destaque temos a atração da Fábrica de Biscoitos da MABEL, atualmente pertencente ao Grupo Americano Pepsico, atração de fábricas de calçados (Azaléia); foi também neste período que o Grupo Sergipano Maratá iniciou o vitorioso processo de implantação e crescimento industrial em Sergipe, implementando diversas unidades produtivas no Estado de Sergipe (AJN1, 2021).

Para ilustrar a dinâmica territorial constituída por este movimento de atração do capital privado desencadeado pelos incentivos fiscais do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, foi levantado o número de empresas (conforme o porte) que iniciaram suas atividades através dos benefícios do PSDI, distribuídas de modo heterogêneo nas 13 microrregiões de Sergipe¹⁴ entre 1996-2006. A Figura 22 em paralelo com o Quadro XVII colabora para o entendimento apontado.

¹⁴ Divisão realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1989. Sergipe foi geograficamente dividido em três mesorregiões, essa tríade, por seu turno, é composta por outras 13 microrregiões. De acordo com França e Cruz, “para facilitar a administração, os órgãos públicos definem regionalizações, cada uma obedecendo a critérios diversos e baseando-se em interesses específicos. Ao IBGE cabe a tarefa de regionalizar o país em grandes regiões e os estados em meso e microrregiões, a fim de produzir informações que contribuam para o conhecimento da realidade e para o planejamento na busca de soluções dos seus problemas” (2007, p. 146). Esse tipo de divisão geográfica deixou de vigorar a partir de 2017, quando o IBGE a substituiu pelas regiões geográficas intermediárias e imediatas.

FIGURA 22
Microrregiões de Sergipe



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1989-2017. FRANÇA; CRUZ, 2007, p 146.

QUADRO XVII
Número de empresas distribuídas de forma heterogênea nas 13 microrregiões
sergipanas conforme o tamanho entre 1996 e 2006

Microrregião	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
1- Agreste de Itabaiana	1	4	-	-	5
2- Agreste de Lagarto	2	5	2	-	9
3- Baixo Cotinguiba	1	6	1	-	8
4- Boquim	1	5	2	1	9
5- Carira	-	1	1	1	3
6- Cotinguiba	1	1	-	-	2
7- Estância	2	8	7	2	19
8- Grande Aracaju	13	49	9	-	71
9- Japaratuba	-	1	-	-	1
10- N. Sra. das Dores	-	2	-	-	2
11- Própria	2	3	3	-	8
12- Sertão do São Francisco	4	4	2	-	10
13- Tobias Barreto	2	5	2	-	9
Total	29	94	29	4	156

Fonte: CODISE 1996-2006. NASCIMENTO – 2008.

Imediatamente, no Quadro XVIII, foram destacados os municípios que receberam empreendimentos contemplados pelos subsídios do PSDI, entre 1995 e 2002, por serem consideradas atividades indispensáveis e de prioridade para estado.

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, definido como política pública de desenvolvimento econômico do estado, foi durante os governos de Albano Franco, um efetivo dispositivo de valorização da iniciativa privada em face do atual estágio político-econômico do modo de produção capitalista. Contudo, o significativo movimento de atração empresarial via incentivos fiscais (e outros benefícios) do PSDI, como pressuposto de geração de emprego e renda, mostrou-se, insignificante, ou seja, não atendeu de modo satisfatório os anseios da população sergipana, especialmente no que tange a ampliação de postos de trabalho, este é para muitos estudiosos (SANTANA, 2001, DANTAS, 2004, FRANÇA; CRUZ, 2007) um entendimento quase que uníssono. Apesar do bom desempenho do PIB sergipano entre 1995 e 2000, que se mostrou mais positivo que em relação ao período do Governo João Alves Filho (1990-1994), apresentou-se tacinho. Em conformidade com França e Cruz (2007), “O nível tecnológico das novas indústrias, com baixa intensidade de uso de mão-de-obra, não tem se constituído uma forma satisfatória de resolver o desemprego” (p. 169).

QUADRO XVIII
Municípios abrangidos por empresas beneficiadas pelos
subsídios do PSDI entre 1995 e 2002

MUNICÍPIOS	RAMO DE PRODUÇÃO							TOTAL
	Agroindústria	Artigos de vestuário	Artigos de madeira e mobiliário	Calçados	Cosméticos	Produtos de higiene pessoal toucador	Indústria e farmacêutica	
Aracaju	-	2	5	-	-	2	-	9
Boquim	1	-	-	-	-	-	-	1
Campo do Brito	-	1	-	-	-	-	-	1
Estância	4	2	-	-	-	-	1	7
Itabaiana	1	-	-	-	-	-	-	1
Itabaianinha	-	3	-	-	-	-	-	3
Itaporanga	1	-	-	-	-	-	-	1
Lagarto	3	-	-	-	-	-	-	3
Capela	1	-	-	-	-	-	-	1
Maruim	-	2	-	-	-	-	-	2
N. Sra. da Glória	1	-	-	-	-	-	-	1
N. Sra. do Socorro	4	4	2	-	-	1	-	11
Própria	2	1	-	-	-	-	-	3
Riachuelo	-	1	-	-	-	-	-	1
Ribeirópolis	-	2	-	-	-	-	-	2
São Cristóvão	1	-	-	-	-	-	-	1
São Domingos	1	-	-	-	-	-	-	1
Tobias Barreto	-	1	1	-	-	1	-	2
TOTAL	20	19	8	0	0	3	1	51

Fonte: CODISE, 2004, RIBEIRO – 2005.

De acordo com Dantas,

a promessa da campanha (1994) de criação anual de cerca de 30 mil empregos”, não se confirmou. Os incentivos concedidos a várias empresas não tiveram o retorno esperado na absorção da mão-de-obra. [...] Enquanto em 1985 Sergipe participava com 0,92% da formação do PIB nacional, em 1999 esse percentual havia caído 0,56%, passando do 16º para o 21º lugar no ranking do país (2004, p. 252-259).

Além da ineficácia com relação à geração de novos postos de trabalho, houve um outro fator que corroborou para o aprofundamento das problemáticas sociais intrínsecas ao desemprego, que foi a forte concentração dos empregos, sobretudo na região

Metropolitana da Grande Aracaju, onde o município de Nossa Senhora do Socorro abarcou o maior volume, cerca de 34, 45%, a capital, por sua vez, abrangeu 14, 54%. Estância, dentre os municípios do interior do estado, apresentou o maior percentual, 15,65%. No conjunto, os três municípios concentraram por volta de 63% da soma total dos empregos criados por meio do PSDI. Vale destacar que, mesmo recebendo uma das mais elevadas somas de recursos, Laranjeiras gerou simplesmente 185 empregos diretos (RIBEIRO, 2005).

Este cenário de contradições não se resumiu ao estado de Sergipe, trata-se do quadro geral do país, haja vista, desde o Governo Fernando Collor de Melo (continuado por Itamar Franco e aprofundado com Fernando Henrique) o país esteve abertamente voltado à implementação das políticas neoliberalizantes. Com a diminuição do Estado no que tange aos direitos sociais, e com a reconfiguração do papel do mesmo na atuação da economia, os efeitos sobre os encadeamentos do mundo do trabalho foram de austeridade, com rigoroso processo de cerceamento dos direitos trabalhistas, garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e o consequente aumento da terceirização e da informalidade já existentes.

Em estudo realizado por Oliveira (2015, p. 99), intitulado, “Financeirização do capital e novos horizontes da exploração e precária do trabalho”, ela destaca o quadro atual do mundo do trabalho perante os ditames imposto pelo projeto neoliberal.

Com a crise estrutural e a financeirização da economia capitalista, um novo regime de acumulação enquadra o capital no patamar máximo de sua internacionalização e também no limite de suas contradições absolutas, dentre elas, a de tentar se livrar em vão do trabalho vivo abstrato que produz valor. O perfil do regime de acumulação flexível em curso, ao impor a reforma administrativa do Estado, cortes nos gastos sociais, a abertura comercial, as privatizações, a apropriação do fundo público e, sobretudo a desregulamentação das relações de trabalho, busca capturar nos territórios mais estratégicos o trabalho mais barato e desprotegido. A barbarização da “questão social” manifesta-se pelo desemprego crônico, terceirização, intensificação das relações informais, piora na qualidade dos postos de trabalho, inserção precária em atividades “autônomas” e aumento da pobreza, especialmente nos espaços urbanos que concentram a população expropriada. O Estado como condensador das relações de produção e jurídica que garantem a extração da mais-valia, continua exercendo o papel de expandir as fontes de oxigenação do capital, pela regulamentação/desregulamentação e barateamento da força de trabalho, aprimorando e criando as legislações que empurram o trabalho para a subsunção formal/real e ideal ao capital bem como na difusão do discurso da autonomia e empreendedorismo

Silva e Yazbek (2006, p. 11-12), pormenorizam algumas das problemáticas mais eminentes provocadas pelo processo neoliberal de desmonte das organizações e direitos dos trabalhadores.

A consequência maior é o desenvolvimento de alterações de grandes proporções no mundo do trabalho, com o aprofundamento da crise social, agravada pela limitada capacidade de o Estado enfrentar a demanda por maior proteção social, devido a sua crise geral: fiscal-financeira, de planejamento, de gestão e de regulação, com consequência para a ruptura do padrão de estruturação do mercado até então vigente, representada por um conjunto de inter-relacionadas, tais como: a) crescimento patológico do setor terciário, comércio e serviços (terceirização), com destaque para ao comércio ambulante e serviços pessoais); b) crescimento da informalidade nas relações de trabalho (informalização das ocupações); c) aumento dos níveis de desocupação (População em Idade Ativa desocupada – PIA); d) piora na qualidade dos postos de trabalho, com precarização nas relações de trabalho, baixa remuneração, instabilidade e ausência de proteção social [a uberização]; e) estagnação relativa dos rendimentos do trabalho; f) piora relativa da situação distributiva, com concentração funcional da renda em favor do capital; g) mudança no padrão de mobilidade social intrageracional, com aprofundamento de mecanismos de segmentação e discriminação no mercado de trabalho (Cardoso Júnior, 2005).

Harvey (2007), ao discutir acerca do comportamento do Estado neoliberal no que tange ao trato das relações do mercado de trabalho, evidencia as contradições da lógica neoliberal de desenvolvimento econômico. O geógrafo em suas colocações, exprime o exclusivo interesse por detrás das políticas neoliberalizantes, noutras palavras, a ampliação e concentração de riquezas perante a exploração do trabalho.

Internamente, o estado neoliberal é necessariamente hostil a qualquer forma de solidariedade social que impeça a acumulação de capital. Portanto, sindicatos independentes ou outros movimentos sociais, que adquiriram um poder considerável sob o liberalismo por ponte, devem ser disciplinados, se não destruídos, em nome da sociedade liberdade individual do trabalhador isolado. [...] O resultado geral são salários mais baixos, maior insegurança no emprego e, em muitos casos, perda de benefícios e formas anteriormente existentes de proteção ao emprego. Essas tendências são facilmente discerníveis em todos os estados que embarcaram no caminho neoliberal. Dado o violento ataque contra todas as formas de organização trabalhista e contra os direitos trabalhistas, e a grande dependência das reservas massivas, mas altamente desorganizadas de trabalhadores. Pode-se dizer que o controle da força de trabalho, bem como a manutenção de uma alta taxa de exploração do trabalho, têm sido um elemento central e constante da neoliberalização. A restauração ou formação do poder de

classe ocorre, como sempre, às custas da força de trabalho. É precisamente neste contexto, caracterizado pela diminuição dos recursos pessoais oriundos do mercado de trabalho, que a determinação neoliberal de devolver ao indivíduo toda a responsabilidade pelo seu bem-estar adquire um carácter duplamente nocivo. O Estado, ao mesmo tempo que abandona o sistema de provisão social e reduz seu papel em áreas como saúde, educação pública e serviços sociais, que antes eram tão essenciais para o liberalismo, também deixa segmentos cada vez maiores da população expostos ao empobrecimento. O sistema de seguridade social é reduzido ao mínimo para dar lugar a um sistema que enfatiza a responsabilidade pessoal. A incapacidade pessoal é geralmente atribuída a falhas pessoais e, na maioria dos casos, as vítimas são culpadas por sua situação (HARVEY, 2008, p. 82).

Em suma, a leitura acerca das repercussões provocadas pelo neoliberalismo de abertura econômica e financeira a partir dos anos de 1990 apontadas até este momento, é imprescindível à interpretação da lógica determinante das ações político-econômicas efetuadas pelos agentes que controlam o mercado em paralelo com a administração do Estado. Por este entendimento, pode-se dizer que, o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, efetivamente utilizado durante os governos de Albano Franco (1995-2002), constituiu-se em ferramenta indispensável no planejamento e execução de ações mercadológicas sobre o espaço sergipano, enquanto condição de reprodução, ampliação e concentração do capital privado.

Por este entendimento, significa que o espaço é configurado perante os fundamentos do mais-valor, é um espaço organizado conforme os interesses e necessidades da classe dominante empresarial em detrimento dos interesses gerais de todo o conjunto social.

No processo de produção [capitalista] de um espaço para alguns e não para todos, a sociedade, escudada no poder político do Estado, organiza o território visando utilizá-lo de determinadas formas e com determinados fins. Procurando maximizar a utilização do espaço, a sociedade, ainda sob a égide do Estado, vai aperfeiçoando cada vez mais as formas materiais e sociais de utilização do território, e estas transformações nos meios, nas técnicas, vão provocar consequências que levaram à necessidade de reformulação dos fins a serem atingidos. E estes se reformulam em função do jogo de interesses, de pressões e de poder existentes entre classes grupos sociais. [...] é forçoso reconhecer que o espaço geográfico é o produto da ação da sociedade, transformando o meio natural, em função de determinados interesses e que o Estado é o veículo utilizado pela sociedade para se chegar a estes fins. Conforme a conjuntura social, as estruturas vão se modernizando e transformando o espaço de acordo com os interesses dos grupos que dominam o poder ou vão sendo transformadas

em função das classes que ascendem. E a natureza reage à ação do homem, de forma mais ou menos intensa, de acordo com a agressividade com que foi atingida. Ela, como Friederich Engels, não é imutável, e uma vez atingida pela ação do homem, também se modifica, se transforma, oferecendo reações diferentes, conforme o grau de intervenção. Assim, o espaço produzido é um espaço social e não natural (ANDRADE, 1984, p. 19).

Desse modo, de acordo com Carlos, “o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da sua racionalidade) produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado” (2018, p. 76).

O espaço é, portanto, um *meio* e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando e valorizando ou desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa condição, o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como *produto*, evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma da construção de um espaço estratégico. [...] Assim, o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução, ao passo que, enquanto instrumento político, sua intervenção aprofunda as desigualdades como decorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais (CARLOS, 2018, p. 77).

Santos (2015) destaca o caráter patrimonial do Estado. Singularidade intrínseca do Estado capitalista brasileiro que, sobretudo, fundamenta sua postura em face do seu alinhamento com o capital privado.

A dominação política e a forte concentração de poder no Estado, quer sob governos centralizados quer descentralizados, marcam a trajetória da história da sociedade brasileira. Nesse sentido, a relação público/privado sempre foi alicerçada no controle da esfera pública para viabilização de interesses privados, marca do Estado patrimonial. O Estado é, portanto, uma criação que atua ideologicamente para a realização dos interesses de uma classe (a dominante), mas aparece como expressão da impessoalidade e satisfação dos interesses de todos, mascarando a existência do amálgama público/privado. As práticas sociais são realizadas sob a acomodação de quem personifica o privado sob o manto de interesse público (SANTOS, 2015, p. 225).

À vista dos fatos apontados e discutidos até aqui, chega-se ao entendimento de que, as deliberações encerradas por Albano Franco (enquanto governador e empresário)

dentro dos ambientes de domínio social: Estado e mercado econômico-financeiro têm sua magnitude apreendida, quando levados em consideração os seus efeitos funestos provocados no tecido socioespacial sergipano. Como pode ser constatado, as deliberações político-econômicas engendradas pelo Governo Albano Franco, juntamente com a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), estiveram intimamente alinhadas ao projeto neoliberal que, em síntese, significou o desmonte do Estado, no que tange as suas providências de caráter social e, em sentido contrário, o seu aprofundamento aos interesses do empresariado. Os rebatimentos sociais gerados pela condução do Estado enviesado pelos ditames do projeto neoliberal, como muito foi apontado, são de austeridade que, a curto e médio prazo, causaram e continuam causando o acirramento das desigualdades.

Este é um cenário que foi descrito por Tavares, durante o programa Roda Viva da TV Cultura em 1995, enquanto era deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores. Ela disse o seguinte,

A economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro. Uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria. Uma economia que diz que precisa primeiro estabilizar, depois crescer, depois distribuir, é uma falácia. E tem sido uma falácia. Nem estabiliza, cresce aos solavancos e não distribui. E essa é a história da economia brasileira desde o pós-guerra. [...] Se não se preocupa com a justiça social, com quem paga a conta, você não é um economista sério. Você é um tecnocrata [o governo ou funcionário do alto escalão que ao invés de buscar soluções sérias, levando em consideração as exigências e necessidades do povo, realiza meramente soluções técnicas, que pouco ou nada resolve os problemas, ao contrário, promove o aprofundamento das problemáticas já existentes e o desenvolvimento de outras] (TAVARES, 1995, n.p).

Cabe aqui uma máxima emblemática de Marx e Engels que, lamentavelmente, é algo ainda perene em nossa sociedade. Lê-se o seguinte no Manifesto do Partido Comunista, “o executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa (2017, p. 65).

No que se refere, estritamente ao fenômeno analisado em questão, ou seja, a influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano, é inegável que os membros do agrupamento enquanto agentes do/de poder, são responsáveis direto e

indireto pelo engendramento da dinâmica socioespacial que se constitui no estado como resultado dos seus interesses particulares econômicos. Isso significa que, as prerrogativas do domínio político e do controle do aparelho do Estado articulados são condicionadores eminentes do modo como o espaço é configurado sob a lógica valorativa capitalista, no sentido atender as necessidades empresariais dos Franco e consequentemente dos seus congêneres de classe. Tudo isso, em prejuízo da classe trabalhadora que, devido à sua reduzida participação e poder nas esferas de decisões (Estado e mercado econômico-financeiro), tendo em vista a sua condição de expropriada, não consegue conter e, menos ainda, reverter tal conjuntura. Além disso, a força de resistência realizada pela classe trabalhadora por meio das suas entidades representativas (partidos, coletivos, sindicatos, movimentos, federações, associações e ligas) estão a todo tendo sendo desprestigiadas, desarticuladas e desmontadas pelos mecanismos ideológicos da classe hegemônica (polícia, mídia, credo e outras organizações privadas).

2.4 A máquina pública paga a conta: a disputa dos empresários Albano Franco e João Alves Filho pelo poder

Para finalizar as discussões pretendidas nesta seção II, é importante destacar a conjuntura política-eleitoral do pleito de 1998 em Sergipe, como forma de identificar os agentes que estiveram diretamente e indiretamente ligados ao processo que se encerrou com a continuidade de Albano Franco (e família) à frente do poder executivo estadual (1999-2002) o que, consequentemente, significou a manutenção das políticas neoliberalizantes no estado. E, ainda, compreender o caráter das relações (os acordos, conchavos e alianças) empreendidas pelos Franco, mais especificamente por Albano Franco durante o período apontado. Isto, (como já frisado inicialmente no início desta seção II), por compreender que, as decisões efetivadas pelos Franco em convenções norteadas pelos interesses particulares (políticos e econômicos), refletiram-se/refletem-se no modo como o espaço sergipano é organizado de maneira a atender as exigências de grupos exclusivos, produzindo assim, territórios de domínio político e, ao mesmo tempo, criando as condições e meios indispensáveis à reprodução do capital empresarial.

Destarte, ainda durante a sua primeira gestão como governador do estado, Albano Franco perdeu o seu principal aliado até então, João Alves Filho (PFL), apesar de, no plano nacional os quadros internos do Partido da Frente Liberal estarem em sua maioria alinhados com Fernando Henrique Cardoso (PSDB). De acordo com Dantas (2004), a aliança foi desfeita, em especial, devido à falta de empenho do governo Albano Franco para com campanha da esposa de João Alves, Maria do Carmo Alves, que concorreu à prefeitura de Aracaju nas eleições municipais de 1996, porém não foi eleita, teve o terceiro maior percentual de votos. Terminada a coalizão, Albano Franco firmou acordo com o seu antigo rival, Jackson Barreto, que nas eleições de 1998 disputou vaga no Senado pela coligação União por Sergipe (PSDB/PMDB/PPB/PSC/PL/PPS/PMN/PV), capitaneada por Albano Franco.

A aproximação de Jackson Barreto a Albano Franco desconcertou a esquerda sergipana. Isso porque o ex-carteiro e peemedebista é um importante aliado do petista Luiz Inácio Lula da Silva, a quem desde as eleições de 1994 presta significativo apoio. Além disso, poucos meses antes das eleições de 1998, Jackson Barreto teceu duras críticas aos governos neoliberais de Albano Franco e Fernando Henrique Cardoso. Ex-prefeito da capital Aracaju, Jackson Barreto é reconhecido por ser um dos mais influentes nomes da esquerda dentro do PMDB/SE. Sua trajetória política foi alicerçada nos palanques de oposição ao grupo denominado por ele de “oligarquia do açúcar”, ou “rede cabaú de notícias” em alusões à indústria e lavouras de cana-de-açúcar e ao conglomerado midiático dos seus antigos rivais políticos, ou seja, aos membros da família (ALVES, 1998).

De acordo com Santana,

A disputa pelo segundo mandato ganha um novo elemento que funciona como faca de dois gumes: Jackson Barreto, depois de 30 anos de brigas e uma oposição ferrenha, resolve se unir a Albano. Juntos, firmam um acordo – já desejado desde 1986 – mas só arquitetado a partir de 1997 pelo advogado Juguarta Barreto, irmão primogênito de Jackson Barreto, e pelo empresário Antônio Carlos Franco, irmão de Albano Franco (2001, p. 44).

Na época, o conchavo firmado entre Albano Franco e Jackson Barreto ecoou negativamente por todo o estado, a aliança foi considerada como uma negociação

pecuniária, na qual Jackson teria sido comprado pelos Franco. Isto porque, muitos políticos, sobretudo da oposição, denunciavam que a aproximação de Jackson aos Franco tratou-se de um “acordo elétrico”, sugerindo que o dinheiro da venda da Energipe teria servido para comprar o apoio do adversário. Jackson Barreto nunca tinha sido aliado dos Franco antes, e se orgulhava disso. “O motivo parece banal para qualquer cidadão comum, mas não para Antônio Carlos Franco que entende ser a hora de acabar com a gracinha e mostrar que em política prevalece o interesse de quem tem mais” (SANTANA, 2001, p. 54).

Para aderir ao pacto engendrado pelos Franco, Jackson Barreto teria feito algumas exigências, a título de exemplo, a execução de um extenso calendário de obras a serem executadas por todo o estado. Conforme a oposição, Jackson teria exigido 10 milhões, mas que teria encerrado o acordo por 8 milhões (equivaleria aproximadamente 42,2 milhões de reais em valores corrigidos pela inflação atual). Além disso, indicou o candidato a vice de Albano Franco, o advogado Benedito Figueiredo (PMDB).

Com esse apoio, Albano Franco concorreu à reeleição no pleito de 1998 e enfrentou dois ex-governadores e ex-correligionários (João Alves e Valadares), entre outros postulantes. Ao final foi para o segundo turno com João Alves e derrotou-o. Ademais, fez maioria [repetindo o feito de 1994] na Assembleia, elegeu o maior número de prefeitos [em 1996] e prosseguiu gozando de ampla influência junto aos tribunais e à cúpula do Ministério Público. Enquanto assistia à derrota de Jackson Barreto para Maria do Carmo Alves na eleição para o Senado, testemunha a vitória de dois jovens sobrinhos, um para a Câmara dos deputados e outro para a Assembleia Legislativa. Era a influência política da família Franco que prosseguia através de uma nova geração, proporcionando-lhe continuidade rara na História de Sergipe (DANTAS, 2004, p. 254).

A aliança entre Jackson Barreto e Albano Franco pegou os antigos aliados da família Franco de surpresa, sobretudo os chefes políticos municipais, a exemplo Chico de Miguel, adversário político do aliado e correligionário de Jackson Barreto, Luciano Bispo (PMDB), prefeito de Itabaiana (1996-2000). Na época, ao ser entrevistado, Chico de Miguel demonstrou sua irritação com o episódio, evidenciando que não se empenharia em mobilizar o seu celeiro eleitoral em prol da reeleição de Albano Franco. Entretanto, após o resultado das eleições, com Albano Franco reeleito, “usando o poder de influência política no governo, Chico de Miguel indicou o seu filho Antônio Teles de Mendonça para a direção do DETRAN em Sergipe” (MENDONÇA, 2011, p. 95).

Mendonça em seu livro, “Chico de Miguel: a história de um líder” (2011), destaca o acirramento do cenário político conflitante em Itabaiana (reproduzido em praticamente todos os municípios do interior do estado) em face do inimaginável alinhamento de Albano Franco com Jackson Barreto. Uma conjuntura sob forte influência dos chefes políticos municipais nos resultados das eleições e, por conseguinte, das ações do governo.

Enquanto ele [Chico de Miguel] continuava influenciando nas decisões do governo, numa demonstração de poder e dominação, seus adversários se digladiam entre si. Uns apoiando João Alves e outros pedindo voto para o seu candidato ao governo [Albano Franco]. Em comício realizado na Avenida Airton Teles, Djalma Lobo chamou Luciano Bispo de Traidor por estar com Albano Franco. José Carlos Machado disse que o motivo de Luciano Bispo estar com Albano não eram as obras [exigência de Jackson Barreto no conchavo], mas sim [dinheiro], grana da venda Energipe. Nas urnas, o domínio de Chico de Miguel continuou em Itabaiana. Enquanto ele elegeu seus dois filhos deputados, seus adversários não elegeu ninguém. Albano apoiado por Luciano Bispo em Itabaiana, perdia para João Alves no primeiro turno, que com o apoio indireto dos Teles de Mendonça acabou elegendo Maria do Carmo Senadora da República. No segundo turno, Albano foi pressionado a romper com Chico de Miguel, sob a alegação de que a maioria do povo de Itabaiana teria votado em João Alves e o culpava por isso. [...] Fazendo valer a força do seu domínio e liderança política, ele exigiu mais espaço no governo Albano, mesmo não tendo votado nele. O governador, sob pretexto de reforçar [a base do] PSDB com mais dois deputados, nomeou José Luiz Andrade, genro de Chico de Miguel, como diretor da Cohidro, um outro genro Dr. Geraldo Pereira Lima como Diretor da Regional de Saúde e uma filha, Carminha Mendonça como Diretora da Diretoria Regional de Ensino – DRE3. Segundo seus adversários, ele teria exigido a saída do delegado de polícia e nomeado outros cargos no governo. Com todo esse poder e dominação, caracteriza-se que Itabaiana era um município que de um lado havia um prefeito [Luciano Bispo], e de outro, um governo paralelo sob o comando de um líder político [Chico de Miguel] (MENDONÇA, 2011, p. 95-96).

A disputa contra João Alves Filho mostrou-se difícil, sobretudo dada a expressividade política que o ex-governador havia criado, tendo em vista que João já teria ocupado a cadeira do executivo estadual por duas ocasiões (de 1975 a 1979 e de 1983 a 1987). Contudo, Albano Franco desta vez contou com o apoio (comprado ou não) de Jackson Barreto, chefe político de Aracaju, maior colégio eleitoral do estado e de grande interesse de Albano Franco. Vale lembrar que, nas eleições de 1994, Albano Franco recebeu menos votos na capital (nos dois turnos) do que Jackson Barreto. Além deste conveniente apoio, Albano Franco tinha em mãos o fundo público do estado, ou

seja, mais uma vez desfrutou da prerrogativa (explicitamente patrimonialista) da candidatura situacionista.

À face do exposto, Santana (2001) consta o abuso do poder promovido por Albano Franco no período do pleito de 1998, onde para ampliar suas chances de vitória na disputa eleitoral, usou e abusou do dinheiro público em sua campanha, atraindo diversos políticos, em particular, os líderes municipais (prefeitos e vice-prefeitos) do interior do estado em troca dos votos coadunados em seus “currais eleitorais”.

Setenta, dos setenta e cinco prefeitos sergipanos, oficializaram apoio à sua reeleição. Um dia antes do segundo turno denúncias dão conta de que a população do interior recebeu uma cesta básica com uma nota de 50 reais para garantir o voto. As entregas foram feitas por auxiliares [cabos eleitorais] do governo e por pessoas ligadas a Jackson. Ação resultou na vitória de Albano com 415 mil votos, dos quais, 117 mil de eleitores da capital (SANTANA, 2001, p 58).

Valendo-se dos recursos do aparelho público, Albano Franco atacou e desarticulou as bases dos seus antagonistas. Cooptou para a sua coligação importantes líderes políticos que, durante o sufrágio de 1994 foram da oposição. De acordo com Dantas,

Não apenas os membros do PMN, mas quase todos os prefeitos dos partidos que não participaram da coalizão oficial, passaram a ser governistas, todos sedentos de maiores liberações de verbas para seus municípios. Essa disposição em apoiar o governo aumentou ainda mais com a venda da Energipe, em início de dezembro de 1997 [estrategicamente a menos de um ano da campanha à reeleição], à Cataguazes-Leopoldina por R\$577. 101.775,00. (2002, p. 213)

É pertinente acrescentar que, com a chegada de Albano Franco ao poder em 1994, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB avançou substancialmente dentro do quadro político sergipano, com destaque para o âmbito municipal. Em 1992, o PSDB ocupava apenas 3 das 75 prefeituras do estado, esse número, em 1996, aumentou para 20. Segundo Dantas (2002), a progressão teria sido fruto do esteio do Governo Albano Franco aos líderes políticos locais. A ingerência político-econômica do governador incidiu na saída de muitos prefeitos de suas antigas legendas, posteriormente filiando-se ao PSDB. No Quadro XIX foram destacados os partidos que ocuparam as prefeituras

sergipanas após o pleito de 1996, onde é possível observar a hegemonia do partido governista diante dos demais.

Quadro XIX
Partidos dos prefeitos dos municípios sergipanos após o pleito de 1996

Partidos	Prefeituras 1992	Prefeituras 1996	Municípios
PSDB	3	20	Areia Branca , Canhoba, Canindé do São Francisco, Carira, Cumbe, General Maynard, Indiaroba, Itabaianinha, Itabi, Japoatã, Laranjeiras , Macambira, Malhada dos Bois, Muribeca, Pedra Mole, Riachuelo , Santa Luzia do Itanhy, São Cristóvão , Simão Dias e Telha
PMDB	16	11	Aracaju , Itabaiana, Santo Amaro, Santana do São Francisco, Pacatuba, Poço Verde, Nossa Senhora do Socorro , Monte Alegre, Arauá, Tobias Barreto, e Porto da Folha
PFL	28	18	Barra dos Coqueiros , Brejo Grande, Campo do Brito, Capela, Carmópolis, Cedro de São João, Gararu, Ilha das Flores, Japaratuba, Maruim, Neópolis, Pedrinhas, Pinhão, Pirambu, Ribeirópolis, Santa Rosa de Lima e São Miguel do Aleixo
PSB	-	3	Boquim, Estância e Malhador
PPS	-	6	Tomar do Geru, Itaporanga D'ajuda , Salgado, Poço Redondo, Frei Paulo e Divina Pastora
PL	2	2	Feira Nova e Umbaúba
PPB	-	7	Riachão do Dantas, Siriri, São Domingos, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Lourdes, Cristinápolis, e Moita Bonita
PT	-	1	Propriá
PMN	4	2	Lagarto e Graccho Cardoso
PDT	3	1	Nossa Senhora das Dores
PSD	4	1	Amparo do São Francisco
PTB	-	2	Rosário do Catete e Aquidabã
PRP	-	1	Nossa Senhora da Glória
PDS	7	-	
PDC	5	-	
PRN	2	-	
PST	1	-	
Totais	75	75	

Fonte: TRE/SE – 2023.

Ainda com relação aos dados trazidos neste último quadro, é interessante tecer algumas considerações. Os municípios destacados em negrito, trata-se dos 8 municípios que constituem o recorte espacial base da investigação. Desta soma, em 1998, ano das eleições para governo do estado, os municípios de Areia Branca (Ascendino de Sousa Filho), Laranjeiras (José Monteiro Sobral), Riachuelo (Aldebrando de Menezes Leite) e São Cristóvão (Armando Batalha de Gois) estavam sob o comando de prefeitos eleitos

pelo PSDB, em 1996, apoiados pelo Governo Albano Franco. Importante ter em mente que, estes municípios reúnem relevantes empreendimentos rurais (ao menos 15 fazendas produtoras de cana-de-açúcar identificadas no INCRA) e industriais (como a Usina São José do Pinheiro, a Sergipe Industrial - SISA, e a Cachaça Engenho Lyra por exemplo) sob comando da família Franco. Isso significa que a parentada tem influência direta no ordenamento socioespacial destes municípios, determinando a dinâmica econômica local por meio das suas estruturas privadas de produção. Correspondente ao domínio empresarial, o conjunto de municípios exerce efetiva função na qualidade de reduto eleitoral. É um indelegável território de dominação política da família Franco e aliados há décadas.

Para captar a dimensão da dominação política exercida pela família Franco nestes municípios vale destacar que, ao menos 4 dos 8 já foram administrados pelos Franco. Foram prefeitos de Laranjeiras: Manoel do Prado Franco e Antônio Carlos Franco (irmão e filho de Augusto Franco, respectivamente). Riachuelo, por sua vez, já teve à frente da prefeitura o neto de Augusto Franco e sobrinho de Albano Franco, Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho. Já em Areia Branca, foi chefe do poder executivo municipal entre 1982 a 1986, José do Prado Franco (Zé Franco), sobrinho de Augusto Franco e primo de Albano Franco. Este último, Zé Franco foi ainda prefeito de Nossa Senhora do Socorro por três vezes (1992, 2000 e 2004).

O jornal Cinform (2002), atesta o entendimento quanto à dominação política praticada pelos Franco em Areia Branca, onde por anos a prefeitura esteve sob o controle de Zé Franco e de seus aliados/apadrinhados. Uma demonstração do monopólio econômico-político-eleitoral constituído pelos membros da família Franco nestes municípios. Uma prática indispensável à manutenção destes sujeitos dentro dos espaços de poder e assim, ao alcance dos recursos públicos.

O forró-dromo do município [de Areia Branca] foi construído em 1982 na administração do prefeito José do Prado Franco Sobrinho, Zé Franco – prefeito de Nossa Senhora do Socorro [2002]. A partir daí o município passou a ser reconhecido nacionalmente, recebendo pessoas de vários lugares do país. O prefeito Ascendino de Souza Filho, eleito em 1987, deu continuidade ao trabalho iniciado pelo prefeito [aliado e correligionário] Zé Franco, satisfazendo a expectativa do povo. Mas no segundo mandato, de 1996 a 2000, fez uma administração marcada por muitas reclamações e perdeu a reeleição para José Nivaldo de Carvalho (Zé da Serraria). Este havia tentado a prefeitura durante 18

anos em que o município esteve nas mãos do mesmo grupo político [chefiado por Zé Franco].

No final do ano de 1999, ao divulgar o balanço do Governo Albano Franco referente àquele ano, o jornal Gazeta de Sergipe afirmou que,

O governador Albano Franco garantiu que nunca as prefeituras municipais receberam tantas obras como nos seus cinco anos de governo. Ele disse que foram obras de infra-estrutura e não faraônicas ou de fachada. “Trabalho para melhorar a qualidade de vida da população”, acenou, ao dizer que está pagando os débitos para reiniciar as obras que se encontram paralisadas e para tanto, já está realizando um cronograma. O governador fez questão de esclarecer que, apesar das paralisações, nenhuma obra de saneamento e habitação foi suspensa.

A respeito das diversas obras paradas e abandonadas em vários municípios sergipanos durante o Governo Albano Franco (1995-2003), contrariando as colocações do governador no Gazeta de Sergipe, foram justamente as obras ligadas aos programas de habitação e saneamento básico as mais atingidas pelo descaso da sua gestão. De acordo com moradores do povoado Brasília, no interior de Lagarto (a 75 km de Aracaju), lembram que em 1998 (coincidentemente ano das eleições para governador), as obras do conjunto habitacional, Governador Albano do Prado Franco, com 50 casas populares, foram finalizadas às pressas, apesar do projeto ter sido iniciado há mais de dois anos, em meados de 1996, ano de eleições municipais. As casas populares foram promessa de campanha de Jerônimo de Oliveira Reis (PMN) às famílias de baixa renda do povoado. Na época, o postulante ao executivo municipal contou com o apoio direto de Albano Franco, apesar do seu correligionário, José Valmir Monteiro (PSDB), também participar da disputa.

Antigos moradores do conjunto que, ainda hoje leva o nome do ex-governador afirmam que o atraso na entrega das casas não foi necessariamente devido ao atraso das construções, tendo em vista que as moradias estavam prontas desde 1997 e que, parte delas já havia sido ocupadas irregularmente pelas famílias destinadas. As casas ficaram ociosas por mais de um ano, até que foram finalizadas e entregues à população semanas antes do primeiro turno do sufrágio de 1998. A entrega das casas foi realizada diretamente pelo governador Albano Franco e seus apoiadores locais: Jerônimo de

Oliveira Reis (prefeito de Lagarto), José Rodrigues dos Santos (o empresário Zezé Rocha, vice-prefeito do município) e demais cabos eleitorais (vereadores e secretários municipais).

Outro caso relatado pelos moradores do povoado Brasília é a respeito das obras paralisadas durante o Governo Albano Franco (1995-2003), trata-se da implantação de água encanada nas residências da comunidade. O projeto era de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, viabilizada por meio da Companhia de Habitação e Obras Públicas e da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO. A distribuição dos ramais e registros de aferição do consumo de água, bem como a base da estrutura de concreto que viria a ser a caixa d'água, chegaram a ser implementados ainda no final do primeiro mandato do Governo Albano Franco (1998). Para a população, as obras eram motivo de grande felicidade, uma vez que vivia dependente de cisternas intermitentes (o volume de água baixa nos períodos mais secos do ano) e de um único chafariz para atender o contingente relativamente grande. Contudo, para o padecimento dos moradores, as obras só foram continuadas após quatro anos paralisadas, retomadas em 2002, último ano do Governo Albano Franco e só finalizadas integralmente já no período do terceiro governo de João Alves Filho (2003-2007), dentro do projeto Chapéu de Couro, marca eleitoreira registrada de João Alves Filho desde os anos 1980. De acordo com Santana,

As reclamações surgem de toda a parte, principalmente dos prefeitos aliados que amargam dificuldades tremendas para administrar municípios. O estado se transformou em verdadeiro canteiro de obras inacabadas. As Ordens de Serviços e licitações acordadas são suspensas um dia após o segundo turno da eleição. O fato compromete sobremaneira, o projeto de reeleição dos prefeitos em 2000. [...] A paralisação, segundo cálculos técnicos do próprio Estado, provoca um prejuízo estimado em 100 milhões de reais aos cofres públicos (2001, p. 64).

Contudo, apesar das queixas dos correligionários e aliados, especialmente por parte dos prefeitos dos municípios do interior do estado, de obras inacabadas e abandonadas, da privatização da Energipe, dos arrochos salariais sobre o funcionalismo público, da transferência de importantes órgãos estatais da União para outros estados, da ineficácia na ampliação de empregos por meio do PSDI e da redução das prerrogativas do Estado no que tange às ações sociais, Albano Franco chegou ao final

do primeiro turno das eleições de 1998 à frente de João Alves Filho, como expressa os resultados no Quadro XX.

QUADRO XX
ELEIÇÕES DE 1998 EM SERGIPE
Resultado da votação para governador – 1º Turno

Partido – Candidato	Votação Estado	Estado %	Capital %	Interior %
PSDB – Albano Franco	263.748	40,17	10,11	30,05
PFL – João Aves Filho	254.122	38,70	8,25	30,45
PSB – Antônio Carlos Valadares	113.729	17,32	7,65	9,67
PSTU – Rômulo Rodrigues	12.064	1,84	0,95	0,88
PST – Fernando Silva	7.724	1,18	0,40	0,78
PSN – Adelmo Macedo	5.260	0,80	0,17	0,63
Total de votos apurados: 846.933 (78,34% de 1.081.138 eleitores)				
Total de votos brancos: 79.451 (9,38% de 846.933 votos apurados)				
Total de votos nulos: 110.835 (13,09% de 846.933 votos apurados)				
Total de votos válidos: 656.647 (77,53% de 846.933 votos apurados)				
Abstenção: 243.205 (21.66% de 1.081.138 eleitores)				
Seções apuradas: 3. 263 (100% de 3.263 seções)				

Fonte: DANTAS, Ibarê. Eleições em Sergipe (1985/2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – 2002.

É interessante apresentar neste ponto, algumas observações feitas por Dantas quanto ao resultado do primeiro turno das eleições, no sentido de apreender as razões e os encadeamentos que levaram Albano Franco a enfrentar João Alves Filho no segundo turno do pleito. De acordo com o historiador,

Para o governador, no primeiro turno, o desempenho ficou aquém do previsto. Suas bases políticas, alimentadas há pelo menos 2 anos, não corresponderam como ele esperava. O maior feito foi vencer em Aracaju [reduto eleitoral de Jackson Barreto], com diferença de 12.209 votos sobre o segundo colocado [João Alves]. Diante de um eleitorado que tradicionalmente vota na oposição foi uma boa votação, sobretudo porque concorria dois ex-governadores experimentados e detentores de bases políticas sedimentadas. No interior o resultado foi decepcionante. Para quem tinha o apoio formal de 73 dos 75 prefeitos de Sergipe [os únicos que não formalizaram seu apoio ao governador foi o prefeito de Capela, Manoel Cardoso Souza Filho, do PFL e a prefeita de Ribeirópolis, Fátima Regina Céspedes Passos, também do PFL] e de numerosos chefes políticos municipais, foi simplesmente surpreendente. Alguns casos tornaram-se emblemáticos como Itabaiana, o terceiro maior colégio eleitoral do estado, onde mesmo apoiado por dois grandes líderes políticos [Chico de Miguel e Luciano Bispo], terminou derrotado por 1.165 votos. Situação parecida ocorreu com o segundo eleitorado, o de Lagarto, onde o governador, também supostamente respaldado pelos principais líderes [os membros das famílias Reis e Ribeiro], ganhou com 986 de diferença. Chamou atenção também as derrotas de Albano Franco nos municípios de Carmópolis e Laranjeiras. O primeiro, em face do coordenador da campanha ser o seu prefeito [Theotonio Narciso da Cruz Neto do PFL]. O segundo, Laranjeiras, por ser a sua terra natal, onde a família

Franco mantém influência secular. Em contrapartida, seu concorrente, João Alves Filho, não obstante a inferioridade de condições materiais, venceu na maioria das zonas eleitorais, mostrando mais uma vez a força de sua liderança, espacialmente no interior do estado (DANTAS, 2002, p. 240).

Contudo, a composição da bancada governista na Assembleia Legislativa de Sergipe – ALESE foi favorável ao Governo Albano Franco, que garantiu a maioria na Casa, igualando o feito do primeiro mandato, como mostra o Quadro XXI. Essa conjuntura na ALESE foi indispensável ao andamento das pautas da agenda neoliberal de Albano Franco em parceria com o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que, igualmente ao correligionário, foi reeleito. Além disso, com a bancada situacionista ampliada, Albano Franco deu viabilidade a sua velha política clientelista e patrimonialista, a exemplo a destinação de obras aos municípios, como contrapartida do apoio prestado pelos prefeitos durante as eleições, o beneficiamento de construtoras e empreiteiras responsáveis por grande parte das obras, do aumento indiscriminado de cargos comissionados (CC), ocupados por parentes, amigos e aliados do governador e dos demais mandos e desmandos realizados por Albano Franco nos quatro anos da sua segunda gestão.

QUADRO XXI
Composição da bancada governista e de oposição
na Assembleia Legislativa de Sergipe em 1999

SITUAÇÃO			
Deputado/a	Partido	Votação	Percentual
1- Marcos Franco	PMDB	22.847	3,30%
2- João Bosco	PPB	15.601	2,26%
3- Augusto Bezerra	PMDB	13.925	2,02%
4- Jorge Araújo	PSDB	12.489	1,87%
5- Maria Mendonça	PPB	12.371	1,79%
6- Raimundo Vieira	PSDB	12.216	1,78%
7- Ilzo Silveira	PMDB	12.216	1,77%
8- Arthur Reis	PMN	12.019	1,74%
9- Ulisses Andrade	PSDB	11.005	1,59%
10- Elma Paixão	PMDB	10.996	1,59%
11- José Rivaldo Santos	PSDB	10.944	1,58%
12- Gilmar Carvalho	PMDB	10.907	1,58%
13- Joaldo Barbosa	PMN	10.764	1,56%
14- Pedrinho Balbino	PPS	9.655	1,40%
15- Valmir Monteiro	PSC	8.493	1,23%
OPOSIÇÃO			
Deputado/a	Partido	Votação	Percentual
1- Antônio Passos	PFL	12.868	1,86%
2- Nicodemos Falcão	PFL	11.641	1,68%
3- Reinaldo Moura	PFL	11.500	1,66%

4-	Suzana Azevedo	PSB	9.696	1,40%
5-	Belivaldo Chagas	PSB	8.746	1,26%
6-	Angélica Guimarães	PTB	8.601	1,24%
7-	Luís Garibaldi	PDT	7.884	1,14%
8-	Pastor Heleno	PTB	7.736	1,12%
9-	Ismael Silva	PT	6.691	0,97%

Fonte: TRE/SE – 2023.

Conforme observado no Quadro XXI, houve uma queda considerável no número de parlamentares eleitos pelo partido liderado por João Alves Filho no estado, o PFL que, no pleito de 1994 elegeu 7 deputados, em 1998 foram apenas 3. Já o partido de Albano Franco, o PSDB teve melhor desempenho, passou de 1 para 4 deputados na ALESE. O PMDB, comandado por Jackson Barreto manteve 5 deputados na Casa. Como observa-se, a bancada governista reuniu em apenas duas siglas, PSDB e PMDB, 9 deputados estaduais, um total de 37,5% dos membros da Assembleia Legislativa, e com os demais parlamentares eleitos por partidos da coligação União por Sergipe (PPB 2; PMN, 2; PPS 1 e PSC 1), dispôs de 15/24 parlamentares, uma soma que corresponde a 62,5% do parlamento.

Entre os perdedores, merecem ser lembrados os Ribeiros de Lagarto que, depois de décadas com mandatos, exigindo dos governos concessões custosas, perdiam terreno. Em Boquim, os Fonseca passaram por algum revés. Venâncio não se reelegeu deputado estadual e Cleonânio Fonseca (PPB) só retornou à Câmara dos Deputados graças a anulação da votação maior de Adelson Barreto, dentro de um esquema cheio de suspeição. A derrota também do vice-governador [1995-1999], José Carlos Machado, do PFL, [amigo de longa data de João Alves. Foi ele quem indicou José Carlos Machado a vice de Albano Franco em 1994, quando estiveram alinhados] próspero empresário e influente político no aparato do Estado, foi também bastante expressiva (DANTAS, 2002, p. 239).

O primeiro turno das eleições de 1998, ainda que tenha contrariado as expectativas de Albano Franco e do seu aliado, Jackson Barreto (PMDB), derrotado por Maria do Carmo Alves (PFL) na disputa pela vaga do senado, cuja a diferença entre os dois foi de quase 90 mil votos, revelou-se indiscutivelmente frutífero para os membros da família Franco. Além da ampla bancada para oportunizar os acordos e projetos particulares junto à iniciativa privada por mais quatros anos de Governo, Augusto Franco Neto, filho de Walter Franco (Figura 23), foi eleito deputado federal, já Marcos Franco,

filho de Antônio Carlos Franco (Figura 24), ocupou vaga na ALESE, ambos eleitos pelo PSDB.

A tão sonhada renovação nos quadros políticos do Estado está longe de acontecer. A sociedade assiste resignada ao surgimento do que poderíamos chamar de rebentos do continuísmo. Em várias partes do estado despontam meninos pedantes, filhos e netos de velhos líderes que aparecem com caras novas, mas com resquícios do coronelismo e da ditadura. [...] A postura rebelde dos meninos parlamentares, causam susto à imprensa e aos analistas políticos de plantão, se todos soubessem ou, pelo menos, suspeitassem, que as vozes que levantam, expressam apenas a vontade e as articulações dos pais nos bastidores da política. Eles apenas traduzem os recados dos patriarcas (SANTANA, 2001, p. 87).

Membros da Família Franco junto com João Alves Filho

FIGURA 23



Fonte: Portal/prefeitura de Aracaju – 2015.

Da esquerda pra direita: o ex-deputado federal Augusto Franco Neto, João Alves Filho (na época como prefeito de Aracaju) e o ex-deputado estadual Walter Franco (dono do Sistema Atalaia de Comunicação), reunidos em evento de comemoração dos 40 anos da TV Atalaia.

FIGURA 24



Fonte: JLPolítica&Negócio – 2019.

O ex-deputado estadual e empresário Marcos Franco com o tio, o ex-governador Albano Franco.

O segundo turno das eleições de 1998 foi marcado por uma disputa de quebra de braços entre os dois concorrentes ao governo do estado, Albano Franco e João Alves Filho. Contudo, o governador Albano Franco teve à sua disposição amplas vantagens em relação ao candidato do PFL, sobretudo no que tange ao poder econômico, cabe lembrar que a família Franco é uma das mais ricas de Sergipe, detendo sob seu domínio particular, importantes e distintos empreendimentos empresariais (indústria, comércio e

comunicação). A Usina São José do Pinheiro, por exemplo, desempenhou (e desempenha) papel fundamental como aporte financeiro das campanhas eleitorais dos Franco e dos seus aliados. Isso não significa que João Alves Filho não fosse um abastado, era outro empresário que durante toda a sua carreira política (1975-2017) fez uso do aparelho público para concretizar projetos particulares. Segundo Dantas,

Não obstante a ação do TRE haver se intensificado no segundo turno, mandando fechar vários rádios, TV e postos de combustíveis que distribuíram gasolina e álcool sob ordens de comitês eleitorais do candidato Albano Franco, nem tudo foi coibido. Realmente, para João Alves que sempre enfrentou todas as eleições a partir de 1982, servindo-se da força política e econômica do Estado, o pleito de 1998 constituiu-se numa experiência nova e adversa. Mas a política oferece surpresas. Ele, que em 1994, conforme se comentou, dissera que quebraria o Estado, mas derrotaria Jackson Barreto, agora viu o candidato, que dantes havia apoiado [Albano Franco], ao lado de seu adversário e tentando derrotá-lo sem medir meios (DANTAS, 2002, p. 247).

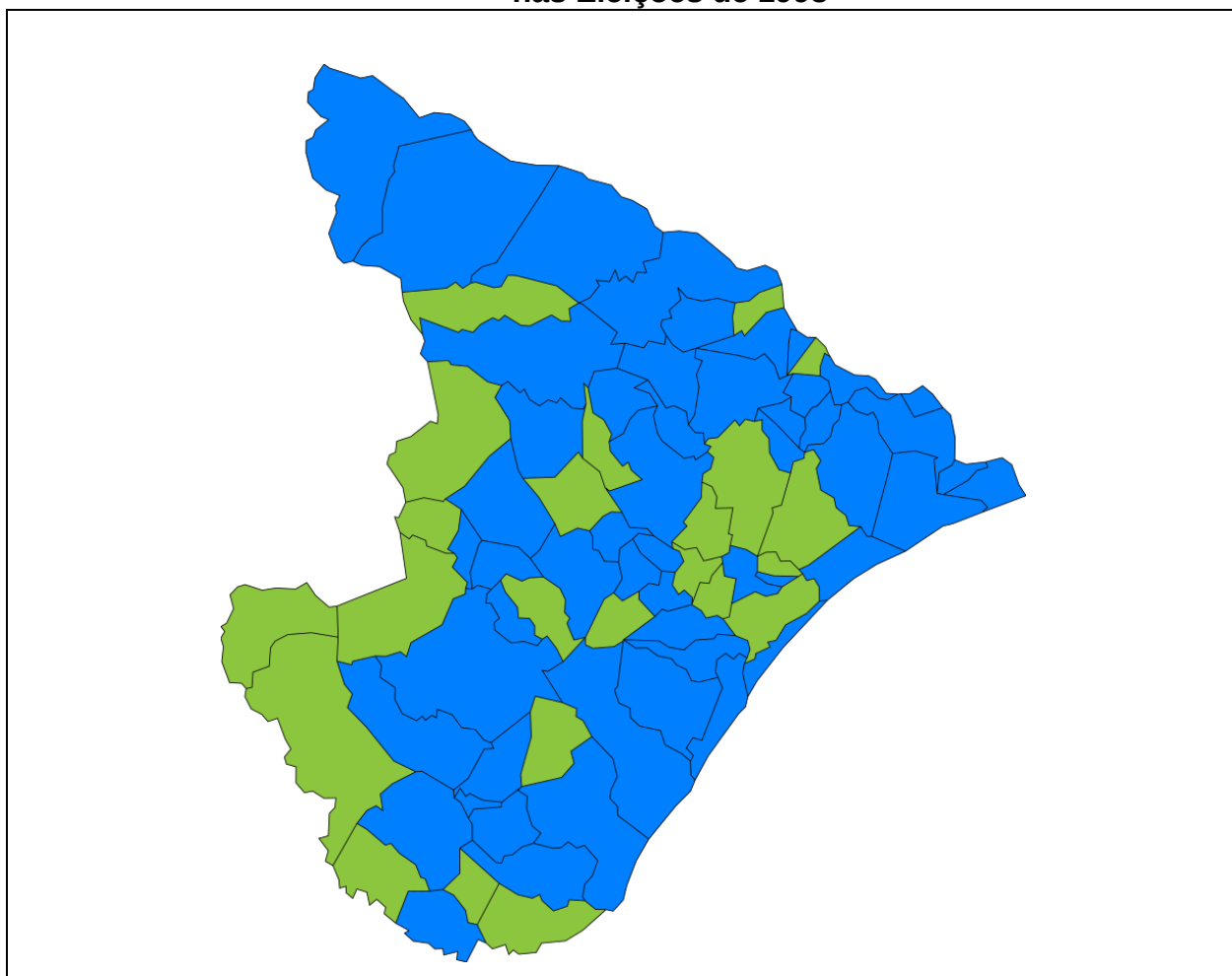
Em conformidade com Dantas (2002), os abusos de poder engendrados pelo grupo de Albano Franco durante o segundo turno, expressou-se no resultado final do pleito de 1998. Em Aracaju, reduto eleitoral do aliado Jackson Barreto, o número de votos foi ampliado. Nos demais municípios sergipanos, venceu onde havia perdido no primeiro turno (como foi o caso de Itabaiana), totalizando quase 70 mil votos à frente de João Alves no interior do estado. No primeiro turno, Albano Franco havia vencido em 32 dos 75 municípios, no segundo turno esse número aumentou para 52. A proeminência de João Alves Filho, diante de candidatos ao governo do estado, observada outrora nos sufrágios de 1982 (apoiado por Augusto Franco) e 1990, foi interrompida. O ex-governador que, no primeiro turno venceu em 39 municípios, viu essa soma restrita a 23.

Neste sentido, a Figura 25 ilustra os resultados das eleições de 1998 para o governo do estado, tendo por finalidade, destacar o candidato mais votado em cada município sergipano. A ilustração é pertinente por revelar de forma mais precisa os municípios onde os Franco dispõem de fortes alianças com chefes políticos locais e com isso, de bases eleitorais consolidadas.

Destarte, no Quadro XXII está exposto o resultado final das eleições de 1998. Nota-se que a vantagem de Albano Franco em relação ao seu adversário, João Alves

Filho, estendeu-se consideravelmente, saindo de pouco mais de 1% no primeiro turno, para quase 10% no segundo.

FIGURA 25
Candidato ao Governo do Estado mais votado por município
nas Eleições de 1998



Fonte: Banco de Dados do TER/SE (1998); TSE – Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1998.

- Albano do Prado Franco (PSDB) – 52/75 municípios
- João Alves Filho (PFL) – 23/75 municípios

Destarte, compreende-se que muitos foram os fatores condicionantes da reeleição de Albano Franco em 1998 e que, de certo modo, estiveram interligados: a campanha situacionista, o que significa o uso da máquina pública em benefício próprio na corrida eleitoral; o conchavo com Jackson Barreto que, apesar das contradições desencadeadas

(a displicência dos antigos aliados dos Franco culminou na derrota de Jackson Barreto para Maria do Carmo Alves na disputa ao Senado), rendeu expressiva soma de votos para a reeleição do governador Albano Franco, com destaque para Aracaju; a significativa distribuição de verbas às prefeituras, sob alegação de que seria para dar viabilidade ao combinado cronograma de obras nos municípios; e ainda, aos favoráveis acordados empreendidos com agentes da iniciativa privada (financiadores de campanha que foram/são restituídos através de amplos benefícios outorgados pelo Estado, especialmente empreiteiros e donos construtoras durante o período de governo).

QUADRO XXII
ELEIÇÕES DE 1998 EM SERGIPE
Resultado da votação para governador – 2º turno

Candidato	Votação Estado	Estado %	Capital%	Interior %
Albano do Prado Franco – PSDB	415.001	54,39	15,34	39,06
João Alves Filho – PFL	347.978	45,61	11,26	34,55
Total de votos apurados: 815.124 (75,58% de 1.081,138 eleitores)				
Total de votos brancos: 9.742 (1,9% de 817.124 votos apurados)				
Total de votos nulos: 44.403 (5,43% de 817.124 votos apurados)				
Total de votos válidos: 762.979 (93,37% de 817.124 votos apurados)				
Abstenção: 264.014 (24,42% de 1.081,138 eleitores)				
Seções apuradas: 3.263 (100,00% de 3.263 seções)				

Fonte: DANTAS, Ibarê. Eleições em Sergipe (1985/2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – 2002.

É importante frisar que a persistência em destacar as relações político-econômicas de Albano Franco e de forma geral de toda a parentada com os chefes políticos municipais, e por conseguinte os resultados desses encadeamentos refletidos espacialmente, é no sentido de realçar a relevância da escala municipal enquanto território de poder de grupos locais formados por membros de tradicionais e abastadas famílias, dantes chamados de coronéis, porém hoje, apropriadamente ajustados ao cenário político-econômico atual, os caciques são identificados por codinomes menos austeros, são os chefes/líderes políticos locais, ou quimericamente, representantes políticos municipais. Por isto, a insistência argumentativa e expositiva é, por compreender que o recorte espacial municipal enquanto território (de poder) administrativo, ser de extrema importância nos/para os estudos da geografia, sobretudo os de orientação política. Ainda que os municípios se apresentem como espacialidades heterogêneas, isto

é, têm dinâmicas específicas, via de regra expõem a territorialidade da (dominação) política local.

Conforme Castro, a estrutura de administração do território brasileiro é definida pela Constituição Nacional como pacto federativo, o que significa que o território é reservado e gerenciado por três escalas de poder: nacional, estadual e municipal. “Cada uma dessas escalas de poder tem poder legislativo e executivo: podem legislar e recolher impostos, isto é, tributar. (2005, p. 133).

No Brasil os limites da legislação sobre as atribuições federais são extremamente abrangentes, e as atribuições das escalas estadual e municipal são estabelecidas como exceção ao que não é de responsabilidade da União. No entanto, é preciso esclarecer que no processo histórico do país as fases de maior ou de menor influência das esferas de ação da União ou das unidades da federação – os Estados – se alteraram, e esta alternância quase sempre pode ser explicada a partir de interesses de grupos regionais em disputas ou alianças. Portanto, a geografia nunca deixou de estar presente na história política do país, e é no conhecimento da dinâmica da ocupação do território, da organização das sociedades locais e dos seus interesses que as decisões políticas e os modos de organização do território do país, como resultados concretos dessas decisões, adquirem significado. É neste quadro institucional que o tema município começa a exigir a atenção da geografia política como um recorte espacial institucionalizado importante. Após a Constituição de 1988, novas atribuições foram definidas para esta escala local da política nacional, e as exigências crescentes de organização da sociedade em torno de direitos da cidadania contribuíram para maior visibilidade dessa escala. Afinal, a cidadania se conquista através da lei geral, mas é vivida no cotidiano do território, ou seja, naquele das relações de proximidade, acesso aos serviços que tornam o direito uma prática social real. A escala municipal é, portanto, significativa do fazer político no espaço e oferece um vasto campo para a geografia política contemporânea que vai desde a visibilidade de um espaço político de ação das organizações da sociedade civil até as decisões concretas que resultam em políticas públicas que impactam o território e a vida do cidadão. Para lealmente, este é o recorte que revela, em escala reduzida, comportamentos, valores e preferências que permitem compreender traços característicos e diferenças regionais na sociedade nacional (CASTRO, 2005, p. 133-134).

Por este entendimento, além do desvelar da racionalidade da dominação política (a qual tem na esfera local seu gene e sustentáculo), dada a relevância da escala municipal à compreensão da dinâmica socioespacial, pode-se se dizer que o município é um importante indicador das sociabilidades, as quais ultrapassam os limites dos municípios e, enquanto reflexo, condicionando a dinamicidade dos ordenamentos socioespaciais em escalas maiores (estadual, regional e nacional, por exemplo). Isso

significa dizer que, a dinâmica engendrada no conjunto socioespacial do âmbito municipal traduz-se no comportamento da dinâmica socioespacial do país em sua totalidade.

Em primeiro lugar, este é um recorte federativo, com importante grau de autonomia – o que significa atribuições e recursos próprios –; em segundo, trata-se de uma escala política, ou seja, um território político por excelência, e constitui um distrito eleitoral formal para vereadores e prefeitos e informal para todas as outras eleições, com consequências importantes para a sociedade local e para o território; em terceiro, é no município que todos os habitamos e exercemos nossos direitos, e deveres, da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos; onde votamos e candidatos são votados. Também é nele que são concretizadas as políticas públicas. Nesse sentido, o universo municipal é a expressão mais concreta do conjunto do território e da sociedade brasileiros – as diferenças entre tamanho, densidade, riqueza, participação política, organização da sociedade local resultam da própria complexidade de ambos. [...] é nele também que resistem e têm visibilidade os redutos da “política clientelista”, do populismo, das oligarquias etc. No entanto, é preciso acrescentar que o município é também o lugar do aprendizado da cidadania e da democracia – do exercício do direito político e do acesso às políticas públicas. Neste sentido, a disponibilidade e o uso dos espaços públicos nos municípios podem nos revelar muitos traços e características da própria sociedade brasileira e as condições por ela escolhidas no processo de organização do seu território. Também podem ser identificadas as condições melhores ou piores para o desenvolvimento do capital social do país, bem como as relações de poder e de interesses que se organizam nesta escala social e política, com efeitos para a sociedade e para outras escalas da federação [estadual, regional e nacional] (CASTRO, 2005, p. 135).

Isto posto, a próxima e última seção (Seção III) tem como propósito, apontar e discutir as articulações empreendidas pelos Franco na seara política e no setor econômico após os Governos de Albano Franco (1995-2003). Trata-se de um caminho no sentido evidenciar a lógica por trás da continuidade dos Franco nos espaços de decisão social, ainda que tenham diminuído a participação direta deles no jogo político. Vale (re)lembrar que nos últimos anos, mais especificamente após 2011, os Franco não mais disputaram eleições. De modo planejado, redirecionaram o projeto político familiar a fim de permanecerem dentro do poder sem, necessariamente, terem que concorrer a cargos eletivos. Assim, esse é o panorama geral das próximas discussões na seção seguinte.

SEÇÃO III

III. ARTICULAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS: A MANUTENÇÃO DOS FRANCO NOS ESPAÇOS DE PODER

A ingerência política e econômica da família Franco, ou seja, a influência dos seus membros dentro dos espaços de poder e decisões tem sido, desde antes da década de 1940 (quando os Franco se inseriram na política), responsável por determinar o modo como o espaço sergipano é planejado e organizado pelo estado no sentido de atender principalmente os interesses econômicos do referido ordenamento familiar. Este fenômeno de demonstração eminente de poder dos Franco esboçou seu ápice de agudização nos períodos em que os principais nomes dos Franco estiveram à frente do comando direto do governo estadual, isto é, quando Augusto do Prado Franco (1979-1982) e Albano do Prado Franco (1995-2002) foram governadores de Sergipe.

As discussões, exposições e apontamentos realizados, ainda que segmentados, sem esgotar os seus limites (não daria aqui e não é esse o objetivo da análise), revelam a hegemonia da rica e tradicional família Franco que, valendo-se das suas posses e propriedades fundiárias (uma espécie de passaporte à carreira política, utilizado por inúmeros sujeitos que, via de regra, pertencem a núcleos familiares oligárquicos por todo o país), adentraram à política e conseqüentemente acessaram às estruturas do Estado. Desta forma, fizeram uso da máquina pública como mecanismo de incrementação dos seus empreendimentos empresariais, e com isso, ampliaram e acumularam ainda mais as suas riquezas, seja de modo lícito: através das políticas públicas de desenvolvimento produtivo e econômico, como o Programa Nacional de Alcool – Proálcool criado pelo governo de Ernesto Geisel (1975), durante a Ditadura Militar e o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, com o processo de abertura econômica e financeira imposta pelo estágio atual do capitalismo, o neoliberalismo, ou simplesmente por intermédio das velhas práticas patrimonialistas, melhor dizendo, na utilização indiscriminada do bem público em benefícios particulares/privados.

Ademais, é de extrema importância evidenciar o fato de os Franco serem em termos políticos a família tradicional mais influente do estado, suas congêneres: Garcez, Maynard e Rollemberg por exemplo, há décadas já não têm participação na política com tanta ênfase como outrora, sendo os Franco a única a manter-se atuante dentro dos espaços de poder até os dias atuais. Neste sentido, a magnitude da hegemonia usufruída

pelos Franco pode ser observada na solidificação do nome da família nos prédios e logradouros públicos por todo o estado. Há, desta forma, a manutenção no espaço/tempo da influência e poder do grupo. Para reforçar a compreensão aludida, no Quadro XXIII estão elencados alguns logradouros, edifícios e instituições localizados na região metropolitana de Aracaju que trazem o nome dos Franco.

QUADRO XXIII
Demonstração de poder e hegemonia: materialização do nome Franco

Palácio Governador Augusto Franco
Parque Augusto Franco (Sementeira)
Conjunto Augusto Franco
Avenida Adélia Franco
Mercado Virgínia Leite Franco (Antigo Mercado Albano Franco)
Colégio Senador Walter Franco
Avenida Walter Franco
Fundação Augusto Franco
Tribunal de Contas Augusto
Franco Sistema Viário Augusto Franco
Mercado Antônio Franco
Avenida Augusto Franco
Colégio Governador Augusto Franco
Posto de Saúde Augusto Franco
Hospital Desembargador Fernando Franco
Escola Municipal Deputado Antônio Carlos Leite Franco
Unidade Básica de Saúde da Família Augusto César Leite Franco
Condomínio César Franco
Escola Municipal Augusto César Leite Franco
Conjunto Albano Franco
Rodovia Manoel do Prado Franco

Fonte: Bruno Vinícius Santos Vieira; Google Maps (Região Metropolitana de Aracaju) – 2021

3.1 A influência política e econômica dos Franco

Estrategicamente, os Franco reduziram a atuação no que tange à participação direta em sufrágios, isto significa que, os membros da família Franco optaram por não concorrer mais aos cargos eletivos (presidente da república, governador, senador, deputados federais e estaduais), sobretudo após o último mandato de Albano Franco como deputado federal (2007-2011). Os Franco até então nunca havia perdido uma eleição disputada, no entanto, nas eleições de 2010 viram este feito ter seu fim. Albano Franco (PSDB), apesar dos 340.259 votos obtidos (o equivalente a 18,29% dos votos válidos) amargou o terceiro lugar na disputa pelas duas vagas do Senado, foi

surpreendentemente derrotado por Eduardo Amorim, candidato pelo PSC (eleito com 625.959 votos, 33,65% dos votos válidos) e Antônio Carlos Valadares, postulante pelo PSB (reeleito com 476.549 votos, 25,62% dos votos válidos).

Isso pode ser explicado, se tomados como pressupostos alguns fatores que incidiram de modo decisivo no eleitorado Franco após a conjuntura da última gestão de Albano no governo do estado (1998-2002). A ascensão de novas figuras no plano da política estadual e nacional, resultado por exemplo da eleição de Marcelo Chagas Déda (PT) a prefeito de Aracaju em 2000, e de Luíz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência do Brasil em 2002 é uma dessas razões. A popularidade de ambos inferiu sobre os colégios eleitorais dos empresários (constituídos sobretudo pela classe trabalhadora), ocorrendo assim, a (re)configuração dos grupos, que resultou em diversas dissidências e quebras de alianças, tanto na capital como no interior. O afastamento do comando da máquina pública sergipana é outro aspecto que deve ser levada em consideração, uma vez que o representante do grupo da família Franco foi derrotado por João Alves Filho nas eleições para governador em 2002, não chegando a concorrer no segundo turno, a disputa ocorreu entre João Alves Filho e José Eduardo Dutra do PT (apoiado pelo prefeito de Aracaju, Marcelo Déda). Longe da execução do orçamento e dos cofres públicos, a conjuntura limitava o poder de barganha dos Franco com os pares: empresários e chefes políticos municipais.

Após o inédito episódio, os membros da família Franco reservaram-se a um envolvimento indireto na esfera política, isto é, passaram a atuar como articuladores e mentores de outros agentes e grupos políticos. Além de patrocinar e coordenar as campanhas eleitorais dos aliados (como por exemplo de Belivaldo Chagas (PSD) em 2018 e do seu sucessor, Fábio Mitidieri (PSD), em 2022), são responsáveis por ampliar os círculos de alianças destes, haja vista, ainda possuem substancial aproximação com importantes líderes locais e sólida ingerência dentro dos quadros do setor econômico, com destaque para o campo industrial. Além disso, outro atributo exponencial dos Franco neste “novo modo de fazer política” é o fato da família assenhorar relevante conglomerado midiático no estado (canais de TV, rádios, jornais e portais de notícias), mecanismo imprescindível à propagação das convicções dos coligados ante à sociedade, ao mesmo tempo, de maneira oposta, assolar a figura dos potenciais adversários. Esta é

uma estratégia que se enquadra perfeitamente em tráfico de influência ou lobby e que por anos tem sido uma das mais eminentes organizações responsáveis por definir a escolha dos últimos governadores do estado após os Governos de Albano do Prado Franco (1995-2003). Ao menos 3 dos últimos 5¹⁵ governadores de Sergipe foram eleitos sob influência e interposição dos Franco no jogo político: Marcelo Déda (2007-2011); Belivaldo Chagas (2019-2023) e mais recentemente, Fábio Mitidieri (2023-2027). Este esquema mostrou-se bem mais vantajoso aos Franco, pois outorga-os vastas prerrogativas: empregos nos altos escalões dos governos federais e estaduais, benefícios fiscais, realização de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades dos seus empreendimentos privados, dentre outras medidas de ajuste entre o público e privado de maneira quase que tácita aos olhos dos adversários e da sociedade como um todo.

Os noticiários brasileiros costumam mostrar o caminho de processos contra grandes figuras da vida nacional, sejam agentes públicos ou entidades privadas. Muitas vezes, investigados ou acusados de corrupção passiva, corrupção ativa, tráfico de influência. O Tráfico de influência é um crime. No Código Penal, o artigo 332 explica: “solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função”. A palavra “tráfico” remete muito ao tráfico de drogas, não é mesmo? Pois então, o tráfico de drogas basicamente consiste em alguém que produz e quer revender um serviço/produto (ilícito) para outra pessoa, que tem os meios e o dinheiro para consumi-lo. No fim, acontecerá uma troca entre a pessoa que está vendendo o produto e a pessoa que pode precisar dele. No tráfico de influência, o raciocínio é similar: nesse caso, as empresas ou entidades privadas atuam em alguma área e querem vender seus produtos; o poder público tem os meios, a necessidade de obter certos produtos e o dinheiro para comprá-los. Porém, quando uma pessoa que representa essa empresa privada se aproveita de sua provável posição de prestígio para persuadir um funcionário público em conceder vantagens ou benefícios a ela ou à sua empresa, ela está cometendo um crime. Assim como quando ela utiliza suas conexões com pessoas em altos escalões do governo para conseguir esses mesmos favores, pagamentos ou vantagens. A pena prevista para o tráfico de influência é de prisão, de 2 a 5 anos, e multa. Pode haver o aumento da pena pela metade, caso o autor do crime (ente privado) alegar que a vantagem era não só para a sua empresa, mas também destinada ao funcionário público – uma espécie de propina. No mundo todo, a relação de grandes corporações,

¹⁵ João Alves Filho (2003-2007) e Jackson Barreto de Lima (2015-2019) foram eleitos governadores de Sergipe sem contar com o apoio e influência dos Franco. Nas eleições de 2002 a família Franco apoiou o médico e ex-senador (natural de Laranjeiras), Francisco Guimarães Rollemberg, do antigo PTN (PODE), o candidato ficou em terceiro lugar no pleito, obteve 202.453 votos, 25,73% dos votos válidos. Já no pleito de 2014, Jackson Barreto (PMDB) concorreu ao governo contra o Senador Eduardo Amorim (PSC) e o seu vice, o ex-deputado federal Augusto Franco Neto (PSDB) filho de Walter Franco e sobrinho de Albano Franco. Jackson foi reeleito (havia assumido o governo após o falecimento do titular, Marcelo Déda em dezembro de 2013) com 537.793 votos, cerca de 53,52% dos votos válidos.

empresas e organizações privadas com o poder público é regada por influências positivas e negativas. Os lobistas, por sua vez, são grupos profissionais, de pessoas que representam os interesses dos entes privados e intermedeiam essa relação com outras empresas, corporações, partidos políticos e até com o poder público. Entende-se o lobby como uma atividade de exercer pressão em algum poder da esfera política a fim de que se tome decisões em prol das pessoas que tais lobistas estão representando. Portanto, a impressão é de que o lobby é a exata prática de tráfico de influência, mas não há nada nessa lei que inclua o lobby como parte desse crime. Nos Estados Unidos, inclusive, é uma atividade regulada e comum no Congresso Nacional (MERELES, 2017, n.p).

Com a ascensão empresarial (atuando em diferentes ramos do mercado econômico-financeiro), correspondente ao progresso na vida pública, os Franco atingiram o patamar de família mais importante e influente do estado. Essa reputação, é resultado ainda, da monopolização do expressivo aparato midiático inaugurado por Augusto do Prado Franco a partir da década 1970 que, desde então, “faz ecoar pelos jornais e pelas reuniões e clubes empresariais, o nome de sua estirpe” (SANTOS; LEANDRO, 2010, p. 7).

Isso significa que, ao deter amplos empreendimentos econômicos e ao mesmo tempo, usufruindo do prestígio que o nome Franco atingiu dentro dos espaços de poder, sobretudo no interior da esfera política (estadual e nacional), a família Franco fez desses atributos, disputados recursos serem negociados dentro do jogo político. Como observado, após o fim dos governos de Albano Franco (2003) e de forma mais acentuada após a última participação de Albano Franco dentro do Parlamento Federal (2011), os membros da família Franco têm optado por não disputarem novos cargos políticos, resguardando-se a uma participação mais discreta, isto é, comercializando o apoio político e financeiro com os “novos” chefes políticos estaduais e municipais, em especial com os postulantes ao comando do poder executivo estadual.

Cruz (2015) ratifica os argumentos supracitados, destacando a participação indireta dos Franco no pleito de 2014, ocasião em que família escolheu o nome do senador Eduardo Amorim (PSC) para apadrinhado político que, caso eleito fosse, iria servi-los no comando da máquina pública sergipana. São apontadas ainda, as furtivas candidaturas de dois integrantes da família Franco nas eleições daquele ano.

É na seara política que os Franco exercem maior força, deixando sempre um membro ocupando uma posição, seja direta ou indireta. Exemplo disso ocorreu

nas eleições de 2014 em que o ex-governador Albano Franco, nome central na construção patrimonial da família, patrocinou as candidaturas de Eduardo Amorim, do Partido Social Cristão – PSC ao cargo de Governador do estado, e de Maria do Carmo Alves, do Democratas – DEM, para o Senado. O motivo do apoio se justifica pelos seus representantes diretos: o filho Ricardo Franco, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, como primeiro suplente na chapa de Maria do Carmo; e seu sobrinho Augusto Franco Neto, pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, lançado ao cargo de vice-governador. [...] A estratégia de lançar membros da família objetivou proteger o patrimônio da família, sobretudo quanto à renovação das concessões de rádio e TV. Eleita com mais de 48,91% ou 448.102 votos válidos, a senadora se comprometeu a deixar o cargo para o primeiro suplentes (Ricardo Franco), caso obtivesse êxito, [o filho de Albano Franco assumiu a vaga deixada por Maria do Carmo no Senado entre novembro de 2015 a agosto de 2016, enquanto a titular assumia a secretária da Família e Assistência Social de Aracaju, durante a gestão de João Alves Filho (2013-2017) à frente da prefeitura] (CRUZ, 2015, p. 25).

Esta nova estratégia política empreendida pelos Franco, embora aparentemente repercuta como se tratando de simples e despretensiosos conchavos de apoio político eleitoral, em sua essência, significa a continuidade da influência dos Franco na definição do cenário político-eleitoral e consequentemente a manutenção da interferência empresarial da estirpe dentro das estruturas do Estado. Tal conduta reforça a compreensão de que os Franco têm poder decisivo nos sufrágios, dado o prestígio junto aos antigos e novos chefes políticos municipais, responsáveis por manter importantes redutos eleitorais como também evidencia o poder financeiro destes empresários, capaz de eleger até mesmo o mais improvável dos candidatos.

Para além da sua aparente distância dessa atividade, Albano Franco ainda transita pelo subsolo da política como certa unanimidade, como se fosse um monge tibetano, a quem todos batem um pouco continência e prestam reverência. E Albano gosta disso. Em alguns pares de salas confortáveis do Neo Office Jardins, onde montou a sede do Grupo Albano Franco, recebe levas de políticos diariamente. Vão lhe bater continência e tomar conselhos (LIMA, 2018, n.p).

As relações engendradas pelos membros da família Franco dentro da esfera política, a todo tempo estiveram pautadas pelo oportunismo e conveniência. Isso significa que os Franco sempre souberam explorar as relações possíveis, sobretudo quando a força do capital e influência determinaram as diretrizes dos acordos.

Condutas oportunistas (sobretudo o alinhamento por conveniência), triviais nas relações políticas dos membros da família Franco, são reveladas de forma paradigmática

em situações trazidas em Santana (2001). Nas eleições municipais do ano 2000 por exemplo, Albano Franco (PSDB), ainda no comando do poder executivo estadual, tinha como pretensão manter seu aliado e apadrinhado, José Augusto Gama (PMDB) à frente da prefeitura de Aracaju, o que lhe garantiria a manutenção de privilégios após a sua saída do governo do estado. Contudo, para frustração de Albano Franco, sem maiores explicações, José Augusto Gama decidiu não disputar a reeleição.

O nó dado por Gama no PMDB e nos próprios correligionários explicitou o esfacelamento das elites no Estado. Sem alternativas e sem um nome tradicional que pudesse entrar na disputa, a nata política buscou nas camadas populares, um candidato pobre e negro, que sempre fez sucesso com uma política clientelista e tacanha. O convite a Adelson Barreto [PPS] é a prova da fragilização e a certeza de que depois que uma pedra ruiu, todo o esquema foi desarticulado. [...] ao entrar em duelo de gigantes, Adelson fica em estado de choque, principalmente pela insistência da primeira-dama, Leonor Barreto Franco e do governador Albano Franco. [...] Adelson temia que se elegendo, por um deslize eleitoral, poderia se tornar um mero boneco de fantoche na prefeitura (SANTANA, 2001, p. 72).

Apesar da insistência e pressão dos Franco sobre Adelson Barreto, o vereador conhecido por sua ordinária política de assistencialismo televisivo, optou por garantir a sua continuidade na Câmara Municipal de Aracaju, descartando a proposta de apadrinhamento dos empresários. Sem nenhum candidato dos partidos hegemônicos na disputa pela prefeitura da capital, ou seja, sem a participação majoritária do PSDB, PMDB e do PFL, Albano Franco e família foram obrigados a ensaiar inédita aproximação com o Partido dos Trabalhadores – PT, apoiando a candidatura do deputado federal Marcelo Déda que, eleito com mais de 122 mil (52,80% dos votos válidos), derrotou dois velhos coronéis da política sergipana, Almeida Lima (PDT) e Antônio Carlos Valadares (PSB) já no primeiro turno do pleito do ano 2000. Conforme Santana,

Parte das campanhas de Déda foi financiada por setores do Governo e por empresários da construção civil, a pedido do próprio Albano Franco. O empresário Luciano Barreto, dono da construtora Celi, chegou a dizer em entrevista que numa emissora de rádio que financiava o PT. A declaração ficou sem resposta por parte da cúpula petista, apesar das cobranças feitas pelo Advogado João Fontes, militante da sigla, para que a questão fosse explicada à sociedade (2001, p. 75).

Aproximação de Albano Franco a Marcelo Déda estreitou-se com o passar dos anos fato que ficou perceptível não só devido à trégua das críticas proferidas outrora por

Marcelo Déda ao Governo de Albano Franco, como também pelos elogios feitos pelo empresário à gestão do prefeito de Aracaju. Déda foi obrigado a amenizar o discurso crítico, comum aos políticos/militantes da esquerda. Soube, durante a sua gestão à frente da prefeitura da capital, equilibrar as pautas progressistas alinhadas às medidas de favorecimento empresarial, especialmente empreiteiras e construtoras de grupos empresariais próximos aos Franco (SANTANA, 2001). O alimento dos Franco à figura de Marcelo Déda (PT), político com ideais reconhecidamente discrepantes das convicções político-econômicas destes empresários, rendeu a Albano Franco os cargos de extrema relevância: Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e de Presidente do Banco do Estado de Sergipe, o Banese.

3.2 Direita volver, esquerda volver

Instigados pelos privilégios do poder, pelos benefícios concedidos pelo Estado ao empresariado, buscaram sempre estreitar relações com quem esteve à frente da administração da máquina pública, ou com aqueles que demonstrassem um possível potencial eleitoral, especialmente junto às camadas populares da sociedade. Com efeito, em distintas conjunturas políticas, os Franco estiveram alinhados a praticamente todos os governos federais (e estaduais) nas últimas seis décadas (1960-2020), numa clara demonstração da facilidade em que eles têm de se projetar dentro de qualquer espectro político, circulando sem muita dificuldade da extrema-direita à esquerda, apesar de autodeclarados “centristas-reformistas”, noutras palavras, “pega tudo”.

E se tratando de sujeitos inclinados a qualquer tipo de alinhamento vantajoso, especialmente os que fazem dos incentivos públicos garantias seguras de ampliação das suas riquezas. A proximidade dos Franco à figura política do ex-governador Marcelo Déda durante a primeira gestão (2007-2011), na época considerado o maior nome da esquerda no estado, demonstra com clareza: o poder do domínio econômico das tradicionais famílias latifundiárias, patrocinadoras de campanhas, mas ao mesmo tempo, expõe algo já naturalizado, próprio da política brasileira, os usos e os abusos das funestas práticas intrínsecas ao patrimonialismo. Para além dos relevantes cargos do alto escalão, o grupo obteve significativos benefícios com o governo Marcelo Déda, a exemplo o investimento milionário destinado à execução da reconstrução de duas rodovias (SE-429

e SE-090, no município de Laranjeiras), responsáveis por viabilizarem a melhoria e o aperfeiçoamento dos processos de carga e descarga da matéria prima da cana-de-açúcar, bem como o escoamento da produção da Usina São José do Pinheiro. De acordo com o site oficial do Governo do Estado de Sergipe, “a obra, iniciada em junho de 2008, contou com **R\$6,2 milhões** em investimentos do Governo do Estado para reconstruir **15,8 quilômetros de rodovias**. Os trechos ligam o povoado Pedra Branca a Laranjeiras e Laranjeiras à Usina São José do Pinheiro” (GOVERNO DE SERGIPE, 2009, n.p).

Situação similar ocorreu durante o período em que o antigo rival dos Franco, Jackson Barreto (MDB), esteve à frente do governo do estado. O emedebista assumiu a cadeira do executivo após a morte de Marcelo Déda em dezembro de 2013, foi reeleito em 2014, ficando desta forma no comando da máquina pública até 2018. Neste ínterim, Jackson executou importantes obras em Laranjeiras. Realizou relevantes investimentos em projetos de revitalização de avenidas e rodovias, muitas das quais carregam os nomes dos Franco. De acordo com o site oficial do Governo de Sergipe, em 2016, a avenida Antônio Carlos Franco, a rodovia Walter Franco e o Conjunto José Monteiro, as obras absorveram juntas cerca de R\$5.873.247 milhões de reais, recursos oriundos do Programa Sergipe Infraestrutura. Sob a aparência de projeto de melhoria da mobilidade urbana, no sentido de preservar as ruas históricas do centro da cidade de Laranjeiras, escondem-se os verdadeiros propósitos de tal investimento, que nada mais foi que, adequar as infraestruturas locais do município às necessidades logísticas das indústrias instaladas no município, sobretudo da Usina São José do Pinheiro. Isso significa que o projeto, pago com o dinheiro público, em nenhum momento foi implementado no sentido de beneficiar a população, mas antes sim, atender os anseios empresariais dos Franco ávidos pela ampliação dos seus lucros. Tamanha foi o privilégio que, na solenidade de entrega das obras (ver Figuras 26 e 27), os Franco foram os convidados especiais, tratados como verdadeiros anfitriões da execução das obras realizadas pelo Estado. Empreendimento público, contudo, na prática, de maneira contraditória, beneficia diretamente à iniciativa privada.

Estiveram presentes o secretário de Estado da Infraestrutura, Valmor Barbosa; o superintendente da Seinfra, Ubirajara Barreto; o presidente do DER, Antônio Vasconcelos; o deputado federal Fábio Reis; o prefeito de Moita Bonita, Marcos Costa; a prefeita de Itaporanga D'Ajuda, Gracinha Garcez; o prefeito de Nossa

Senhora de Lourdes, Fábio Andrade; o presidente da Câmara de Vereadores de Aracaju, Vinícius Porto e a família dos homenageados: Antônio Carlos Franco e Senador Walter Franco, representada pelo ex-governador Albano Franco e os empresários Walter Franco e Marcos Franco e José Monteiro Sobral, representada pelos filhos Zezinho Sobral, Alexandre Sobral e Mônica Sobral (GOVERNO DE SERGIPE, 2016, n.p.).

Governador Jackson Barreto em entrega de obras públicas em Laranjeiras juntamente com Albano do Prado Franco e outros empresários membros da Família Franco

FIGURA 26



Fonte: site oficial do Governo do estado de Sergipe – 2016.

FIGURA 27



Fonte: site oficial do Governo do estado de Sergipe – 2016.

Antes do Golpe de 1964, os Franco integraram as bases da União Democrática Nacional – UDN, partido que, “expressava uma elite intelectual ferrenhamente conservadora” (MENDONÇA; FONTES, 1991, p.12). Em Sergipe, a agremiação contava com o financiamento da família Franco e de outros fazendeiros/políticos do estado, a exemplo dos Rollemberg. Com o Golpe de 31 de março de 1964, os Franco passaram a integrar “a ARENA, partido oficial, sustentáculo da ditadura” (FIGUEIREDO, 2000, p. 340).

Convém esticar as discussões ao plano nacional, no sentido de observar e compreender a atuação política dos Franco nas distintas conjunturas político-econômicas processadas no Brasil desde meados dos anos de 1960. No período em que durou a Ditadura Militar (1964-1985), os Franco foram da base dos governos comandados por generais do exército, dentro dos quadros da ARENA. É de conhecimento entre historiadores, sociólogos, geógrafos e analistas políticos como o período em que os Franco mais prosperaram, isso em virtude do alinhamento estabelecido entre governos

militares e a classe empresarial (como já apontado e discutido anteriormente. Vide subseções 1.3 e 2.1).

Com os avanços do capitalismo, tendo como reflexo a abertura econômico-financeira do país, os Franco (com destaque para a Albano Franco), migraram para o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, apoiando e compondo os governos neoliberais de: Fernando Collor (1990-1992); Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

O PSDB nasceu com o objetivo de agrupar a franja mais esclarecida das elites brasileiras. O termo “social-democracia” no nome da sigla nunca representou mais uma fantasia, mas o partido buscava encarnar um projeto civilizador, que idealmente aproximaria o Brasil das democracias capitalistas avançadas (MIGUEL, 2018, p. 15).

É importante ter em mente que, a ascensão do PSDB ao poder, capitaneado por Fernando Henrique Cardoso (intelectual e de tom moderado), em 1995, não representou uma ruptura do alinhamento da elite empresarial (outrora aliada aos governos militares) com os gestores do Estado. Ao contrário, este ajustamento entre a esfera pública e a esfera privada estreitou-se ainda, tendo em vista que, os governos tucanos/FHC estiveram afinados com acordos neoliberais. O setor econômico do país experimentou uma agenda de austeridade como: a entrega de empresas estatais à iniciativa privada e elaboração de ações para promover a liberdade comercial e de consolidação da abertura financeira. Em paralelo,

Adotou-se uma política monetária bastante rígida, com juros reais elevadíssimos e um conjunto de outras medidas visando beneficiar o capital financeiro, como a isenção tributária a ganhos financeiros de residentes, alterações legais para dar mais garantias aos credores do Estado e reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Vendido politicamente como um pacote necessário para a “modernização” da economia, esse conjunto de medidas visava, em realidade, inserir ativamente o país no processo de mundialização financeira, colocando a economia brasileira como uma potência financeira emergente (PAULANI, 2018, p. 70).

Todavia, apesar da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil em 2002, pelo Partido dos Trabalhadores – PT, a agenda neoliberal não sofreu mudanças significativas, ao menos não de imediato. Isso dada a desconfiança dos agentes do

mercado econômico-financeiros (os grandes empresários e banqueiros, nacionais e internacionais) e ao mesmo tempo, a ponderação com os agentes da mídia hegemônica, o que significa o receio da produção da opinião pública moldada a desfavor do novo governo. Além disso, o presidente Lula, apesar de eleito com 61,27% dos votos válidos e o seu partido eleger a maior bancada (91 deputados federais), ele não detinha maioria no Congresso que, dominado pelo PFL, PSDB, PMDB e PL o desfavorecia a possíveis tentativas do engendrar sua agenda progressista no decorrer dos primeiros meses. Diante da hesitante conjuntura, o presidente Lula viu-se obrigado a dar continuidade a pautas neoliberais da agenda deixada por FHC para não desagradar o grande capital (incluindo neste bojo a grande mídia: Globo, Record, SBT, Isto É, Veja, Folha de São Paulo). Este movimento favorável à classe empresarial promoveu, por sua vez, a ampliação das bases situacionistas na Câmara e no Senado, haja vista o alinhamento sempre (in)conveniente com os partidos do centro. Fomentou-se assim a “sustentação do Governo do Partido dos Trabalhadores no poder. Todavia, ao que tudo indica, a medida apontada tratou-se do velho jogo de interesses dos agentes da iniciativa privada (os *lobbys*) junto ao comandante de plantão da máquina pública, algo naturalizado e crônico da cultura política brasileira.

Os parâmetros macroeconômicos vigentes foram inclusive aprofundados (elevação ainda maior da taxa de juros, que chegou aos 26,5% ao ano; enorme arrocho monetário, com corte de cerca de 10% nos meios de pagamento da economia; adoção de uma meta de superávit primário maior do que a exigida pelo FMI). Além disso, medidas adicionais para completar o processo de valorização financeira foram imediatamente tomadas: reforma da lei de falências (para aumentar a segurança dos credores do setor privado), extensão de reforma da previdência aos servidores públicos e aprofundamento do processo de abertura financeira. Mas, ao longo do tempo, os governos do PT foram se diferenciando de seus antecessores porque, combinados com a continuidade dessa agenda liberal, foram sendo adotadas políticas sociais de alto impacto. Apesar de o programa Bolsa Família ser visto amiúde como uma espécie de símbolo dessas políticas, ele está longe de ser o único e, se é o mais importante do ponto de vista da redução da pobreza absoluta, seguramente não é o mais importante em termos de redução da desigualdade. Nesse sentido, muito mais importante foi a elevação do valor real do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014. Como o salário mínimo atinge, via regime geral de previdência (INSS), mais de 20 milhões de beneficiários, essa substantiva elevação de seu valor real afetou muito rapidamente o perfil da distribuição de renda no país (PAULANI, 2018, 72).

Nos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores, apesar do dissenso político-ideológico, os Franco estiveram próximos às gestões do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e das gestões da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Durante o Governo Lula, Albano Franco exerceu importantes cargos em instituições estratégicas de planejamento regional do Estado, responsáveis por fomentar políticas públicas de desenvolvimento produtivo e econômico do país, logo, de grande interesse do capital privado.

No Brasil, “a utilização do recurso familiar mostrou-se o mais comum dos modos de consagração social. Isso porque tradicionalmente se constitui como uma das formas mais legítimas de reivindicar posições de destaque na sociedade” (CRUZ, 2015, p. 20). De fato, os Franco valem-se de modo preciso da hegemonia político-empresarial que a família desfruta, uma vez que, estes já estiveram à frente do governo do estado e de órgãos de destaque do setor econômico (industrial). Além disso, há décadas os Franco exercem significativa influência sobre as decisões tomadas dentro dos campos político e industrial brasileiros. Portanto, assenhoram e realizam alianças significativas sem muita dificuldade com outros grandes empresários dentro e fora do país.

Desta forma, os membros da família Franco (e Albano é o maior exemplo disso), facilmente, ou por imposição do empresariado industrial, mantiveram-se ou foram (e são) indicados a postos de destaque em repartições decisivas do Estado, a Sudene e o Banco do Nordeste, independente da orientação ideológica dos governos. Estas repartições deliberativas, onde geralmente os Franco desempenharam/desempenham funções de chefia, via de regra, têm como objetivo central realizar e gerenciar políticas voltadas ao planejamento, no sentido de estabelecer as disposições necessárias à realização da reprodução do capital.

No Governo Lula (2003-2011), durante um determinado período, o ex-governador ocupou o cargo de diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene: “Autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Regional” (SUDENE, 2023). É importante frisar que, a Sudene em consonância com o Proálcool tiveram participações decisivas no processo de ascensão dos empreendimentos empresariais da família Franco, sobretudo para o alargamento das

faixas de terras e modernização da estrutura produtiva da Usina São José do Pinheiro. De acordo com Filho, “esta usina foi a praticamente a única que resistiu às crises do setor açucareiro em toda a história econômica do setor. Foi no auge do Proálcool, na safra de 1980/1981, que a Usina inaugurou a produção do álcool combustível, com um total de 1.568.500 litros” (2015, p. 33).

A Sudene foi criada durante o Governo Juscelino Kubitschek (1959), por meio do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, o qual a propôs como medida de promoção do desenvolvimento regional. Significou antes de qualquer coisa, a tentativa de mobilizar a dinâmica econômica nordestina que, na época encontrava-se em estado de inércia, devido à crise do setor agroexportador, alicerçado na produção de açúcar (ARAÚJO, 2000). De acordo como a página oficial da superintendência, compete à Sudene,

estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação, conforme o Conselho Deliberativo, em consonância com § 2º do art. 43 da Constituição Federal e na forma da legislação vigente (SUDENE, 2023).

Ao passo que em que ocorria em diferentes espaços desvalorizados pelo capital a inserção de estruturas modernas de produção, em outros houve forte resistência a esses avanços capitalistas sobre o espaço. Essa modernização não significou de modo algum o beneficiamento da classe trabalhadora. E tratando-se exclusivamente do setor canavieiro, nada afetou os tradicionais padrões de dominação existentes, ao contrário, tais ações modernizantes mantiveram e fortaleceram os velhos parâmetros de subordinação dos trabalhadores e da terra ao capital.

As zonas canavieiras expandiram-se muito, impulsionadas nos 70 pelo PROÁLCOOL, que traz consigo a alternativa da produção de um energético para o mercado interno (o álcool). Mas o crescimento se faz com base na incorporação de terras (a área cultivada rapidamente duplica), mais do que na elevação dos padrões de produtividade (ARAÚJO, 2000, p. 176).

Em seguida, em decorrência da vantajosa aproximação de Albano Franco à figura de Marcelo Déda (amigo, correligionário, pessoa de confiança e apontado por muitos como possível sucessor de Lula), ainda durante a primeira gestão do PT (2003-2007), o

empresário/canavieiro foi empossado como superintendente do Banco do Nordeste Brasileiro – BNB, espaço deliberativo suscetível à viabilização dos projetos ambiciosos do grande capital. Nada mais conveniente aos interessados, patrões/ empresários, do que ter uma instituição pública desta magnitude e competência, sob o controle de um perito no tocante ao favorecimento da iniciativa privada. Conforme é informado na página oficial do Banco,

O Banco do Nordeste Brasil é o **maior banco de desenvolvimento regional da América Latina** e diferencia-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: atuar como **Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste**. Sua visão é a de ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de **promover** o bem-estar das famílias e **a competitividade das empresas na Região**. [...] O Banco do Nordeste do Brasil é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto e **tem mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal**. [...] O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco do Nordeste desde a criação dos fundos constitucionais federais, em 1989. Sua aplicação volta-se à redução da pobreza e das desigualdades inter e intrarregionais, por meio do financiamento de setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, instrumento elaborado de forma conjunta por órgãos federais e estaduais. **Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo**, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O BNB também exerce trabalho de atração de investimentos, apoia a realização de estudos e pesquisas com recursos não-reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio de projetos de grande impacto. **Mais que um agente de intermediação financeira, a empresa se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibiliza base de conhecimentos sobre o Nordeste e aponta as melhores oportunidades de investimento na Região** (BNB, 2023).

Como observado, os Franco sempre souberam atuar dentro de qualquer espectro político. Esta conduta é algo bem comum dos políticos centristas, que independente do governo que esteja no poder, aliam-se no sentido de lograr importantes benefícios provindos da máquina pública (contratos de empresas privadas, cargos nos altos escalões, empréstimos, isenções e assim por diante). Além deste procedimento que promove a continuidade de acesso aos cofres públicos, ou seja, o alinhamento conveniente com governos de extrema-direita aos de esquerda, há um outro atributo empregado pelos membros da família Franco para alcançarem seus objetivos econômicos particulares, o lobismo.

3.3 Grupo de pressão: o lobby e suas implicações políticas e econômicas

Os grupos de pressão (identificados desde a República Velha) no Brasil são, em sua maioria, constituídos por pessoas, agremiações, entidades e setores distintos. Contudo, apesar das distinções, todos comungam de um objetivo incomum, isto é, interferir nos encadeamentos políticos e deliberações das agendas de governo, no sentido de ter suas disposições atendidas. Estes grupos representativos atuam em diversos seguimentos da sociedade: meio ambiente, saúde, educação, reforma agrária, trabalho, indústria, religião, segurança pública, comércio, e assim por diante. Todavia aqueles estritamente norteados pelos interesses do capital são, via de regra, os de maior envergadura no que se refere à capacidade de influenciar e de determinar as deliberações do executivo e do legislativo, especialmente. Por seu turno, o atendimento das exigências impostas por esses grupos de pressão//lobbys, são categoricamente atendidas à sombra de políticas públicas. Entretanto, como apontado e argumentado mais adiante, o não atendimento dessas exigências específicas, determinadas por grupos de pressão hegemônicos, essencialmente os intrínsecos ao setor econômico-industrial, a exemplo da CNI e da FIESP, podem desencadear sérias consequências aos governos, à democracia, e à sociedade como um todo. É como preconiza Borck (2018), ao ressaltar que,

Entender a dinâmica de funcionamento da democracia brasileira, perpassa compreender, como um grupo de pressão, detentor do capital privado nacional de cunho industrial, se organiza, para influenciar as tomadas de decisão nas esferas legislativa e executiva federais, com intuito de favorecer seus interesses enquanto grupo social economicamente orientado e atuante, ou seja, organizado.

Pouco tempo depois de deixar a presidência da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Albano Franco assumiu o governo do estado e, estando no comando da máquina pública, beneficiou muitos dos seus aliados do setor industrial por meio dos incentivos fiscais concedidos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI. Indústrias como a Ambev, a Maratá, e a Azaléia, por exemplo, foram empresas que graças à estreita relação com Albano Franco, lograram importantes recursos do

Estado (vide a subseção 2.2). O que se compreende é que Albano Franco, enquanto empresário, representante do patronato industrial, atuou/atua como prestigiado lobista dentro dos espaços deliberativos do Estado. Representou grupos (de pressão) específicos de empresários, foi responsável por pressionar e negociar junto aos Governos Federais e aos Governos de Sergipe, os interesses particulares dos agentes do setor industrial.

A palavra “lobby” costuma ser utilizada em dois sentidos principais: Sentido restrito, mais preciso: designa a prática de influenciar as decisões governamentais, por meio de agentes que servem àqueles interesses, com o objetivo de levar as autoridades a fazer - ou deixar de fazer - alguma coisa a bem daqueles interesses. Sentido amplo: indica todo esforço, por meio de quaisquer meios lícitos, até mesmo os de comunicação, destinado a influenciar decisões governamentais. (FARHAT, 2007, p. 51).

Para que não se tenha a errônea compreensão de que grupos de pressão são equivalentes aos partidos políticos, cabe esclarecer que os grupos de pressão não participam diretamente dos processos eleitorais. Contudo, indiretamente atuam nos bastidores dos sufrágios como financiadores de campanhas daqueles que representam seus interesses dentro dos poderes do Estado, e que via de regra, pertencem a legendas norteadas por princípios (neo)liberais. De acordo com Bobbio, Matteucci, Pasquino,

É, todavia, possível especificar pelo menos três funções que são desenvolvidas apenas pelos partidos e não pelos Grupos de pressão: a função de competição eleitoral, a função de gestão direta do poder e talvez a função de expressão democrática. Finalmente podemos concluir que são Grupos de pressão aqueles grupos organizados que, embora tendo em mira influenciar sobre a distribuição dos recursos numa sociedade, seja para mantê-la sem alteração, seja para introduzir mudanças em seu favor, não participam diretamente no processo eleitoral e por isso mesmo não estão interessados em gerir *in próprio* o poder político, e sim em aproximar-se dele com facilidade e frequência e a influenciar as opções. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004, p. 565).

Neste sentido, ao ocupar cargos substanciais nos poderes do Estado, por exemplo a chefia do executivo estadual sergipano (como também em importantes órgãos públicos) a atuação de Albano Franco enquanto lobista, realiza-se paradoxalmente. Isso significa que, ao estar no comando da coisa pública, seja ocupando cargos eletivos ou por indicação, trata-se da atuação imediata de um executivo industrial/lobista (agente responsável por pressionar e negociar os interesses de grupos privados junto aos

agentes públicos), utilizando-se do aparato estatal de modo a beneficiar a classe patronal prontamente. Desta maneira, enquanto governador do estado, Albano Franco atuou bem ao estilo *Margaret Thatcher*¹⁶ (Primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 a 1990) no atendimento às exigências do setor em que ele é um dos nomes mais eminentes. De acordo com Kadanus (2018), “Indústrias, planos de saúde, agronegócio, evangélicos, funcionalismos públicos estão entre os principais grupos de *lobbies* dentro do Congresso Nacional”.

Você tem a impressão de que todo mundo tem um pedacinho do Congresso Nacional para chamar de seu, menos você? O motivo para isso é que esses grupos de influência conseguem se organizar de tal maneira que participam ativamente do processo legislativo e, por consequência, da elaboração de políticas públicas que vão afetar todo o país. Essa articulação é chamada de *lobby*, atividade que, por não ser regulamentada no Brasil, traz pouca transparência nas relações entre os grupos de influência e os responsáveis pela elaboração das leis no país. Por isso, é importante entender a atuação e as pretensões desses e de outros grupos no Congresso na hora de decidir quais candidatos se pretende eleger [como representante político]. Afinal, praticamente todo parlamentar em Brasília [ou nas assembleias legislativas estaduais] tem na agenda de prioridades pautas defendidas pelo *lobby* (KADANUS, 2018, n.p).

Conforme Lodi (1986), é indispensável ao lobista ser reconhecido por suas qualidades dentro do setor que opera, especialmente aquelas de apelo às virtudes e habilidades no trabalho. Por exemplo: tenacidade no trabalho, plenitude e moral ilibada, habilidade de negociação, eloquência em suas palavras, criatividade social, conhecimento político e diplomático. Ou seja, qualidades habitualmente enaltecidas em qualquer texto entusiástico sobre Albano Franco e familiares. Ademais, há “a necessidade de o lobista ter conhecimentos técnicos na área em que atua, e de política em geral, além de se manter sempre informado dos cenários econômicos, sociais e políticos atuais; tem também que ser cordial e desenvolver boas relações com seus colegas lobistas e tomadores de decisões (NETTO, 2015, p. 54).

O *lobby* do setor industrial está entre os grupos com maior poder de ingerência dentro do Congresso Nacional, CNI e FIESP são dois grandes exemplos destes grupos.

¹⁶ A gestão da ex-premiê foi marcada pelo foco no modelo liberal de economia, além de políticas públicas voltadas para austeridade fiscal, redução de gastos públicos, privatizações e diminuição da atuação de sindicatos no Reino Unido (PODER360, 2023).

Há décadas a capacidade de pressão do *lobby* industrial sobre os governos vem crescendo vertiginosamente. Durante o Estado Novo, o setor atuou no sentido de convencer o Governo Vargas a criar programas e instituições de capacitação técnica e profissional, sob forte alegação da demanda de mão de obra especializada para operar nas indústrias. O resultado da pressão dos grupos de *lobbys* veio com a criação do Sistema S¹⁷ (Sesc, Senai, Sesi e Senac). É válido frisar que, “entidades da indústria, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, também tiveram um papel importante no cenário de aprovação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016” (KADANUS, 2018, n.p).

O tipo de aliança ou relação que o Governo Executivo Federal estabelece com o empresariado brasileiro, a partir de uma forma de governar específica, é fundamental para estabilidade ou instabilidade do regime democrático, e que isso implica em maior ou menor fragmentação do Congresso Nacional e das forças de sustentação do Governo Federal. Segundo Souza (2016), após a eleição de Dilma em 2010, houve um rompimento do governo com a burguesia rentista, o empresariado do sistema financeiro, o que isso foi importante para começar a derrocada dos Governos de Dilma (2011 a 2016) (BORCK, 2018, 79).

Em entrevista à Carta Capital (2021), o ilustrador e sociólogo, Robson Vilalba, autor do livro “Um Grande Acordo Nacional” (2021), aponta a participação direta e efetiva de grupos de pressão ligados ao setor da indústria no processo de *impeachment* golpista contra o Governo Dilma Rousseff (PT), evidenciando que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, presidida por Paulo Antônio Skaf (Republicanos), teve participação de peso no esquema que derrubou o Partido dos Trabalhadores do poder. Nas palavras de Vilalba,

Quando a gente olha pro golpe de 2016, tende a recortar um único evento. Recortamos, por exemplo, a relação de Dilma com o vice-presidente [Michel Temer] ou recortamos a pressão dos movimentos de direita que ocuparam as ruas. As análises que vinham lendo sempre tentavam recortar um único evento que tivesse possibilitado esse ‘*golpichement*’. O que percebi ao longo da apuração foi que esse impeachment fajuto foi desencadeado na verdade por uma série de eventos. Mas, se a gente fosse colocar marco zero, seria 2013. Um pouco antes. Não colocaria assim junho de 2013. Na verdade, 2012. Tem um fato que é o seguinte: em 2012, o governo havia feito um acordo com a Fiesp. E a

¹⁷ De acordo com o Ministério da Educação – MEC, “mantidas com recursos públicos, as entidades que compõem o Sistema S (Sesc, Senai, Sesi e Senac) têm características híbridas. O financiamento e o controle das instituições são públicos, enquanto a gestão e governança são feitas por entidades privadas.

Fiesp não é um personagem que a gente pode negligenciar, lembre-se que ela colocou um pato gigante na Paulista. Esse acordo é chamado de ‘Plano Brasil Maior’, entre centrais sindicais, governos e os patrões, representados pela Fiesp. Esse acordo previa muitas coisas, inclusive que o País teria desemprego zero dentro de poucos anos, controle da tarifa de energia elétrica e em outros termos um controle dos combustíveis. São essas medidas que, ao meu ver, vão dar estofo para que mais tarde seja feito o pedido de impeachment. O que vem em seguida é que o governo de fato seguiu as recomendações daquele grupo com que sentou e acordou em 2012, mas essas recomendações não vão dar certo e esse fato faz com que esse grupo da Fiesp force uma saída golpista (CARTA CAPITAL, 2021).

A chegada de Dilma Rousseff à presidência da República em 2011, ocorreu em um cenário considerado por economistas liberais como promissor. Isso porque, decorridos os dois mandatos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o período passou a ser considerado o ápice do Lulismo e do Petismo, tendo em vista que neste ínterim, o país experimentou significativo avanço econômico, efeito evidenciado com a mitigação da pobreza e da miséria, com a valorização real do salário mínimo, com a redução do número de pessoas desempregadas e com a ampliação do consumo/poder aquisitivo.

Dilma Rousseff foi escolhida por Lula como sua sucessora na presidência da República. No início do seu primeiro governo (2011), a presidenta Dilma Rousseff ainda desfrutava de certo equilíbrio e vigor político, de modo que, em vez de dar continuidade ao projeto conciliador, de um reformismo e de vagarosa integração, típicos dos Governos Lula e conseqüentemente do seu “pacto conservador” (SINGER, 2012), a chefe do executivo federal resolveu por agilizá-lo, movendo o formato de gestão lulista para um modelo mais próximo de um reformismo pujante, contudo sem ultrapassar o limiar da “transformação pelo alto” (SINGER, 2018). Para tal fim, a presidenta, em conjunto com o seu quadro de economistas, liderado pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega, estabelecem e põem em ação um programa político-econômico voltado à retomada da industrialização do país; visando com isso, o aperfeiçoamento e o avanço econômico, o aumento do número de postos de emprego e da renda, através de incentivos e investimentos na produção privada e no aumento das exportações (OLIVEIRA; HERSCOVICI, 2022, p. 3). Neste sentido, Paulani afirma que,

Com uma errônea política de aposta no investimento privado (via desoneração da folha de pagamentos das empresas) e por combinação do relaxamento da

política monetária (redução da taxa de juros para conseguir desvalorizar o câmbio) com aperto fiscal. A ausência de respostas do investimento privado a esses estímulos, o corte efetuado nos investimentos públicos para criar o espaço para as desonerações, o esgotamento dos impulsos derivados do consumo e a continuidade da crise externa – com enorme redução do preço das commodities exportadas pelo país – começaram a produzir resultados muito ruins do ponto de vista do crescimento com taxa de 0,1% em 2014, último ano da primeira gestão Dilma (2016, p. 73).

Viabilizar as exigências pautadas na agenda econômica da elite industrial do país significava contrapor os interesses da parcela do capital financeiro, intervindo imediatamente nos altíssimos lucros dos bancos. Não se resumindo à contração da taxa Selic a um nível histórico, o Governo Dilma Rousseff não só pressionou os bancos da iniciativa privada a diminuírem os juros requeridos nos empréstimos, como expôs por meio de declarações públicas a quebra de braço travada pelo governo e os bancos. Em tom adverso daquele moderado que norteou as gestões do seu antecessor, isto é, do discurso de coalizão dos governos de Lula, a presidenta Dilma Rousseff passou a se contrapor com o poderoso sistema do capital financeiro, no sentido de atenuar o rentismo provocado pela dívida pública e promover as inversões pertinentes às atividades produtivas (OLIVEIRA; HERSCOVICI, 2022, p. 3). Contudo, ainda em conformidade com Oliveira e Herscovici,

à medida que o programa da Nova Matriz era implementado, os empresários industriais, “em lugar de darem apoio, foram progressivamente se afastando do governo, alinhando-se lenta e continuamente ao bloco rentista – como se cada gesto para efetivar o rol de medidas por eles mesmos proposto fizesse crescer o temor do ‘estatismo’, criando desconfiança” (SINGER, 2018, p. 59). Atacada pelo setor financeiro e pelos meios de comunicação em massa, e desprovida do apoio dos empresários industriais, cada vez mais alinhados ao discurso rentista do excesso de intervencionismo e da necessidade de aperto fiscal, Dilma se vê isolada e passa a recuar ponto a ponto, em uma tentativa, sem sucesso, de retomar o diálogo com o empresariado. O abandono definitivo da Nova Matriz veio ainda em 2014, com a saída de Mantega e a escolha do ortodoxo Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, cedendo às pressões pelo ajuste fiscal – em clara contradição com o discurso proferido durante a campanha eleitoral daquele ano. A reorientação do governo, no entanto, não abrandou o cenário político e econômico, e Dilma Rousseff é deposta em agosto de 2016, com amplo apoio de empresários industriais, notadamente da outrora aliada Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. [...] A derrubada de Dilma em 2016, assim, é resultado do esgarçamento dessa aliança política. Para Boito Jr. (2018), o acirramento das contradições no interior da frente neodesenvolvimentista, sobretudo aquelas ligadas ao conflito entre capital e trabalho, levou a burguesia interna a engrossar a ofensiva restauradora do capital estrangeiro e do campo neoliberal. Uma vez rompida a aliança de sustentação, Dilma é incapaz de resistir ao impeachment (2022, p. 4-5).

Como percebe-se, a pressão exercida por grupos empresariais privados organizados, a exemplo dos bancos e indústrias, tiveram papel decisivo no processo que culminou no Golpe de 2016. Uma evidente demonstração de que os grupos de pressão atuam junto aos governos federais, estaduais e municipais de modo a lograr cada vez mais benefícios via políticas públicas de desenvolvimento produtivo e econômico. A influência dessas organizações privadas na administração pública não só tem o poder de decidir aquilo que deve ser posto em prática para dar viabilidade da reprodução do capital, como agem no sentido de pressionar os governantes politicamente. O não atendimento de exigências específicas pode resultar na dissolução de um governo, como observou-se em 1964 e outrossim em 2016. Destarte, “o que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular” (LÖVY, 2016, p. 66). Souza ratifica dizendo,

A presidenta eleita logrou, inclusive, criar popularidade com foro próprio na medida em que até mesmo os setores conservadores da classe média a preferiam, por sua origem de classe menos popular, ao presidente Lula. Confiante na sua recém-conquistada popularidade, a presidenta lançou então sua jogada mais arriscada: romper o acordo rentista que havia possibilitado a relativa tranquilidade do segundo mandato de Lula como presidente. O projeto evocava claramente o sonho secular da esquerda brasileira da procura pela “boa burguesia”. Agora, como sempre, o alvo do amor não correspondido era a burguesia industrial. (SOUZA, 2016, p. 63).

Por essa razão, é apropriado frisar que, o movimento que levou ao *impeachment* questionável que destituiu Dilma Rousseff (PT), contou com uma série de atores/motores para tal fim, sendo a mídia hegemônica um dos mais específicos, assim como a traição de importantes aliados, a exemplo do vice-presidente Michel Temer (PMDB), de parlamentares da base governista e ministros de Estado do governo petista. Não é aqui o propósito apontar todos os pormenores deste evento, todavia cabe algumas exposições que corroboram para o entendimento do desencadeamento do Golpe, bem como para a apreensão das repercussões catastróficas após o *impeachment* em 2016: a retomada incisiva da agenda neoliberal com Michel Temer, o avanço da extrema-direita e com ela o reavivar das ideologias neofascistas, neonazistas, supremacistas e de flerte com a

Ditadura Militar, o engendramento de um cenário político polarizado no país e a funesta eleição (2018) e Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2023).

Na obra, “Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil” (2016), um trabalho coletivo onde reúne diversos artigos escritos por “intelectuais, jornalistas, estudantes, militantes políticos e lutadores democráticos, alguns muito jovens, outros com décadas de jornada” (JINKINGS, 2016, p. 13), nomes como: Armando Boito Junior, Marilena Chaui, Djamila Ribeiro, Ruy Braga, Ciro Gomes, Laerte Coutinho, Guilherme Boulos, Paulo Arantes, Michael Löwy, Leda Maria Paulani, dentre outros, (re)constroem os encadeamentos que levaram Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores ao *impeachment*. Ainda que não comunguem unissonamente dos mesmos pressupostos a respeito da crise política provocada no Brasil, o processo foi encarado de forma unânime pelos autores como um golpe de Estado. Daí a pertinência do título. Para Guilherme Boulos, “o ano de 2016 será lembrado em nossa história por um golpe de Estado. Um golpe sem tanques, como convém aos novos tempos. Tramado nos carpetes do Parlamento (Câmara e Senado), apoiado pela maior parte da imprensa e chancelado pelo Judiciário. Mas, ainda assim, um golpe (2016, 139).

Tempos sombrios estes que vivemos, tempos em que o que há de pior na política depõe a presidente da República para impor a uma nação inteira quase cem anos de retrocesso. Somente um golpe é capaz de conduzir o país a tamanho atraso. Assistimos atônitos, à luz do dia, a movimentos rumo ao desmonte do Estado. Propostas de privatização do patrimônio público e desvinculação constitucional dos gastos sociais obrigatórios visavam instituir um Estado mínimo no Brasil, com todos os prejuízos que isso traz às políticas públicas de proteção social (COSTA, 2016, p. 9).

É importante destacar o papel da mídia hegemônica (a Rede Globo principalmente) no desencadeamento do Golpe de 2016. No decorrer dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), os poderosos veículos de comunicação atuaram como um efetivo mecanismo da elite empresarial no sentido de assolar as imagens dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e das suas gestões. Ao formar e conduzir a opinião pública, criou-se no senso comum da população brasileira, sobretudo da classe média, uma espécie de figura quimérica assombrosa do Partido dos Trabalhadores, conduta (ir)responsável por acirrar as Manifestações de junho e julho de 2013, episódios que, para muitos, foi o estopim do Golpe de 2016. De acordo com Mauro

Lopes em seu artigo de título, “As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático”, ele aponta o seguinte,

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/*Veja*), os Farias (Grupo Folha), e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/*IstoÉ*) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como o Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo Dilma Rousseff, eleito por mais de 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014. A máquina de mídia dessas famílias deixou de fazer jornalismo no termo da palavra – como atividade voltada ao registro e reflexão do cotidiano sobre a realidade para – para tornar uma máquina de propaganda partidária. Essa condição foi admitida e antecipada em 2010 por Maria Judith Brito, presidenta da Associação Nacional de Jornalismo (ANJ), em entrevista ao jornal *O Globo*. Na ocasião, a executiva do Grupo Folha afirmou textualmente que “esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”. Foi o que fez algumas dessas famílias (os Marinhos e os Mesquita, por exemplo) já haviam feito para derrubar o governo João Goulart em 1964. E, antes disso, em 1954, contra Getúlio Vargas. É espantosa a simetria discursiva das máquinas de propaganda na ofensiva contra Goulart e Dilma (LOPES, 2016, p. 120).

Desde a sua chegada à Presidência da República (primeira mulher eleita Presidenta do Brasil, é importante ressaltar), Dilma Rousseff, juntamente com o seu partido, foram sendo desidratados, principalmente em decorrência das traições dos seus aliados dissidentes (de bancadas da esquerda à direita, típico dos Governos de coalizão do PT) que, juntamente com ministros e o vice-presidente, Michel Temer, arquitetaram e executaram o golpe a toque de caixa. Porém, a mídia hegemônica não tratou dessa forma (perseguição, traição, golpe), pelo contrário, reforçou cada vez mais a retórica de que a presidenta cometeu ato de improbidade administrativa por meio de pedaladas fiscais. Apesar de que, “reza o capítulo da comunicação social que é proibido ao concessionário de canais de rádio e TV partidarizar seus noticiários. Manipular e distorcer fatos para promover suas preferências ideológicas específicas” (MORAES, 2019, p. 52). Isso tudo sem falar do movimento antipetismo (o “ódio ao PT”) catapultado pelos veículos de comunicação de massa, principalmente após as eleições de 2014, quando Dilma derrotou o tucano Aécio Neves no segundo turno, e este não aceitou sua derrota nas urnas. Ou seja, mais um aceno à classe média e aos movimentos antipetistas (como foram as manifestações de 2013) para acossar, deslegitimar e enfraquecer o Governo Dilma

Rousseff e o Partido dos Trabalhadores. Condutas que tiveram como desfecho, a derrubada da chefe do Poder Executivo Federal via processo de *impeachment*, isto é, a cortina de fumaça que camuflou o golpe contra a democracia brasileira em 2016.

Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência de renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo relativos à alimentação, saúde, educação e moradia, à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e os primeiros passos de uma reforma agrária que permite às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos. Os programas sociais determinaram mudanças profundas nos costumes (particularmente no que se refere às mulheres e aos jovens), operando transformações no plano da cultura, isto é, dos valores simbólicos (CHAUI, 2016, p. 15).

Essas transformações socioeconômicas promovidas pelas políticas públicas de caráter social, elevaram a renda dos mais pobres que, de acordo com o Instituto Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, entre os anos de 2003 e 2011, a classe C brasileira saiu de 65,8 milhões para mais de 105 milhões de pessoas. Contudo, ao passo que houve avanços expressivos na melhoria da situação econômica da população, houve da mesma forma o aumento significativo de pessoas adversas à relevância do Estado como instrumento promotor de oportunidades e garantias sociais. Noutras palavras, ignorando a importância das políticas de promoção do bem-estar social promovidas pelos Governos Lula e Dilma. Ou seja, resultado da bem-sucedida cooptação ideológica realizada pela classe dominante através do aparato midiático corporativo. Isso significa que, grande parte dessas pessoas que teve uma pequena ascensão econômica, ao fazer parte da “nova classe média” brasileira, tomou como igualmente seus, os princípios político-econômicos individualistas capitalistas da elite brasileira, logo, passando atuar como defensores assíduos do *impeachment* contra Dilma Rousseff e o seu partido. Por este entendimento, Chauí corrobora ratificando que,

Uma classe social não é um *dado* fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma *práxis*, um fazer histórico. Se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro

sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil. E é exatamente por isso também que a classe média coloca uma questão de enorme relevância para nós, como atesta sua participação majoritária nas manifestações de 2016 em favor do golpe de Estado. Estando fora do núcleo definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o Estado (que pertence à classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso a coloca numa posição que a define não somente por sua posição econômico-política, mas sobretudo por seu lugar ideológico – e este tende a ser contraditório. [...] As manifestações de 2016 evidenciaram as divisões políticas que atravessam a nova classe trabalhadora quando parte dela acompanhou a classe média, que encorajada e empurrada pelos meios de comunicação de massa e partidos políticos de oposição, ergueu sua tradicional bandeira de luta contra a corrupção política e em favor de um golpe de Estado para restaurar “a ordem e o progresso”. E o fez com uma violência, um ressentimento e um desejo sombrio de vingança não encontrados nem mesmo nas Marchas pela Família que encabeçaram o golpe de 1964 (2016, p. 19-22).

O golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, armadilha arquitetada por militares juntamente com a elite industrial e midiática para tomar o poder, foi enganosamente comparado a uma “revolução”. Os golpistas não aceitam que o fato ocorrido tratou-se de um golpe, e, mais uma vez, não admitem que o simulacro do *impeachment* para escamotear a ilegalidade que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, eleita por vias democráticas, foi “um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como ilícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras”, ou seja, um golpe. (JINKINGS, 2016, p. 11).

Albano Franco ao ser questionado se via Michel Temer como golpista, por ter conspirado juntamente com outros agentes da política na arquitetura do golpe contra Dilma Rousseff, o ex-governador respondeu o seguinte, “de forma alguma. Pelo contrário. Chegou lá democraticamente, dentro da legislação, eleição direta como vice-presidente da República homologado depois pelo Congresso sem problemas. O *impeachment* foi legal”. Questionado sobre a baixa popularidade do aliado, que não ultrapassou os 8% de aprovação, ele respondeu que não saberia justificar, lamentando o fato, e que isso era culpa da mídia. “Ele [Michel Temer] tem feito muito esforço com o Congresso Nacional, com muita habilidade e paciência para aprovar as reformas”. Em mais uma interpelação, dessa vez a respeito das chances do emedebista em uma improvável reeleição em 2018, Albano Franco frisou que tinha dúvidas, mas que Temer deixaria seu legado em “serviços

prestados ao Brasil e com reformas que eram fundamentais para o desenvolvimento do país” (LIMA, 2018, n.p).

No ano de 2020, ao participar de uma convenção corporativa realizada pelo Lide Sergipe (Grupo de Líderes Empresariais de Sergipe), onde estiveram presentes o ex-governador Albano Franco (presidente do Conselho do Lide) e o empresário Fernando Franco, com um discurso típico das reuniões de negócios do capital privado, o ex-presidente afirmou que a década 2021-2030, corresponde a um período favorável à abertura comercial do Brasil para o mundo. Contudo, segundo Temer, para que isso possa ser viável, é necessário seguir normativas, o que significa, a destinação de recursos públicos para promover projetos exclusivos da classe empresarial, para que desta forma, a iniciativa privada tenha maior credibilidade no exterior.

Com efeito, as políticas públicas de desenvolvimento econômico são, via de regra, legisladas e executadas (pelos representantes políticos dos grupos privados) conforme os interesses do setor econômico-financeiro. Assim, o Estado tem o seu papel (re)definido, deixando de atender as reivindicações do corpo social e, contraditoriamente, passa a atuar como aparato responsável por estabelecer e oferecer as condições necessárias à reprodução do capital. Para além,

É preciso ter no horizonte que as políticas públicas que representam ganhos para a classe trabalhadora, muitas vezes possuem a função de manter a hegemonia da classe dominante por meio da difusão da ideologia dominante, através da expansão do capitalismo, através da abertura de novos mercados ou expansão do mercado consumidor (FILHO, 2015, p. 228).

Por certo, o discurso neoliberal de Michel Temer (Figura 28), idêntico ao de Albano Franco e família, não traduz os anseios socioeconômicos da população em sua totalidade, mas sim, as ambições de grupos seletos que, através do Estado/máquina pública, promovem seus empreendimentos privados, ampliam as estruturas de exploração da força de trabalho e, com isso, acumulam cada vez mais riquezas. Contudo, de forma contraditória, tal comportamento de alinhamento entre o Estado e os agentes do mercado econômico-financeiro é, insistentemente, justificada pela saturada retórica de desenvolvimento da economia, desenvolvimento esse, que tem em sua essência o contraditório e inevitável aumento das desigualdades sociais.

FIGURA 28
Albano Franco e Michel Temer unidos pelos Ideais Neoliberais



Fonte: JLPolítica&Negócio, 2018.

Michel Temer (na condição de presidente da República) e Albano Franco em solenidade organizada pelo empresário em maio de 2018, no Distrito Federal.

As próprias palavras de Michel Temer, além de expressar seu caráter neoliberal, revelam a essência intrínseca do Estado capitalista, ou seja, a complacência com a classe empresarial. Para Temer, assim como para os demais representantes políticos do patronato, o Estado deve oferecer bases jurídicas que resguardecam e facilitem os interesses da iniciativa privada. Na reunião executiva do Grupo Lide Sergipe, Temer afirmou que “nós temos é que abrir mercado e o Blairo Maggi (ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) fez isso em meu governo”. [...] Michel Temer defendeu, também, que é importante trazer investimentos estrangeiros para o país. “Esse pessoal quer investir no Brasil e precisa de segurança jurídica” (GARCIA, 2020, n.p).

No período em que esteve no poder (2016-2018), Michel Temer, em conchavo com os aliados dos partidos algozes do golpe (principalmente do PSDB, PMDB e DEM), na Câmara Federal e no Senado, colocaram em pauta e aprovaram, medidas que significaram a paralisação dos avanços sociais alcançados com os governos do Partido do Trabalhadores, e a extinção de direitos conquistados pela classe trabalhadora nos 13

anos de duração dos governos petistas (2003-2016). Tratou-se de um Governo orientado à reestruturação das políticas neoliberais no país, isso não quer dizer os Governos Lula e Dilma não favoreceram à iniciativa privada, todavia, a austeridade das ações políticas que beneficiaram o empresariado executadas durante o curto governo de Michel Temer (de pouco mais de 2 anos), foram consideradas ainda mais custosas à população brasileira do que até mesmo aquelas implementadas por Collor, Itamar Franco e FHC nos anos de 1990. Conforme Paulani (2016),

O programa que seria implementado, caso fosse bem-sucedido a manobra para derrubar Dilma, já estava pronto e dado a público desde outubro de 2015. Tratava-se de *Uma ponte para o futuro*, documento programático produzido pelo PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer. A essência do documento é o resgate pleno de agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomado o processo de privatizações, relativamente brecado nas gestões de Lula e Dilma. Mas essa *Ponte*, agora em construção pelo golpista Temer e com auxílio dos Tucanos, não mira apenas os programas sociais e políticas públicas petistas. Ele busca principalmente destruir a Constituição de 1988 e os direitos sociais que ela garante. Sob o pretexto de que “um novo regime fiscal requer um novo regime orçamentário”, o pretexto de Temer fala claramente em acabar com a obrigatoriedade constitucional dos gastos com educação e saúde, o que significa menos escolas e creches e menos verbas para as universidades públicas e para a valorização dos professores em todos os níveis. Significa também a impossibilidade de terminar e aprimorar a construção do SUS, o fundamental civilizatório Sistema Único de Saúde do Brasil [o ministro da saúde de Temer, Ricardo Barros do Partido Progressista, chegou a dizer, aliás, num arroubo de sinceridade, que o SUS não pode ser para todos] (PAULANI, 2016, p. 74).

Destarte, corroborando com os pressupostos acertadamente e de antemão apontados por Paulani, Bruno André Blume, da Agência de Notícias Politize (2017) afirma que, “desde seu período como interino, Temer apresentou diversos projetos controversos à sociedade brasileira, que tocam em assuntos de grande relevância para o futuro da nação”. Medidas¹⁸ como o Teto de Gastos Públicos, a Reforma do Ensino Médio, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista foram as mais emblemáticas do (des)governo de Michel Temer.

Desde os primeiros dias, Temer e sua equipe econômica, comandada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tomaram providências em relação ao

¹⁸ Teto de Gastos Públicos, Emenda Constitucional de nº 95/2016. Reforma do Ensino Médio, Lei de nº 13.415/2017. Reforma da Previdência, Emenda Constitucional de nº 13.11.2019. Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017.

orçamento público, que apresentou déficit em 2015 e fechou 2016 com rombo ainda maior. A solução adotada foi controlar radicalmente a despesa, estabelecendo um limite para o crescimento dos gastos. Aprovada em dezembro de 2016, a PEC 55 congela os gastos do governo por 20 anos, uma vez que limita seu aumento apenas à inflação. A medida foi amplamente criticada por entidades da sociedade civil que entendem que a medida representará perda de recursos para áreas prioritárias como a saúde e a educação. Logo em seu primeiro mês como presidente oficialmente empossado, em setembro, Temer publicou uma medida provisória que promovia uma reforma no ensino médio brasileiro. A proposta de Temer novamente gerou polêmica tanto pelo teor das medidas, quanto pelo fato de ter sido apresentada via medida provisória (ou seja, já tinha força de lei assim que foi publicada). Um dos pontos mais criticados é o fato de que as escolas não precisarão oferecer todos os itinerários formativos, o que pode limitar a escolha dos estudantes. A reforma da previdência revelou-se um dos maiores desafios do governo Temer. Apresentada em dezembro, a proposta do governo tornava muito mais rigorosas as condições para o trabalhador brasileiro se aposentar. Idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, tempo mínimo de contribuição de 25 anos e 49 anos de contribuição para receber o benefício integral foram algumas das medidas apresentadas pelo governo. Outra medida muito controversa do governo Temer é a reforma trabalhista. Ao contrário da reforma da previdência, cujas medidas iniciais foram relaxadas no Congresso, as medidas originais da trabalhista foram ampliadas pelo relator [Rogério Marinho do PSDB/RN] na Câmara. [O projeto da Reforma Trabalhista foi aprovado na Câmara Federal, por 296 votos a 177 e no Senado, por 50 votos a 26] (BLUME, 2017, n.p).

O governo de Michel Temer (2016-2018), apesar de transcorrido num período de menos de dois anos, representou um momento de duras perdas de direitos sociais, especialmente para os trabalhadores, tendo em vista os efeitos desastrosos da Reforma Trabalhista. Todavia, de modo contrário, para o patronato industrial, o ínterim mostrou-se substancialmente favorável ao engendramento políticas de Estado inclinadas às exigências do setor. Fato destacado com entusiasmo pela Agência de Notícias da Indústria (2019), dias após o término da adversa gestão do emedebista. De acordo com o site oficial da referida agência, Michel Temer atendeu um terço das exigências feitas pela Confederação Nacional da Indústria – CNI por meio da sua agenda (neoliberal) de governo. Para os patrões do setor, as medidas implementadas durante a Gestão Temer, por “sugestão” da CNI, foi responsável por “tirar o Brasil da Crise e melhorar o ambiente de negócio”. Ambiente este, por seu turno, extremamente desvantajoso à classe trabalhadora, sobretudo no tocante aos direitos trabalhistas e ao poder de negociação com os empregadores.

Para os empresários, conforme publicados pela Revista Indústria Brasileira e pela Agência CNI de Notícias (2019), seriam necessários determinados “avanços da agenda” do país para uma improvável contraposição à “crise” econômica no país:

Convalidação dos incentivos fiscais do ICMS – O projeto foi aprovado e o processo vem sendo conduzido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). **Negociação coletiva** – Foi aprovada a Lei nº 13.467/2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e define que a conveniência coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em diversos temas. **Regulamentação da terceirização** – Em 2017 foram aprovadas as Leis nº 13.429 e nº 13.467, que, conjuntamente, permitem a terceirização ampla e irrestrita das atividades das empresas. **Revisão do regime de partilha de óleo e gás** – à sanção da Lei nº 13.365, em novembro de 2016, retirou a obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única e possuir 30% nos consórcios. **Regulamentação do Código Nacional de CT&I** – Em 7 de fevereiro de 2018 foi regulamentado o marco legal de inovação, Lei nº 13.243/2016, por meio do Decreto nº 9.282 (CNI, 2019, n.p).

Contudo, a execução dessas medidas mostraram-se ineficientes e irrisórias ao que se propunham, especialmente no que tange à geração de novos postos de trabalho. Conforme o jornalista Juca Guimarães, colaborador do site de notícias Brasil de Fato (2018), Michel Temer apresentou como meta de sua agenda de governo, ainda em 2016, gerar cerca de 2 milhões de novos empregos, entretanto, ao final de 2018, o cálculo não chegou a atingir sequer um quarto do anunciado.

Com a falsa promessa de ser uma “vacina” contra a diminuição da oferta de vagas, **a proposta de reforma atendeu a interesses do mercado financeiro e dos empresários**, segundo o analista político Marcos Verlaine, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). “Essa tentativa de alterar a CLT vem de muito tempo. Não é uma coisa recente. Entretanto, desde a redemocratização, os empresários e o mercado não conseguiram reunir os elementos para aprovar a mudança, que seriam: uma bancada no Congresso com esse objetivo, força política na sociedade brasileira e uma dificuldade do movimento sindical de resistir”, disse Verlaine. **Para enfraquecer os sindicatos, a reforma atacou a fonte de financiamento das entidades. “Houve uma queda de mais ou menos de 80% da arrecadação dos sindicatos com o fim da contribuição obrigatória. Isso desequilibrou bastante as negociações”, afirmou.** As mudanças aprovadas, segundo Verlaine, **alteraram radicalmente as características da CLT e abriram espaço para a precarização dos empregos. “Sai a consolidação das leis do trabalho e entra a consolidação das leis de mercado. A legislação vigente privilegia o patrão e o mercado em detrimento do trabalhador”, resumiu o analista político.** A criação de novas modalidades de contratação, com flexibilização aguda dos direitos trabalhistas, salários menores e pouca margem para negociação, dão a tônica da reforma. **A reforma trabalhista contribuiu ainda para ampliar os impactos da crise econômica, o que atrapalha qualquer perspectiva de**

retomada do crescimento da atividade econômica, segundo a economista Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais de Economia de Trabalho da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (GUIMARÃES, 2018, n.p.).

Em entrevista ao jornalista Roberto de Martin, da Carta Capital (2022), o advogado trabalhista Eduardo Surian Matias, falou a respeito das contradições intrínsecas à reforma trabalhista aprovada em 2017, durante o Governo Temer, destacando suas consequências nocivas aos direitos dos trabalhadores. O jurista destacou ainda, as demais alterações sofridas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos últimos anos após a medida. Em conformidade com Martin, Eduardo Surian “alerta que o país tem sido vítima de uma agenda neoliberal que impõe um conjunto de mecanismos que impactam de forma fatal à Justiça do Trabalho, mas de uma forma geral toda a economia e sistema de solidariedade da previdência social” (2022, n.p). Ao ser indagado o que significou na prática o efeito da reforma trabalhista, a resposta de Eduardo Surian foi categórica.

Foi avassalador, porque praticamente a CLT inteira foi devastada. Eu diria que o Congresso se aproveitou, sim, disso, mas, fundamentalmente, quem se aproveitou mais foi a elite brasileira, que mistura capital, setores hegemônicos do capital, setores conservadores da Justiça do Trabalho, setores conservadores da própria advocacia, entre outros. E o Judiciário, por meio de um argumento que eu considero tosco, alegou que a reforma era necessária pois havia um excesso no número de reclamações trabalhistas. Ora, a Justiça é feita para ter processo. Se tem muito processo é porque tem muito direito não sendo respeitado (MARTIN, 2022, n.p).

Em virtude do retrocesso perpetrado após o golpe contra Dilma Rousseff (PT), sobretudo com a retomada das políticas neoliberalizantes com Michel Temer no poder, o seu desastroso governo neoliberal não foi poupado de críticas, provenientes dos mais diversos segmentos da sociedade. Desde importantes manifestações populares nas ruas, comandadas por frentes sindicais e estudantis, movimentos sociais (MST e MTST por exemplo), organizações dos povos indígenas, e de pessoas pretas e LGBTQIA+, que juntos gritaram – FORA TEMER! – até mesmo protestos artísticos-culturais, como os vistos em escolas de samba nos desfiles do carnaval de 2018, com destaque para a Paraíso da Tuiuti (Figuras 29, 30, 31 e 32). Conforme o Sindmetp (2018), “o Desfile da

Tuiuti teve Pato da Fiesp e Temer Vampirão. A escola do Rio usou o sambódromo para protestar contra a marginalização do povo negro escravizado, os ataques aos direitos da população e denunciou ao mundo o golpe que levou Temer ao poder”.

Manifestação contra o Governo Neoliberal de Michel Temer em desfile da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti em 2018

FIGURA 29



Fonte: DCM – 2018.
“O vampiro neoliberal”. Crítica em alusão ao presidente Michel Temer e ao seu Governo feita pela Escola de Samba Paraíso do Tuiuti, no Carnaval de 2018.

FIGURA 30



Fonte: sindmetp – 2018.
Ala Guerreiro da CLT desfile da Escola de Paraíso do Tuiuti, em 2018.

FIGURA 31



Fonte: PT – 2018.
O Fora Temer na Sapucaí.

FIGURA 32



Fonte: sindmetp – 2018.
“Ala dos patos da Fiesp, manipulados (representando os meios de comunicação) batendo panelas”.

De fato, com o controverso processo de *impeachment* que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016, as repercussões deste evento (arquitetado por múltiplos

intermediadores: grupos representantes do patronato industrial, mídia hegemônica e políticos corruptos) têm sido catastróficas à democracia e à sociedade brasileira. Com o Governo neoliberal de Michel Temer, houve o desmonte dos direitos e a interrupção dos avanços socioeconômicos que vinham sendo conquistados pela classe trabalhadora nos últimos 13 anos (2003-2016) com os Governos progressistas do Partido dos Trabalhadores. Além disso, “destampou-se o caldeirão dos ressentimentos, que desaguou numa política deliberada de ódios e polarizações” (Schwarcz, 2019, p. 217). Consequentemente, houve a idealização/produção neofacista de um “mito”, “salvador da pátria” e da sua ascensão ao poder, isto é, no fanatismo à figura e eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

A obra, “O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil” (2018), importante coletânea de estudos acerca da dinâmica “das direitas” no país, traduz e problematiza a atuação e as repercussões destas dentro do atual cenário político brasileiro, especialmente no tocante à participação e ingerência dialética nas manifestações de 2013, no processo (golpista) do *impeachment* contra Dilma Rousseff e na ascensão do Bolsonarismo.

Em 2015 o Brasil “descobriu”, surpreso, que havia uma direita militante e aguerrida no país, que saiu às ruas, perdeu a vergonha de mostrar-se e, no processo do golpe de Estado contra Dilma Rousseff, passou a hegemonizar a imprensa, as redes sociais e a agenda política e dos temas morais no país. Foi um choque. Ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atrapalhado, e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas. “Direitas”, “novas direitas”, “onda conservadora”, “fascismo” [“nazismo”] e “reacionarismo” ...Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacional e internacional de hoje [2018]: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas (GALLEGO, 2018, p. 9-11).

Segundo Miguel (2018), durante os períodos dos governos do Partido dos Trabalhadores, foram marcados por dois eminentes fatos correspondentes: a definição do PSDB como principal liderança da direita no país e o entendimento desta direita de que era possível radicalizar sua retórica. Contudo, para Miguel, o termo direita, no seu sentido *stricto sensu*, necessita ser reconsiderado. Isso porque, no contexto político atual brasileiro, há uma coalizão de facções distintas, “cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Os setores mais extremos incluem três

vertentes principais, que são o libertarianismo, o fundamento religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo” (MIGUEL, 2018, p. 18).

Há um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de nova direita, na qual misturam-se ideias do conservadorismo, do libertarianismo, e do reacionarismo. A essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo. Isso não quer dizer que as pessoas que se interessam pelas ideias da nova direita sejam necessariamente simpáticas a ideias de segregação e ou supremacia racial, nazistas ou fascistas. O problema, mais complicado, é que essas ideias circulam sem oposição nos meios da nova direita, frequentemente defendidas sob a justificativa da liberdade de expressão. [...] Uma direita disposta a tanta ruptura e que usa uma linguagem muitas vezes (contra) revolucionária, transgressora ou insurrecionista poderia ser considerada uma ameaça ou incômodo à ordem estabelecida, ao capitalismo moderno. No entanto, o ataque às instituições e à ordem estabelecida muitas vezes tem como objetivo justamente a remoção de barreiras ao poder corporativo, inspirado na versão anglo-saxã do conservadorismo cultural misturado ao liberalismo econômico (CARAPANÃ, 2018, p.34).

Destarte, percebe-se que o engendramento da conjuntura política anti-PT, promovida pela mídia hegemônica, juntamente com outros segmentos empresariais e partidos da direita, viabilizaram e incentivaram a exacerbação dos discursos de ódio: do racismo, da misoginia, do ataque aos povos indígenas, da homofobia e da transfobia, da intolerância religiosa, da xenofobia e aporofobia (aversão ao pobre nordestino), do desrespeito com o dissenso político dada crescente polarização e, sobretudo, do saudosismo e culto à Ditadura Militar. Este movimento e cenário de radicalização, possibilitou o ressurgir da extrema-direita, fora da cena política desde o fim da Ditadura Militar em 1985 (JINKINGS, 2016; SCHWARCZ, 2019).

A direita moderada/conservadora brasileira (PSDB e DEM, principalmente) que, outrora valia-se de retóricas dissimuladas, mantedoras das aparências que lhe outorgava o exclusivismo enquanto oposição da esquerda, no ápice da sua cólera e egoísmo, em asfixia em virtude do avanço da extrema-direita foi, paulatinamente, cedendo espaço para os radicais. Serviu de barriga de aluguel para a extrema-direita, isto é, pariu o “mito” – Jair Messias Bolsonaro, filhote da Ditadura Militar.

A respeito da perigosa e idolatrada figura (neo)fascista do *mito*, na obra de Leandro Konder, “Introdução ao Fascismo”, lê-se o seguinte. “Criamos o nosso mito. O mito é uma fé, uma paixão. Não é preciso que seja realidade. [...] O nosso mito é a nação, o nosso

mito é a grandeza da nação” (1979, p. 11). Além disso, o cientista político destaca um importante entendimento a respeito dos métodos de difusão do “fascismo clássico” durante os anos de 1920 e 1930, dispositivos observados ainda nos dias atuais com o neofascismo e o seu hodierno formato propagandista – as *fakenews*. Este tipo de notícia, falsa, sem compromisso com seus efeitos funestos, é utilizada de forma massiva pelos radicais da extrema-direita, e foram efetivamente manipuladas e utilizadas para promover a figura política de Jair Messias Bolsonaro antes, durante e depois da sua eleição ao Executivo Federal. Fato lamentável, o qual desencadeou danos irreversíveis à sociedade brasileira.

O fascismo foi o primeiro movimento conservador que, com seu pragmatismo radical, serviu-se de métodos modernos de propaganda, sistematicamente, explorando as possibilidades que começavam a ser criadas por aquilo que viria a ser chamado de sociedade de massas de consumo dirigido (KONDER, 1979, p. 17).

À vista disso, o apogeu de Bolsonaro e do Bolsonarismo no Brasil é compreendido por alguns estudiosos como o resultado do estrangulamento da democracia brasileira concretizado através do Golpe contra o Governo Dilma Rousseff (PT). Os desdobramentos do *impeachment* fraudulento efetuado em 2016, trouxeram uma série de consequências desastrosas à população brasileira, observadas e sentidas todos os dias, sobretudo pela massa trabalhadora (GALLEGO, 2018). Por este entendimento, de acordo com Cleto, no texto, “O triunfo da antipolítica”,

o afastamento de um governo profundamente manchado pela corrupção para dar lugar a outro em condições ainda mais comprometedoras tende a estimular o sentimento de rejeição à política institucional, fortalecendo em seu interior personagens da direita mais reacionária. Na pesquisa Datafolha de 9 de abril de 2016, última antes da votação pela admissibilidade do impeachment pela Câmara, Jair Bolsonaro, atualmente o maior representante da antipolítica nacional, tinha 8% das intenções de voto em dois dos cenários simulados pelo instituto. Entre os mais ricos, o deputado fascista é o primeiro colocado em todas as projeções. Bolsonaro passou a receber boa parte dos votos antes depositados aos tucanos. Implicado na Lava Jato, Aécio Neves despencou. Geraldo Alckimin ainda não emplacou como figura de projeção nacional. E ficou muito difícil para o PSDB, principal alternativa da oposição ao PT, explicar a participação num governo que ele mesmo tentava, até ontem, derrubar na justiça (CLETO, 2016, 48).

A eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 trouxe à tona um questionamento oportuno para toda a nação brasileira. Quais são os limites da democracia? Bolsonaro no poder significa um retrocesso nunca antes visto na história do Brasil. Um político sem qualquer diplomacia e sem o menor respeito à democracia e às instituições que zelam por ela. Não se deve esquecer que Bolsonaro ao pronunciar-se e votar a favor do *impeachment* contra Dilma Rousseff na Câmara Federal, exaltou a memória do seu torturador, o coronel Carlos Brilhante Ustra, durante a Ditadura Militar. Bolsonaro sempre demonstrou indiscriminadamente o seu caráter antidemocrático, autoritário e desumano. Ele nunca esboçou nenhuma competência enquanto homem público (parlamentar), haja vista, durante os 28 anos em que esteve como deputado federal (pelo Rio de Janeiro), conseguiu aprovar apenas 2 projetos de lei.

No que tange à relação dos Franco com o Governo de Jair Messias Bolsonaro, como já foi destacado anteriormente, nunca foi um problema para eles estabelecer relação com figuras como Bolsonaro, vale lembrar que Augusto do Prado Franco foi governador biônico de Sergipe durante a Ditadura Militar, ou seja, o empresário foi escolhido para ser o chefe do executivo sergipano por Ernesto Geisel, em 1978. Não se pode esquecer também do caráter oportunista dos integrantes desta família, tendo em vista que integraram e apoiaram diversos governos, da esquerda à extrema-direita como forma de se manterem integrados ao poder. Para os Franco, o que importa são os benefícios, os lucros provindos através do uso da máquina pública. Portanto, a distinção entre o democrático e o antidemocrático jamais foi uma prática trivial deles. Com Bolsonaro no poder, à frente de uma gestão norteadada por princípios (ultra)neoliberais, disposto a entregar o país nas mãos da iniciativa privada, ao grande capital nacional e internacional; não demoraria muito o alinhamento dos Franco a ele, fato que ocorreu publicamente logo após o resultado das eleições de 2018.

Em 2019, no jornal impresso da família Franco, ou seja, o Jornal da Cidade (de Marcos Franco e Osvaldo Franco), uma reportagem, de título, “Albano Franco participa de reunião com Jair Bolsonaro”, destacou de forma apologética a cordialidade entre Jair Messias Bolsonaro e Albano do Prado Franco durante convenção da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Esse alinhamento entre público e privado, disfarçado de camaradagem despretensiosa, dão pistas do quanto o *lobby* da indústria teve seus

interesses atendidos e lucrou, mediante intervenção do Estado durante o Governo Bolsonaro (2019-2023).

O empresário Albano Franco foi surpreendido pelo presidente Jair Bolsonaro, em Brasília, durante reunião com cerca de 650 empresários na Confederação Nacional da Indústria. No pronunciamento em que disse que pretende trabalhar junto com a indústria pelo futuro do país e assegurou que “temos os meios para mudar o Brasil”, o presidente Bolsonaro dirigiu saudação especial ao ex-governador de Sergipe. Ele ressaltou que Albano fez excelente gestão à frente da CNI e muito contribuiu para o desenvolvimento econômico do Brasil. Bolsonaro foi homenageado com o Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial, a mais alta condecoração da CNI. (JORNAL DA CIDADE, 2019, n.p).

Em uma das corriqueiras entrevistas concedidas ao portal de notícias JL Notícias & Negócio (2020), Albano Franco (Figura 33) ao ser questionado a respeito do seu posicionamento no que tange ao governo de Jair Messias Bolsonaro, sua resposta foi caricata, refletindo a resignação de quem tem tudo a ganhar e nada a perder com Bolsonaro no poder. Conforme Albano Franco,

FIGURA 33
O empresário e ex-governador de Sergipe, Albano do Prado Franco
com o então presidente Jair Messias Bolsonaro na Confederação
Nacional da Indústria – CNI



O prestígio do nome Franco sendo mais uma vez utilizado em favor dos interesses da família.

Fonte: JLPolítica&Negócio – 2020.

Vejo [Bolsonaro] com erros e acertos. Mas ele tem, ainda, uma imagem popular muito boa. De vez em quando ele diz algumas frases que desagradam a imagem dele, mas Bolsonaro é um homem que eu admiro e respeito. E, além do mais, quando ele foi certa vez na CNI, com cerca de 600 empresários presentes, para uma visita, ele me fez um elogio particular. Ele disse: Albano sempre lutou pelo desenvolvimento do Brasil. Eu tenho tudo filmado e gravado (LIMA, 2020, n.p).

Este relato particular de Albano Franco acerca do seu posicionamento quanto ao Governo Bolsonaro, ainda que efusivo, cabe algumas considerações pertinentes. De imediato, evidencia-se o caráter complacente do empresário com a figura ambígua, duvidosa e imprecisa de Jair Messias Bolsonaro. Além deste fato, expressa a assiduidade do ex-governador nas conferências realizadas pela Confederação Nacional da Indústria – CNI junto aos governantes do país, prática que, por si só, manifesta a influência inabalável dos membros da família Franco perante o *lobby* do setor industrial. E ainda, ratifica a harmônica (todavia, custosa aos cofres públicos) coalizão entre o presidente Bolsonaro e a elite da indústria brasileira; estirpe que tem em Sergipe os Franco como seus mais emblemáticos representantes.

Como já destacado por mais de uma vez, os Franco assenhoram há décadas um forte poder de atuação e de influência dentro dos espaços de decisões políticas e econômicas. Um desses ambientes, onde os membros desta família dispõem de grande credibilidade, é sem dúvidas a Confederação Nacional da Indústria – CNI. Vale lembra que a mesma foi por anos presidida por ninguém menos que Albano do Prado Franco. A CNI é, enquanto entidade representativa dos interesses do patronato industrial brasileiro, um dos grupos de pressão de maior potencial de imposição de pautas específicas sobre as agendas de governo; e quando se trata de uma administração propícia como foi a do presidente Jair Messias Bolsonaro, isto é, (ultra)neoliberal, a CNI não atuou enquanto grupo de pressão, antes sim, como círculo aliado.

Uma contrapartida do alinhamento dos Franco ao Governo Bolsonaro (2019-2023), veio por meio das tradicionais políticas de Estado de apoio à iniciativa privada. Pode-se exemplificar, o Programa Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, criado pelo Governo Federal para fomentar o setor sucroalcooleiro durante a pandemia. De acordo com a *hub Brasil 61* (2020), o Programa

de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro – PASS, teve como objetivo amparar indústrias deste setor no decorrer da pandemia através do programa de crédito direcionado para o capital de giro, ligado ao armazenamento dos produtos. Com dotação de R\$1,5 bilhão, a medida disponibilizou crédito entre 10 e 200 milhões de reais, com limites de 50% do valor do financiamento, acessível a empreendimentos, cooperativas e empresários individuais com receita operacional bruta igual ou superior a 300 milhões de reais. A contraparte das empresas seria a manutenção dos trabalhadores em seus postos de serviços, algo bem trivial diante da grandeza do investimento do feito pelo Estado no setor (ARABI, 2020, n.p).

Vale trazer aqui outras breves colocações apresentadas na matéria assinada pela jornalista Jalila Arabi, trazida pela Brasil 61 (2020), a respeito deste programa de beneficência do setor canavieiro durante a pandemia do *Corona Virus* (2020-2022), que reforçam o entendimento de que o conveniente alinhamento da camada empresarial junto ao Governo Bolsonaro, deu-se sobretudo por tratar-se de uma gestão voltada a fazer do aparato do Estado, instrumento de proteção e de fomentação da reprodução dos lucros do capital privado industrial. No artigo há as seguintes alusões

Em nota, a assessoria do BNDES afirma que o PASS é importante “por ser um instrumento para auxiliar os produtores de etanol a enfrentarem a queda na demanda por gasolina e etanol, causada pelas medidas de isolamento social.” Segundo a entidade, é nesta época que ocorre o início da safra de cana-de-açúcar e, em consequência, o aumento da oferta de etanol, principal produto das usinas sucroenergéticas. “Desta forma, o objetivo do programa é possibilitar o produtor a manter seu etanol estocado por mais tempo, aguardando o momento em que a oferta (elevada) e a demanda (retraída) se equilibrem novamente. Para isso, o financiamento possibilita ao produtor realizar a venda em um momento futuro. É importante que o combustível esteja armazenado, pois o comportamento da demanda está indefinido no curto prazo”, continua a nota. Sobre um balanço de quantas empresas já aderiram ao financiamento, o BNDES declarou que “está em contato com empresas e agentes financeiros repassadores, já que o programa pode ser operado diretamente ou por meio desses bancos parceiros. Até o momento, as operações ainda estão em etapa de análise.” (ARABI, 2020, n.p).

Perante o exposto, a interpretação que se tem é que, a estreita relação do capital privado (com destaque para o setor industrial) com o Estado, manifesta a magnitude do poder de pressão e de negociação que determinados grupos de interesses específicos têm perante os gestores públicos. Por se tratar de um *lobby* constituído pela nata

empresarial da indústria (homens poderosos, donos de grandes fortunas), este círculo seletto, tradicionalmente valeu-se da sua envergadura econômico-financeira, para dar sustentação a governos inclinados aos seus ideais, como por exemplo durante a Ditadura Militar (1964-1985), como também para pressionar e minar governos considerados uma ameaça aos seus interesses capitalistas, como aconteceu com o governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Não se pode esquecer que, acossada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP em conjunto com os seus pares (grande mídia, agronegócio e assim por diante) a presidenta Dilma Rousseff foi destituída da presidência por meio de um processo de *impeachment* considerado por inúmeros estudiosos da política brasileira e comprovado pelo próprio Supremo Tribunal Federal – STF em 2023, como um processo infundado, fraudulento, ou melhor, golpista.

Deste modo, os grupos de pressão ou *lobbys*, têm potencial tanto para promover, quanto para arruinar qualquer governo. Isso vai depender do grau de atendimento das suas exigências pelo gestor público. Para este fim, o campo político é a todo tempo, independente da conjuntura, dinamizado e norteados pelos ditames dos agentes econômicos, ou seja, pelas ambições dos dirigentes do grande capital empresarial. São grupos que hegemonicamente representam interesses particulares em detrimento do interesse público. Antepondo os seus próprios ganhos (lucros), prejudica o bem-estar do conjunto social como um todo. Noutras palavras, o *lobby* é capaz de motivar decisões políticas unilaterais, isto é, embasadas em influências econômico-financeiras e interesses particulares, em substituição de políticas de Estado que contemplam de maneira equânime e justa toda a população. Ademais, os poderosos e bem articulados *lobbys* (a CNI e o Agronegócio, representados pela bancada ruralista, são dois grandes exemplos disso) detêm demasiada e desproporcional ingerência sobre os encadeamentos políticos do Congresso Nacional (Senado e Câmara Federal), limitando, em muitos casos, a capacidade dos governos de executarem políticas que atendam às necessidades e reivindicações da maioria da população.

Por fim, tendo em consideração as especificidades de existir e de atuar dos *lobbys*: disparidade de representação; influência indevida; opacidade e falta de transparência; corrupção e desregulamentação. Conclui-se que, a condução deste tipo de esquema,

dado os fatos históricos da política brasileira, assolapa, fragiliza e descredibiliza a democracia do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante neste ponto do texto, reforçar alguns entendimentos substanciais, intrínsecos ao fenômeno analisado: a influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano, como forma de reavivar as apreensões apresentadas nas seções precedentes. É um empenho no sentido de melhor acompanhar e interpretar a racionalidade correspondente à dialética entre a realidade apresentada e as argumentações engendradas a respeito.

O trabalho apresentado, intitulado – **Política e poder: influência da família Franco na (re)produção do espaço sergipano** – elevou-se da inquietação, curiosidade e necessidade de geógrafo (crítico) de analisar e compreender uma **questão tão recorrente** dentro do cenário político-social brasileiro. Isto é: quais são os meios que os políticos donos de terras utilizam para se perpetuarem nos espaços de poder político-representativo (executivo e legislativo) ou em cargos do alto escalão do Estado? Mediante a indagação descrita, tornou-se imprescindível especificar elementos problematizadores, norteadores e indagativos, no sentido de materializar esta análise. Trata-se, portanto, dos segmentos substanciais ao percurso interpretativo do fenômeno considerado; digo: a problematização, os objetivos (geral e específicos) e as questões da pesquisa.

Neste sentido, é válido refluir a estes segmentos, a fim de certificar o atendimento dos propósitos suscitados (e também justificar aqueles que porventura não foram contemplados). Destarte, a **problemática** deste estudo reporta-se ao fato de que, a família Franco ao assenhorar extensas faixas de terras, estabelecer hegemonia política, controle do Estado e poder econômico (domínio dos meios de produção) direcionam o agrupamento de elementos preponderantes na configuração do espaço que, sob à lógica capitalista se apresenta enquanto valor de troca em detrimento do valor de uso. Com a problemática apontada, surgiram as seguintes **indagações** subjacentes: 1) De que forma, o parâmetro de dispor de expressivas faixas de terras promoveu/promove o acesso dos Franco à vida pública, e, quais as mudanças socioespaciais fulcrais

resultantes da atuação desses sujeitos nos espaços de poder (político e econômico) a partir de 1940? 2) Como o aparelho estatal beneficiou/beneficia os Franco e seus aliados do setor industrial/empresarial? 3) Como os membros da família Franco atuaram/atuam há quase um século no seio da política, no que tange às coalizações e polarizações e como isso propicia a continuidade dos Franco no controle da máquina pública? Por conseguinte, com a intenção de se alcançar resultados de maior interesse, haja vista a complexidade da contemplação do fenômeno em sua totalidade e complexidade, o estudo teve como **objetivo geral**, analisar a produção do espaço sergipano pela atuação da tradicional família Franco, considerando sua atuação em setores estratégicos e as relações de poder econômico e político estabelecidas entre **1940 a 2020; recorte temporal do estudo**. Os **objetivos específicos** foram: a) identificar as mudanças espaciais decorrentes da atuação da família Franco nas atividades econômicas implementadas após 1940; b) investigar as alianças político-econômicas estabelecidas pelos Franco e suas consequências sobre a (re)produção do espaço sergipano; c) interpretar as estratégias político-econômicas dos Franco que lhes garantem a perpetuação no interior dos espaços deliberativos, de poder e de domínio social.

Isto posto, compete enfatizar algumas reflexões acerca dos resultados alcançados neste trabalho. Neste sentido, foram considerados paralelamente às questões e os objetivos específicos da pesquisa, a fim de alcançar o objetivo geral da mesma. Destarte, por se tratar do estudo de um fenômeno assentado sobre um amplo e concreto lastro de encadeamentos interdependentes e, dialeticamente, resultado disso; tornou-se indispensável a discussão teórica referente às conexões determinantes e intrínsecas ao fenômeno em questão. O esforço foi no sentido de introduzir e orientar o leitor no universo da análise. Assim, foram apontadas concepções que possibilitam compreender: a conduta política da classe dominante e à natureza do Estado capitalista; o comportamento político-econômico das famílias tradicionais brasileiras donas de terras; o processo de formação do territorial e econômica do Brasil e dos seus desdobramentos no que tange à posse e propriedade da terra e ao fenômeno do coronelismo (traço crônico da política nacional). Desta forma, o destrinchar de fatos históricos da gênese social, da política e da economia do país, possibilitou o entendimento dos processos responsáveis por criar as condições favoráveis à ascensão política e empresarial da família Franco.

À vista disso, constatou-se que, dada complexidade e especificidade do processo de formação territorial, político e econômico do Brasil, a propriedade e posse da terra, subjugada à lógica do capital nas suas distintas fases, desde muito cedo ditou as regras das sociabilidades no país. O usufruto do monopólio da terra, por meio do empreendimento colonial português (responsável por introduzir a monocultura da cana e as concernentes estruturas/engenhos de produção do açúcar), iniciado no século XVI, privilegiou um pequeno número de senhores e famílias. A distribuição das terras indígenas brasileiras, iniciada pelas capitanias hereditárias e agudizada pelas sesmarias, proporcionou a poucos sujeitos o monopólio de imensos latifúndios espalhados por todo o país, em especial no Nordeste; por consequência, tal atributo outorgava-os amplas prerrogativas, no que tange aos domínios político e econômico. Fato que assegurou aos donos de engenhos, coronéis e fazendeiros, bem como as suas respectivas famílias (tradicionais), durante todo o devir histórico (em distintas conjunturas), amplos poderes sobre terras e pessoas. Desta forma, valendo-se da arcaica concentração fundiária, estes sujeitos garantiram, hereditariamente, não só o domínio de terras, como também, a continuidade ininterrupta da atuação dos seus descendentes dentro das esferas de mando político e econômico. Infortúnio e traço da estrutura social do Brasil que se mostra ainda nos dias atuais, inflexível à modificação.

Neste sentido, a família Franco enquadra-se de forma emblemática dentro dos moldes das ricas famílias tradicionais donas de terras, isso por se tratar de um ordenamento familiar que, comprovadamente, apresenta as características supracitadas intrínsecas aos antigos senhores donos de terras do país. Desta forma, apreende-se que, dada a influência desfrutada do domínio fundiário, uma vez que a terra é sinônimo (e meio de reprodução) de riqueza, os Franco foram sem dificuldades inseridos na seara política. Com a passar do tempo, principalmente a partir de 1940, os membros da referida família desenvolveram consideráveis alianças, acordos, compadrios e contratos. Assim, ramificaram-se e perpetuaram-se dentro das estruturas do Estado (máquina pública). Consolidaram lado a lado, carreira política e empresarial, estruturando-se desta forma, num grupo (dono de importantes meios de produção) influente e prestigiado.

Pelo exposto ao longo do texto, é possível identificar os desdobramentos que possibilitaram a ascensão política da família Franco, e paralelamente a progressão

econômica da mesma. De fato, até por volta do final do século XIX, as riquezas da família Franco eram alusivas estritamente ao domínio de terras e de engenhos, sobretudo, o Pinheiro, em Laranjeiras e o Central, em Riachuelo. Mediante os desdobramentos (alianças, acordos e condutas patrimonialistas) encerrados no interior da seara política, por volta do final da década de 1930 a início de 1940, é que foram tomadas novas posturas em relação aos empreendimentos econômicos, expandindo-se no setor do comércio e avançando para os campos da indústria e da comunicação. Conjugando amplos poderes, vantagens e privilégios, os Franco aprofundaram projetos particulares, mediante o uso das estruturas do Estado (máquina pública). Fato comprovado através dos inúmeros benefícios conferidos pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico produtivo executadas pelos governos brasileiros nos distintos cenários político-econômicos. Como foi, por exemplo, durante a Era Vargas (1930-1945), com a implantação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, mediada do Estado, responsável por promover reestruturação produtiva das indústrias sucroalcooleiras. Graças aos incrementos logrados com as medidas estabelecidas pelo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, a Usina São José do Pinheiro anexou ao seu conjunto empresarial novas usinas, como a Oiteirinhos, Caraíbas, Pedras e o Engenho Central de Riachuelo. Logo, a Usina São José do Pinheiro despontou como a última da sua ordem, produtora de açúcar no estado.

Como evidenciou-se, a ascensão política e econômica da família Franco, foi capitaneada pela questionável figura de Augusto do Prado Franco. O empresário-político, graças ao domínio conferido pelo cabedal econômico, por todo o período em que conciliou as atividades políticas e empresariais, ostentou em seu rol de aliados (amigos, correligionários e apadrinhados) e por conseguinte opositores, os nomes dos líderes e articuladores de maior notoriedade dentro do cenário político-corporativo da sua época. Figuras que atuavam da escala local à nacional; como os chefes políticos municipais (congêneres de famílias tradicionais), responsáveis por promover práticas clientelistas, a exemplo os “currais eleitorais”.

O período em que Augusto do Prado Franco conciliou os negócios da família com as atividades de figura pública, o usineiro executou, incentivou e apoiou ambiciosos projetos mediante a implementação de políticas públicas (particularmente de

desenvolvimento econômico e produtivo), as quais promoveram as condições indispensáveis à reprodução do capital privado.

O progresso econômico dos Franco, como observado, deveu-se sem sombra de dúvidas pela conjugação do usufruto da posse e propriedade da terra e a ininterrupta assiduidade destes sujeitos na seara política. Foi por meio do apadrinhamento (proteção e patrocínio) de Augusto do Prado Franco, que vários membros da sua família adentraram na política. Seus filhos são grandes exemplos disso, Albano do Franco, seu primogênito é o maior exemplo disso. Por décadas, estes sujeitos asseguraram diversos cargos, indo de deputados estaduais a governadores do estado. Além disso, atuaram em repartições de suma importância do Estado, sempre em cargos de alto escalão. No agrupamento familiar a vida pública tornou-se o principal meio de estruturação e de ampliação de riquezas da parentada. Desta forma, no íterim entre 1940 a 2020, o nome Franco foi utilizado enquanto dispositivo de influência e vantagem nos pleitos eleitorais e em diferentes esquemas inclinados aos interesses econômicos particulares da família.

Como apontado, a ingerência política e econômica da família Franco, ou seja, a influência dos seus membros dentro dos espaços de poder e decisões tem sido, desde antes da década de 1940 (quando os Franco se inseriram na política), responsável por determinar o modo como o espaço sergipano é planejado e organizado pelo estado no sentido de atender principalmente os interesses econômicos do referido ordenamento familiar e dos seus (iguais) aliados. Este fenômeno de demonstração eminente de poder dos Franco, esboçou seu ápice de agudização nos períodos em que os principais nomes dos Franco estiveram à frente do comando direto do governo estadual, isto é, quando Augusto do Prado Franco (1979-1982) e Albano do Prado Franco (1995-2002) foram governadores de Sergipe.

Contudo, ao examinar o comportamento político dos membros desta família nas últimas décadas, é notável a reduzida participação deles nas disputas eleitorais por cargos públicos. Trata-se de um redirecionamento estratégico da família que, desde a saída de Albano do Prado Franco da administração do estado, em 2003, passou a ter participação indireta na seara política. Com isso, para perpetuarem-se dentro dos espaços de decisão social, e, conseqüentemente, terem os seus projetos particulares atendidos, os Franco para a se utilizar de forma taxativa do *tráfico de influência* do seu

grupo político e empresarial. Porém, ao que tudo indica, a atuação deles não se resume a esta estratégia. Como de praxe, a destreza em se aproximar e se alinhar aos distintos agentes públicos, independente da corrente ideológica destes os favorecem diante de possíveis negociações. E ainda *lobby* empresarial que, em se tratando de uma família dona de indústrias, onde seus membros têm forte atuação e influência dentro dos ambientes corporativos de representação desta classe (patronato industrial), como por exemplo a CNI, o atendimento dos interesses empresários estiveram e permanecem garantidos, independente de quem esteja à frente do comando do Estado.

Neste sentido, valendo-se do embasamento teórico, em consonância com os dados apresentados, comprova-se a espacialidade dos indissociáveis domínios políticos e econômicos da família Franco em Sergipe, notadamente na área de estudo (embora a acentuada atenção aos empreendimentos rurais, com destaque para a matriz econômica da família, a Usina São José do Pinheiro). Perante o prisma geográfico questionador, que perpassa a aparência trivializada do fenômeno, fez-se possível apreender as convenientes relações perpetradas entre as iniciativas público (Estado) e privada (empresarial), liames que têm como resultado, a configuração de uma dinâmica socioespacial exclusiva ao entendimento de interesses exclusivos.

Em virtude da herança de terras, da hegemonia política, e assim, ascensão econômica, os Franco foram paulatinamente avançando sobre espaço sergipano com os seus variados empreendimentos corporativos conduzidos à reprodução das suas riquezas. Essa expansão incessante, ao mesmo tempo que evidencia as benesses provindas da vida pública (ao fazer uso do Estado no sentido de atender os seus interesses), traz à luz os detrimentos causados à ordenação socioespacial através da intervenção dos agentes que direcionam os setores de comando da sociedade.

Ou seja, trata-se de encadeamentos responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Haja vista que, ao viabilizar as condições favoráveis à ampliação dos seus lucros, os Franco causam sérios prejuízos ao restante da população, considerando: a exploração e a sujeição dos trabalhadores a condições insalubres, sobretudo nas lavouras da cana-de-açúcar, a incorporação das pequenas terras reservas à subsistência aos grandes canaviais e intensificação dos impactos ambientais (poluição do ar com as queimadas, e a contaminação dos lençóis freáticos, mediante a intensa

utilização de agrotóxicos nos canaviais). Detrimentos enfrentados por aqueles que nada podem, pouco tem, mas por tudo paga, ou seja, os mais pobres.

Os Franco há décadas mantêm-se como um dos grupos empresariais mais importantes de Sergipe e do Nordeste. O patrimônio iniciado pelo Coronel Albano do Prado Pimentel Franco, por meio do Engenho São José, é composto hoje por diversas empresas dos mais variados setores. A família focou principalmente no ramo açucareiro, sendo dona de boa parte dos canaviais presentes nos territórios dos municípios de Areia Branca e Laranjeiras. Com o passar do tempo, foram feitas novas aquisições de indústrias: têxteis, agropecuárias, de bebidas, alimentícia, de transportes, esportiva, imobiliária, e de comunicações (tevês, rádios, portais de notícias, revistas e jornais), instaladas principalmente na região da Grande Aracaju.

Com os argumentos apresentados, fica claro que a terra foi, e ainda é, o elemento base para a constituição, inserção, sustentação e permanência desse grupo aristocrático dentro Estado. Como apontados e discutidos, os membros da família Franco, uma vez dentro das instituições públicas, buscaram/buscam desenvolver meios democráticos e antidemocráticos (práticas patrimonialistas) para executar seus projetos particulares e ambiciosos (muita das vezes camuflados de programas que buscam estabelecer o bem-estar social) que visam, sobretudo, reproduzir e acumular cada vez mais capital. Assim, com o controle da máquina pública (o Estado), esse grupo de empresários políticos ligados aos mais diversos setores econômicos, com destaque no industrial, configura uma dinâmica territorial que define e redefine o ordenamento socioespacial.

Com isso, ao apresentar os encadeamentos políticos e empresariais da família Franco, compreende-se como a política, traduzida aqui pelo Estado, em consonância com setores predominantes do capital (em especial o industrial) traduz-se em efetivas forças/agentes de (re)produção e (re)modificação do espaço geográfico no sentido de atender às exigências capitalistas de famílias e grupos hegemônicos. O espaço é, portanto, um meio e um instrumento de poder sob posse de uma classe hegemônica, a qual se coloca como representadora do povo, entretanto sem abrir mão de interesses individuais.

Para finalizar, é importante tecer algumas considerações indispensáveis à promoção do debate crítico reflexivo que, por sua vez, é vital ao enfrentamento das

problemáticas realçadas neste estudo. Por esta razão, faz-se necessário pensarmos e executarmos estratégias e ações efetivas para lidarmos com a realidade imposta. Antes de tudo, é imprescindível compreender a dinâmica da nossa estrutura social e política. Ou seja, cabe antes de tudo, identificar e assimilar a lógica por trás da aparência do domínio político das famílias tradicionais oligárquicas existentes no Brasil. Para isso, torna-se indispensável o acesso, exploração e aproveitamento de estudos científicos inclinados a desvelar e expor os fenômenos (e consequentemente os seus desdobramentos refletidos sobre espaço geográfico) inerentes à sociedade capitalista, e, por conseguinte, da política brasileira. Neste sentido, o presente estudo (apesar das suas lacunas metodológicas e da carência dos rigores do formalismo acadêmico) se propôs a este compromisso de nortear os leitores (em especial os das massas populares) ao entendimento desta complexa realidade social.

Portando, politizar-se é o primeiro passo no processo de organização e mobilização social no sentido de desafiar o domínio político e econômico das famílias tradicionais oligárquicas. Ou seja, as camadas sociais subjugadas pela política burguesa, deve-se educar-se e conscientizar-se sobre os seus direitos e o funcionamento do sistema político (partidário/representativo), antes de qualquer coisa. Desta forma, torna-se viável a ampliação do debate crítico no sentido de promover a organização e mobilização de movimentos políticos e sociais para desafiar o domínio político e econômico das famílias (e seus grupos de pressão) tradicionais oligárquicos.

Destarte, este tipo de organização e mobilização consciente, contribui para uma maior participação ativa das classes populares na política, tendo como objetivo: a promoção do voto consciente, a ampliação das candidaturas aos cargos políticos, a fomentação do ativismo político e social, o compromisso com as questões políticas locais e o aumento da representatividade das minorias em direitos dentro dos espaços de poder. Assim, mediante uma massiva, ativa, diversificada e instruída atuação dos membros das classes menos privilegiadas na esfera política, suscita-se o fortalecimento da Democracia e das instituições responsáveis resguardá-la. Logo, esses são apenas alguns princípios no sentido de combater o domínio político das famílias tradicionais latifundiárias oligárquicas. Todavia, cabe frisar que, essas lutas requerem tempo, união, serenidade, foco, coragem e cooperação. Só assim haverá a possibilidade de caminhar-se em direção

a uma sociedade mais justa, menos exploratória, norteadas pelos interesses coletivos; enfim, mais humanizada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Agassiz. **A República das Elites: Ensaio sobre a ideologia das Elites e do Intelectualismo**. Rio de Janeiro, 2004.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALVES, C. D. SE tem aliança improvável. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 de abril de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc09049817.htm>>. Acesso em: janeiro de 2022.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- ARABI, Jalita. Governo cria financiamento para ajudar setor sucroalcooleiro durante pandemia. **Brasil 61**, Brasília – DF, 05 de julho de 2020. Disponível em: <<https://brasil61.com/noticias/governo-cria-financiamento-para-ajudar-setor-sucroalcooleiro-durante-pandemia-bras200651>>. Acesso em: dezembro de 2022.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. **LEI Nº 3140 De 23 De dezembro de 1991**. Publicado no Diário Oficial do dia 26/12/1991, Aracaju, p. 1-4, 24 de agosto de 2017. Disponível em < <https://al.se.leg.br/leis-ordinarias-old/leis-ordinarias-imprimir/?Numerolei=2334>> Acesso em: agosto de 2022.
- BARRETO, Luiz Antônio. Albano faz balanço positivo do governo. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 31 dez. de 1999.
- BLUME, Bruno André. Confira 4 Medidas polêmicas do governo Temer. **Politize!** Florianópolis, 12 de maio de 2017. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/medidas-polemicas-do-governo-temer>>. Acesso em: novembro de 2021.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB – Imprensa Oficial, 2004.
- BORCK, I. S. S. F. **Agenda legislativa da Confederação Nacional da Indústria no período da 54ª e 55ª legislatura federal**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 39, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2018. Disponível em: < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/32561/23809>>. Acesso em: janeiro de 2023.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 1988. v.14 t.1.
- BRASIL. Constituição – 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF, 1988.

- BRITTO, Jorge, CASSIOLATTO, José Eduardo. **Mais além da “guerra fiscal”: políticas industriais de descentralização no caso brasileiro**. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA [CD-ROM]. Fortaleza, jun. 2000.
- CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais da construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de doutorado; Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Programa de Pós-graduação em História: Niterói, 2012.
- CANARY, Henrique. **O Que É? Conceitos Elementares do Socialismo**. 1. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2018.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGOS, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **A Condição Espacial**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARTA CAPITAL. **Cinco anos depois, quadrinho ilustra nuances e ‘vilões’ do golpe contra Dilma Rousseff**: As muitas mãos que se apertam no ‘Grande Acordo’ motivam o novo livro de Robson Vilalba, ilustrador, cientista social e mestre em sociologia. 31 de ago. 2021. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/cultura/cinco-anos-depois-quadrinho-ilustra-nuances-e-viloes-do-golpe-contradilma-rousseff/>>. Acesso em: Dezembro de 2022.
- CASTILHO, A. L. **Partido da Terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASTRO, Inã de Elias. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CATANI, Afrânio M. **O que é capitalismo**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CAVALCANTE, J. L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista História**, n. 2. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao02/materia02/>> Acesso em: 22 ago. de 2022.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS et al. **Por que gritamos golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo, 2016.
- CNI/CEPAL, 1997. **Investimentos da Indústria Brasileira 1995/99**: características e determinantes. Rio de Janeiro.
- CNI/Agência de Notícias. **Governo Temer encerra gestão com avanços importantes**: Um terço das sugestões feitas pela CNI na Agenda para o Brasil sair da crise saiu do papel e melhorou o ambiente de negócios. [s.l.], 2018. Disponível em: < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/governo-temer-encerra-gestao-com-avancos-importantes/>>. Acesso em: dezembro de 2022.

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE. CODISE. **Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI**. Aracaju, 2019. Disponível em: <<https://codise.se.gov.br/programa-sergipano-de-desenvolvimento-industrial-impulsiona-economia-do-estado/>> Acesso em: agosto de 2021.
- COSTA, L. C. A.; MELLO, L. I. A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1991.
- CRUZ, Karina Garcia Santos. **Colonismo Social e Consagração de Elites**. São Cristóvão – SE, p 113, 2015.
- DANTAS, Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985/2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- _____. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- _____. **Coronelismo e Dominação**. 2 ed. Aracaju: Criação Editora, 2019.
- DIBRARQ. **Instituto do Açúcar e do Alcool**. Disponível em: <<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/instituto-do-acucar-e-do-alcool-1933-1990>>. Acesso em: dezembro de 2022.
- DORIA, F. A. **Os Herdeiros do Poder**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato brasileiro. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FARHAT, Saïd. **Lobby: o que é, como se faz**: ética e transparência na representação junto a governos. São Paulo: Aberje Ed., 2007.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **Nós e o marxismo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FERNANDES, M. P. R.; LOURENÇO, E. A. S. **Exploração do trabalho no corte de can: breves apontamentos do senhor de engenho à agroindústria canavieira do século XXI**. VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”; Franca, 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100027&script=sci_arttext>. Acesso em: nov. 2022.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. 2 v.
- FORTES, Leandro. Cacique sob fogo cruzado: Representante da mais tradicional oligarquia sergipana, o governador Albano Franco é fustigado por onda de denúncias de corrupção. **Época**, Aracaju, 19 de jul. 2010. Disponível em: <<https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI155861-15518,00.html>>. Acesso em: janeiro de 2023.
- FRANÇA, V. L. A.; CRUZ, M. T. S. **Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Editora Grafset, 2007.
- FRANCO, Emmanuel. **O Clã do Engenho Porteiras**. 2010. Revista da Academia Sergipana de Letras. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/RASL/article/viewFile/8758/6962>> Acesso em: 18 de mar. 2019.

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GARCIA Antônio. **Michel Temer diz a empresários sergipanos que 2021 a 2030 será a década de abertura do Brasil para o mundo**. Grupo de Líderes Empresariais de Sergipe. Aracaju, 15 de setembro de 2020. Disponível em: < <http://lidese.com.br/michel-temer-diz-a-empresarios-sergipanos-que-2021-a-2030-sera-a-decada-de-abertura-do-brasil-para-o-mundo/>>. Acesso em: dezembro de 2022.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndios**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUIMARÃES, Juca. Reforma trabalhista reduziu renda, não gerou emprego e precarizou trabalho. **Brasil de Fato**. São Paulo, 11 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/11/reforma-trabalhista-reduziu-renda-nao-gerou-emprego-e-precariizou-trabalho>>. Acesso em: janeiro de 2023.
- HARVEY, David. **Breve Historia del Neoliberalismo**. [s.l.]. Akal Ediciones, 2007.
- IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IBAÑEZ, Pablo. **Território de Guerra Fiscal: A Perspectiva dos Incentivos Territoriais**. São Paulo: USP, 2006.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Levamento populacional e de dimensão territorial dos municípios que integram a área de estudo. Novembro de 2021.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2017: Índice de Gini. Novembro de 2021.
- IDACE. **Estudo mostra o mapa da desigualdade da distribuição de terras no Brasil**. Fortaleza, 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/2020/05/13/estudo-mostra-o-mapa-da-desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-brasil/>>. Acesso em: agosto de 2021.
- INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária** de Sergipe. Levantamento das propriedades rurais da família Franco localizadas na área de estudo considerada. Novembro de 2021.
- JINKINGS et al. **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed. São Paulo, 2016.
- JONAL DA CIDADE. **Albano Franco participa de reunião com Jair Bolsonaro**. Aracaju, 12 de dezembro de 2019. Disponível em: < <https://jornaldacidade.net/periscopio/2019/12/314304/albano-franco-participa-de-reuniao-com-jair-bolsonaro.html>>. Acesso em: janeiro de 2023.
- LEAL, Nunes Víctor. **Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LESSA, Renato. **A Invenção da República: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira**. 3 ed. São Paulo: Topbooks, 2015.

- LIMA, Jozailto. História dos Municípios. **Cinform Municípios**, Aracaju, v.1, p. 1-280, julho de 2002.
- LIMA, Jozailto. Albano Franco: "Com a saída de Valadares, bloco da oposição enfraqueceu". **JLPolítica e Negócio**, Aracaju, 7 de abril de 2018.
- LODI, João Bosco. **Lobby: os grupos de pressão**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- LOPES, Mauro. **As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático**. In. JINKINGS et al. **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed. São Paulo, 2016.
- LÖVY, Michael. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. In. JINKINGS et al. **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed. São Paulo, 2016.
- MAAR, W. L. **O que é política?** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982. 54 v.
- MARTIN, Roberto. O grande feito da reforma trabalhista foi o aumento do desemprego e a volta da fome. **Carta Capital**, São Paulo, 13 de jan. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/o-grande-feito-da-reforma-trabalhista-foi-o-aumento-do-desemprego-e-a-volta-da-fome/>>. Acesso em: janeiro de 2023.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **A origem do Capital: a acumulação primitiva**. São Paulo: Fulgor, 1964.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo em seus diferentes profetas (1845 -1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MATOS; SILVA; SANTOS. **A guerra fiscal como política de desenvolvimento industrial estadual: o caso de Sergipe**. UFS, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=336959&key=ffba2b13cd6820ac7eaaed6c104af354>> Acesso em: agosto de 2022.
- MERELES, Carla. Tráfico de Influência. **Politize!** Florianópolis, 3 de maio de 2017. Disponível em: < [Tráfico de influência | Politize!](#)>. Acesso em: novembro de 2021.
- MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MENDONÇA, S. R.; FONTES, M. V. **História do Brasil Recente: 1964-1980**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- MIGUEL, Luís Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In. JINKINGS et al. **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed. São Paulo, 2016.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.
- MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: Constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Eugênio. Deputado passa 4 anos na prisão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de fevereiro de 1994.

NASCIMENTO, Fábio Antônio do. **Análise setorial e regional da indústria sergipana incentivada: 1996-2006**. 2008. Trabalho de Conclusão Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: expressão Popular, 2011.

NETTO, Miguel Gerônimo da N. **Lobby e a sua regulamentação no Brasil**: Uma análise sistemática sobre as propostas e possibilidades de normatização. Tese (Mestrado profissional em Poder Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVEIRA, João Camilo. **Estratificação social no Brasil**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro e Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1985.

OLIVEIRA, Ricardo. Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime. **Revista Brasileira de História**, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200009>>. Acesso em: janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. et al. **Família, parentesco, instituições e poder no Brasil**: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 5, núm. 11, pp. 165-198, 2017. Disponível em: <<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/324>>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

OLIVEIRA, G. N. HERSCOVICI, N. **Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014)**: uma análise a partir do jornal Valor Econômico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 37, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/qJkmrFTQFT7hrkXcb8nKdrG/>. Acesso em: janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Vanessa Dias. Financeirização do capital e novos horizontes da exploração do trabalho. In: **Agrocombustíveis, Trabalho e Resistências Territoriais**. RAMOS FILHO et al. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

OXFAM/Brasil. **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira**: Estudo da Oxfam analisa a distribuição de terras na América Latina, que lidera o ranking da desigualdade no campo. São Paulo, 27 de ago. 2019. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>>. Acesso em: dezembro de 2022.

PAULANI, Leda Maria. **Uma ponte para o abismo**. In. JINKINGS et al. **Por que gritamos golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo, 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMALHO, Zé. **Cavalos do Cão**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1981.

REPÓRTER BRASIL. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. São Paulo, 25 de fev. 2015. Disponível em: < https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/26.-Folder_Sucroalcooleiro_web_baixa.pdf>. Acesso em: novembro de 2022.

RENAST. **O veneno está na mesa**. 2011. Disponível em: < <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/documentario-veneno-esta-mesa>>. Acesso em: nov. 2022.

RIBEIRO, N. M. G. Transformações do Espaço Urbano: o caso de Aracaju. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1989.

RIBEIRO, Ulisses Pereira, **POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: o caso de Sergipe no período 1995 a 2002**. Dissertação de Mestrado – em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2005.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. **A Geografia e método dialético. Sociedade e Território**. Natal, v. 24, nº 1, p. 97-114, 2012.

SANTANA, Katia. **Ecos da Política: Uma retrospectiva histórica do processo político de Sergipe 1982 a 2000**. Aracaju: Instituto Desenvolver, 2001.

SANTOS, A. M. F. T. dos. **Cana Doce, Trabalho Amargo**: o trabalho escravo na expansão territorial do agronegócio sucroenergético no estado de goiás. Dissertação de mestrado; Universidade Federal de Goiás – Campus Samambaia/Instituto de Estudos Socioambientais/Programa de Pós-graduação em Geografia: Goiânia, 2015.

SANTOS, Ana Rocha. **A espacialidade das ações políticas do Estado**: o público e o privado na reprodução do patrimonialismo em Sergipe. In: RAMOS FILHO e os 45 outros organizadores. Estado, políticas públicas e território. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SANTOS, D. W. S. LEANDRO, H. W. S. **“Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe**: Reconversões sociais e esferas de atuação. Scientia Plena, 2010. Disponível em: <<https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/316/84>>. Acesso em 14 de abril de 2020.

SANTOS, L. S. OLIVA, T. A. **Para Conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica e Editora Ltda., 1998.

MILTON, Santos. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Suzy dos. **E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileira**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília-DF, v 7, p. (1-27), 2006. Disponível em: < <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/104>>.

- SANTOS, T. M. S. BATISTA, R. O. S. **Agrotóxicos, uma violência silenciosa**: a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar em Laranjeiras/Sergipe. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 13, n. 29, p. 189-208, abr., 2018.
- SCHWARCZ, L. M. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SHIMADA, S. O.; CONCEIÇÃO, A. L. **Cana-de-açúcar e a Lógica do Capital: Uma Análise a Partir da Região da Cotinguiba em Sergipe**. 2009. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/cana-de-ac3a7c3b3acar-e-a-lc3b3gica-docapitaluma-anc3a1lise-a-partir-da.pdf>> Acesso em: 18 de maio. 2020.
- SILVA, M. N. S. **Contando Nossa História**: Camponeses sergipanos e a luta pela terra. Aracaju: Triunfo, 2002.
- SILVA, R. M.; LOPES, E. S. A. **Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe**. Aracaju: editora UFS, 1996.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Amadora-PT: Leya, 2016.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- VEZZALI, Fabiana. Especial Latifúndio: Concentração de terra na mão de poucos custa cara ao Brasil. **Repórter Brasil**, 2006. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-carao-brasil/>>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE I

**Resultados do 1º e 2º turnos das eleições de 1994 correspondentes à votação
para governador de Sergipe por município**

Municípios	Votação do 1º turno		Votação do 2º turno	
	A. Franco	J. Barreto	A. Franco	J. Barreto
1. Amparo do São Francisco	552	502	844	525
2. Aquidabã	4.197	2.673	5.266	3.590
3. Aracaju	59.311	96.617	77.829	111.340
4. Arauá	2.263	927	2.716	1.813
5. Areia Branca	2.497	1.689	3.587	2.123
6. Barra dos Coqueiros	2.423	3.043	3.263	3.884
7. Brejo Grande	1.296	960	1.613	1.289
8. Boquim	4.635	4.291	5.223	6.203
9. Campo do Brito	4.544	1.812	4.895	2.999
10. Canhoba	973	728	1.382	837
11. Canindé do São Francisco	1.777	2.010	2.474	2.392
12. Capela	3.464	3.008	5.527	4.163
13. Carira	3.1125	2.988	4.699	3.407
14. Carmópolis	1.522	1.360	2.383	1.604
15. Cedro de São João	1.426	1.402	2.079	1.351
16. Cristinápolis	2.023	1.858	2.696	2.552
17. Cumbe	1.068	701	1.419	771
18. Divina Pastora	787	566	1.195	639
19. Estância	9.669	5.532	11.969	9.708
20. Feira Nova	1.334	1.030	1.819	1.175
21. Frei Paulo	3.154	1.517	4.625	1.540
22. Gararu	2.281	1.792	3.053	2.061
23. General Maynard	714	735	992	787
24. Graccho Cardoso	935	1.493	1.380	1.866
25. Ilha das Flores	1.302	1.415	2.028	1.457
26. Indiaroba	2.162	974	2.726	1.522
27. Itabaiana	11.496	15.681	14.745	17.741
28. Itabaianinha	7.317	3.024	7.988	6.356
29. Itabi	1.101	1.346	1.674	1.528
30. Itaporanga d'Ajuda	3.404	3.704	5.096	5.175
31. Japaratuba	2.932	1.977	3.964	2.420
32. Japoatã	2.050	1.638	2.979	1.860
33. Lagarto	13.448	13.185	17.124	16.257
34. Laranjeiras	4.890	2.349	7.191	3.100
35. Macambira	2.273	813	2.732	991
36. Malhada dos Bois	719	714	972	793
37. Malhador	2.741	1.564	3.541	1.902
38. Maruim	3.054	3.452	4.464	3.912
39. Moita Bonita	2.702	1.803	3.695	1.841
40. Monte Alegre	2.123	2.266	3.069	2.393
41. Muribeca	1.640	929	2.394	1.136
42. Neópolis	3.109	2.462	4.565	3.001
43. Nossa Senhora Aparecida	1.991	1.452	2.291	2.053
44. Nossa Senhora da Glória	4.609	4.141	6.264	4.796
45. Nossa Senhora das Dores	4.392	2.498	6.243	3.183
46. Nossa Senhora de Lourdes	1.442	1.079	1.933	1.269
47. Nossa Senhora do Socorro	5.253	7.796	7.597	9.440

48. Pacatuba	1.462	1.533	1.950	2.256
49. Pedra Mole	846	675	1.082	813
50. Pedrinhas	1.405	1.789	1.711	2.250
51. Pinhão	1.298	915	2.182	882
52. Pirambu	1.116	1.074	1.529	1.359
53. Poço Redondo	2.713	2.591	3.954	3.191
54. Poço Verde	4.468	4.205	3.630	6.839
55. Porto da Folha	3.830	3.890	5.269	4.568
56. Propriá	4.571	4.915	6.218	5.876
57. Riachão do Dantas	3.462	3.117	4.760	3.973
58. Riachuelo	2.012	1.542	3.007	1.625
59. Ribeirópolis	2.928	2.688	3.935	2.999
60. Rosário do Catete	1.734	1.651	2.235	1.965
61. Salgado	4.209	2.412	5.848	3.021
62. Santa Luzia do Itanhy	1.939	1.148	2.772	1.870
63. Santa Rosa de Lima	697	1.064	824	1.253
64. Santana do São Francisco	983	600	1.334	816
65. Santo Amaro das Brotas	2.672	1.883	3.930	1.915
66. São Cristóvão	6.309	9.245	8.853	11.481
67. São Domingos	2.389	1.030	3.047	1.221
68. São Francisco	981	332	1.177	431
69. São Miguel do Aleixo	1.244	315	1.986	351
70. Simão Dias	6.570	8.754	8.712	10.659
71. Siriri	1.543	1.123	1.918	1.420
72. Telha	779	497	1.080	561
73. Tobias Barreto	10.613	5.218	12.576	7.542
74. Tomar do Geru	2.822	763	3.967	968
75. Umbaúba	3.221	1.768	4.095	2.786
Total	280.926	282.214	371.784	347.636

DANTAS, Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985/2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – 2002.

■ Municípios onde Albano Franco venceu Jackson Barreto no 2º turno – 62.

■ Municípios onde Jackson Barreto venceu Albano Franco no 2º turno – 13.

APÊNDICE II

Empreendimentos aprovados e apoiados pelo PSDI – projetos implantados entre 1995 a 2002

Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE
 Quadro Demonstrativo dos Empreendimentos Aprovados e Apoiados pelo
 Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI (Lei 3.140 de 23/12/1991)
 Projetos Implantados

Posição Dezembro/2002		Período: 1995 a 2002						
Número		Data	Empresa	Investimento	Mão de Obra	Municípios	Tipos de Apoio	
Ordem	Resolução							
01	01/95	29/9/1995	Itaguassu Industrial S/A	R\$ 149.323.189,00	600	N. Sra. Socorro	Fiscal	
02	02/95	29/9/1995	Fazenda Merem - Nossa Senhora do Socorro/SE					
03	04/95	29/9/1995	Johélio Móveis Ind. e Com. Ltda.	R\$ 128.000,00	10	Aracaju	Locacional	
			Trav. "K", 90, quadra "K", Distrito Industrial de Aracaju - DIA					
			Com. Ind. Gráfica de Embalagem e Papel Ltda.	R\$ 130.000,00	20	N. Sra. Socorro	Locacional	
04	05/95	30/10/1995	Rua "7", quadra "18", lote "14", Distrito Industrial de Socorro - DIS					
			Sibra Aquicultura S/A	R\$ 19.372.591,00	168	N. Sra. Socorro	Financeiro e Credit.	
			Distrito Industrial de Propriá - DIP, Propriá/SE					
05	06/96	5/9/1996	Cervejaria Águas Claras S/A	R\$ 169.866.733,00	486	Estância	Fiscal	
			BR-101, Km 133, Polo Industrial de Estância, Estância/SE					
06	01/97	13/1/1997	Ind. Torref. Moag. Café Maratá Ltda	R\$ 25.773.946,00	162	Lagarto	Credit.	
			Povoado Cidade Nova, Lagarto/SE					
07	02/97	13/1/1997	Plastil - Plástico de Sergipe Ltda.	R\$ 1.733.756,00	154	Lagarto	Credit.	
			Povoado Cidade Nova, Lagarto/SE					
08	04/97	13/1/1997	Crenor - Carbonato do NE Ltda.	R\$ 1.818.235,00	55	Maruim	Credit.	
			BR-101, Km 71, Maruim/SE					
09	07/97	16/6/1997	Promasa - Prod. Med. de Aracaju S/A	R\$ 7.859.833,00	164	N. Sra. Socorro	Financeiro/crediticio	
			Av. Estrutural "B", Distrito Industrial de Socorro - DIS					
10	08/97	16/6/1997	Sergyene Ind. Com. Ltda.	R\$ 1.118.378,00	37	Aracaju	Fiscal	
			Trav. Manuel Preto, 10, Bairro Industrial, Aracaju/SE					
11	09/97	16/6/1997	H. Dantas Const. e Rep.Navais Ltda.	R\$ 10.004.759,10	192	Barra dos Coqueiros	Fiscal	
			Barra dos Coqueiros/ SE					
12	10/97	16/6/1997	Nutrisa Industrial S/A	R\$ 13.000.000,00	90	Propriá	Fiscal	
			Distrito Industrial de Propriá - DIP					
13	11/97	16/6/1997	CERSESA - Cerâmica de Sergipe S/A	R\$ 5.095.110,00	119	N. Sra. Socorro	Financeiro e Credit.	
			Eixo Estrutural "B", Distrito Industrial de Socorro - DIS					
14	13/97	4/9/1997	Crown Cork do Nordeste Ltda.	R\$ 79.313.819,00	70	Aracaju	Fiscal	
			Av. Heraclito Roemberg, s/n. - Distrito Industrial de Aracaju -DIA					
15	14/97	4/9/1997	Ind. de Cortinas e Pers. Zelar Ltda.	R\$ 486.120,00	24	Aracaju	Fiscal	
			travessa " I " - Distrito Industrial de Aracaju - DIA					
16	15/97	30/12/1997	Ind. Com. Barcha Ltda.	R\$ 2.763.507,12	181	Estância	Fiscal/Locacional	
			BR-101, Distrito Industrial de Estância - DIE					
17	16/97	30/12/1997	S.A. Constância Vieira	R\$ 20.411.953,00	396	Estância	Credit.	
			Av. Constancio Vieira,s/n. - Bairro Bomfim- Estancia-Se					
18	02/98	1/4/1998	Alimenta Ind. e Com. Ltda.	R\$ 324.084,01	29	Aracaju	Locacional (permuta)	
			Rua "P", n.º 66- Distrito Industrial de Aracaju -DIA					
19	03/98	1/4/1998	SERCORE - Artes Gráficas Ltda.	R\$ 918.000,00	33	Aracaju	Locacional (permuta)	
			Rua José Lima Peixoto, 59, Distrito Industrial de Aracaju - DIA					
20	06/98	12/8/1998	Cerâmica Sinole S/A	R\$ 1.136.199,12	123	N. Sra. Socorro	Crediticio	
			Av. Eixo Estrutural "B", Distrito Industrial de Socorro - DIS					
Total				R\$ 510.578.212,35	3113			

Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE

Quadro Demonstrativo dos Empreendimentos Aprovados e Apoiados pelo
Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI (Lei 3.140 de 23/12/1991)
Projetos Implantados

Posição Dezembro/2002

Período: 1995 a 2002

Número		Data	Empresa	Investimento	Mão de Obra	Municípios	Tipos de Apoio
Ordem	Resolução						
21	07/98	12/8/1998	Pop Show Industrial Ltda.	R\$ 1.084.985,63	129	Tobias Barreto	Fiscal
22	08/98	12/8/1998	Núcleo Industrial e de Serviços de Tobias Barreto - NISTB	R\$ 1.392.702,00	45	N. Sra. Socorro	Fiscal
23	09/98	10/9/1998	Prometal - Ind. e Com. de Móveis	R\$ 11.635.016,54	94	Lagarto	Fiscal
24	10/98	10/9/1998	Rua "7", quadra "17", lote "6", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 265.237,00	34	Aracaju	Locacional (permuta)
25	11/98	29/12/1998	Maratá - Ind. de Aguardente Ltda.	R\$ 9.818.065,76	228	S. Cristovão	Fiscal
26	13/98	29/12/1998	Núcleo Industrial e de Serviços de Lagarto - NISL, lote "A"	R\$ 21.290.074,00	111	Estância	Fiscal
27	14/98	29/12/1998	MWG - Ind. Com. e Prestação de Serviço Ltda.	R\$ 59.627,10	23	Aracaju	Locacional (permuta)
28	01/99	24/3/1999	Rua "G", n.º 03, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 2.581.916,00	85	N. Sra. Socorro	Credit.
29	02/99	24/3/1999	Fruteb S/A	R\$ 108.280,00	23	Tobias Barreto	Fiscal
30	03/99	24/3/1999	Povoado Quissamã	R\$ 1.057.956,00	42	Aracaju	Fiscal
31	06/99	24/8/1999	Tropfruit Nordeste S/A	R\$ 13.021.789,00	74	N. Sra. Socorro	Fiscal
32	07/99	24/8/1999	BR-101, Km 143, Distrito Industrial de Estância - DIE	R\$ 3.439.502,92	78	Capela	Fiscal
33	08/99	24/8/1999	MAID - J.M. Rezende	R\$ 301.795,47	39	N. Sra. Socorro	Fiscal
34	09/99	24/8/1999	Rua "I", n.º 145, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 2.489.186,00	58	Estância	Fiscal
35	15/99	16/11/1999	Cerâmica de Sergipe S/A - CERCESE	R\$ 153.364.000,00	185	Laranjeiras	Creditício
36	20/99	16/11/1999	Av. Eixo Estrutural "B", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 525.867,00	29	N. Sra. Socorro	Locacional
37	22/99	30/11/1999	Ind. de Móveis e Estofados Personal Ltda.	R\$ 640.000,00	51	Aracaju	Locacional
38	26/99	30/11/1999	Núcleo Industrial e de Serviços de Tobias Barreto - NISTB	R\$ 3.072.837,68	47	Aracaju	Fiscal/Financeiro
39	31/99	22/12/1999	Tecnologia Naval Ltda.	R\$ 13.094.372,47	538	Itaporanga	Fiscal
40	33/99	22/12/1999	Rodovia Ailton Senna, Povoado Mosqueiro, Aracaju/SE	R\$ 9.168.695,00	151	Ribeirópolis	Fiscal
			Celiplast - Ind. de Plásticos Celi S/A				
			Av. Eixo Estrutural "B", Distrito Industrial de Socorro - DIS				
			Junco Novo Ltda.				
			Povoado Saúde, Capela/SE				
			Ind. Metalúrgica SM Ltda.				
			Rua "7", quadra "19", lote "13", Distrito Industrial de Socorro - DIS				
			US Matic Ind. e Com. de Equipamentos de Irrigação S/A				
			BR-101, Km 143, Distrito Industrial de Estância - DIE				
			Cimento Sergipe S/A				
			Fazenda Brandão s/n, Laranjeiras/SE				
			Prometal - Ind. e Com. de Móveis Ltda.				
			Rua "7", quadra "17", lotes "5 e 7", Distrito Industrial de Socorro - DIS				
			Madestylu's Ind. e Com. de Móveis e Madeiras Ltda.				
			Rua Prof. José Lima Peixoto, 97, Distrito Industrial de Aracaju - DIA				
			Sergyene S/A				
			Av. Heraclito Rolemberg, s/n.º - Distrito Industrial de Aracaju - DIA				
			Cipa Nordeste de Produtos Alimentares S/A.				
			BR-101, Km 118, Itaporanga D'Ajuda/SE				
			CIA Têxtil Serra do Machado				
			Povoado Serra do Machado				
Total				R\$ 248.411.905,57	2064		

**Quadro Demonstrativo dos Empreendimentos Aprovados e Apoiados pelo
Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI (Lei 3.140 de 23/12/1991) - Implantadas**
Projetos Implantados

Posição Dezembro/2002

Período: 1995 a 2002

Número		Data	Empresa	Investimento	Mão de Obra	Municípios	Tipos de Apoio
Ordem	Resolução						
41	34/99	22/12/1999	SUSEL - Sucos de Sergipe Ltda. Povoado Colônia Treze	R\$ 1.250.000,00	107	Lagarto	Fiscal
42	35/99	22/12/1999	FITESE - Fiação e Tecelagem de Sergipe Ind. e Com. Ltda. Eixo Estrutural "A", quadra "17", lote "15, 16, 17", Distrito Industrial de Socorro	R\$ 1.236.213,10	120	N.S. Socorro	Fiscal
43	38/99	29/12/1999	Sergiroupas Confeções e Tecelagem Ltda. Av. "F", s/n, quadra "13", lote "11", Distrito Industrial de Socorro	R\$ 36.000.000,00	990	N.S. Socorro	Fiscal/Locacional
44	45/99	29/12/1999	Ind. e Com. Saponóleo Ltda. Eixo Estrutural "B", 1081, Distrito Industrial de Socorro	R\$ 528.700,00	32	N.S. Socorro	Fiscal/Locacional
45	47/99	29/12/1999	Karolmassa Industrial Ltda. Rua Prof. José Lima Peixoto, 98, Distrito Industrial de Aracaju	R\$ 236.658,00	30	Aracaju	Fiscal
46	53/99	29/12/1999	Delux Nordeste Produtos para Cerâmica Ltda. Av. "F", s/n, quadra "16", lotes "6 e 7", Distrito Industrial de Socorro	R\$ 1.100.000,00	45	N.S. Socorro	Fiscal
47	59/99	29/12/1999	Guf Ind. Química e Farmacêutica S/A Av. Constandcio Vieira, s/n, Bairro Bonfim	R\$ 11.486.833,65	49	Estância	Fiscal
48	65/99	29/12/1999	Ind. e Com. de Móveis e Colchões Casagrande Ltda. Eixo Estrutural "A", quadra "16", lotes "01 a 04", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 379.999,86	42	N.S. Socorro	Fiscal
49	69/99	29/12/1999	Fiação e Tecelagem Santa Maria S/A Povoado Central	R\$ 22.600.000,00	130	Riachuelo	Fiscal
50	71/99	29/12/1999	Ind. Sergipana de Espuma, Estofado e Têxtil Ltda	R\$ 1.036.244,00	73	C. do Brito	Fiscal
51	81/99	29/12/1999	Zuppani do Nordeste Ltda. Rua "B", Quadra "04", Distrito Industrial de Estância - DIE	R\$ 1.300.000,00	131	Estância	Fiscal
52	85/99	29/12/1999	Ind. de Torrefação e Moagem de Café Gostoso Ltda. Rua "06", Quadra "14", Lote "09", Distrito Industrial de Socorro	R\$ 468.046,00	19	N.S. Socorro	Fiscal
53	88/99	29/12/1999	NSG Ind. e Com. de Papel, Papelão e Embalagens Ltda. Rua "07", Quadra "19", Lote "15", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 459.010,46	18	DIS	Fiscal
54	90/99	29/12/1999	Conf. Grippon Ind. e Com. de Sergipe Ltda. Rua Tobias Barreto, 1218, Bairro Angerlin	R\$ 1.133.257,00	522	Itabaianinha	Fiscal
55	91/99	29/12/1999	Conf. Clyff Ind. e Com. Ltda. Rua "A", Bairro Angelim	R\$ 441.675,00	174	Itabaianinha	Fiscal
56	95/99	30/12/1999	Rodaço de Sergipe Com. de Liga de Alumínio Ltda. Rua "07", Quadra "19", Lote "14", Distrito Industrial de Socorro	R\$ 149.608,00	21	DIS	Fiscal
57	101/99	30/12/1999	Cerâmica Buri Ltda. Fazenda Muquem	R\$ 2.472.045,81	27	Capela	Fiscal
58	105/99	30/12/1999	Fiação Itabaiana Ltda. Av. Barão do Rio Branco, 817, Centro	R\$ 1.633.392,00	72	Ribeirópolis	Fiscal
59	108/99	30/12/1999	Rezende Madeira Industrializada Ltda. Rua "I", SQ-2, 275, Distrito Industrial de Aracaju	R\$ 198.727,00	88	DIA	Fiscal
60	110/99	30/12/1999	Nortex Ltda. Av. Malsa, s/n, Área 02, Bairro Industrial	R\$ 4.070.000,00	69	Maruim	Fiscal
61	112/99	30/12/1999	Ematex Têxtil do Nordeste Ltda. Rua Quintino Bocaiuva, s/n	R\$ 15.150.000,00	258	Propriá	Fiscal
Sub-Total				R\$ 103.330.409,88	3017		

Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE
 Quadro Demonstrativo dos Empreendimentos Aprovados e Apoiados pelo
 Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI (Lei 3.140 de 23/12/1991) - Implantadas
 Projetos Implantados

Posição Dezembro/2002

Período: 1995 a 2002

Número		Data	Empresa	Investimento	Mão de Obra	Municípios	Tipos de Apoio
Ordem	Resolução						
62	116/99	30/12/1999	Danko do Nordeste Industrial Ltda.	R\$ 276.875,82	28	Itabaiana	Fiscal
63	118/99	30/12/1999	Pólo Industrial e de Serviços de Itabaiana	R\$ 3.213.152,00	450	Aracaju	Fiscal/Locacional
64	119/99	30/12/1999	Produtos Elétricos Corona Ltda.	R\$ 484.316,45	71	Estância	Fiscal
65	122/99	30/12/1999	Rua Guaporé, 527, Aracaju/SE	R\$ 890.000,00	65	DIS	Locacional
66	132/99	30/12/1999	Arad do Brasil Tecnologia e Mediação de Água Ltda.	R\$ 205.824,00	42	Aracaju	Fiscal
67	136/99	30/12/1999	Rua "B", Quadra "04", Lote "25", Distrito Industrial de Estância	R\$ 4.809.744,81	158	DIS	Fiscal
68	139/99	30/12/1999	Colorminas Colorificio e Mineração Ltda.	R\$ 5.001.087,00	69	Maruim	Fiscal
69	141/99	29/12/1999	Rua "08", Quadra "20", Lotes "06, 07", Distrito Industrial de Socorro	R\$ 900.000,00	301	Itabaianinha	Fiscal
70	145/99	30/12/1999	Têxtil Azevedo, Matos Ltda.	R\$ 4.565.000,00	94	Maruim	Fiscal
71	147/99	30/12/1999	Rua São Cristóvão, 666, sala "A", Centro	R\$ 4.483.000,00	196	DIS	Fiscal/Locacional
72	149/99	30/12/1999	UNIVEST - União Vestuário Ltda.	R\$ 2.001.837,00	81	São Domingos	Fiscal
73	159/99	30/12/1999	Rua "05", Quadra "12", Lotes "08, 09", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 739.126,96	42	DIS	Fiscal/Locacional
74	160/99	30/12/1999	Intermalhas Tecidos Importados e Malharia Ltda.	R\$ 8.438.233,62	288	Estância	Fiscal
75	162/99	30/12/1999	Av. Malsa, s/n, Área 01, Bairro Industrial	R\$ 812.164,00	91	Lagarto	Fiscal/Locacional
76	164/99	30/12/1999	Confecções Foravi Nordeste Ltda.	R\$ 851.152,00	56	DIA	Fiscal
77	166/99	30/12/1999	Rod. Luiz Alves de Oliveira, Km 01, Galpão 01 a 05	R\$ 223.623,00	20	Propriá	Fiscal
78	169/99	30/12/1999	Colortêxtil Nordeste Ltda.	R\$ 21.959.999,00	226	DIA	Fiscal
79	174/99	30/12/1999	Av. Malsa, s/n, Área 01, Bairro Industrial	R\$ 355.003,00	36	Propriá	Fiscal
80	183/99	30/12/1999	Têxtil Itatiba de Sergipe Ltda.	R\$ 3.698.906,53	288	DIS	Fiscal/Locacional
			Quadra "17", Lotes "1, 2, 3, 4, 20, 22, 25, 27, 28", Distrito Industrial de Socorro				
			Curtume Souza Ltda.				
			Rod. Rozendo Ribeiro, SE-104, Km 08, Fazenda Burdão				
			Fortunni Ind. de Alimentos Ltda.				
			Rua "08", Quadra "17", Lote "18", Distrito Industrial de Socorro - DIS				
			Maratá Sucos do Nordeste Ltda.				
			Av. João Lima da Silveira, s/n, Bairro Alagoas				
			JRM Ind. de Embalagens Plásticas Ltda.				
			Lote "B", Núcleo Industrial e de Serviços de Lagarto				
			Nordestylus Ind. e Com de Móveis Ltda.				
			Rua Gutemberg Chagas, 280, Distrito Industrial de Aracaju - DIA				
			JRL Com. Ind. e Representações Ltda.				
			Rua Gustavo Dórea, 41/45				
			Sergifil Ind. Têxtil Ltda.				
			Av. "A", nº 200, Conjunto Padre Pedro, Bairro Santa Maria				
			Agropecuária Ponta Verde Ltda.				
			Rod. SE 200, Km 04				
			Sublime Alimentos Ltda.				
			Eixo Estrutural "B", Quadra "19", Lote "09, 10" Distrito Industrial de Socorro				
Total				R\$ 63.909.045,19	2602		

Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE

Quadro Demonstrativo dos Empreendimentos Aprovados e Apoiados pelo
Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI (Lei 3.140 de 23/12/1991)
Projetos Implantados

Posição Dezembro/2002

Período: 1995 a 2002

Número		Data	Empresa	Investimento	Mão de Obra	Municípios	Tipos de Apoio
Ordem	Resolução						
81	197/99	30/12/1999	Cóco Bom Ind. e Com. Ltda. BR-101, Km 92	R\$ 1.342.127,75	80	N. S. Socorro	Fiscal
82	200/99	30/12/1999	João Antônio Macedo Santana - ME Fazenda Santo Antônio	R\$ 350.171,60	21	Salgado	Fiscal
83	206/99	30/12/1999	Curtume Margem da Serra Ltda. Povoado Queimadas	R\$ 2.001.837,00	81	Itabaiana	Fiscal
84	209/99	30/12/1999	CICP - Companhia Industrial de Celulose e Papel BR-101, Km 114	R\$ 30.574.747,49	86	Itaporanga	Fiscal
85	213/99	30/12/1999	Nicrosol S/A Rua João Pessoa, 86	R\$ 319.743,00	37	C. do Brito	Fiscal
86	223/99	30/12/1999	Tainara Ind. e Com. de Refrigerantes Ltda. Rua "05", Lote "12", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 1.149.071,00	93	DIS	Fiscal
88	229/99	30/12/1999	Alpargatas Santista Têxtil S/A Rua "O", s/n, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 13.155.009,99	164	Aracaju	Fiscal
89	04/2000	27/3/2000	PLASTINE - Plástico do Nordeste Ind. e Com. Ltda. Rua "D", SQ-7, Quadra "P", nº 80, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 54.160,00	12	DIA	Locacional
90	05/2000	27/3/2000	Araújo Leite Ind. e Com. Ltda. Rua "D", Quadra "Q", nº 178, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 126.800,00	9	DIA	Locacional
91	32/2000	28/8/2000	Publicidade Superlux Ltda. Rua Acre, 240	R\$ 56.708,00	13	Aracaju	Locacional
92	37/2000	13/11/2000	Polior Ind. e Com. de Produtos Ortopédicos Ltda. Rua Paulo Henrique Machado Pimentel, 210, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 464.542,00	23	DIA	Locacional
93	39/2000	13/11/2000	Com. Ind. e Representação de Adubos e Defensivos Agrícolas Ltda. Av. Estrutural "A", Quadra "01", Lote "12", Núcleo Industrial e de Serviços de Boquim	R\$ 184.170,00	8	Boquim	Locacional
94	47/2000	23/11/2000	Roberto Mendes Siqueira Filho - ME Rua "A", Lote "11", Distrito Industrial de Estância - DIE	R\$ 4.787,00	5	DIE	Locacional
95	49/2000	23/11/2000	Sergipe Ind. e Com. de Velas Ltda. Rua Paulo Henrique Machado Pimentel, 330, galpão 03, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 160.000,00	31	DIA	Fiscal
96	11/2001	3/4/2001	Fernandes & Teotônio Ind. e Com. Ltda. Rua "06", Quadra "14", Lote "11", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 148.129,00	12	DIS	Locacional
97	12/2001	3/4/2001	Esteo Engenharia Ltda. Av. Eixo Estrutural "B", Quadra "17", Lote "09", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 250.176,00	34	DIS	Locacional
98	39/2001	23/8/2001	Encl Ind. e Com. de Pré-moldados de Concreto Ltda. Rua "06", Quadra "15", Lotes "09A, 10", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 347.887,00	21	DIS	Locacional
99	40/2001	23/8/2001	B&P Com. e Serviços Ltda. Rua "07", Quadra "18", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 374.124,00	14	DIS	Locacional
100	52/2001	28/11/2001	Dom Virgílio's Refeições Industriais Ltda. Rua "08", Quadra "18", Lote "06", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 57.738,00	24	DIS	Locacional
Total				R\$ 51.121.928,83	768		

Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE
 Quadro Demonstrativo dos Empreendimentos Aprovados e Apoiados pelo
 Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI (Lei 3.140 de 23/12/1991)
 Projetos Implantados

Posição Dezembro/2002

Período: 1995 a 2002

Número		Data	Empresa	Investimento	Mão de Obra	Municípios	Tipos de Apoio
Ordem	Resolução						
101	53/2001	28/11/2001	Ind. e Com. de Produtos Alimentícios Pingo de Mel Ltda Eixo Estrutural "A", Quadra "18", Lote "07", Módulos I, II, III, Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 34.925,00	9	DIS	Locacional
102	54/2001	28/11/2001	Ind. e Com. de Estofados Bandeirantes Ltda. Rua "06", Quadra "14", Lote "07", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 72.250,00	15	DIS	Locacional
103	02/2002	28/2/2002	Vinheto Ltda. Fazenda Junco Novo	R\$ 287.153,84	12	Capela	Fiscal
104	03/2002	28/2/2002	Laticínio Santa Maria Rod. Josué Passos, Sítio Barragem	R\$ 317.848,00	14	N.S. Glória	Fiscal
105	04/2002	28/2/2002	Karolmassas Ind. de Alimentos Ltda. Rua Prof. José Lima Peixoto, 98, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 236.658,00	66	DIA	Locacional (permuta)
106	09/2002	25/4/2002	Água Mineral Imperial Ind. e Com. Ltda. Fazenda São Gonçalo	R\$ 2.077.153,24	71	S. Cristóvão	Fiscal
107	11/2002	25/4/2002	IBBL - Ind. Brasileira de Bebedouros Ltda. Rua Projetada, 79, 89, 99, 109, Loteamento Jardim Japiáçu, Bairro Porto Novo	R\$ 842.297,00	20	Aracaju	Fiscal
108	12/2002	25/4/2002	Vidros Monize Ltda. Av. Presidente Vargas, 556	R\$ 523.823,21	27	Lagarto	Fiscal
109	14/2002	25/4/2002	Vidro Center Ltda. Rua Gutemberg Chagas, 474, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 160.612,00	15	DIA	Locacional
110	29/2002	6/6/2002	Ind. e Com. de Estofados Bandeirantes Ltda. Rua "06", Quadra "14", Lote "06", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 89.400,00	10	DIS	Fiscal/Locacional
111	30/2002	6/6/2002	Senge Engenharia Elétrica Ltda. Rua "08", Quadra "17", Lote "23", Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 833.757,91	21	DIS	Locacional
112	44/2002	13/8/2002	Art-Tec Serigrafia Ltda. Rua Gutemberg Chagas, 502, Distrito Industrial de Aracaju - DIA	R\$ 332.751,45	5	DIA	Locacional
113	56/2002	23/9/2002	Sinal Lis Ind. e Com. Ltda. Rua 08, Quadra 18, Lote 02, Distrito Industrial de Socorro - DIS	R\$ 212.548,58	16	DIS	Locacional
114	60/2002	23/9/2002	Danko do Nordeste Industrial Ltda. Av. Principal, s/n, Quadra 03, Lote 30, Núcleo Industrial e de Serviços de Itabaiana	(*)	(*)	Itabaiana	Locacional
Total				R\$ 6.021.178,23	301		
Total Geral				R\$ 983.372.680,05	11865		